

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**A TRAJETÓRIA DAS GERAÇÕES BRASILEIRAS
NASCIDAS ENTRE 1926 E 1975;
um perfil sociodemográfico**

Este exemplar corresponde à redação final
da Tese defendida por

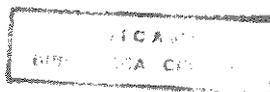
Livia Diana Rocha Magalhães

e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: ___/___/___

Assinatura: *Livia D. Rocha Magalhães*
Orientadora

CAMPINAS – SP
1999



9911759

UNIDADE	BC
N.º CH. FOLHA:	
V.	Ex.
TOMBO BC/	34777
PROC.	229/99
C	D <input checked="" type="checkbox"/>
PRECIZ.	R\$ 11,00
DATA:	08/06/99
N.º CPD	

CM-00123895-5

**CATALOGAÇÃO NA FONTE ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP**

M27t

Magalhães, Livia Diana Rocha.

A trajetória das gerações brasileiras nascidas entre 1926 e 1975 : um perfil sociodemográfico / Livia Diana Rocha Magalhães. -- Campinas, SP : [s.n.], 1999.

Orientador : Zeila de Brito Demartini.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Relações entre gerações. 2. Análise de coorte. 3. Idade. 4. Jovens. 5. Gênero. I. Demartini, Zeila de Brito. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

LÍVIA DIANA ROCHA MAGALHÃES

Tese apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de DOUTOR em EDUCAÇÃO, na área de concentração em **Ciências Sociais Aplicadas à Educação**, à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Professora Doutora Zeila de Brito Fabri Demartini.

Campinas – São Paulo
1999

Comissão Julgadora:

Zilda de B. D. A. Cortez

Círculo M. Guimarães

Associação

de Defesa

do Patrimônio

AGRADECIMENTOS

A orientadora professora Dra. Zeila de Brito Fabri Demartini;

Aos professores membros titulares da Comissão Julgadora da defesa do doutorado: Dr. José Roberto Montes Heloani, Dr. Gaudêncio Frigotto, Dra. Liliana Rolfsen Petrili Segnini, Dra. Aurea Maria Guimarães e Dra. Neide Patarra, da banca de qualificação;

Aos professores doutores membros suplentes dessa comissão: Ana Maria Faccioli de Camargo, José Carmelo B. Carvalho e Olga Rodrigues de Moraes von Simson (especialmente);

Aos professores doutores José R. Torregrosa e Antonio de Pablo, pela atenção que recebemos durante nossa estada na UCM – Espanha;

Aos professores Ivan França, Evaldo Ferreira e especialmente Ivani Pino, reitero os meus agradecimentos, nunca suficientes, pelo incentivo e pelo apoio;

Aos professores doutores Julio Singer e Antônio C. Lima do IME/USP, por uma sessão de assessoria de estatística;

À UESB/CAPES/PICD e à UNICAMP/CAPES/PDEE/FE/DECISAE, pela bolsa no País e no exterior, respectivamente;

Aos colegas da UESB/DFCH, pela liberação para o doutorado.

A Solange Fonseca, José Avelino Dias, Nilza Borghi e a Alexandre Valdez, pelo solícito serviço técnico;

A Lia Tiriba e Leonor Gimeno, pela rica convivência no doutorado da UCM;

Aos amigos, especialmente a Ana Caricari, Albertina, Elzir, Dorotéa, João e Pilar;

A meus familiares, pelo carinho e compreensão com o nosso labor.

DEDICATÓRIA

A tio Willi e
aos colegas Josélia e Luís, *in memoriam*.

SUMÁRIO

	p.
LISTA DE TABELAS E QUADRO	07
LISTA DE FIGURA E GRÁFICOS	08
RESUMO	10
ABSTRACT	11
INTRODUÇÃO	12
1 ASPECTOS METODOLÓGICOS E TEÓRICOS	19
1.1 MÉTODO, MARCO TEMPORAL E DADOS	22
1.2 AS VARIÁVEIS	29
1.3 REVISÃO DA LITERATURA	30
1.3.1 Aspectos teóricos preliminares	33
1.3.2 O problema das gerações	40
1.3.2.1 Os questionamentos dos positivistas	41
1.3.2.2 O problema das gerações na escola romântica alemã	44
1.3.2.3 A visão de Ortega y Gasset e Karl Mannheim	45
1.3.3 Os jovens e as reações sociocognitivas	50
1.3.3.1 Os estudos com base na psicologia e na sociologia da idade	51
1.3.3.2 A estratificação da idade e a distribuição de papéis sociais: de critérios não-econômicos a econômicos	55
1.3.4 Os estudos geracionais e sobre os jovens no Brasil – breves comentários	58
1.3.5 Uma menção aos estudos sociológicos na perspectiva de coortes geracionais	61
1.3.6 Outra menção: efeito de período sobre as coortes geracionais	64
1.3.7 A modernização e o desenvolvimento sociocultural	66
	69
2 AS GERAÇÕES NASCIDAS ENTRE 1926 – 1975	
2.1. MARCO SÓCIO-HISTÓRICO DE REFERÊNCIA	70
2.2 EVOLUÇÃO E CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS DAS GERAÇÕES DE JOVENS: 1950 A 1990	74
2.2.1 As gerações de jovens e o trabalho	74
2.2.2 As gerações de jovens e a educação	81
2.2.3 As gerações de jovens e a nupcialidade	86
2.2.4 As gerações de jovens e a maternidade	90
2.2.5 As gerações de jovens e a filiação religiosa	93
3 A EVOLUÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS DAS GERAÇÕES	96
3.1 TRABALHO	97
3.1.1 Fator de idade, geracional, de período e/ou histórico ?	106
3.2 EDUCAÇÃO	111

3.2.1 Fator de idade, geracional, de período e/ou histórico?	120
3.3 ESTADO CONJUGAL	124
3.3.1 Estado conjugal	125
3.3.2 Fator idade, geracional, de período e/ ou histórico?	134
3.4 FECUNDIDADE	136
3.4.1 A evolução da fecundidade	136
3.4.2 Fator de idade, geracional, de período e/ou histórico?	143
3.5 RELIGIÃO	146
3.5.1 Fator de idade, geracional, de período e/ou histórico?	153
4 TORNANDO RELATIVA E REAFIRMANDO A QUESTÃO GERACIONAL	156
4.1 OS JOVENS BRASILEIROS, DO NORDESTE E DO SUDESTE	158
4.1.1 Trabalho	159
4.1.2 Educação	161
4.1.3 Estado conjugal e filhos	165
4.1.4 Religião	168
4.2 CARACTERÍSTICAS DO GÊNERO FEMININO	171
4.3 A DINÂMICA INTERGERACIONAL	182
4.3.1. As referências de “tipos sociais de adultos” para os mais jovens	182
4.4 DIGRESSÕES EM TORNO DA DINÂMICA INTERGERACIONAL	188
4.4.1 Mudança/continuidade/renovação/persistência das características sociais	188
CONSIDERAÇÕES FINAIS	205
ANEXO 1	217
ANEXO 2	239
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	279

LISTA DE TABELAS E QUADRO

Tabela 1	– Distribuição dos jovens pelos setores da atividade econômica: 1950/1990/1.	76
Tabela 1.1	– Distribuição dos jovens, por sexo, pelos setores da atividade econômica: 1950/1990/1.	78
Tabela 2	– Distribuição dos jovens pela alfabetização (população total e por sexo) entre 1950 e 1990/1.	82
Tabela 2.1	– Distribuição dos jovens por nível de instrução (população total e por sexo) entre 1950/1990/1.	85
Tabela 3	– Distribuição dos jovens pelo estado civil (população total e por sexo) entre 1950/1991/1.	88
Tabela 4	– Proporção de mulheres jovens com filhos: 1950/91.	90
Tabela 4.1	– Número médio de filhos das mulheres jovens: 1950/1990/1.	91
Tabela 5	– Distribuição dos jovens pela religião (população total e por sexo) entre 1950/1990/1.	94
Tabela 1.2	– Setores da atividade econômica por gerações nascidas entre 1926-75 e seus grupos de idade.	98
Tabela 1.2.1	– Setores da atividade econômica por gerações nascidas entre 1926-75 e seus grupos de idade e sexo.	100
Tabela 2.2	– Alfabetização por gerações nascidas entre 1926-75 e seus grupos de idade.	111
Tabela 2.3	– Alfabetização por gerações nascidas entre 1926-75 e seus grupos de idade e sexo.	112
Tabela 2.4	– Nível de instrução das gerações nascidas entre 1926-75 e seus grupos de idade e sexo.	119
Tabela 3.1	– Estado conjugal das gerações nascidas entre 1926 e 1975 e seus grupos de idade.	125
Tabela 3.2	– Estado conjugal das gerações nascidas entre 1926-75 e seus grupos de idade e sexo.	128
Tabela 4.2	– Proporção de mulheres com filhos, por gerações nascidas entre 1926 e 1975 e seus grupo de idade.	138
Tabela 4.3	– Número médio de filhos das mulheres nascidas entre 1926 e 1975 e seus grupos de idade.	138
Tabela 5.1	– Religião das gerações nascidas entre 1926 e 1975 e seus grupos de idade.	148
Tabela 5.2	– Religião das gerações nascidas entre 1926-75 e seus grupos de idade e sexo.	150
Tabela 6	– Distribuição dos jovens e das jovens do Brasil/Nordeste /Sudeste pelos setores da Atividade econômica -1991 -	161
Tabela 7	– Alfabetização segundo a população jovem masculina e feminina – Brasil, Nordeste e Sudeste- 1991-	163
Tabela 7.1	– Grau de instrução dos jovens e das jovens em 1991 - Brasil e regiões Sudeste e Nordeste.	165
Tabela 8	– Estado conjugal dos jovens e das jovens em 1991 – Brasil e regiões Sudeste e Nordeste.	165
Tabela 8.1	– Porcentagem de mulheres jovens com filhos – Brasil e regiões Sudeste e Nordeste	167
Tabela 8.2	– As jovens com filhos em 1991 – Brasil e regiões Sudeste e Nordeste.	168
Tabela 9	– Religião dos jovens em 1991 (população total, masculina e feminina) – Brasil e regiões Sudeste e Nordeste.	169
Tabela 10	– Atividade econômica da população brasileira em 1991, por grupo de idade e sexo.	197
Tabela 11	– Alfabetização da população brasileira por grupo de idade por sexo.	198
Tabela 11.1	– Nível de instrução da população brasileira por grupo de idade e sexo.	199
Tabela 12	– Estado civil da população brasileira por grupo de idade e sexo.	200
Tabela 13	– Proporção de mulheres brasileiras com filhos por grupos de idade e regiões NE e SE.	201
Tabela 14	– Número médio de filhos das mulheres por grupo de idade e regiões Nordeste e Sudeste.	202
Tabela 15	– Religião da população por grupo de idade e sexo – Brasil, Nordeste e Sudeste.	203
Quadro 1	– Resumo	26

LISTA DE FIGURA E GRÁFICOS

Figura 1	—	Síntese das tabelas por grupo de idade	183
Gráfico 01	—	Distribuição da população masculina nascida entre 1926-1935 por atividade econômica	217
Gráfico 02	—	Distribuição da população feminina nascida entre 1926-1935 por atividade econômica	217
Gráfico 03	—	Distribuição da população masculina nascida entre 1936-1945 por atividade econômica	218
Gráfico 04	—	Distribuição da população feminina nascida entre 1936-1945 por atividade econômica	218
Gráfico 05	—	Distribuição da população masculina nascida entre 1946-1955 por atividade econômica	219
Gráfico 06	—	Distribuição da população feminina nascida entre 1946-1955 por atividade econômica	219
Gráfico 07	—	Distribuição da população masculina nascida entre 1956 –1965 por atividade econômica	220
Gráfico 08	—	Distribuição da da população feminina nascida entre 1956-1965 por atividade econômica	220
Gráfico 09	—	Alfabetização: distribuição da população nascida entre 1926-1935, por sexo	221
Gráfico 10	—	Alfabetização: distribuição da população nascida entre 1936-1945, por sexo	221
Gráfico 11	—	Evolução da alfabetização: distribuição da população nascida entre 1946-1955, por sexo	222
Gráfico 12	—	Evolução da alfabetização: distribuição da população nascida entre 1956-1965, por sexo	222
Gráfico 13	—	Evolução do nível de instrução da população masculina nascida entre 1926-1935	223
Gráfico 14	—	Evolução do nível de instrução da população feminina nascida entre 1926-1935	223
Gráfico 15	—	Evolução do nível de instrução da população masculina nascida entre 1936-1945	224
Gráfico 16	—	Evolução do nível de instrução da população feminina nascida entre 1936-1945	224
Gráfico 17	—	Evolução do nível de instrução da população masculina nascida entre 1946-1955	225
Gráfico 18	—	Evolução do nível de instrução da população feminina nascida entre 1946-1955	225
Gráfico 19	—	Evolução do nível de instrução da população masculina nascida entre 1956-1965	226
Gráfico 20	—	Evolução do nível de instrução da população feminina nascida entre 1956-1965	226
Gráfico 21	—	Variação do estado conjugal da população masculina nascida entre 1926-1935	227
Gráfico 22	—	Variação do estado conjugal da população feminina nascida entre 1926-1935	227
Gráfico 23	—	Variação do estado conjugal da população masculina nascida entre 1936-1945	228
Gráfico 24	—	Variação do estado conjugal da população feminina nascida entre 1936-1945	228

Gráfico 25	—	Varição do estado conjugal da população masculina nascida entre 1946-1955	229
Gráfico 26	—	Varição do estado conjugal da população feminina nascida entre 1946-1955	229
Gráfico 27	—	Varição do estado conjugal da população masculina nascida entre 1956-1965	230
Gráfico 28	—	Varição do estado conjugal da população feminina nascida entre 1956-1965	230
Gráfico 29	—	Número médio de filhos das mulheres casadas nascidas entre 1926-1975	231
Gráfico 30	—	Número médio de filhos das mulheres separadas/desquitadas /divorciadas nascidas entre 1926-1975	231
Gráfico 31	—	Número médio de filhos das mulheres viúvas nascidas entre 1926-1975	232
Gráfico 32	—	Número médio de filhos das mulheres solteiras nascidas entre 1926-1975	232
Gráfico 33	—	Distribuição da proporção de mulheres casadas com filhos nascidas entre 1926-1975	233
Gráfico 34	—	Distribuição da proporção das mulheres separadas/desquitadas /divorciadas com filhos nascidas entre 1926-1975	233
Gráfico 35	—	Distribuição da proporção de mulheres viúvas com filhos nascidas entre 1926-1975	234
Gráfico 36	—	Distribuição da proporção das mulheres solteiras com filhos nascidas entre 1926-1975	234
Gráfico 37	—	Distribuição da população masculina nascida entre 1926-1935 por religião	235
Gráfico 38	—	Distribuição da população feminina nascida entre 1926-1935 por religião	235
Gráfico 39	—	Distribuição da população masculina nascida entre 1936-1945 por religião	236
Gráfico 40	—	Distribuição da população feminina nascida entre 1936-1945 por religião	236
Gráfico 41	—	Distribuição da população masculina nascida entre 1946-1955 por religião	237
Gráfico 42	—	Distribuição da população feminina nascida entre 1946-1955 por religião	237
Gráfico 43	—	Distribuição da população masculina nascida entre 1956-1965 por religião	238
Gráfico 44	—	Distribuição da população feminina nascida entre 1956-1965 por religião	238

RESUMO

Neste trabalho, traçamos o que poderíamos denominar “radiografia” das características básicas que definem os sujeitos sociais de cinco gerações brasileiras. Acompanhamos, ao longo do tempo, um conjunto de características sociodemográficas, apresentadas por estas gerações nascidas entre 1926 e 1975, a partir de sua sociedade de referência quando jovens, e aquelas características acumuladas conforme envelhecem, ocasionando determinados “tipos sociais” e integrando várias gerações. Utilizamos os dados censitários recolhidos junto ao IBGE, abrangendo um período de 50 anos, e seguimos a trajetória das gerações nascidas entre 1926-75, considerando as variáveis: atividade econômica; alfabetização e instrução; estado civil; mulheres com filhos; número médio de filhos; e religião. Revisamos esses dados ao situar os jovens de 1991 em suas especificidades regionais, ressaltando alguns aspectos dos “tipos sociais” de adultos e fazendo algumas reflexões em torno da questão de gênero que resultou de cada geração, e suas referências para os jovens. Por fim algumas considerações finais vinculando o tema à relação escola/educação/socialização dos jovens.

ABSTRACT

In this paper, we traced what we could denominate "the radiography" of the basic characteristics' which describes the social subjects during five Brazilian generations. We attended, along of the time, to a set of sociodemographic characteristics presented by these generations born between 1926 and 1975, beginning from their reference society, when they were young, and those other characteristics which were accumulated as they grow older, creating certain 'social types', and integrating several generations. We used the census data, collected by IBGE (Brazilian Geography and Statistics Institute), which covered a period of 50 years and followed the path trod by the generations born between 1926 and 1975. The following variables were considered: economic activity, literacy and Education; civilian status; women with children; average number of children; and religion. We reviewed these data when we placed the 1991 young people at their regional specificities, stressing some aspects of "social types" for adults and made some reflections around te gender issue, resulting from each generations and its references for the young. Finally, some final considerations were made linking this topic to the relationship among school/Education/ young people's socialization.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que o curso de vida é regulado muito mais social que biologicamente. A sucessão de fases e etapas (infância, adolescência, juventude, idade adulta, velhice etc.) está relacionada com posições a elas associadas: estatutos de direito, deveres, objetivos, recursos, expectativas, oportunidades, meios e fins, *status* e papéis a que, a cada fase, vão correspondendo progressivos compromissos sociais.

Com efeito, toda sociedade tem uma divisão de padrões em razão da idade. Vai-se mudando de uma para outra classe de idade e passando-se por um ciclo de vida que é inexorável para todos. Toda pessoa passa por um ciclo de vida que não regride e que se distingue para homens e mulheres. Tal modelo descrito em seus traços genéricos serve de premissa para explicação do processo sociocultural que regula as disponibilidades vitais.

Naturalmente, há muitos fatores que interferem nas características de grupos ou pessoas com as mesmas idades. A idade não uniformiza as maneiras de agir, porém é inegável que há características sociais construídas: cada grupo de idade que seguirmos certamente apresentará características comuns nessas mesmas idades, podendo-se falar do “efeito de idade” sobre as oportunidades vitais. Como diz Neugarten (1976, apud Neri, 1991), temos uma agenda social a cumprir à medida que mudamos de idade. As pessoas respondem a indicadores sociais para “estar em dia com a sua geração”, determinadas por “eventos esperados” (entrada no mercado de trabalho, casamento, nascimento do primeiro filho, aposentadoria), modelos de atuação fortemente veiculados pela família, pela escola, pela religião, que exercem um alto controle ideológico sobre o curso da vida.

O que sustentamos aqui é que as mudanças de idade, ao longo do ciclo de vida, são coletivamente partilhadas. Há um conjunto de coetâneos que acompanham e sofrem as influências das mudanças da conjuntura histórica do mesmo estágio de vida. Estes também dividem este mesmo marco sócio-histórico com os outros grupos de idade de outras gerações que estão vivendo na mesma sociedade. Portanto, há um diferencial de

“vivência histórica” que incide de forma distinta sobre a característica de cada coletivo de idade.

Neste caso, admitimos que a metodologia da “estratificação por coortes” parece ser a mais oportuna para este tipo de estudo, considerando que é possível, acompanhar as diferentes experiências socioculturais que os mesmos grupos de idade experimentam sob diferentes conjunturas políticas, econômicas e oportunidades de vida (Gil Calvo, 1992).

Nesta perspectiva, parece-nos importante o registro da trajetória das gerações brasileiras que viveram seus anos formativos desde 1950, considerando que nestes períodos há uma aceleração do desenvolvimento urbano e uma política econômica cujo paradigma se centra na industrialização e na democratização da cultura.

Procuramos definir, concretamente, que características sociodemográficas os grupos geracionais que foram jovens em 1950, 1960, 1970, 1980 e 1990 apresentam, à medida que vão envelhecendo.

Delimitamos o recorte a partir dos jovens,¹ considerando que este é um importante grupo de transição. Quer dizer, eles absorvem características supostamente transitórias e ao mesmo tempo importantes, já que estão nos seus anos formativos e, de certa forma, deles depende a hipoteca de seu futuro adulto. Isto significa que a análise transversal resulta incompleta sem a análise longitudinal.

Partimos, então, da hipótese que, se acompanharmos uma mesma unidade vital (no caso, jovens) ao longo de sucessivos momentos de observação, separados entre si por determinados lapsos periódicos de tempo, durante os marcos sócio-históricos e a

¹ A classificação de 15-24 anos têm sido uma das mais usuais, particularmente em estudos demográficos. Como exemplo mais recente temos os trabalhos publicados pelo CNPD citados na referência bibliográfica. Neste estudo esta classificação permite agrupar os nossos grupos geracionais a partir dos dados do Censo e da perspectiva de análise adotada.

passagem das unidades vitais (jovens) para outra idade (adulta), poderíamos obter, também no decorrer deste mesmo tempo histórico, pistas importantes sobre: as características que as gerações foram acumulando; que tipos sociais de adultos foram formando; que possíveis referências sociais de jovens se foram construindo; que processo de continuidade e renovação social se foi evidenciando, na inter-relação com os setores de trabalho; a educação; o estado civil; a reprodução; a religião etc.

De fato, os giros econômicos e sociopolíticos ocorridos no Brasil, desde o final da década de 1950 e início da de 1960, vêm produzindo processos importantes de transição nas experiências formativas das gerações que foram jovens nessas décadas e daí para diante. Possivelmente, essas gerações estão vivenciando, hoje, um processo significativo de consolidação de novas tendências, por cima de normas coletivas duradouras, com base nas experiências culturais legitimadas pela tradição.

Considerando essa linha de raciocínio, em tese, as gerações brasileiras que puderam viver seus anos formativos (jovens) nos anos 50/60/70/80/90, foram socializadas por uma ordem social em que o desenvolvimento econômico, o trabalho assalariado, a urbanização e a escolarização, bem como outros bens simbólicos, se tornam o valor axiológico importante na delimitação de suas características socioculturais. Certamente, há um diferencial de modernidade vivenciado em cada uma dessas gerações que não pode ser menosprezado e que, sem dúvida, se reflete nas suas características sociodemográficas quando são jovens, amadurecem e envelhecem.

Se ocorrem diferentes reações geracionais aos estímulos educacionais, nupciais, empregatícios, religiosos, procriativos, demarcados por épocas históricas distintas, infere-se que os grupos dos nascidos num dado marco temporal desencadeiam “modos de viver” que são influenciadores das características futuras de sua geração. Realmente, essas propriedades características, que são inerentes e vão sendo acumuladas a

cada geração, vão conformando o seu destino e o futuro que aguarda as novas gerações. Quer dizer, em tese, há uma persistência da aprendizagem sociocultural que ainda funciona como instância reguladora da continuidade social que não muda de uma hora para outra e que, de certa forma, mantém singularmente as similaridades das características sociais.

Com o passar dos anos, ocorre um metabolismo demográfico. Gerações são adicionadas, dizimadas ou se tornam inativas, o que é postulado como um elemento essencial na concepção de gerações desenvolvida por Mannheim (1993). Com base nesta concepção, surge a idéia de que a emergência contínua de novos seres humanos em nossa sociedade age como compensação pela natureza restritiva e parcial da consciência individual, ou seja, embora os condicionamentos sociais sejam duradouros, nem por isso deixarão de ser substituídos ou vencidos.

Naturalmente, cada geração depende das oportunidades e das qualificações acumuladas pelos seus coetâneos conforme mudam de idade (escolaridade, casamento etc.). As diferenças entre as gerações mais velhas e mais recentes vão-se tornando mais visíveis e rápidas em virtude do acesso distinto às oportunidades de vida.

Cada geração é determinada pela mutante conjuntura histórica que lhe proporciona um saldo positivo ou negativo em determinadas oportunidades vitais, mas também se esperam características cristalizadas, resultantes da construção social para as idades.

Por outra parte, há certos períodos históricos em que as mudanças conjunturais fazem todas as coortes geracionais ou grupos mudarem em determinadas direções, podendo-se falar de efeito de período ou efeito histórico, ou seja, determinadas mudanças atingem toda a sociedade, fazendo com que os grupos geracionais distintos, velhos ou jovens, caminhem no mesmo sentido².

² Este assunto será tratado com maior detalhe a seguir, ao considerarmos Material e Método.

Em síntese, das mudanças exógenas (conjunturais) e/ou endógenas (características coletivas pertencentes a uma geração por nascimento) se pautam diferenças entre as gerações. Cada geração também carrega consigo as características decorrentes do processo de amadurecimento em nível cognitivo e social, podendo-se falar de “efeito de coorte” ou de “efeito longitudinal”, isto é, características que se sucedem em virtude do envelhecimento da coorte em sintonia com o decorrer histórico.

O que se pretende extrair ou sublinhar é que a organização social das idades pode sinalizar modelos de mobilidade, identificação, socialização, importantes para se analisar os jovens e as principais características dos grupos geracionais com os quais partilham, direta ou indiretamente, seu processo de formação.

Enfim, toda essa argumentação tenta mostrar que a digressão geracional que adotaremos como nossas coortes geracionais, tomada da estrutura da sociedade brasileira, serve-nos de parâmetro para a análise das gerações, ou de como elas respondem às exigências da situação histórica e social, através da diferenciação e da reintegração das suas características sociodemográficas.

Sob essa perspectiva, pretendemos analisar as características sociodemográficas das populações nascidas entre 1926 e 1975, tendo como referência aqueles que são jovens em 1950, 1960, 1970, 1980, 1990/1, acompanhando estas unidades vitais e a passagem, “em tese”, dessas para as idades adultas, no decorrer desses marcos históricos de tempo.

Utilizamos os dados censitários colhidos pelo IBGE, e os agrupamos por um período de 50 anos, analisando-os de forma transversal, para seguirmos os jovens de 1950 a 1990/1, e de forma longitudinal, para acompanharmos a evolução destas gerações à medida que envelhecem.

No primeiro capítulo, realizamos uma revisão geral das abordagens teóricas que circundam o tema em estudo, do ponto de vista metodológico, e, a seguir, apresentamos uma revisão da literatura, ressaltando: a) os principais argumentos sobre a cultura que interiorizamos, sua aprendizagem, sua persistência e/ou resistência; b) os estudos sobre o tema geração como perspectiva da renovação social e cultural; c) a construção social da idade e/ou da geração; e d) alguns aspectos da teoria da modernização. No segundo capítulo, seguimos a evolução da trajetória dos jovens de 1950 a 1990/1, segundo o sexo; atividade econômica; alfabetização e instrução; estado civil; mulheres com filhos; número médio de filhos; e religião. No terceiro capítulo, acompanhamos a evolução destas gerações nascidas entre 1926 e 1975, à medida que envelhecem, considerando também as mesmas variáveis. No quarto capítulo, revisamos esses dados para os jovens e os adultos em 1991 nas regiões Nordeste e Sudeste, os “tipos sociais” de adultos, as questões de gênero que resultaram de cada geração e suas possíveis referências para os jovens. Por fim, apresentamos algumas considerações finais sobre o nosso tema, ressaltando a sua importância para os estudos sobre a formação/educação/socialização daqueles que estão no seu processo formativo.

1 ASPECTOS METODOLÓGICOS E TEÓRICOS

Sob diferentes perspectivas de análise, encontramos a preocupação central com o processo de mudanças e desenvolvimento das características sociodemográficas que vão delineando a sociedade moderna. Dos “modos de viver” coletivamente similares próprios do ethos da civilização atual, também persiste e brota um conjunto de descontinuidades e desigualdades econômicas e sociais desenhadas por traços diferenciais de “modernidade”, que atinge de forma singular, as classes e os grupos sociais.

Entre essas diferenciações, as mais sutis, até mesmo pouco questionadas pela sociedade, são aquelas latentes e decorrentes da distribuição assimétrica das oportunidades etária e geracional, quer dizer, as diferentes características historicamente acumuladas por várias gerações e os custos sociais que isto representa socialmente. Como todas as pessoas atravessam um mesmo ciclo de anos (Lenski, 1993, p.417), geralmente a sociedade não questiona o forte reflexo que estas diferenciações provocam sobre o curso de vida das pessoas.

Este processo é particularmente mais grave e sutil em nações em que os esforços para a democratização das oportunidades de vida são bastante recentes ou incipientes, e essas oportunidades distanciam várias gerações que dividem um mesmo marco sócio-histórico do inevitável “desenvolvimento” sociocultural necessário à civilização atual.

Em nosso país, há algumas demandas sociais que se acumularam no plano da duração histórica e que ainda carecem de estudos. Dentre elas, consideramos que a idade e os estudos geracionais têm importância prática e teórica definida, desde que, nos últimos 50 anos, estas diferenças geracionais vêm tendo alcances e conseqüências significativas sobre os vários setores da vida social.

Essas questões, apesar de implícitas na realidade, seja no campo do funcionamento lógico e racional – na divisão do trabalho, na escolarização ou

desescolarização —, como nas manifestações dos fenômenos pouco dominados — o sexo, o afetivo, o religioso, o político —, ainda estão pouco explicitadas teoricamente.

De fato, o interesse metodológico sobre os efeitos da idade, sobre as vidas das pessoas e sobre a sua construção social se torna cada vez mais crescente diante das estratégias de distribuição social das oportunidades educacionais, de trabalho, enfim, de vida. Contudo, progrediu-se pouco em termos de construção do conhecimento sobre a dinâmica social pela qual ocorrem as fases ou a substituição ou renovação da idade e dos membros de uma geração.

Uma das metodologias mais utilizadas atualmente é a da “estratificação por coorte de idade” através da análise longitudinal, uma vez que permite acompanhar o metabolismo social com o passar dos anos e como cada geração vai levando consigo certas características sociais. Como discutiremos a seguir no item Material e Métodos, essas referências são mais pertinentes a uma leitura de dados decorrentes de pesquisas cujo controle é efetuado através de um estudo longitudinal, ou seja, de informações coletadas junto às mesmas pessoas ao longo do tempo. O que se subtrai do que estamos afirmando, contudo, é que se interpõem, em nosso percurso de análise, muitas limitações, considerando que utilizaremos dados de corte transversal, isto é, informações coletadas em uma única ocasião, em vários censos demográficos.

Uma das perguntas inevitáveis é se uma pesquisa que toma como ponto de partida uma determinada metodologia, não estaria limitada, em princípio, pela estrutura dos dados. O conceito de geração, no sentido que aplicaremos aqui é para nós uma possibilidade de o situarmos como uma hipótese, mais do que um suposto dado. Quer dizer, utilizamos o conceito sociológico e histórico de **coorte geracional**, com base no estudo longitudinal, sem nos ater propriamente aos rigorosos critérios que deveriam enquadrar os dados.

Em outras palavras, “...embora nenhuma informação estatística tenha o poder de exprimir, sintetizar e muito menos tipificar comportamentos sociais...” (Camarano & Abramovay, 1997, 2) o exame dos dados a respeito de sua composição por sexo e idade, ao longo do tempo, pode fornecer bases para a elaboração de hipóteses capazes de conduzir ao melhor conhecimento da dinâmica geracional, das características que cada geração dispõe e que estão fazendo parte da sua composição histórica que as deixam desadaptadas ou adaptada à posição de idade ocupada pelas coortes que as precederam e as sucederam, a despeito das características sociodemográficas que as especifica nos dias mais atuais.

1.1 MÉTODO, MARCO TEMPORAL E DADOS

Como colocar em evidência a produção de determinados aspectos do fenômeno geracional? Como considerar as diferentes incidências das condições sócio-históricas sobre as gerações?

A primeira dificuldade a enfrentar se relaciona tanto com o próprio conceito de geração quanto com seu tratamento metodológico. O emprego amplo e confuso do termo tem sido atribuído às mais diversas situações peculiares vividas pelos grupos de idades no mesmo tempo histórico.

É do conceito de “coorte” desenvolvido por Ryder (1965, p.844), desde os anos 60 – “pessoas que nascem no interior do mesmo período de tempo e que envelhecem juntas” – que se extrai uma terminologia significativa que permite definir e superar, através de uma certa convenção, alguns tipos de confusões no tratamento da noção do termo geração.

Sob essa perspectiva, temos como espelho a definição de “coorte

geracional” subtraída dos conceitos de Ryder e Mannheim e, mais frequentemente, utilizado pela sociologia, considerando um conjunto de pessoas tendo mais ou menos a mesma idade, mas cujo critério de identificação reside nas experiências históricas comuns das quais elas tiram uma visão comum do mundo, à medida que vão envelhecendo juntas.

Também nos baseamos na estratificação da idade sugerida entre outros, por Matilde Riley (1972) Bernice Neugarten (1976), conforme citados por Attias-Donful (1991): na concepção da primeira autora, quando indica a necessidade de os indivíduos apreenderem continuamente os papéis socialmente construídos à medida que crescem e envelhecem, e as modificações históricas deste processo, portanto papéis adaptados e desadaptáveis à idade; da segunda, a indicação das maneiras como as normas de idade são vividas e interpretadas, ou seja, tomam sentido.

Do termo “transição”, tomamos o discurso sobre juventude, que situa a passagem para a idade adulta, em seu processo de transformação, temporalidade e historicidade. Quer dizer, numa realidade juvenil que “... vem determinada por processos de transição desiguais” (Casal et alii, 1988, p.98).

- **A metodologia de “coorte” longitudinal**

A rigor, o estudo que se baseia na análise longitudinal segue, ao longo do tempo, o mesmo grupo de pessoas durante, por exemplo, várias décadas, controlando os que saíram, por migração ou falecimento, do grupo em estudo. Dessa forma, este tipo de estudo está em condições de dizer que características, atitudes, valores sobreviveram, mudaram ou foram substituídos, pois, através desse acompanhamento, é possível inquirir as mesmas pessoas, ao longo do tempo, a respeito das mesmas questões ou de questões semelhantes.

Há, contudo, muitas dificuldades para a realização de pesquisas dessa natureza, tanto em termos de custo quanto em termos de manutenção da integridade da mostra original. Uma das maneiras de amenizar o problema tem sido acompanhar diferentes amostras de grupos etários comparáveis, em épocas diferentes, isto é, retiradas da mesma população em momentos diferentes no tempo.

Baseando-nos nesta última possibilidade, partimos do princípio de que poderíamos analisar dados de coorte transversal ou de períodos, ou seja, informações sociodemográficas coletadas em uma única ocasião, pelo Censo, registrando, assim, características do momento e analisando-as de forma longitudinal.

Nesta perspectiva, consideramos que, embora os indivíduos pesquisados não sejam os mesmos, eles fazem parte da mesma população em estudo. Em outras palavras, sabemos que o acompanhamento desses grupos populacionais, ao longo dos anos, pode significar acompanhar tão-somente a população recenseada nesses períodos, o que pode mudar de um censo para o outro. Porém, como estamos lidando com um parâmetro populacional, em princípio, a maioria da população que nasceu num período muda de uma idade para outra no outro período; logo, pertencem em grande parte à mesma “coorte”.

Entre os componentes da dinâmica demográfica, a mortalidade contribui mais para eliminar parte dos indivíduos que, entrevistados em um determinado censo, não o foram em outro. Já a migração pode contribuir tanto para eliminar grupos de migrantes que tenham respondido a um censo e, no outro, não estavam mais residindo no País, como para incluir imigrantes que se teriam somado aos grupos de indivíduos que responderam ao censo anterior. A mortalidade tende a atingir diferencialmente determinados grupos etários, afetando, neste grupo estudado, sobretudo os mais velhos. Já a migração, embora esteja relativamente estagnada até os anos 80, do ponto de vista da mobilidade internacional, não pode mais deixar de ser notada como um elemento significativo no processo demográfico

mais recente.

Assim, constituímos um estudo que visa aplicar esta metodologia, embora de forma precária, da seguinte forma: estabelecemos como marco temporal as coortes de idade a partir de sua juventude, 15-24 anos, nas décadas de 1950, 1960, 1970, 1980, 1990/91, considerando que, possivelmente, cada um desses grupos de jovens apresenta, em cada um desses períodos, uma certa homogeneidade de características demográficas que podem constituir singulares características socioculturais registradas nestes últimos 40 a 50 anos.

A alternativa utilizada para constituir os grupos geracionais – aos quais estamos denominando **coorte geracional** ou **geração**, ou seja, pessoas que nasceram num mesmo período e foram envelhecendo juntas, acumulando características ao longo do tempo – foi acompanhar grupos decenais através dos censos de 1950, 1960, 1970, 1980 e 1990/91.

Adotamos intervalos de dez anos para constituir os grupos de idade e consideramos a seguinte referência: de 15-24 anos, denominamos de jovens; de 25-34 anos, de adultos (início) e os demais grupos também designamos em sua globalidade como adultos, 35-44 anos; 45-54 anos; 55-64 anos.

Elegemos, inicialmente, para análise, os grupos de idades que estão em sua fase de juventude, 15 a 24 anos. Consideramos que aqueles que foram jovens na década de 1950 são diferentes daqueles que o foram nas décadas de 1960, 1970, 1980, 1990, porque pertencem a **coortes geracionais** distintas em decorrência de terem vivenciado conjunturas diferentes que, conseqüentemente, lhes ofereceram diversas oportunidades vitais, porém próximas. Naturalmente, essas vivências e essas trajetórias vão-se consubstanciando de forma lenta e gradual

Se, em 1950, os que nasceram no período correspondente a 1926-35 estão

no grupo de idade de 15-24 anos, após 10 anos, no Censo de 1960, este grupo passou a ser representado pelos indivíduos de 25-34 anos, em 1970 pelos indivíduos de 35-44 anos, em 1980 pelos indivíduos de 45-54 anos e em “1991” pelos indivíduos de 55-64 anos.

Apresentamos um primeiro resumo no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – Resumo

Gerações nascidas em:	Grupos de idade					Socialização / conjuntura política e econômica
	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	
1926-35	1950	1960	1970	1980	1991	Modernização de base político-econômica, migração campo-cidade...
1936-45	1960	1970	1980	1991	2000*	Convergência e ditadura política, reformas de base, revitalização urbano-industrial...
1946-55	1970	1980	1991	2000*		Ditadura, milagre econômico, reformas educacionais, expansão do mercado de bens simbólicos...
1956-65	1980	1991	2000*			Redemocratização política, crise econômica, modernidade/tecnologia e valores sociais...
1966-75	1991	2000*				Democratização política, inflação, planos de estabilização...

* Parte do curso vital de algumas gerações analisadas fica fora do nosso âmbito de visão, já que, por exemplo, os mais jovens da geração 66-75 cumprirão durante o ano 2000 seus 25-34 anos.

Supomos, como recurso didático, que o Censo de 1991 foi realizado em 1990. Embora metodologicamente esta não seja a estratégia mais aceitável, acreditamos que, do ponto de vista operacional, os ganhos revertidos com este ajuste são significativamente importantes, considerando tanto uma menor demanda de tempo, bem como a possibilidade de comparar uma geração por quase 50 anos sem necessidade de tabulações especiais. Além disso, tudo indica que este arranjo tenha um efeito pouco representativo na distorção dos resultados, tanto porque a diferença etária no último grupo geracional estudado é de apenas um ano, como também pelo alto nível de agregação desses dados.

Como os dados disponíveis procedem do censo da população, revela-se

impossível o cálculo de certas taxas específicas capazes de estabelecer uma relação temporal precisa entre as variáveis, visto que o material com que contamos não nos proporciona datas concretas. Observamos, por exemplo, que os dados referidos ao estado civil somente oferecem uma fotografia do estado em que se encontravam as pessoas no momento de realização do censo, isto é, podemos saber que, em determinado ano, 23% das pessoas entre 15 e 24 anos estavam casadas; porém, não temos acesso a uma informação detalhada sobre as datas em que essas pessoas contraíram matrimônio, ou seja, não podemos saber quando foram afetadas no seu primeiro matrimônio, contando com 15, 16, 17 ou 20 anos, por exemplo.

O mesmo ocorre com os demais aspectos a serem estudados, o que significa, entre outras coisas, que não será possível efetuarmos uma análise da incidência dos fenômenos não reiteráveis, isto é, todos aqueles que só acontecem uma vez no curso da existência dos indivíduos. Contudo, os dados do censo nos apresentam uma interessante informação sobre o estado da população na data de sua realização, tornando possível seguir uma geração através do tempo, tomando-se como ponto de informação os anos em que se renova o censo.

Naturalmente, encontramos muitas dificuldades para a realização de uma análise deste tipo, considerando os dados do censo. Por exemplo, estes mostram, em certas ocasiões, falta de homogeneidade entre uma década e outra, quando formam grupos de idades distintas ou agregam variáveis de formas diferentes. Se tivéssemos definido previamente, em nossa análise, uma coorte composta por indivíduos que, em 1950, tinham entre 15 e 24 anos e os grupos de idade estabelecidos no censo incluíssem as pessoas entre 12 e 21 anos, não poderíamos seguir nossa geração.

Se a primeira coorte geracional corresponde, como foi dito anteriormente, aos nascidos em 1926-35, sempre acompanhada em cinco períodos distintos que vão de

1950 até 1991, a segunda coorte geracional, correspondente aos nascidos em 1936-45, só poderá ser apresentada em quatro períodos, de 1960 até 1991; a terceira, em três períodos; a quarta, em dois períodos; e, finalmente, a última, em um período, considerando que, em cada uma destas últimas, certas idades ficam fora de nosso alcance (V. Quadro 1).

É importante ressaltar:

- nas informações sobre atividade econômica, no Censo Demográfico de 1960, não foi possível compatibilizar os dados publicados pelo IBGE com os grupos geracionais aqui estudados. Enquanto os dados estavam publicados em grupos decenais partindo de 10-19, 20-29, 30-39 anos, o grupo geracional era separado por 15-24, 25-34, 35-39. Optou-se, assim, por se traçar simplesmente uma linha média de tendência entre os dados de atividade dos censos de 1950 e 1970 e localizar o ponto que seria correspondente ao grupo de 25-34 anos na geração de 1926-35;
- para a geração nascida em 1936-45, os dados sobre atividade econômica só foram encontrados a partir do Censo de 1970, partindo do grupo 25-34 anos;
- os dados do Censo de 1991 foram utilizados a partir dos microdados; os demais dados, as planilhas e os gráficos (nos anexos 01 e 02) estão de acordo com estas informações impressas e publicadas, portanto poderão assumir pequenas variações nos valores imputados;
- os valores absolutos para os grupos etários em cada Censo Demográfico e nas diferentes variáveis, não são exatamente da mesma grandeza. Isto porque o total de não declarados, sem informação e ignorado é diferente em cada variável e em cada censo.

Se o nosso objeto de estudo são os segmentos da população brasileira que nasceram nas datas abaixo referenciadas e contam de 15 a 24 anos, e assim sucessivamente

em 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, a análise abarca tanto o seguimento desse grupo específico durante um lapso de tempo determinado (1950-1991), quanto a comparação das características demográficas das pessoas em determinadas idades, em vários pontos de observação.

1.2 AS VARIÁVEIS

Cinco foram as variáveis organizadas para o trabalho de análise: atividade econômica, educação, estado conjugal, fecundidade e religião, todas separadas por idade e sexo para construção das gerações.

a) Atividade econômica:

Consideramos, nesta variável, os grupos de idade segundo setores de atividade de dependência da PEA, classificados pelo IBGE como agropecuária, indústria, serviços, comércio, transporte, atividades sociais, administração pública e outras.

b) Educação:

Nos aspectos relativos à educação, foram organizadas duas informações básicas: a) a proporção de alfabetizados e não-alfabetizados na população brasileira e b) o nível de instrução dos alfabetizados. Com relação ao nível de instrução, foram separados três grupos: **Elementar**, que também corresponde ao 1º grau incompleto e completo; **Médio**, que corresponde ao 2º grau incompleto e completo; e **Superior**, que também inclui o incompleto e o completo.

c) Estado conjugal:

As gerações foram separadas por: pessoas casadas, solteiras, viúvas e separadas/desquitadas/divorciadas. No Censo de 1950, aparecem apenas as categorias desquitadas/divorciadas. Na condição de casadas, não foram consideradas as uniões livres

ou consensuais. A partir do Censo de 1960, aparecem as categorias separadas/desquitadas/divorciadas e, no estado civil de casadas, incluem-se as uniões consensuais.

d) Fecundidade:

O indicador sintético utilizado para mensurar o nível da fecundidade das mulheres, segundo o estado conjugal, foi o número de mulheres que tiveram filhos e o número médio de filhos vivos por mulher. Em ambos os casos, excluídas as mulheres que deixaram de declarar ou não souberam responder a pelo menos um quesito de fecundidade, e inclusive as mulheres casadas em declaração do tipo de união.

e) Religião:

Foram reunidos em cinco grupos os dados relativos à religião: católicos, protestantes, espíritas, outras (incluindo budistas, judeus, ortodoxos, maometanos etc.), que possuem baixa representação no conjunto da população, e os sem-religião.

1.3 REVISÃO DA LITERATURA

A partir de diferentes perspectivas de análise, encontramos a preocupação central com o processo de mudanças, de desenvolvimento e as características que vão delineando a sociedade ocidental moderna. As implicações desse processo são de tal forma que as análises econômicas e culturais vão-se tornando cada vez mais afins e necessárias.

Dos vários ramos do conhecimento, como a sociologia, a história, a antropologia, a psicologia e outras áreas que se baseiam em suas referências, vão traduzindo-se construções sociais sobre esta realidade e como elas operam recortes importantes no todo social, através da definição de deveres, direitos e relações entre gerações, etc.

De igual modo, formam-se instituições e agentes com a função específica de tratar cientificamente das relações sociais, particularmente das que se estabelecem entre as gerações de jovens, adultos e velhos no âmbito da esfera pública.

Dessa forma, a categoria idade se transforma em um mecanismo fundamental para determinar a maioridade civil, o início da vida escolar, a entrada no mercado de trabalho, etc.

Se não têm faltado conhecimentos sistematizados sobre a teoria das gerações, sobre idade, sobre o ciclo de vida, que constituem um ponto de partida indispensável para qualquer pesquisa sobre o tema, estes estudos, como pode ser notado a seguir, são uma boa amostra de que são mais acessíveis a pesquisas que lidam com métodos qualitativos. Portanto, de início, poderia mais uma vez ser questionado como uma pesquisa que subtrai uma análise com base em dados quantitativos pode utilizar uma perspectiva teórica que incorpora contribuições que advêm da filosofia, da psicologia, da sociologia etc., para tratar do tema geração. A referência às obras de Ortega y Gasset (1987;1994) e de Mariás (1970) são um bom exemplo disso, bem como à obra do próprio Mannheim (1993) e de outras referências teóricas que já mencionamos.

Contudo, parafraseando Torregrosa (1972, p. 12), diríamos que todos os que enveredamos por este tema somos discípulos tanto do filósofo Ortega que “– se baseia, como na demografia, que a vida humana tem duas datas chaves, a do nascimento e da morte...”, como daqueles que, em diferentes perspectivas e múltiplas vertentes, contribuem para, pelo menos, espelhar o que está por trás da biografia individual e coletiva daqueles que passam pelo mesmo processo de amadurecimento em nível cognitivo e social na mesma época – aqueles que crescem, amadurem e envelhecem juntos, num mesmo tempo histórico.

Poderíamos acrescentar, também, que tratar das características

sociodemográficas de uma dada população, ao longo do tempo, supõe que há questões que regulam implicitamente este processo, como as relacionadas com “cultura e natureza”, persistência e mudança sociocultural.

Incluimos, de igual modo, o tema juventude em suas várias abordagens, a priori redutível a um estado vital, psicanalítico, que está muito longe dos dados a nossa disposição, porém, além de apresentar uma contribuição clássica ao tema, nos possibilita contra-argumentar que não vamos utilizar o termo juventude nesta perspectiva.

O que estamos querendo dizer é que as características socioculturais dos grupos de idade de hoje são sensivelmente distintas das características de idade de determinados grupos do passado. Assim, não podemos esperar que os grupos de idade manifestem características futuras ou presentes de forma similar. Supostamente, os jovens atuais vão diferir muito dos adultos e velhos atuais, jovens no passado. (Gil Calvo, 1992).

Estes esclarecimentos, antes de entrarmos na revisão teórica propriamente dita, servem para anunciar que também não podemos nos ater a rigorosos critérios de aplicação teórica, diante dos dados que vamos utilizar. Porém, estes são temas que estão latentes ou espelhando a nossa comparação transversal que, por sua vez, resulta incompleta se não a observarmos de forma longitudinal.

1.3.1 Aspectos teóricos preliminares

Muitas vezes, ainda nos surpreendemos quando nos lembramos de que fomos crianças, jovens, dependendo da perspectiva do curso de vida em que nos situamos. E, mais ainda, que fomos recém-nascidos: “Só tínhamos dois instintos básicos, sugar e chorar; buscar o prazer e evitar a dor” (Mead apud Lamo de Espinosa et al., 1994, p.25).

Do ponto de vista do ciclo de vida, compartilhamos de uma mesma curva convexa, de uma mesma trajetória: nascemos, crescemos, morremos. Contudo, este processo é dinâmico e móvel, mediante a aprendizagem.

Como sabemos, a aprendizagem humana se faz internalizando-se mapas cognitivos e normativos¹. No entanto, a aprendizagem não se faz sem esforços psicofísicos. Movemos ossos, músculos, utilizamos neurônios, e quase sempre é muito difícil adaptarmos o conjunto de conhecimentos que permite que nos movamos no nosso meio (a cultura) para responder a novos estímulos.

Em regra, aqueles que estão em processo de organização cognitiva (os mais jovens) são mais susceptíveis à aprendizagem, considerando-se que as estruturas cognitivas ainda não estão cristalizadas, como no adulto.

As abordagens da psicologia cognitiva consideram que as sociedades com grande população jovem são também mais susceptíveis a apreender as informações e os estímulos às mudanças, enquanto as sociedades mais velhas têm mais dificuldade em apreendê-las. Tendem, aliás, a resistir a elas porque são mais adaptadas. Esta é, provavelmente, uma das explicações para as predisposições de uma cultura para a persistência ou a mudança:

Igual aos indivíduos, quanto maior a juventude de uma cultura maior é também sua capacidade de apreender o seu entorno, modificando seus rasgos e adaptar-se. As culturas velhas, pelo contrário, se congelam e

¹ Conforme Piaget (1969 e 1986) e Kohlberg (1981).

perdem a capacidade de adaptação. (Lamo de Espinosa et al., 1994, p.29)²

Deve-se considerar também que, para ocorrerem as inovações nas pautas culturais, é necessário que a sociedade que as receba tenha capacidade de absorvê-las ou transformá-las numa nova aprendizagem cultural. Naturalmente, quanto maior for a necessidade (material ou social) dessa nova aprendizagem, maior receptividade terão as mudanças culturais, supõe-se.

Certamente, há momentos históricos de tal capacidade de inovação interna que favorecem ou acentuam o processo de difusão de determinadas pautas culturais. Há outros em que a cultura diminui a capacidade de dar respostas, ocorrendo um processo de pouca mobilidade.

Porém, a cultura que interiorizamos (o conjunto de conhecimentos que nos permitem reconhecer o nosso meio) também nos qualifica a vincular respostas específicas a novos estímulos. Imagina-se, então, que, dependendo das condições em que fomos socializados (políticas, econômicas, no âmbito individual ou social), tendemos a transitar durante o transcurso de vida por uns e outros comportamentos socioculturais.

Possivelmente, aqueles que foram então socializados (que viveram seu anos formativos na infância, juventude) em condições favoráveis (políticas, econômicas, educacionais) à mudança tendem a transitar durante o seu transcurso de vida por pautas de comportamentos mais propensos ao desenvolvimento coletivo e não somente individual.

Isto significa que a história da aprendizagem dos agentes humanos envolve a socialização de padrões de comportamentos, formas de organizações institucionais, enfim, a cultura condicionada pela porção do meio social em que se vive. Vale portanto dizer que tanto as “velhas” como as “novas” pautas e aprendizagens socioculturais estão intimamente relacionadas com

² Texto por nós traduzido do original em castelhano.

... o grau de diferenciação e o tipo de organização do meio social e o conjunto de elementos da situação, que se elevam à esfera de consciência, e de atuação mais ou menos deliberada dos agentes humanos. (Fernandes, 1960, p.19).

A evidência dessa conexão torna-se mais patente quando há acontecimentos sócio-históricos que exigem mudanças significativas, ou quando o próprio desenvolvimento social exige consideráveis ajustes ou transformações socioculturais.

Para aqueles que se apóiam na tese marxista da determinação econômica, as pautas culturais são definidas pelas relações sociais de produção dominantes em uma época.

Quando as transformações estruturais decorrentes de um processo imanente de contradições entre a técnica e a cultura (normas e comportamentos) chegam ao seu cume, impossibilitam que determinadas pautas culturais continuem funcionando.

Para Harris (1994), principal artífice do chamado “materialismo cultural”, é muito difícil uma cultura sobreviver a determinados estímulos ou condicionamentos infra-estruturais. Assim, tanto as mudanças radicais na infra-estrutura como na estrutura são capazes de produzir alterações drásticas na configuração da personalidade de uma cultura em um lapso de tempo muito curto.

Da teoria da “mediação social”, sobressai a idéia de que é possível que haja uma relação solidária entre cultura e estrutura econômica, uma solidariedade orgânica em que ambas as partes (cultura e estrutura econômica) se produzem sem as mudanças estruturais profundas, transferindo o estado permanente de seus conflitos para a síntese concreta das contradições sociais, os indivíduos, os grupos, a personalidade (Martín Serrano, 1978).

Os argumentos contrários à teoria das contradições, da mediação e do “conflito social” destacam o fato de que o sistema de produção social e o sistema cultural evoluem de maneira integrada e ajustada. E toda mudança nas relações de produção gera

uma resposta cultural. São as mudanças graduais que transformam a estrutura social.

Weber (1995), por exemplo, ressaltou que a mentalidade prática, segundo critérios utilitários que aparecem na época capitalista, provém de uma aprendizagem sociocultural (pre)dominante, concretamente a educação ético-prática do protestantismo. Esta é uma das primeiras expressões sociais que “quebra os valores sagrados ou intangíveis da sociedade tradicional e casa-se com o surto de uma mentalidade prática ” (apud Rodriguez Martinez, 1992, p.180).

Norbert Elias (1987), em um estudo sobre o comportamento social, considera que o processo de civilização da sociedade desenvolve um tipo de racionalidade que transforma a coação externa em interna. A racionalidade social originária da ordem aristocrática e pré-burguesa também se transladara para a sociedade moderna.

Para esse autor, não cabe dúvida de que as pautas culturais organizadas de acordo com a complexidade de uma sociedade cristalizam-se no aparato psicoindividual, tendendo a mitigar as inclinações espontâneas.

Contudo, recordando Marx (1946, 1957), salientamos que, como há um entrosamento entre os comportamentos sociais e o meio, no caso, sócio-histórico determinado, não podemos deixar de considerar que são os homens quem transformam as pautas culturais.

Naturalmente, como membros de uma sociedade, estamos limitados a nos comportar e a ver as coisas de modos similares. Porém, modificamos os nossos comportamentos sociais para responder aos influxos sociais, particularmente quando nos defrontamos com mudanças que não podem ser subestimadas. Como explicita Florestan Fernandes, tudo depende das

... exigências e possibilidades sociais, as quais não excluem diferentes combinações de atitudes e comportamentos variavelmente volitivos, conscientes e inteligentes, apesar de sua natureza social. (Fernandes, 1960, p.28)

Assim, a ênfase recai não só no tempo histórico geral em que o homem vive, mas também no fato de como os ritmos dos comportamentos transmitidos socialmente se transformam, de forma gradual, por certo, dependendo das motivações sociais, para novos comportamentos socioculturais.

Das teorias marxistas, em geral, salienta-se a noção de que, na sociedade capitalista, os paradigmas de comportamento repousam na socialização sutil de pautas culturais que tendem a perseguir uma meta específica, a exaltar a aprendizagem sociocultural que tenha como medida universal a sustentação de relações mercantis.

Do ponto de vista dessas teorias, os indivíduos, os grupos organizam seus comportamentos sociais dependendo da sua situação social, de classe; logo das condições materiais, sociais e históricas que têm forte predomínio sobre os comportamentos socioculturais, sobre o curso de vida.

Da contribuição weberiana, destaca-se que o desenvolvimento socioeconômico e político depende de valores interiorizados, solidificados pelos processos de socialização (Bourdon & Bourricaud, 1993).

Dentro dessa perspectiva, para Bordieu & Passeron, as classes e os grupos sociais, no processo de socialização, imprimem nos membros da sociedade o seu “habitus cultural”. A internalização desses significados cria esquemas duradouros de comportamentos que acabam reproduzindo os interesses materiais e simbólicos das classes e grupos econômica e politicamente dominantes (apud Szmrecsányi, 1988).

Desde as teorias que se apóiam na tese da socialização, evidencia-se que cada sociedade constitui seus paradigmas de comportamento e se resolve por uma multiplicidade de condutas socializadas que representa o modo de adaptação do ser humano ao seu meio e contribui para constituir o núcleo duradouro da vida social (Nisbet,

et al. , 1993).

Os estudos com base na aprendizagem sociocognitiva concluem que o desenvolvimento humano, em geral, é muito mais rápido nos anos pré-adultos e que as mudanças na personalidade básica diminuem muito depois que é alcançada a idade adulta. (Almond & Verba, 1963).

Nesse sentido, a incorporação de novos elementos culturais costuma ser lenta e gradual, e a substituição de antigos comportamentos não costuma ser pacífica, podendo mesmo gerar tensões e incertezas.

Uma das argumentações mais consistentes em favor das necessidades psicológicas de uma sociedade ou dos indivíduos em manter as pautas culturais são expostas, por exemplo, por Morison (1993). Para o autor, há uma propensão a buscar formas involuntárias e imediatas de proteção contra os choques que podem advir de mudanças. Então, tendemos a manter os hábitos com os quais já estamos familiarizados, por mais incongruentes que sejam, inclusive aplicando-os em situações divergentes.

Para Murette & Taylor e Ogburn, o mais provável é que as respostas humanas aos processos de mudança ocorram pelo critério de menor esforço, adaptação e utilidade. Murette, por exemplo, fala de uma “transvalorização cultural”. A mesma forma de atividades culturais, em distintos momentos, pode responder a diferentes necessidades psicológicas, históricas etc. (apud Ogburn, 1993).

As teorias do ciclo vital humano dão ênfase à retroalimentação do processo cultural. Consideram que as pautas culturais sobrevivem porque, à medida que os jovens envelhecem, eles tendem a ter os mesmos comportamentos dos mais velhos.

Outras explicações se apoiam na tese da divisão assimétrica dos papéis sociais, na estratificação por idade e no poder. Para Ogburn (1993), por exemplo, há interesses criados entre classes sociais e de idade, ambos baseados no poder, que fazem

com que as pautas culturais resistam às mudanças.

Esse processo decorreria das resistências à perda de posições vantajosas. Ou seja, quando se “implica a perda desta vantagem, os interesses criados oferecem resistência à mudança (...) Em uma sociedade que se encontra diferenciada em grupos sociais, um grupo tenderá a identificar-se com as forças da mudança, enquanto outros, com os interesses criados na cultura vigente, se opõem a esse” (Ogburn, 1993, p.61).

No entanto, quase todos os argumentos convergem para uma direção: a socialização de comportamentos e as respostas às especificações socioculturais mudam muito em uma cultura que sofre mutações rápidas, atingindo principalmente os jovens que, de certo modo, são diferentes dos adultos porque a cultura mudou em uma geração e suscitou novos hábitos, costumes, comportamentos.

Outro ponto mais ou menos pacífico é que a distribuição da socialização da cultura, nas sociedades estratificadas por idade, vai, ou deve ir, ocorrendo de acordo com as fases de amadurecimento cognitivo, com a idade ou com a posição no ciclo vital humano. As especulações sobre a realidade atual apontam para algumas situações em que esse processo se inverte. Com o rápido desenvolvimento científico e tecnológico, surgem novas pautas de comportamento social em que as crianças e jovens, protagonistas desse processo, tendem a assimilar mais rapidamente determinadas aquisições sociotécnicas e a dominar certos conhecimentos e hábitos que muitos adultos desconhecem. Tais adultos passam por um novo aprendizado com os segmentos de menor idade, condicionados aos novos processos de socialização, como, por exemplo, lidar com computadores etc.

De fato, as mudanças que se vêm operando nas sociedades modernas³ e nos seus produtos materiais e sociais sobressaem, de forma visível, nos comportamentos sociais e produzem um reflexo nas experiências formativas das gerações.

Insistimos, porém, que não se pode perder de vista o engajamento dos atores sociais nos processos de intervenção da realidade, ou, como bem ilustra Florestan Fernandes:

A vida social não repousa, apenas, na socialização das emoções das capacidades preceptivas e cognitivas dos indivíduos. Ela também envolve a socialização das expressões mais sutis, complexas e variáveis dessas qualidades, nos comportamentos voluntários, conscientes e inteligentes do homem. (1960, p.19).

Todos esses questionamentos nos levam a uma outra pergunta muito importante: como esses elementos se elevam à esfera da consciência e da perpetuação social e/ou levam à predisposição para as mudanças ou persistências culturais de geração a geração?

Passemos à análise que subsidia o tratamento do objeto em estudo, o tema “gerações”, como uma das explicações da renovação e/ou mudança social e cultural.

1.3.2 O problema das gerações

Para Ortega y Gasset:

... a idade é estar o homem sempre em um certo pedaço de seu escasso tempo, é ser começo do tempo vital, ser ascensão, até sua metade, ser centro dele, ser seu término ou, como costumam dizer, ser criança, jovem, maduro ou velho. (1994, p.45).

É muito comum ouvirmos as pessoas falarem de sua geração, referindo-se a um conjunto de indivíduos que compartilharam da mesma idade: quando se expressam sobre as gerações passadas, as novas gerações, os homens de minha geração, se referem a seus coetâneos de forma perfeitamente clara. Como dizem Braungart & Braungart:

Designam-se por aqueles que são da mesma idade, mais ou menos seus discípulos, seus amigos, camaradas. Aqueles que se criaram ao mesmo tempo que eles e que dividem as esferas da atividade e da influência. Todos os homens de uma geração se sentem ligados pela

³ O termo aqui é entendido como um processo que, em uma escala mundial, tem afetado quase todas as relações humanas.

comunidade de seu ponto de partida, de suas crenças e de seus desejos. Não foram testemunhas dos mesmos acontecimentos? (1989, p.7).⁴

Até aqui, o termo geração está associado ao “sentimento de pertencer” a um grupo que compartilhe de um autêntico patrimônio cultural, situado em um período da história. Contudo, esta definição preliminar, ao mesmo tempo que dá conta de explicar o comportamento humano, também indica várias dificuldades na hora de analiticamente pensar-se o comportamento humano através do conceito de geração.

Primeiro, podemos ter várias gerações em um mesmo período: as que já existem e as que nascem a cada dia. Então, como delimitar no tempo uma “geração”, se tanto as gerações antecedentes como as sucessivas podem viver na mesma época, a partir de diferentes posições de idade, por exemplo de 15, 18, 25 anos? Não são testemunhas dos mesmos acontecimentos históricos?

O problema consiste em delimitar se o que conta em primeiro plano, para definir uma geração, são as similaridades temporais ou as diferenças temporais vivenciadas coetaneamente, ou seja, a capacidade que cada uma delas teve de viver as similaridades de uma cultura, transformando-a ou conservando-a conforme suas necessidades de identidade.

Com efeito, não podemos ignorar, no século XIX, duas importantes escolas do pensamento filosófico e sociológico que começam a elaborar a análise do tema “geração”.

Passemos, então, a um breve inventário do pensamento ocidental dos positivistas, da escola idealista alemã até as teses mais específicas sobre o tema.

1.3.2.1 Os questionamentos dos positivistas

Os positivistas e aqueles que sofreram sua influência, no tratamento do tema “gerações”, giraram basicamente em torno de dois eixos básicos: a) como se dá a sucessão

⁴ A tradução é nossa a partir do texto em francês.

e a durabilidade de uma geração; e b) a conservação e a inovação da sociedade.

Julio Mariás atribui a Comte (1798-1858) o primeiro ensaio conceitual do termo geração, quando se refere “à duração ordinária da vida humana”. Para Comte, a morte é uma simulação da vida humana, uma vez que representa a sucessão das gerações em quantidade determinada, e o ritmo da evolução depende do intervalo das gerações, “sempre governado pela longevidade comum”. A preocupação com a duração de uma geração tem como parâmetro o tempo médio pelo qual uma geração substituirá a outra na vida pública. Para Comte, os primeiros trinta anos são delimitados como de formação; aos trinta anos o homem começa a ser criativo; aos sessenta, retira-se da vida pública (Comte, apud Mariás, 1970, p.30-35)⁵.

Para esse autor, se a duração média da vida aumenta, o tempo do progresso se retarda, uma vez que há efetivo predomínio das pessoas de maior idade sobre as de menor idade. Uma desapareção rápida também ocasionaria a debilitação dos conteúdos da vida construídos e o tempo do progresso também se retardaria (Mariás, 1970).

Segundo Justin Dromel, para haver uma geração decisiva, basta que uma delas esteja em minoria, uma vez que a maioria determina a decisão. O predomínio de uma geração se faz por cerca de dezesseis anos, até que lhe suceda uma nova geração. Enquanto uma geração exerce suas atividades, a seguinte se educa politicamente. O ideal social de uma geração é superior e, de certo modo, contraditório ao da precedente: a obra de cada geração é especial, única, uniforme e exclusiva (apud Mariás, 1970, p.36).

Stuart Mill (1806-1873) considera a geração a mola da história. Daí a sua importante contribuição metodológica. Embora não se aprofunde no conceito de geração, postula que a variação histórica acontece como uma série de influxos de uma geração sobre outras e que “a geração é, pois, um todo que afeta a forma íntegra da sociedade. A

⁵ É nossa a tradução para o português dos textos dos autores citados por Mariás em espanhol.

derivação abstrata de uma série de “gerações” parciais – literárias, artísticas, políticas, científicas etc. — é, no fundo, ilusória, e só tem valor como exemplo e simplificação metodológica ou didática” (apud Marias, 1970, p.36).

Durkheim (1858-1917), segundo Marias, é o representante tardio da sociologia positivista. Para ele:

A mudança social é pequena e lenta quando uma geração está fortemente submetida à influência da tradição e dos anciãos, e se acelera à medida que os agrupamentos são maiores e os homens estão mais desligados. Isto acontece, sobretudo, nas grandes cidades, onde grande parte da população está formada por homens jovens e de idade madura, procedentes de outros lugares, que ficaram separados de sua tradição imediata; daí a mobilidade e o futurismo dos grandes centros urbanos. (apud Marias, 1970, p.37).

Mentre, em sua tese de doutorado sobre as “gerações sociais”, apresenta uma primeira revisão histórica do problema das gerações com base nos estudos de Espinas sobre as sociedades animais, analisando a sucessão da família humana e distinguindo gerações familiares de gerações sociais. Enquanto as gerações familiares nascem da sucessão dos avós, dos pais, dos filhos, as gerações sociais ocorrem do desenvolvimento de condutas, sentimentos e crenças (apud Esler, 1974)⁶.

Mentre traz uma importante contribuição quando mostra que todas as esferas da economia, da política, da arte etc., estão conectadas com o fluxo geral da história. Porém, entende que “a esfera estética é a mais apropriada para refletir como um espelho a transformação global do espírito” (Mentre apud Mannheim, 1928, p.197).⁷

Os franceses se interessaram muito pelo problema das gerações, particularmente juvenis. Como dizia Mannheim, os franceses “eram testemunhas diretas do repentino sepultamento da onda de cosmopolitismo liberal, por uma juventude nacionalista em ascensão”. Assim, a própria realidade vital era estudada visando “compreender a

⁶ É nossa a tradução para o Português do original em francês do texto de Mentre, citado por Esler, 1974.

⁷ A obra de Karl Mannheim, *O problema das gerações* é aqui referenciada a partir da tradução espanhola de Ignacio Sanchez de La Yncera, 1993. Os textos referenciados foram traduzidos por nós dessa fonte.

mudança formal das correntes espirituais e sociais imediatamente a partir da esfera biológica.” e se tornava uma pista para as especulações teóricas. (Mannheim, 1993, p.195-197).

1.3.2.2 O problema das gerações na escola romântica alemã

Da filosofia romântica alemã, destaca-se o fato de que o problema geracional é um tempo qualitativo, vivencial, estratificado em um mesmo tempo e em tempos distintos, identificado por “destinos coletivos” (Heidegger, apud Gaos, 1980), por unidades geracionais. Porém, a mudança geracional continua sendo considerada um fator essencial para o impulso do progresso.

Como dizia Dilthey (apud Mannheim, 1993), as gerações dispõem de processos naturais (disposições) que se realizam em consonância com determinadas condições (culturais, circunstâncias sociais e políticas).

Dilthey, tomando como referência Shegel, Shleimachr, Hegel, Holderlin, Novalis e Tieck, que nasceram em uma mesma década, definiu geração como: “um círculo limitado de indivíduos, ligados por um todo homogêneo pelo fato de eles conhecerem os mesmos grandes acontecimentos e as mesmas transformações de um período” e, depois, “as mesmas influências, diretrizes da cultura intelectual que modelou a situação político-social” (apud Esler, 1974, p.199).

Uma das mais importantes contribuições de Dilthey consiste em deslocar o eixo da análise do problema das gerações quando tenta estudar o curso dos movimentos espirituais como “contraposição à imensurabilidade quantitativa e à compreensibilidade exclusivamente qualitativa do tempo interior da vivência”, ou seja, “por um conceito que se mede desde dentro” (apud Mannheim, 1993, p.199).

Pinder, como historiador da arte, recorre ao conceito de enteléquia para analisar a “não contemporaneidade dos contemporâneos”. Na mesma direção de Dilthey, Pinder considera que o tempo verdadeiro e o tempo vivencial são um mesmo tempo; ambos têm várias dimensões e deles se desprendem as gerações. A partir dessa visão, observa Pinder:

Cada um vive com a gente de sua idade e com gente de idades distintas em uma plenitude de possibilidades contemporâneas. Para cada um é um tempo e o mesmo tempo é um tempo distinto; a saber uma época distinta e própria dele, que só divide com seus coetâneos. (apud Mannheim, 1993, p.200)

A corrente histórico-romântica alemã, expressa em Pinder e Dilthey, persegue a imanência de misteriosos processos que se manifestam naturalmente com as condições vivenciadas pelas gerações.

1.3.2.3 A visão de Ortega y Gasset e Karl Mannheim

É indiscutivelmente no século XX que a teoria sobre “o problema das gerações” ganha vigor com os estudos de Ortega y Gasset, e, mais particularmente, de Karl Mannheim.

Uma importante teoria analítica das gerações é desenvolvida pelo filósofo espanhol Ortega y Gasset em seus livros *El tema de nuestro tiempo* e *En torno a Galileo* (1987 e 1994, respectivamente). Deste último, destacamos os seguintes aspectos:

- uma geração representa uma certa atitude vital, desde a qual se sente a existência de uma maneira determinada;
- as gerações nascem uma das outras, de sorte que a nova se encontra já com as formas constituídas pela anterior;
- os grupos que são coetâneos e os grupos que são contemporâneos não se podem confundir. Os primeiros são todos os que vivem um mesmo tempo:

“alojados em um mesmo tempo externo e cronológico convivem três tempos vitais distintos - os jovens, os adultos, os velhos” (Ortega y Gasset, 1994, p. 38-46);

- a idade não implica, por força, uma identidade de data de nascimento: “têm a mesma idade, vital e historicamente, não só os que nascem em um mesmo ano, mas também os que nascem dentro de uma zona de datas” (ibid., p.49);
- há épocas em que cada geração sente a existência de uma maneira determinada. Assim, há épocas cumulativas - “as novas gerações se sentem homogêneas com a anterior e se solidarizam com os velhos, se sujeitam a eles: na política, na ciência, nas artes...”, seguem a direção dos anciãos - são tempos de velhos. Há épocas eliminatórias e polêmicas; as novas gerações substituem os velhos; estes são destituídos pelos moços - são tempos de jovens (ibid., p.80).

Enfim, para Ortega y Gasset, “O conjunto dos que são coetâneos em um círculo de atual convivência é uma geração. O conceito de geração não implica, pois, primariamente mais que estas duas notas: ter a mesma idade e ter algum contato vital” (ibid., p.44).

Mas o “problema das gerações” ganha grande destaque com Mannheim, entre 1928 e 1929. Ele considera que são as experiências históricas comuns que interferem na formação das gerações. Quanto mais as mudanças são rápidas, mais as gerações desenvolvem sua própria atitude e respostas à sociedade e à política.

Para Mannheim, as novas experiências sócio-históricas atingem particularmente o “espírito maleável dos jovens”.

O “fenômeno geracional” é tratado por Mannheim através de três perspectivas: a posição geracional, a conexão geracional e a unidade geracional.

Fazendo um paralelo entre a posição geracional e a “situação de classe”, considera que se esta é determinada pela afinidade da posição econômica e de poder dentro de uma sociedade, a posição geracional será determinada pelo fato de se pertencer a uma comunidade de nascidos no mesmo ano ou em anos próximos, à qual se vincula por um destino vital, durante toda uma existência, formando um grupo concreto (Mannheim, 1993).

Tanto a situação de classe como a situação geracional “limitam os indivíduos a determinados terrenos do jogo concreto dentro do acontecer possível e que lhes sugerem uma modalidade específica de pensamento e vivência, uma modalidade específica no encadeamento no processo histórico” (ibid., p.209).

Se a posição de classe se pode determinar pelos vínculos estreitos com certas condições econômico-sociais, a posição geracional o será com certos momentos vitais “que sugerem aos indivíduos afetados por eles determinadas formas de pensamento e vivências” (ibid., p.210), nas quais eles tomam parte ativa ou passiva nessa interação com a nova situação.

Mannheim chama a atenção para o fato de que uma posição afim envolve uma potencial “participação em vivências comuns e vinculadas” e exemplifica: “ninguém pode sustentar que as juventudes chinesa e alemã se encontram em uma afinidade de posição em torno a 1800” (ibid., p.216).

Também distingue os coetâneos dos contemporâneos, quando diz que gerações distintas e comuns são contemporâneas, porém se utilizam da mesma vivência histórica, a partir de uma estratificação das vivências de suas formas constituídas de experiências.

...o que constitui a posição comum no âmbito social não é o fato de que o nascimento tenha ocorrido cronologicamente ao mesmo tempo – o fato de ser jovem, adulto ou velho, no mesmo período que outros –, mas o que constitui primariamente é a possibilidade, que nesse período se

adquire, de participar dos mesmos acontecimentos, dos mesmos conteúdos vitais; mais ainda da possibilidade de fazê-lo a partir da mesma modalidade de estratificação da consciência. (ibid., p.216).

Ou seja, há uma conexão geracional resultante de uma “modalidade específica de posição de igualdade dentro do âmbito histórico, resultante de uma proximidade dos anos de nascimentos”. Essa conexão sugere aos indivíduos determinadas formas de vivência e pensamento, ao se apropriarem de uma tradição. Cada geração se beneficia dos bens culturais acumulados, através de “uma nova modalidade de acesso, mediante a apropriação, elaboração e desenvolvimento do que está disposto” (ibid., p.212-213).

Quando os membros de uma nova geração utilizam os elementos tradicionais de uma cultura e diferem dos comportamentos das gerações antecessoras, em razão, sobretudo, de suas localizações, podem formar uma consciência geracional e conflitos intergeracionais.

Quando aqueles grupos que ocupam a mesma posição empregam vivências diversas do mesmo acontecer social e se utilizam de forma diferente dos elementos de uma mesma experiência, pode ocorrer a formação de unidades geracionais rivais, bem como conflitos intrageracionais.

Porém, podem coexistir “unidades geracionais” no âmbito de uma mesma conexão geracional. Por exemplo:

...toda juventude contemporânea, que é romântico-conservadora e liberal-racionalista vive em uma mesma conexão geracional, porém está vinculada por duas unidades geracionais distintas. A unidade geracional é, portanto, uma adesão muito mais concreta que aquela que estabelece a mera conexão geracional. (Ibid., p.223)

Para Mannheim, a formação de uma “consciência geracional” é decisiva, dependendo de quais sejam as experiências que as gerações formaram através das “primeiras impressões”. Nas suas palavras, “as primeiras impressões [as impressões

juvenis] tendem a ficar como uma imagem natural do mundo” (ibid., p.117).

Porém, por que as experiências juvenis são relevantes?

Supostamente, isso ocorre porque a sociedade se renova geracionalmente, porque há criação e acumulação de cultura que se realiza em outros indivíduos, quando vão morrendo as gerações anteriores e as posteriores vão reincorporando-as, e assim continuamente, uma vez que irrompem constantemente novos anos de nascimentos e, com eles, novos acessos aos bens culturais acumulados.

Essa renovação faz-se por “novas vidas sociais”, e “novos momentos vitais” e “a mudança de disposição se realiza nos novos portadores e, por isto, não conserva a mesma relevância que na história anterior na qual havia sido objeto de apropriação” (ibid., p.212).

Mesmo com a saída constante de anteriores portadores de cultura, as experiências passadas estão virtualmente presentes

...e são selecionadas pelos novos portadores de cultura por uma seleção inconsciente e só se aliam por uma seleção consciente quando (...) fundamentalmente se racionalizam e se fazem reflexivas só aquelas esferas que se tornaram questionáveis pelas transformações da contextualização histórico-social, aquela em que a transformação necessária já não se realiza sem reflexão e em que a reflexão vem a se converter em uma técnica de desestabilização. (ibid., p.212-214)

A polaridade decorrente de uma estratificação de vivências pode possibilitar a formação de uma “contracultura”, formando-se um “rejuvenescimento social”. Aquelas vivências que estão sendo experimentadas pela primeira vez, em geral são importantes, desafiantes, portanto:

...para formação da consciência é decisivo quais sejam as vivências que se depositam como primeiras impressões, como “vivências da juventude” (...) as primeiras impressões tendem a ficar fixadas como “uma imagem natural do mundo”. Por conseguinte, qualquer experiência tardia se orienta por meio desse grupo de vivências, e pode ser que seja sentida como uma confirmação e satisfação desse primeiro extrato de experiência ou, pelo contrário, como sua negação ou antítese. (ibid., p.216)

Em síntese, para Mannheim é na primeira juventude que se reconhecem os conteúdos problemáticos, inconscientemente recebidos pela transmissão social que são experimentados em seu conteúdo vital, mais profundo. Os conteúdos deste processo nascem aos 17 anos ou antes e freqüentemente depois é que começa a vida auto-experimentada.

Se o legado transmitido inconscientemente em algum momento da história é problematizado e se torna reflexivo, significa que as orientações primárias foram postas em questão por outras possibilidades culturais. Então, parece que as gerações mais novas e as mais velhas têm, pela primeira vez no presente, a oportunidade de experimentar juntas novas experiências e questioná-las em si mesmas.

Enfim, a tradição seria quase insuperável se não houvesse a intercessão entre as gerações, abrindo-se a possibilidade de que “não só se eduque o mestre como também o discípulo” (ibid., p.220).

Numa síntese geral, poderíamos dizer que Mannheim e Ortega y Gasset delimitam a importância das gerações sociais, marcam o significado da história sobre a formação de uma consciência geracional entre indivíduos da mesma idade, definem a dinâmica dos conflitos intergeracionais ou intrageracionais que aparecem entre os diferentes grupos de idade da sociedade ou no interior de um mesmo grupo de idade. Mannheim também ressalta a relevância das experiências adquiridas durante a juventude e como a cultura é absorvida por “novos portadores”.

1.3.3 Os jovens e as reações sociocognitivas

Centrando-se nas bases teóricas e ampliando-as, principalmente desde

Mannheim, derivaram-se muitos estudos que, em geral, ressaltam os conflitos geracionais e as reações diversas dos jovens a uma sociedade consagrada ao materialismo e ao crescimento econômico, vislumbrando o “conflito geracional”, a “adesão geracional” à sociedade e a seus adultos e, ainda, as suas formas peculiares ou disposições vitais de se tornarem “novos portadores de cultura”. Incorporaram-se também a essas teorias as análises das vertentes teóricas da psicologia, particularmente da psicologia social. Revisemos, brevemente, algumas das teorias e estudos que daí se derivam.

1.3.3.1 Os estudos com base na psicologia e na sociologia da idade

O curso de vida que era considerado pela psicologia do desenvolvimento como uma curva convexa (apud Gil Calvo, 1989) – nascimento, envelhecimento, morte –, passa a ser tratado pela psicologia do desenvolvimento social como categorias de idade dinâmicas (infância, juventude, idade adulta, terceira idade, velhice), em que, para cada estágio da vida, correspondem as predisposições psicoafetivas, comportamentais, com diferentes reações à densidade cultural.

As mudanças cognitivas servem de importante parâmetro para o estudo de tipos particulares de comportamento. A cada estágio da vida correspondem mudanças cognitivas. É durante a infância e a adolescência que ocorre uma necessidade de se fazer compreender, que surge uma série de tensões e necessidades socioafetivas (Piaget 1969; Keniston, 1977).

À medida que os indivíduos envelhecem e passam de um estágio para outro, sofrem uma transformação de atitude e de comportamentos sociocognitivos. Nos diferentes estágios que se experimentam durante a vida, nascem sentimentos, desejos, aquisição de novos conhecimentos.

É na juventude que se intensifica esse processo quando os indivíduos

transitam da puberdade para a vida adulta. Nesta fase, juntam-se aos seus iguais, são engajados dentro de um processo acelerado de descobertas e sentem necessidade de independência e desejo de identificação consigo e com a sociedade (Erikson 1987, Keniston, 1977).

Como dizem Braungart & Braungart (1989), surge uma “corrente curiosa” que examina as relações gerais entre a idade e toda uma variedade de comportamentos, convencionalmente chamada de “Sociologia da Idade”⁸.

Os estudos, em geral, se concentram na tese de que, aliadas às mudanças vitais decorrentes do processo de envelhecimento, ocorrem também importantes mudanças sociocomportamentais.

Muitas pesquisas (Adelson, 1971; Braungart, 1975, 1980; Klinerbert et al., 1979; Gallatin, 1980; Braungart & Braungart, 1985; etc.), apoiando-se na tese de que há características fisiológicas e modos de comportamentos que assumem formas particulares em fases específicas da idade, tomaram como referência os movimentos estudantis dos anos 60 e consideraram que a rebeldia política é uma manifestação propriamente das aspirações de mudança e uma expressão da vitalidade que ocorre durante o estágio juvenil (apud Braungarten & Braugarten, 1989)

Tais investigações indicam que “os jovens estão prontos a criticar a sociedade política, sobretudo, a maneira como os adultos regularizam os problemas sociais e políticos” (ibid., p.17-18).

Outras pesquisas concentram-se no estudo da própria “flexão vital”, quer dizer, em determinados comportamentos socioculturais que aumentam ou diminuem, dependendo da idade. Por exemplo, muitas investigações que analisaram a adesão política de várias pessoas, chegaram à conclusão de que as pessoas, quando mais jovens, tendem a

⁸ É nossa a tradução para o português dos trechos em francês do texto de Braugart & Braugart.

se identificar com as propostas ou partidos ou candidatos de esquerda, mais velhas, tendem a ser conservadoras e a defender políticas de direita ou liberais (Crittendent, 1962, Hudson & Binstock, 1976, Lipset, 1981, apud Braungart & Braungart, 1989).

Esses estudos foram reforçados quando pesquisas sobre grupos de atores políticos dos anos sessenta concluíram que muito daqueles líderes mudaram de opinião quando superaram a fase juvenil, embora a adesão à ideologia vigente tenha sido feita de maneira mais moderada. (Braungart & Braungart, 1980).

Outros trabalhos se centram na biografia da psico-história dos indivíduos baseada na teorias de Freud. Um exemplo são as pesquisas de Feuer (1969) que explicitam ser os conflitos políticos vividos pelas gerações nos anos 60 manifestações de fortes inconscientes profundos:

...de uma ruptura de 'equilíbrio geracional', ruptura que implica na desilusão e na rejeição dos valores das gerações dos mais velhos e a convicção de que a geração jovem tem uma missão, a obrigação geracional de preencher o lugar dos membros mais velhos da sociedade que caiu. (Feuer, apud Braungart & Braungart, 1989, p.17-18)

Estudos mais recentes colocam em relevo que os estágios por que se passa no ciclo de vida estão-se modificando diante das tensões e problemas sociais e estão aparecendo mais alternativas geracionais no seio da própria sociedade que diluem ou dificultam a emergência de eixos específicos, seguidos por uma juventude.

Os coletivos de idade que estão vivenciando de forma singular tanto as inovações técnicas como suas derivações em termos de comportamento sociocultural, não enfrentam propriamente um conflito geracional entre a sociedade dos jovens e a dos adultos, mas as manifestações das contradições não resolvidas na própria sociedade.

Roberts (1983) considera que, para numerosos jovens:

Sua vida, como a de muitos adultos na sociedade contemporânea, está fragmentada. Professores, pais e patrões não os tratam sempre de uma mesma forma. Às vezes, se presume que tenham tido experiência sexuais e que têm uma consciência política; outras vezes, em troca, os tratam

como inocentes completos. (Roberts apud Coleman & Husén, 1989, p.21)⁹

No seu estado de amadurecimento psicológico e social, os jovens não aceitam essas contradições e não se contentam em se deixar influenciar. Querem influenciar e interferir neste processo (Coleman & Husén, op. cit.).

Para Rosenmayr (1979), sociólogo austriaco, a juventude havia desprezado deliberadamente a sociedade consagrada ao crescimento econômico e se havia voltado aos movimentos ecologistas. Ele também considera que a adesão dos jovens aos movimentos pacifistas representa um desprezo pelo materialismo e a exaltação à livre expressão, além da repulsa a uma imponente sociedade de adultos (apud Coleman & Husén, op. cit.).

Estudos como o de Havighurst (1975) com jovens americanos, tomando os tipos teóricos de acordo com a definição de Weber, consideram que na sociedade atual há menos “jovens precursores” do que os de “espírito prático” e concluem que “os primeiros representam aproximadamente 20% dos jovens de 15 a 25 anos, (...) exaltam a livre expressão e têm a intenção de utilizar sua instrução não para perpetuar um sociedade técnica consagrada ao crescimento econômico, mas sim, para criticá-la”, enquanto os segundos são “aprendizes da escuta dos dirigentes da sociedade tecnocrata, utilitária que se situa sob o signo da produção” e formam a maioria, cerca de 60% (apud Coleman & Husén, 1989, p.49).

Com efeito, se, por um lado, o progresso técnico cria um gosto pela inovação, que aprofunda a diferença entre as gerações, por outro, não faltam comentários

⁹ A tradução é nossa (do espanhol para o português).

genéricos de que a juventude atual vem-se tornando muito conservadora.

Entre outros questionamentos que são levantados para os que se apóiam na tese da “vitalidade política” inerente à condição juvenil, pelo menos um é inevitável: por que tantos jovens, em determinadas épocas, participaram de atividades políticas e adotaram um comportamento ativo e outros, a tranqüilidade e a passividade? No Brasil, por exemplo, os movimentos estudantis dos anos 60 praticamente silenciaram nos últimos anos, inclusive quando a sociedade se tornou, de direito, mais democrática.

Por que os coletivos de idade, particularmente os jovens atuais, apresentam determinadas tendências mais conservadoras?

1.3.3.2 A estratificação da idade e a distribuição de papéis sociais: de critérios não-econômicos a econômicos

A divisão de comportamentos por idade supõe um desenvolvimento de vida socialmente construído, de acordo com a sociedade e o momento histórico. O processo distributivo de atividades sociais em função da idade vai pautando mudanças de *status* e mudanças de idéias, de comportamentos.

Para Neugarten (1979), as idades funcionam como relógios sociais, estabelecendo agendas para a vida, o ritmo esperado para a ocupação de status, funções e papéis ao longo do ciclo de vida (apud Neri, 1991).

Para Fortes (1984), a padronização das classes de idade pode ser entendida como uma resposta às mudanças que são exigidas quando se passa de uma economia doméstica para uma economia de mercado de trabalho. O reconhecimento das idades cronológicas se torna referência quando as estruturas político-jurídicas se sobrepõem às relações familiares. A autora dá a entender que as categorias de idade (crianças, jovens, adultos, velhos) são uma ampliação da estrutura familiar para as redes de mercado.

Considera, ainda, que as gerações têm como base a família. Um pai é um pai, um irmão é um irmão, independente de sua idade cronológica ou estado de maturidade. Essa rede de hierarquia geracional é ampliada praticamente para outras esferas das relações sociais: o trabalho, a organização do sistema produtivo, as instituições educativas e aquelas que têm como objetivo grupos de idade específicos (Fortes, 1984).

Fernández Enguita (1993) extrai da abordagem weberiana de estamento e situação estamental o conceito de privilégio negativo para aplicá-lo às condições sociais resultantes do destino vital humano, nas quais o indivíduo não pode atuar, ou lhe é facultativo atuar em condições altamente restritivas. Classifica os grupos marcados por esses condicionamentos de categorias sociais, e, de classe social, aqueles grupos determinados pelas posições de mercado (nas organizações e mercado), nas quais, em tese, os indivíduos são livres para atuar e cujos limites são estabelecidos pela exploração.

Em uma perspectiva próxima à de Fortes, Fernández Enguita (1993) utiliza o paradigma patriarcal, próprio da rede doméstica familiar, para analisar os estereótipos de geração e gênero no acesso ao processo distributivo dos escassos postos de trabalho.

Orientando sua análise a partir do que caracteriza como “redes de caráter inclusivo” (Lar e Estado), Fernández Enguita explicita que é a partir das primeiras redes, derivadas da casa, da esfera doméstica, que se constitui o reconhecimento do poder patriarcal sobre os níveis de parentesco e sexo (homens, mulheres, adultos e crianças) e que se constituem as diferenças de geração e gênero. Daí, possivelmente, também se originam as diferenças sociais de oportunidades de vida, estabelecidas em outras esferas das relações sociais, como as relações de mercado em seu processo distributivo.

Aqui, do mesmo modo, é a esfera doméstica, garantida pelo poder patriarcal, pela tradição e costume, que subordina a ostensiva descontinuidade entre as gerações, em um quadro ampliado de continuidade, quando se torna um elemento

simbólico extremamente econômico, legitimado sob a condição de categorias privilegiadamente negativas, coletivos de idade, como os jovens e os velhos.

Lenski (1993), analisando o sistema de classes baseado na idade, comenta que um dos recursos mais importantes para se compreender o processo distributivo, principalmente quando se distribuem valores escassos¹⁰, é a estratificação por idade. No entanto, como todas as pessoas vão mudando de uma para outra classe de idade, e cada um desses estágios requer preocupações presentes, esquecem-se das conseqüências vindouras.

O autor assim comenta:

Talvez, a principal razão disso seja porque a maioria das pessoas atravessa o mesmo ciclo de anos. Em outras palavras, a idade não constitui um recurso de diferenciação a longo prazo. Não obstante, isto passa por alto pelo fato de que muitíssimas pessoas estão tão preocupadas por sua situação imediata que suas ações são, sobretudo, réplicas a necessidades e problemas correntes do que a perspectivas futuras (Lenski, 1993, p.417)¹¹

Para esse autor, um dos aspectos mais notáveis nas sociedades estratificadas por idade é a divisão assimétrica de papéis econômicos. Em geral, jovens e velhos têm pouco acesso a postos ocupacionais mais valorizados, pois normalmente são as pessoas adultas e de meia idade, que têm mais poder político e acesso aos postos políticos.

Entretanto, as oportunidades educacionais em rápida expansão geraram “uma correlação inversa entre a idade e o logro educacional nas populações adultas” em quase todas as nações do mundo ocidental. Isto possibilita “aos jovens uma clara vantagem em sociedades nas quais as oportunidades de trabalho são determinadas freqüentemente pelo logros formais em matéria de educação” (ibid., p.419). A importância do acúmulo da educação pelos jovens também faz com que surjam outras implicações, como os novos conflitos de idade em decorrência da crescente escassez de trabalho e ofertas de demandas educacionais.

¹⁰ Ver Polani (1980) e seus seguidores.

¹¹ O texto é por nós traduzido do original em castelhano.

A industrialização significou um apreciável aumento dos requisitos educacionais, assim como menos oportunidades de que adolescentes e adultos jovens pudessem obter empregos proveitosos. Em primeiro lugar, como resultado do processo de dependência econômica em relação aos mais velhos, a independência dos jovens fica substancialmente prejudicada; em segundo, porque, em virtude dos avanços sócio-econômicos, e, em especial, do aumento da educação de massas, os adolescentes e os adultos jovens vêm desenvolvendo um mundo constituído exclusivamente por seus pares de idade, um mundo em que os adultos penetram não mais do que de modo marginal (Lenski, 1993, p.419-427).

Nesta perspectiva, para Coleman & Husén (1989), a juventude se caracteriza – hoje, inclusive –, como uma etapa de espera antes de assumir a idade adulta, e se prolonga em decorrência da expansão da escolaridade. A esse tempo, é atribuída uma fase de preparação em que os jovens experimentam um período mais prolongado do que aquele ocorrido em outras épocas. Este processo, no entanto, pode ser retardado indefinidamente em função da dificuldade de acesso a um mercado de trabalho cada vez mais incerto.

Naturalmente, o critério de idade não tem exclusividade na determinação do *status* e dos papéis sociais. Outros fatores como classe social, estratificação étnica e de gênero podem interferir e conjugar-se com a estratificação por idade, determinando um conjunto de normas paralelas que têm forte reflexo sobre o desempenho individual e social.

1.3.4 Os estudos geracionais e sobre os jovens no Brasil – breves comentários

A tênue fronteira que separa as teorias geracionais do ciclo de vida parece se

tornar clara, no Brasil, e a aparente ambigüidade, muitas vezes, revela o fulcro do problema. A categoria idade, tratada sob a perspectiva geracional, como anunciam alguns estudos, muitas vezes revela ou uma conexão direta com as teses do ciclo de vida não anunciadas ou se mescla a um enfoque de classe social, tendo como aliado comum o tema juventude.

Uma das contribuições mais significativas sobre o tema, do ponto de vista geracional, é o trabalho pioneiro de Foracchi (1965), apoiado na perspectiva teórica tratada por Mannheim. A autora discute, assim, a participação dos jovens brasileiros de classe média, universitários, nos movimentos estudantis dos anos 60, como uma posição social que se desdobra em uma conexão geracional na qual se alia a vitalidade propriamente juvenil e sua situação social de estudante universitário. Quem são os seus interlocutores? Seus pais, seus colegas, seus professores, não a sociedade.

Reafirma Foracchi que a necessidade de participação e de engajamento político é tipicamente uma flexão da vitalidade juvenil na interação social de um determinado grupo universitário formado por jovens da classe média, e deixa subentender que, uma vez fora da posição de estudantes, ao assumirem suas profissões, os ex-alunos de então já não exprimem rejeição a uma ideologia que criticavam.

A partir da década de 70 e 80, os estudos enfatizam o jovem urbanita* brasileiro que passa a ter como valor axiológico a escola e/ou trabalho, e o lazer. Destacam a análise do jovem e o problema social na sua inter-relação com a sociedade capitalista e as suas contradições sociais. A categoria idade e/ou a posição no ciclo de vida situa a relação entre classe social, oportunidades educacionais, de trabalho e de vida.

São as contradições de uma sociedade desigual que espelham uma realidade

* urbanita – que ou quem reside em cidade (Ferreira, 1989).

vivenciada por sujeitos concretos – os jovens trabalhadores/estudantes brasileiros¹².

Desde os anos 80, alguns ensaios começaram a se concentrar nos temas sobre os jovens, particularmente na Grande São Paulo, a partir de seus aspectos demográficos, como os estudos organizados pelo SEADE¹³, entre outros. Sobressairam-se as investigações sobre a questão de gênero, como as que destacam a presença da mulher jovem no processo de escolarização, no mercado de trabalho, como os de Rosemberg (1989), e também as pesquisas como as de Madeira (1988), entre outros autores, sobre maternidade e trabalho de adolescentes¹⁴.

O tema jovens, suas experiências, percepções, sociabilidade e atuação, recentemente começou a ser referenciado a partir de grupos de jovens, seus espaços de lazer etc. Entre esses estudos, destacam-se, por exemplo, os de Abramo (1994) sobre os grupos Punks e Darks, que explicitam que os jovens se não mais atuam politicamente, atuam através de símbolos e forçam uma percepção a partir de sua condição juvenil, de seus espaços de sociabilidade e tentam chamar a atenção sobre os seus problemas e o da sociedade que os exclui. Para a autora,

...a compreensão do significado de sua existência, de seu estilo, de suas roupas, dos objetos de sua preferência, bem como dos temas das suas músicas e das formas de atuação e exposição nos espaços públicos, pode talvez ser útil à compreensão mais geral das angústias, dos problemas das formulações dos jovens do nosso tempo, e, quem sabe, trazer algumas contribuições para o conhecimento das tensões e contradições da sociedade atual. (Abramo, 1994, p.159)

Essa tendência de análise segue situando nos anos 80 e 90 a violência juvenil, particularmente através das gangues, acentuando que o jovem agora exerce uma interação “em si e para si”, ao incluir muitas dimensões simbólicas, quase todas centradas e retiradas de seus universos privados, pessoais, de desejos, crenças, motivações afetivas,

¹²Uma revisão destes estudos pode ser encontrada na *Revista da ANPED*, n.5 / 6 , 1997.

¹³O jovem na grande São Paulo, 1988.

¹⁴Uma revisão sobre a questão de gênero (tratando da mulher jovem/adolescente, estudante) pode ser encontrada no livro *Quem mandou nascer mulher ?*, organizado por Madeira (1997).

baseados na “cultura do individualismo” e traduzidos em estilos de vida (formas de consumo, moda, lazer) ou em manifestações sociais baseadas na violência às normas através das drogas ou através de uma contracultura que ressalta a individualidade cultural, étnica etc.¹⁵.

Este é um tema que, no Brasil, ainda precisa ser aprofundado e ampliado. Nesse sentido, concordamos em parte com Abramo (1997), quando ressalta que: “Na academia, depois de anos de quase total ausência, os jovens voltam a ser tema de investigação e reflexão...”. No entanto, continua a autora:

...a maior parte da reflexão ainda é destinada a discutir os sistemas e instituições presentes nas vidas dos jovens (notadamente as instituições escolares, a família, ou ainda os sistemas jurídicos e penais, no caso de adolescentes em situação anormal ou de risco)... (p.25).

Diríamos, ao contrário, ser ainda necessário insistir em analisar o processo de transição pelo qual passa a juventude nos processos de relações familiares, de vida escolar, econômica e de trabalho pela autonomia moral e psicológica, ou seja, em abordar a fase da juventude como uma transição e também como um estado ou condição social.

Se a experiência juvenil depende desses itinerários formativos, nada como o conhecimento dessa realidade para se pensar na juventude e na sua relação com os problemas sociais no Brasil, tema que até agora é pouco estudado, debatido e planejado.

1.3.5 Uma menção aos estudos sociológicos na perspectiva de coortes geracionais

Para a sociologia, a **coorte geracional** é um grupo de pessoas que nasceram

¹⁵Vários e interessantes trabalhos sobre a questão foram apresentados no XXI Congresso de Associação Latino-Americana de Sociologia – ALAS -, como o de Abramo, H. W. “Jovens e cidadania: a tematização da juventude na ação social e no debate político contemporâneo”; Coelho, C. N. P. “A cultura juvenil de consumo e as identidades sociais alternativas”, entre outros (São Paulo, ago., 1998).

no mesmo intervalo de tempo, vivem num mesmo estágio da vida, enfrentam de forma singular determinados marcos sócio-históricos e desenvolvem e assimilam, de forma particular, certas experiências sociais.

O emprego do conceito de coorte no estudo das mudanças sociais tem sido bastante utilizado na sociologia para evidenciar que, à medida que amadurecem e envelhecem juntas, determinadas coortes dividem experiências singulares devido às influências das circunstâncias socioconjunturais sobre oportunidades de vida.

Ampliando a análise para o estudo geracional, a psicologia social e a sociologia da idade têm apreendido desse conceito que cada coorte possui uma marca de seqüência de suas condições sociais dificilmente repetida no comportamento, inclusive, de coortes mais recentes, até mesmo nos níveis próximos de idade.

Alguns poucos anos de diferença no ano de nascimento podem ter efeitos importantes. Explicita Rintala (apud Braungart & Braungart, 1989), que é muito diferente ter nascido na Europa depois de 1904 ou em 1894. Para os primeiros, o mundo tinha começado a se transformar quando começava sua adolescência em 1919, num mundo de fumaça. Para os segundos, tinha terminado em 1914, separando o tempo precedente, de paz e equilíbrio, por um “delírio de fumaça”:

Qualquer europeu nascido depois de 1904 atingiu a adolescência num mundo que ele sabia perigoso e cruel. Pelo contrário, se tivesse nascido, como eu, em 1894, teria visto de repente uma longa fissura exposta no espelho. Depois disso, seu espírito não podia mais escapar da idéia de que o mundo tinha terminado em 1914 e que, para o outro, tinha começado perto de 1919, separando o precedente por um delírio de fumaça e selvageria, à margem do tempo real. (Rintala, apud Braungart & Braungart, 1989, p.19)

Várias outras pesquisas realizadas durante os últimos 20 anos mostram, por exemplo, que as coortes que cresceram durante a crise econômica dos anos 30 e viveram a experiência da juventude e infância durante a Segunda Guerra Mundial, manifestaram valores diferentes daqueles que atingiram tais estágios de vida em seguida a esse conflito.

Os estudos demonstram que, na Europa ocidental, as coortes mais velhas parecem mais preocupadas com as questões de economia e segurança nacional enquanto as mais jovens aderem a valores e estilos de vida que lhes permitem expressar seu apoio à aliança da OTAN, bem como aos gastos em matéria de defesa, comprovando uma grande desconfiança, tanto em relação aos EUA quanto à antiga União Soviética (Rintala, apud Braungart & Braungart, op. cit.).

Nos estudos de Inglehart (1991), realizado em países desenvolvidos, aqueles coletivos de idade que viveram seus anos de socialização em um período de estabilidade econômica tendem para valores pós-materialistas, e aqueles que viveram em processo de restrições econômica, para valores materialistas. O autor apresenta a hipótese de que aquelas experiências adquiridas durante os anos de juventude, nos anos formativos, são tão importantes que, quando estes coletivos se tornam adultos, integram tais experiências ao seu sistema normativo geral e estas persistem ao longo de toda a sua vida.

Isto se deve à constatação de que as condições que prevalecem são aquelas formadas nos primeiros anos. Também Ryder (1965) explicita que, com o passar dos anos, as pessoas se tornam menos suscetíveis à mudança. Quanto mais o tempo passa, mais são percebidos os reflexos de coorte.

Assim, as condições e os acontecimentos sócio-econômicos, no seu processo mutante, interferem e são coletivamente acompanhados e compartilhados por um conjunto de coetâneos que compõe a coorte geracional, desde o nascimento até a tumba.

Como diz Gil Calvo:

...cada coorte é como um compartimento estanque a que se pertence por status adscrito (estamento assinado pela data de nascimento), e portadora de suas próprias características singulares, diferencialmente adquiridas sob determinadas conjunturas históricas. (1989, p.213)

Nesta perspectiva, explica-se a pergunta anterior por que a juventude atual tem-se apresentado de forma apática, conformista, inclusive menos participativa que seus próprios pais. Possivelmente, porque não se trata de um efeito de idade, senão de coorte geracional, conforme assinala Gil Calvo (1989).

Naturalmente, quanto mais mudam as condições sócio-econômicas de uma sociedade, mais se tornará visível e rápida a diferença entre as coortes mais tardias e as mais recentes. Conseqüentemente, com o passar dos anos, as coortes anteriores vão sendo gradualmente sucedidas e novas coortes vão sendo adicionadas, correspondendo a novos estilos de comportamento que poderão continuar a crescer por algumas décadas. Isto é um elemento essencial na concepção de Mannheim sobre gerações, a qual traz a idéia de que a emergência contínua de seres humanos em nossa sociedade vai construindo socialmente novos portadores de cultura.

1.3.6 Outra menção: efeito de período sobre as coortes geracionais

Acontecimentos históricos, mudanças socioculturais ou da situação geral que estão sendo vivenciadas, um acontecimento contemporâneo mais próximo, imediato, que afeta a todos os grupos de idade e os conduz para determinados comportamentos numa mesma direção podem ser considerados como “efeito de período”.

Exemplificando, pode-se produzir uma forte depressão econômica (guerra, catástrofe) ou realizações científicas e técnicas que incidem de tal maneira sobre todas as gerações que, independentemente de sua posição no ciclo de vida, respondem com comportamentos similares, “efetuando movimentos na mesma direção” (Orizo, 1996, p. XVIII).

O que se ocorre é um giro cultural geral, decorrente de desenvolvimentos históricos particulares que se produzem numa sociedade, num dado momento de sua história e que podem ser continuados ou não. Poderíamos dizer que, se o efeito de coorte se origina do passado e determina o futuro, o efeito de período se origina no presente e pode determinar o futuro.

Collens, por exemplo, demonstra em seus estudos que a política de uma nação torna-se a psicologia cotidiana de uma criança, ou seja, os acontecimentos sociopolíticos importantes influenciam a maneira como as pessoas desenvolvem suas vidas. Este autor realizou entrevistas com crianças de várias nacionalidades e observou o impacto dos efeitos de período nos primeiros anos de infância, constatando “que à medida que conhecemos melhor essas crianças nos damos conta de como o nacionalismo é um instrumento que penetra facilmente no ego” (Collens, apud Braungart & Braungart, 1989, p.15).

Esse resultado, a longo prazo, pode produzir efeito em coortes “que refletem as condições que prevaleceram durante os anos formativos de um determinado grupo de idade” (Inglehart, 1991, p.79).

De qualquer forma, tais fenômenos não são muito fáceis de serem comprovados. Enfim, é muito difícil a comprovação empírica de cada um desses efeitos, e os estudos costumam tratá-los com metodologias estatísticas específicas e bastante elaboradas. Em geral, os estudos sobre os efeitos de idade, de período e geracionais se colocam, conforme Braungart & Braungart (op. cit), em torno das seguintes perspectivas:

- a) da natureza agregada (aditiva) dos três fenômenos;
- b) da natureza combinatória dos três fenômenos;
- c) da natureza interativa dos três fenômenos;
- d) da natureza histórica e/ou dialética dos três fenômenos.

1.3.7 A modernização e o desenvolvimento sociocultural

Há muito tempo, o desenvolvimento da sociedade ocidental moderna, os valores e comportamentos coletivos, são frutos de análise teórica de vários matizes.

As análises baseadas no estudo das gerações, nos grupos de idade, têm como referência básica as variáveis econômicas, culturais e cognitivas que se foram tornando uma exigência da própria realidade objetiva, desdobrando-se em comportamentos sociais e culturais significativos em vários aspectos da vida.

Assim, o assunto gerações, o papel que estas desempenham na mudança social, bem como os estudos sobre a idade e a mobilidade de comportamentos estão cada vez mais relacionados com o conceito de modernização e com o desenvolvimento econômico que conduz a um processo de mudanças no modo de vida, decorrentes, por sua vez, do processo de urbanização e industrialização como fatores historicamente construtivos, distintos, porém imbricados.

Em suma, a racionalização técnica e o *ethos* próprio da civilização atual provocaram fortes impactos sobre os comportamentos sociais que foram construídos e que tendem a construir-se como resposta aos variados problemas impostos pelas situações da existência social.

Nos diversos matizes das teorias clássicas da modernização social, desenvolve-se uma tese comum: assim como no trabalho, a vida moderna também especializa as outras relações sociais.

Segundo essas teorias, há uma divisão entre o individual e o coletivo, o público e o privado, que contrasta claramente com a vida das comunidades agrárias e, inclusive, de pequenas comunidades urbanas do passado.

As suposições teóricas da modernização econômica e das mudanças sociais, entre os anos 50 e 60, permearam a maioria das discussões sobre os temas em estudo e consideravam que a complexidade das mudanças sociais transformaria, de forma importante, as condutas e os comportamentos socioculturais na retroalimentação dos diferentes papéis sociais (transição demográfica, mudança familiar, etc.) e das mentalidades (individualismo, modernismo, romantismo, ideologia do amor, etc.).

Nessa perspectiva, o casamento evoluciona, supostamente, de uma decisão outorgada pelas famílias e pelo patrimônio para uma decisão entre consortes que se apóia no exclusivo intercâmbio de afeto, na reprodução e na hierarquia.

Por outra parte, tanto a sociologia como a história da religião insistiram por muito tempo, nas análises sobre as possibilidades da secularização progressiva dos atos religiosos à medida que se foi desenvolvendo um processo de “modernização”.

Há muitas interpretações a respeito de como o modo de produção mercantil e a vida urbana originam uma forma peculiar de viver e se incluem nas especificidades e simplificações que vêm ocorrendo em muitos dos seus aspectos. Segundo os diferentes matizes dessas teorias, a religião – como o trabalho, a família etc.– também se converte em um aspecto muito especializado da vida e deixa de ser um núcleo de relações sociais como ocorria, por exemplo, com as comunidades rurais típicas.

A laicização da vida, ou um certo neutralismo religioso, desenvolve-se levando em conta que o eixo de crenças morais que uniam as comunidades se diversifica e se mistura com muitas outras crenças, fazendo com que, na cidade, várias religiões convivam através das práticas e das diferentes crenças religiosas (Lenski, 1986, p.27).

Para Herberg (1962), a vida urbana origina a religiosidade de tipo comunal em antítese à associacional, quer dizer, a busca de identidade e participação através da comunidade.

Muitas teorias sustentam que a religião, embora tenha perdido influência notória em âmbitos cruciais da vida social no processo de urbanização e “modernização” da sociedade, continuou sobrevivendo através do inconsciente (Freud, 1968). Na verdade, tanto a sociologia como a história da religião insistiram, por muito tempo, na análise das possibilidades da secularização progressiva dos atos religiosos, à medida que se foi desenvolvendo um processo de “modernização”. E ainda se considerava também, desde Durkheim, que as condições da “modernidade” estavam baseadas numa religião laica, cultural e patriótica, que objetivava uma visão social não oposta necessariamente às raízes religiosas de uma sociedade (Díaz Salazar, 1990).

A transição de uma família extensa para uma família nuclear também foi sendo cada vez mais considerada como uma das respostas mais funcionais e constituídas de novos modos de pensar e agir por parte de indivíduos que deixam de viver uma sociedade tradicional e passam a ser condicionados por uma sociedade moderna (Parsons, 1951).

O conjunto de fatores que acompanham as mudanças na sociedade está também particularmente relacionado com o desenvolvimento das características estruturais básicas e instituições organizadas e especializadas para atender às funções sociais que eram realizadas no seio das famílias. Uma das mais importantes dessas instituições é a escola. Buscam-se o padrão e a oferta do tipo de serviço educacional como tentativa de atingir novos objetivos em vários campos da vida social, entre os quais, a formação e a qualificação para atender à esfera do trabalho, e as recompensas, segundo a capacidade e o mérito de cada um (Eisenstadt, 1969).

Tendo em vista tudo isso, cremos que resulta interessante analisar como vem ocorrendo, no Brasil, a reação social às formas de socialização duradoura (a cultura), ainda que em plano precário e pouco ambicioso.

2 AS GERAÇÕES NASCIDAS ENTRE 1926 – 1975

2.1. MARCO SÓCIO-HISTÓRICO DE REFERÊNCIA

Nossas coortes geracionais são socializadas em uma época em que ocorre um grande crescimento demográfico, uma mortalidade em descenso em consequência dos progressos sanitários, e o crescimento do trabalho assalariado, da urbanização e da escolarização como necessidade básica. Se estas coortes geracionais vão vivenciar de maneira singular essas experiências, à medida que atravessam etapas do mesmo estágio de vida, estão propensas a oportunidades de vida similares e distintas ao mesmo tempo.

Naturalmente, tais fenômenos não se dão de maneira homogênea, em decorrência das diferenças de desenvolvimento cognitivo, classes, regiões etc., que demarcam as características individuais, sociais e geográficas constitutivas da biografia individual e coletiva dos coetâneos em estudo.

Diríamos, porém, que a política de uma nação e seu estágio de desenvolvimento sócio-econômico determinam as condições materiais e intelectuais e inexoravelmente incidem, de forma geral e particular, na biografia coletiva e individual dos grupos, das classes; no caso, sobre as gerações em seus diferentes grupos de idade.

A nossa primeira geração, nascida entre 1926 e 1935, atravessará os seus anos formativos sob a atmosfera de mudanças importantes, tanto no modo de produção dominante como também no modo de vida e na esfera política.

Uma economia agroexportadora coexistindo com a indústria de mercado-interno é aos poucos superposta por um processo de expansão macroeconômica, que se revitalizava com o desenvolvimento industrial em grande escala e rearticulava o País com a divisão do trabalho internacional.

Naturalmente, o termo industrialização é tomado aqui em seu sentido amplo, isto é, não significa a sua instalação em todos os lugares, sendo entendido

...como processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações (leia-se terciarização) e ativa o próprio processo de urbanização. (Santos, 1996, p.27)¹⁵

Em 1960, ingressam na etapa juvenil os nossos segundos protagonistas, pessoas nascidas entre 1936 e 1945. Esse período em que nasceram anunciava futuro incerto e incontrôlável, dada a conjuntura de conflito e depressão mundial. A partir de 1960, estes jovens e os adultos da primeira geração (1926-1935) viverão sob uma conjuntura interna em que fatores econômicos e morais vitalizam o desenvolvimento urbano e industrial.

Dessa forma, nossa segunda geração alcança seus 15-24 anos, em 1960, sob uma atmosfera severamente marcada por disputas ideológicas e por uma fermentação social, política e cultural democrática que favorece uma intensa convergência política, um clima moralizante e de austeridade e concepções antiimperialistas e anticolonialistas, de reformas de base, de medidas antiinflacionárias, de reivindicações de direitos, principalmente para o homem do campo, e de pretensas reformas educacionais.

Há grande êxodo rural e um aumento da população urbana, resultante principalmente da demanda de trabalhadores agrícolas, quer dizer, de trabalhadores que trabalham no campo e habitam na cidade, e das migrações inter-regionais, propiciadas pelos pólos regionais de desenvolvimento. Como ressalva Santos (1996, p.25), “a vida e as relações se intensificam, e se forma uma vocação à aglomeração”.

O aumento da informação, da cultura de massa e de uma camada média urbana reflete um clima favorável ao progresso material e social. Segmentos sociais

¹⁵ Santos, referindo-se ao período 40/50.

organizados saem à luz e se revela com mais evidência uma camada com um certo capital cultural, principalmente constituída de jovens de camadas médias, de intelectuais e educadores, os quais fazem pressão para alterar o sistema educacional brasileiro e expandir a produção e distribuição do conhecimento no País, com vistas a um processo de transformação social¹⁶. É publicada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (4.024/61).

Entre a juventude e a idade adulta, nossos protagonistas experimentarão mudanças políticas repentinas provocadas pela ditadura militar, que sacrificará a vontade política e democrática que estava em curso.

Porém, como diz Ortiz (1988, p.81-82), “64 é visto, tanto pelos economistas quanto pelos cientistas políticos, como um momento de reorganização da própria economia brasileira que cada vez mais se insere no processo de internacionalização do capital” (...) O processo de modernização adquire assim um aspecto de difusão de um ethos capitalista, o que significa que o processo de racionalização não se confina aos limites das esferas administrativas, mas se estende, como comportamento, com os próprios indivíduos”.

Em 1946-55 nasce nossa terceira geração, que dividirá seus 15-24 anos com os adultos da primeira geração (35-44 anos) e os que emergem para a idade de 25-34 anos, da segunda geração. Viverão sob a égide da euforia econômica e de uma política cuja presença do estado é evidenciada, tanto na expansão das formas de produção material como também das formas de produção não-material: saúde, educação, lazer, informação etc.

Os jovens e adultos em 1970, possivelmente, são partícipes das oportunidades de trabalho e educação desenvolvidas neste período. As duas reformas

¹⁶ Um estudo pioneiro sobre o movimento estudantil foi realizado por Foracchi (1977).

educacionais, a S.540/68 e a 5.692/71, nortearão o futuro educacional de uma parcela considerável de jovens e adultos.

As reformas de “modernização” sobrevêm com muitos custos sociais, como bem caracteriza Ortiz (1988, p.32): “paralelamente à marginalização econômica e cultural, de parcelas imensas das classes subalternas, se manifesta a expansão de um mercado de bens simbólicos que tem expressão considerável”.

Nesse contexto, cresceram não só os índices de desenvolvimento econômico, mas também as cidades brasileiras e as suas periferias, e intensificou-se a coação sobre os trabalhadores e estudantes. Assinalam Brandão & Duarte que:

...um setor da juventude brasileira partiu para o enfrentamento armado contra o regime militar. Surgiram vários grupos clandestinos que, alimentados pelas propostas revolucionárias das décadas anteriores, praticavam ações armadas em algumas cidades brasileiras e mesmo no campo. (1995, p.85)

Em contrapartida, os protagonistas de nossa quarta geração vão ingressar na idade juvenil (15-24 anos) no ano de 1980 e, junto com eles, os adultos das três gerações anteriores, sob um clima de luta social pela redemocratização e reordenação interna do País, concretizando-se na chamada Nova República (março de 1985). Neste período, a combinação eficaz de elementos da instância econômica e da cultural está entre as bases da formação de uma psicosfera que consolida “a base social da técnica e a adequação comportamental à interação moderna entre tecnologia e valores sociais” (Ribeiro, 1991, p.48).

O processo inflacionário e os projetos de liberalização econômica do Estado acentuam as contradições sociais. A segregação social e a compressão salarial envolvem as grandes cidades com loteamentos periféricos, fazendo surgir ou ampliar inúmeros problemas sociais, como a falta de moradia, escolas, saneamento básico etc. Os movimentos populares e os sindicatos saem à luz, e a eles se somam os profissionais

assalariados das camadas médias, provocando uma reação em cadeia em prol de melhores salários e condições de vida.

A nossa quinta geração, nascida em 1966-75 (jovens em 1990/1) e os adultos das quatro gerações anteriores vivem sob pautas econômicas e políticas, momento em que ocorre uma longa crise econômica que incorpora dimensões pragmáticas baseadas em planos econômicos de estabilização, implementados na tentativa de inibir o binômio endividamento/inflação, sem diminuir a concentração do capital e da renda.

Porém, vão contracenar também, com um processo de ampliação para a construção da democracia e da cidadania, concretizando-se em medidas mais próximas de um “dever ser” social, tais como a Constituição recém-publicada (1988), a previsão e a luta social por uma nova Lei de Diretrizes e Bases para determinar as mudanças inadiáveis na educação, o *impeachment* presidencial etc.

2.2 EVOLUÇÃO E CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS DAS GERAÇÕES DE JOVENS: 1950 A 1990

2.2.1 As gerações de jovens e o trabalho

Um dos pontos essenciais que sustentamos é que cada grupo de jovens apresenta características próprias por se ajustar ou responder às condições objetivas das oportunidades sócio-históricas de sua sociedade de referência. Ou seja, é muito diferente ser jovem nos anos 50 ou 60, 70, 80, 90, porque pertencem a **coortes geracionais** distintas.

Para efeito didático, tomemos como modelo de materialização dos dados a tabela a seguir, considerando, em primeiro lugar, o seguimento das setas na transversal para acompanharmos os jovens de cada geração.

Quais as características das atividades de trabalho dos jovens das gerações em estudo? Há uma evolução que está mais relacionada com o fato de pertencerem a um grupo de idade ou a uma geração?

Vejamos, de início, onde se situam aqueles que pertencem à geração de jovens e como estão inseridos no mercado de trabalho.

Se acompanharmos os percentuais comparando os grupos de idade jovem de uma geração anterior e uma posterior, percebemos que os jovens estão distribuídos pela agropecuária¹⁷, de acordo com uma métrica decrescente extremamente regular - mais, menos, menos, menos - (V. Tabela 1).

Mesmo com o desenvolvimento industrial, o incremento da produtividade na agricultura e a intensificação de redes e serviços, parece haver ainda uma “incompleta industrialização”¹⁸ no campo, que mantém uma proporção significativa da população ativa (jovem) no setor primário.

Em qualquer geração analisada, no caso dos jovens, se seguirmos os percentuais indicados pelas setas transversais, na tabela 1, eles aparecem trabalhando, em sua maioria, em atividades agropecuárias. A exceção se dá a partir da penúltima geração. O setor industrial, por exemplo, que absorve os jovens de maneira equilibrada ao longo de praticamente trinta anos, entre 1980 e 1991, apresenta um aumento percentual, oscilante, de ocupados neste setor (V. Tabela 1).

¹⁷ Todas as vezes em que aparecer no texto a expressão agropecuária, estamos sintetizando e nos referindo ao setor que engloba Agropecuária, Extração Vegetal e Pesca, assim denominado pelo IBGE.

¹⁸ Tomamos emprestada a expressão de Garrido Medina quando se refere ao caso espanhol, na década de 1950.

Tabela 1 Distribuição dos jovens pelos setores da atividade econômica: 1950 - 1990/1

Anos do Censo	1950		1960		1970		1980		1991	
Ano de nascimento	Idade	%	Idade	%	Idade	%	Idade	%	Idade	%
66-75									15-24	→22,8
										25,0
										14,2
										22,8
										3,0
										6,0
										3,4
										2,8
56-65									15-24	→27,7
										28,5
										10,7
										18,1
										3,3
										5,2
										2,8
										3,7
46-55									15-24	→43,6
										17,8
										7,2
										15,2
										2,7
										4,2
										2,7
										6,6
36-45									15-24	
26-35	15-24	*→56,8								
		17,3								
		5,7								
		12,0								
		2,9								
		2,1								
		2,7								
		0,5								

Fonte: Fundação IBGE, censos demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980 e Tabulação especial para 1991 - FCE / UNICAMP.

* Ramos de atividade: agropecuária, extração vegetal e pesca; indústria; comércio; serviços; transportes; atividades sociais; administração pública e outras, respectivamente.

Os dados do ano de 1960 são referentes ao ponto médio de 1950 e 1970.

Nos outros setores, não se registram incrementos dramáticos em nenhum ramo. Antes, ao contrário, se opera uma distribuição ordenada. A partir de 70, o setor de serviços passa a ocupá-los mais que em décadas anteriores, como os dados indicam, assim

como o bloco comercial. Nas outras atividades, o percentual aumenta também, mas de forma mais moderada do que nos primeiros setores mencionados (V. Tabela 1).

Em 1991, os jovens se apresentam mais bem distribuídos pelas diversas atividades econômicas e são os primeiros jovens, como vemos, a apresentar maior percentual de ocupados na indústria.

É interessante observar que, paralelamente à participação da mão-de-obra jovem feminina nas atividades dos serviços e da jovem masculina na agropecuária, em todos os períodos vai ocorrendo importantes transformações nesta composição. Diminui o percentual das mulheres jovens ocupadas na indústria, sem recuperar o percentual que elas haviam apresentado em 1950 (19,7%) e há um crescimento de homens jovens ocupados nas atividades industriais, até 1980. Nas demais atividades, há uma maior dispersão das mulheres pelas atividades sociais (V. Tabela 1.1) e dos homens pelas demais, sem, no entanto, representar grandes desequilíbrios (Tabela 1.2.1 p.97).

Em síntese, fica evidenciado que a maior parte da população jovem economicamente ativa é composta de homens, situados no setor agropecuário, considerando que há uma predominância de trabalhadores jovens neste setor, praticamente em todas as gerações mais precisamente até a terceira geração em estudo, e de forma ainda significativa na última geração de jovens – 1991.

Tabela 1.1 – Distribuição dos jovens, por sexo, pelos setores da atividade econômica: 1950/1990/1

Anos do Censo	1950		1960		1970		1980		1991	
Ano de nascimento	Idade	%	Idade	%	Idade	%	Idade	%	Idade	%
66-75									15-24	→30,1
										28,7
										13,3
										15,3
										2,4
										8,7
										17,8
										16,0
										37,3
										12,9
56-65									15-24	→35,0
										32,2
										10,0
										10,1
										1,9
										12,0
										20,5
										12,1
										35,3
										12,2
46-55									15-24	→53,2
										19,6
										7,3
										5,3
										1,2
										18,1
										12,9
										6,7
										41,8
										12,1
36-45										
26-35	15-24	*→64,1			15-24					
		16,6								
		6,0								
		5,4								
		0,8								
		30,2								
		19,7								
		4,6								
		36,0								
		6,8								

Fonte: Fundação IBGE, censos demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980 e Tabulação especial para 1991 - FCE / UNICAMP.

* Ramos de atividade: agropecuária, extração vegetal e pesca; indústria; comércio; serviços e atividades sociais; para homens ■ e mulheres ■, respectivamente.

A partir da distribuição percentual pelas atividades econômicas, podemos supor que os jovens foram capitalizando oportunidades históricas de trabalho oferecidas no diversos períodos, conforme uma lógica de estratificação por gerações.

Os jovens pertencentes às gerações mais antigas (1926 a 45), tudo indica, tiveram mais oportunidades de trabalho na esfera dos setor agropecuário e as três gerações mais novas (1946-1966) se apropriaram de uma configuração mais sedimentada nas atividades urbano-industriais.

Possivelmente havia uma grande presença da população de jovens das três primeiras gerações em regiões – na zona rural ou na cidade – onde predominam setores de produção/distribuição agropecuários.

De fato, há de se considerar que até mesmo entre 1980 e 1991, as maiores taxas de crescimento da população jovem, ocorrem em regiões “menos desenvolvidas”: na região Norte (5,09), na região Nordeste (2,04), Centro-Oeste (1,71), sempre abaixo da média nacional (1,24), em contraste com as taxas das regiões Sul (0,06) e Sudeste (0,53), conforme dados dos Censos Demográficos de 1980 e 1991 (apud Baeninger, 1998, p.27).

Outra característica que pode explicar o fenômeno observado é o processo de migração por sexo que afeta jovens dessas gerações de forma distinta. Segundo Camarano & Abramovay (1997), só depois dos anos 60 há um rejuvenescimento do fluxo migratório do campo para a cidade, particularmente uma feminização crescente. O que pode vir a justificar que, na composição por idade e por sexo, todas as gerações de jovens depois dos anos 70, apareçam mais distribuídos pelos setores que se concentram na cidade, explicitamente, no caso das jovens, pelos serviços.

Será que as melhores condições educacionais e/ou de trabalho dos jovens, em 1980 e 1991, lhes facilitaram acompanhar melhor a evolução setorial do trabalho do que os seus companheiros do passado?

A princípio, poderia ser considerado que os jovens de 1950 a 1970 ainda não acumulavam requisitos, como educação, experiência e qualificação, suficientes para ocupações, por exemplo, na indústria, em muitas atividades urbanas no setor de administração de bens e serviços etc. Inclusive, nestes períodos, não faltaram discursos sobre a “falta de qualificação profissional” que acabaram orientando, de forma particular, as reformas educacionais a partir de 1964. Se, em parte, isto é verdadeiro, por outro lado, este é um processo mais amplo, relacionado com a natureza e a cultura do trabalho e situado historicamente num dado país, e com as estratégias de distribuição de trabalho usadas pelo mercado¹⁹.

O que parece mais patente é que, desde os anos 50, as gerações de jovens se valeram de melhores pontos de partida na esfera ocupacional urbana. Essencialmente, isso significa que, entre os anos 50 e 90, uma ou várias gerações de brasileiros jovens começaram a romper com o passado através das demandas dos postos de trabalho, em sua maior parte, urbano-industriais.

Quer dizer, essa distribuição decorre das oportunidades geracionais que cada grupo de jovem teve sob um determinado marco-histórico ou aí também está embutida uma distribuição assimétrica de acesso ao trabalho, por exemplo, entre jovens e

¹⁹Estudos, direta ou indiretamente, mostram que também entre os que apresentam um certo nível educacional há formas utilizadas pelo mercado de trabalho para distribuir estrategicamente o trabalho. Para os mais jovens, mesmo com formação educacional, é usada a justificativa conhecida pelo “senso comum”, a da “falta de experiência”. No Brasil, desde os anos 80, têm-se desenvolvido estudos que se apóiam na relação entre educação e trabalho e na valorização simbólica do diploma. Em 1992, apresentamos uma dissertação sobre os egressos do 2º grau noturno e concluímos que, dentre aqueles que aspiravam ascender profissionalmente depois de concluir o 2º grau, uma minoria realizou essas expectativas (Magalhães, 1991). Ainda são poucos os estudos que tratam de outras estratégias como idade, cor etc. Um estudo recente é o de Barbosa (1998), intitulado “Riscos e recursos individuais num mercado socialmente (des)regulado”.

adultos? Neste caso, o acompanhamento desta população ao longo do tempo é que poderá nos apontar uma resposta mais factível.

Acompanharemos, no terceiro capítulo, a evolução setorial do trabalho à medida que cada população da geração de jovens vai envelhecendo.

2.2.2 As gerações de jovens e a educação

a) Alfabetização:

São muito diferentes as oportunidades educacionais das gerações que são jovens em 1950, 1960, 1980 e 1990. Notamos um desenvolvimento educacional altamente positivo para os jovens de 15-24 anos, pois, enquanto em 1950 quase a metade deles era incapaz de ler e escrever (46,5%), a proporção descende, dez anos mais tarde, até um pouco mais da terça parte dos jovens (33,7%). Em 1970, o analfabetismo afeta à quarta parte da população entre 15-24 anos (25,4%) e, no ano de 1980, se reduz, aproximadamente, à sexta parte (16,1%). Em 1991, reduz-se ainda mais, atingindo apenas a nona parte (11,4%) dos jovens (V. Tabela 2).

Se, em 1950, 45,0% dos homens jovens não sabiam ler nem escrever, este percentual decresce e chega a 13,9% entre os jovens de 15-24 anos, em 1991. O mesmo ocorre entre as mulheres jovens, apresentando um índice menor de analfabetas, em 1991 (de 47,9% em 1950 a 9,0% em 1991).

Tabela 2 Distribuição dos jovens pela alfabetização (população, total e por sexo) entre 1950-1990/1

Anos do Censo	1950		1960		1970		1980		1991	
Ano de nascimento	Idade	%	Idade	%	Idade	%	Idade	%	Idade	%
66-75									15-24	→88,6 11,4 86,1 13,9 91,0 9,0
56-65									15-24	→83,9 16,1 82,6 17,4 85,2 14,8
46-55									15-24	→74,6 25,4 74,3 25,7 75,0 25,0
36-45									15-24	→66,3 33,7 66,8 33,2 65,8 34,2
26-35	15-24	*→53,5 46,5 55,0 45,0 52,1 47,9								

Fonte: Fundação IBGE, censos demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980 e Tabulação especial para 1991 - FCE / UNICAMP.

* Alfabetizados e analfabetos para população total ■, homens ■ e mulheres ■, respectivamente.

b) Nível de Instrução;

A evolução educacional apresentada pelos efetivos renovados de jovens entre 15-24 anos, no 2º grau, encontra-se mais alta a partir de 1970. Em 1980 há um importante aumento do percentual de jovens que completam esse nível educativo (16,7%), subindo para 20,0%, em 1991. Esse incremento talvez seja um reflexo das medidas educacionais adotadas a partir de 1970 (V. Tabela 2.1, p.85).

A evolução do percentual de jovens com curso superior, entre 1950 e 1960, praticamente triplica, passando de 0,8% para 2,5%. Porém, no ano de 1970, ocorre um avanço intrigante²⁰: a população de 15-24 anos no ensino superior mais que triplica, passando para 7,9%. Já nos dois últimos anos em observação, 1980 e 1991, esse percentual é reduzido para 3,6% e 3,7%, respectivamente, apresentando, nestes anos, uma situação que reflete um desenvolvimento positivo de acesso ao ensino superior, porém de forma mais realista se comparado à década de 70 (V. Tabela 2.1).

Os homens apresentam um avanço no ensino de 2º grau, entre 1950 e 1991, as mulheres, porém, os superam durante as duas últimas décadas (entre 1980 e 1990).

Em síntese:

Notamos que as duas primeiras gerações tiveram difíceis oportunidades de educação. Uma das evidências mais centrais é que as primeiras gerações em estudo viveram a fase de criança e de jovens em uma sociedade em que o ensino era privilégio de uma minoria. As três gerações mais jovens já vivem numa sociedade com uma crescente, embora ainda desejável, democratização educacional.

Os logros educacionais alcançados pelas gerações, cuja trajetória acompanhamos demonstram uma tendência positiva e, ao mesmo tempo, lenta de progressão educacional entre coortes geracionais, a qual vai ocorrendo dos anos 60 em diante, numa escala crescente, até os nossos dias.

Há de se considerar que a política educacional materializada em dois níveis básicos – a reforma universitária (1968) e a do ensino médio (1971) – beneficiou o

²⁰Quando consideramos os valores absolutos, para a população de jovens de 15-24 anos em 1970 (vide Tabela no Anexo 02) observamos que pode existir uma certa correspondência com a realidade em termos de número de pessoas que chegaram ao ensino superior, considerando tanto aqueles egressos do 2º grau, em anos anteriores, como os matriculados de 15-24 anos. Chamamos a atenção que os percentuais para todos

processo de ascensão educacional das gerações das duas últimas décadas e, possivelmente, das gerações de jovens do meados da década de 1970, pelo menos em termos quantitativos. A relação idade/nível educacional permite observar serem as condições de partida, que iniciam as gerações no seu ciclo vital, determinantes do modo peculiar que as distancia de uma formação educacional de nível primário, médio ou superior. Em outras palavras, cada geração de jovens progrediu em termos educativos, dependendo da capacidade histórica, da política educacional que o País teve para atender, em cada época, aos grupos de idade que demandam por este serviço.

Continua, porém, havendo diferenças educacionais entre as gerações mais recentes e as mais distantes, que superam a questão geracional, uma vez que, à vista das análises anteriores, novos jovens de ambos os sexos ainda fazem parte de um contingente do qual muitos só atingiram o 1º grau, uma boa parte chegou ao 2º grau e uma menor parte atingiu o 3º grau. A maioria, porém, até 1991 não havia chegado sequer às portas do 2º grau.

Como vimos, os segmentos de idades mais jovens, principalmente a partir da década de 70, progredem em termos de formação educacional. Particularmente as jovens das gerações mais novas vão incorporando as novas oportunidades de acesso ao ensino básico e, de certa forma, ao ensino superior, confirmando que as mudanças de idade e de gênero tendem a se produzir na mesma direção em que mudam as tendências e o grau de desenvolvimento de uma sociedade.

São os jovens e as mulheres das gerações mais novas quem mais absorve as tendências, as orientações mais recentes de melhores oportunidades educacionais. Porém, os remanescentes de jovens de várias gerações, que não estudaram ou alcançaram baixos

os grupos estudados, a partir do Censo de 1970, apresentam discrepâncias que iremos notar na análise longitudinal.

níveis da escolaridade, continuaram estudando na idade adulta? O percurso educacional desses jovens, à medida que vão envelhecendo será acompanhado no terceiro capítulo.

Tabela 2.1 – Distribuição dos jovens por nível de instrução (população total e por sexo) entre 1950/1990/1

Anos do Censo	1950		1960		1970		1980		1991	
Ano de nascimento	Idade	%	Idade	%	Idade	%	Idade	%	Idade	%
66-75									15-24	→76,3 20,0 3,7 79,0 17,8 3,2 73,8 22,0 4,2
56-65									15-24	→79,7 16,7 3,6 78,6 17,6 3,8 81,0 15,7 3,3
46-55									15-24	→82,4 9,7 7,9 84,0 9,9 6,1 84,9 9,9 5,2
36-45									15-24	→91,6 5,9 2,5 91,4 5,8 2,8 91,1 6,0 2,9
26-35	15-24	*→95,5 3,7 0,8 94,2 4,4 1,4 96,7 3,1 0,2								

Fonte: Fundação IBGE, censos demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980 e Tabulação especial para 1991 - FCE / UNICAMP. * Níveis elementar, médio e superior para população total, homens e mulheres, respectivamente.

2.2.3 As gerações de jovens e a nupcialidade

Se seguirmos a Tabela 3 pelas setas na transversal, observaremos que há uma certa regularidade nas características demográficas quanto ao estado civil: os mais jovens são, em sua maioria, solteiros (entre 76,7% e 75,1%), exceto para os jovens de 1970 que apresentam um percentual maior de solteiros (79,3%). Conseqüentemente, o número percentual de jovens que assumem a responsabilidade conjugal em cada geração se apresenta de forma extremamente regular, girando em torno de 23,0%. Em relação aos jovens em 1970, porém, esse percentual decresce para 19,8%.

Como vemos, há 23,0% de jovens casados nos anos 50. O mesmo percentual é encontrado quarenta anos depois, para os jovens de 1991.

Por outra parte, os percentuais de casados ou solteiros aumentam ou diminuem de forma distinta nestas mesmas idades, com diferenças significativas entre o ciclo vital feminino e o masculino.

Seguindo os grupos de idade de mulheres de 15-24 anos pela Tabela 3 e comparando com os grupos precedentes, notamos que o percentual de jovens casadas em 1950 é de 32,5%, diminui em 1960 (32,3%), continua diminuindo em 1970 (27,6%), volta a aumentar em 1980 (30,9%) mantendo-se em 1991 (31,0%). Na mesma Tabela 3, verificamos que, quanto ao estado civil dos homens, a variação da porcentagem ocorre de forma diferente: o percentual de casados em 1950 (12,8%) é menor do que em 1960 (13,1%), que é maior do que em 1970 (11,6%), o qual, por sua vez, é menor do que em 1980 (14,6%) sendo este menor do que em 1991 (15,4%).

Já a separação/desquite/divórcio²¹ foi aumentando de geração a geração, principalmente entre as jovens, que, possivelmente, se casaram com parceiros mais velhos. Se o percentual de mulheres de 15-24 anos que passaram pela separação conjugal, em 1950, era praticamente nulo (0,0%) em 1960, 1970, 1980, 1990 passam para 1,6%; 1,2%; 1,2% e 2,4%, respectivamente (V. Tabela 3).

Como descende a idade de matrimônio dos homens, desde 1980, na idade jovem, isto significa que, pelo menos, a metade das mulheres jovens possivelmente se casa com parceiros da mesma idade. Quer dizer, aumenta a celebração do casamento entre homens e mulheres em idades mais próximas, o que, por sua vez, pode ser indicativo de maior igualdade entre os sexos e do desenvolvimento de um “mercado matrimonial” baseado, cada vez mais, na eleição pessoal de pares ou de uma gravidez precoce, de “cuja “cobrança social” resulta o casamento entre os pares.

A maior flexibilização das relações entre jovens da mesma idade, até mesmo igualada pela formação educacional na escola, e, supostamente, o maior relacionamento interpessoal ou sexual entre pares da mesma idade não aumentaram o celibato juvenil²². Será que o casamento aparece sendo revalorizado entre os jovens supostamente mais modernos?

Será o efeito de uma maior convivência dos grupos jovens, de mulheres e homens na escola, no trabalho, e/ou a diminuição das diferenças de responsabilidades para com o casamento, até mesmo financeiras, que facilitam a união conjugal? Ou a maior liberdade conjugal que permite a previsão de uma separação, caso o casamento não “dê certo”?

²¹Todas as vezes que usarmos uma das expressões separados/desquitados/divorciados ou as três estamos, genericamente, falando da dissolução matrimonial.

²²Conforme Berquó & Oliveira, (1992, p.58) no artigo “Casamento em tempos de crise”, há um comportamento da nupcialidade sugestivo na década de 80: “o início dos anos 80 parece ser um período de instabilidade e indefinição de tendências, definindo-se pelo declínio com o avançar da década”.

Tabela 3 Distribuição dos jovens pelo estado civil (população total e por sexo): 1950/1990/1.

Anos do censo	1950		1960		1970		1980		1991	
Ano de nascimento	Idade	%	Idade	%	Idade	%	Idade	%	Idade	%
66-75									15-24	→23,2
										75,3
										1,6
										0,1
										15,4
										83,8
										0,8
										0,0
										31,0
										66,4
										2,4
										0,2
56-65							15-24	→22,9		
								76,3		
								0,8		
								0,1		
								14,6		
								85,0		
								0,4		
								0,0		
								30,9		
								67,7		
								1,2		
								0,3		
46-55					15-24	→19,8				
						79,3				
						0,8				
						0,1				
						11,6				
						88,0				
						0,4				
						0,0				
						27,6				
						71,0				
						1,2				
						0,2				
36-45			15-24	→23,1						
				75,8						
				1,0						
				0,1						
				13,1						
				86,4						
				0,5						
				0,0						
				32,3						
				65,9						
				1,6						
				0,2						
26-35	15-24	*→23,0								
		76,7								
		0,0								
		0,2								
		12,8								
		87,1								
		0,0								
		0,1								
		32,5								
		67,1								
		0,0								
		0,4								

Fonte: Fundação IBGE, censos demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980 e Tabulação especial para 1991 - FCE / UNICAMP. População total.

* Casados, solteiros separados/divorciados e viúvos, respectivamente.

Total, ■ Homens, ■ e mulheres, ■ respectivamente.

NÃO se sabe até que ponto as jovens, em épocas distintas, podem ser influenciadas por pressões ou efervescências sociais realçadas por uma conjuntura histórico-social. O fato é que:

...o casamento e a maternidade precoce não se constituem em um fato novo. Ao contrário, o que é amplamente conhecido e assumido é que a modernização de uma sociedade, em consequência de uma série de fatores que se interligam (individualização do trabalho, extensão da escolaridade, acesso aos meios de comunicação etc.), costuma trazer a reboque um adiamento nas idades de casamento e, portanto, uma diminuição da maternidade precoce... (Madeira & Wong, 1988, p.207).

O que pode ter aumentado o número de casamentos desde a idade jovem, principalmente por parte dos homens, a partir de 1980? Pelo fato de eles terem chegado a uma idade que coincide com a chegada ao fim de uma trajetória de estudos, decorrente da terminalidade profissional, prevista para o 2º grau, a partir dos anos 70? Ou para outros poucos, do ensino superior, por representar uma passagem para a idade adulta, diante da perspectiva de inserção, mudança ou ascensão para postos mais estáveis ou melhores localizados na hierarquia do trabalho?

Berquó, tratando da nupcialidade dos jovens em 1991 e traçando um paralelo com a escolaridade, conclui o contrário:

Não há dúvida que a precocidade na união conjugal guarda associação com nível de escolaridade dos jovens. São os analfabetos, homens e mulheres, os que se unem mais cedo (...). As proporções de casados vão declinando à medida que cresce a participação dos jovens nos patamares mais elevados de instrução. (1998, p.98)

No terceiro capítulo, veremos como, na passagem para a idade adulta, estas gerações de jovens transitam para o casamento ou para os *status* dele derivados.

2.2.4 As gerações de jovens e a maternidade

a) Proporção de jovens com filhos e número médio de filhos:

As cifras referidas à maternidade aos 15-24 anos, ao longo desses anos, demonstram que, em sua maioria, as jovens casadas, em qualquer geração que as sigamos, são mães.

Tabela 4 – Proporção de mulheres jovens com filhos : 1950/1990/1.

Anos do censo	1950		1960		1970		1980		1991	
Ano de nascimento	Idade	%	Idade	%	Idade	%	Idade	%	Idade	%
66-75									15-24	→5,2 73,7 82,3 83,3
56-65							15-24	→3,6 74,2 78,9 77,0		
46-55					15-24	→1,8 76,2 72,0 78,1				
36-45			15-24	→0,3 75,9 70,3 72,3						
26-35	15-24	*→4,5 73,3 68,9 75,8								

Fonte: Fundação IBGE, censos demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980 e Tabulação especial para 1991 - FCE / UNICAMP.

* Solteiras, casadas, divorciadas/separadas e viúvas, respectivamente.

Se compararmos as jovens casadas de 15 a 24 anos de idade nos períodos estudados, veremos que a proporção de mães é de 73,3%, 74,2%, 73,7% nos anos 50, 80 e 91 e mais alta em 1960 (75,9%) e em 1970 (76,2%) conforme expressa a Tabela 4.

Atentando para a Tabela 4, vê-se que, a partir de 1980, há uma diminuição da proporção de mulheres jovens casadas com filhos e um aumento da proporção de separadas nesta condição, indicativo de que está ocorrendo um aumento de separações de casais jovens que têm filhos.

Como ponderam Madeira e Wong, referindo-se ao período de 1970/1980:

... os incrementos diferenciados na fecundidade por estado conjugal (...) permitem uma primeira inferência segundo a qual a gravidez precoce significou para uma parcela ponderável de jovens uma união não planejada, e em razão disso grande parte delas desfeitas antes mesmo dessas jovens atingirem a maior idade. (1988, p.213)

O número médio de filhos das mulheres jovens casadas ao longo de quase todas as décadas oscila levemente, independente do ano em que elas nasceram (de 1,3 a 1,5 até 1970; passando para 1,3 e 1,2 entre 1980 e 1991), conforme Tabela 4.1.

Na verdade, todos os grupos de 15-24 anos que pertencem a cada geração apresentam um baixo número médio de filhos, tanto as solteiras como as casadas, conforme podemos observar na Tabela 4.1. Deve ser porque estão no início do seu ciclo reprodutivo.

Tabela 4.1 – Número médio de filhos das mulheres jovens : 1950/1990/1

Anos do Censo	1950	1960	1970	1980	1991
Ano de nascimento	Idade	Idade	Idade	Idade	Idade
66-75					15-24 →0,1 1,2 1,3 1,5
56-65				15-24 →0,0 1,3 1,2 1,5	
46-55			15-24 →0,0 1,5 1,2 1,6		
36-45		15-24 →0,0 1,4 1,1 1,3			
26-35	15-24 *→0,1 1,3 0,7 1,3				

Fonte: Fundação IBGE, censos demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980 e Tabulação especial para 1991 - FCE / UNICAMP.

* Mulheres jovens solteiras, casadas, divorciadas/separadas e viúvas respectivamente.

Já a evolução da maternidade entre as mulheres jovens solteiras sofre importantes oscilações: enquanto, em 1950, 4,5% das mulheres solteiras dessas idades tinham filhos, uma década depois se opera um câmbio radical, reduzindo-se a 0,3% a proporção de mães solteiras. A partir desse momento, tende a aumentar com discreto ritmo até 1970, quando se registra 1,8%. Dez anos depois 3,6% das mulheres solteiras são mães, entre 15 e 24 anos e, em 1991, esta proporção é ainda mais alta (5,2%) que em todas as outras gerações, conforme se pode ver na Tabela 4.

Resumindo, o percentual de mães solteiras, que decai em 60 com relação a 50, volta a crescer a partir de 70, até atingir um ponto maior em 1991, ocorrendo uma proximidade em termos percentuais entre as jovens de 1950 e 1991, embora o seu número médio de filhos seja baixo (0,1), conforme se observa nas Tabelas 4 e 4.1.

O incremento no percentual de mulheres jovens solteiras com filhos seria o resultado de uma sociedade que é comandada por fortes preceitos sociais e religiosos de “teor natalista”, ou a procriação está-se tornando um ato deliberado e separado do matrimônio?

Talvez seja pertinente a explicação de que há “certos impulsos biológicos, psicológicos e sociais que colaboram” (Del Campo & Navarro, 1985, p.108) para a procriação, principalmente se consideramos que mesmo as jovens, em pleno 1991, com a suposta liberdade sexual – separando sexualidade, ou não, de procriação – tendem implícita ou explicitamente à maternidade.

Vejamos se estas mulheres confirmam esta tendência, à medida que envelhecem, no capítulo a seguir.

2.2.5 As gerações de jovens e a filiação religiosa

Embora os dados censitários de que dispomos não nos permitam formar um juízo mais acurado da história da religião das gerações brasileiras, pelo menos nos oferecem uma fotografia das características religiosas das gerações em foco.

Observa-se pela Tabela 5 que, nos anos 50/60/70/80/90, há uma diminuição na proporção de jovens católicos: de 94,2% se reduz a 93,5%, a 92,1% e a 90,2% nestes anos, respectivamente, até 1980, e, em 1991, o jovens continuam diminuindo sua filiação ao catolicismo (85%).

Em contrapartida, aumenta fundamentalmente a porcentagem de protestantes, passando de 3,2% para 3,7%, nos anos 50 para 60; depois, para 4,9%, 5,6% e 8,1%, nos anos 70, 80, 90, respectivamente (V. Tabela 5 e gráfico no anexo 01).

É interessante observar que, enquanto entre os anos 50 a 91 vai havendo um uma diminuição paulatina dos homens jovens que se declaram católicos (de 94,0% a 85,0%) e um aumento de protestantes, passando de 3,1% para 7,2%, a partir dos anos 80, é o grupo dos sem-religião que mais cresce. Até 1970, este grupo não ultrapassava 0,7%; em 1980, chega a 2,5% e, em 1991, aumenta para 6,5%. Já na religião espírita, contrariamente, de 50 a 91, há uma diminuição percentual entre os homens (de 1,5% para 0,7%). O percentual daqueles distribuídos por outras religiões oscila levemente nestes períodos (V. Tabela 5).

Entre as mulheres, também há uma diminuição de católicas, decrescendo seu percentual de 1950 a 1970 de 94,3% para 92,5%; e, ainda mais, entre 1980 e 1991 (90,1% e 84,8% respectivamente). Contudo, é o protestantismo que mais absorve as

jovens: entre 1950 e 1991, o percentual de mulheres que se dizem filiadas a esta crença triplica de 3,2% para 9,0% (V. Tabela 5).

Tabela 5 – Distribuição dos jovens pela religião (população total e por sexo) entre 1950/1990/1.

Anos do Censo	1950		1960		1970		1980		1991	
Ano de nascimento	Idade	%								
66-75									15-24	→84,9
										8,1
										5,5
										85,0
										7,2
56-65										6,5
										84,8
										9,0
										4,5
									15-24	→90,2
46-55										5,6
										2,0
										90,3
										5,1
										2,5
36-45										90,1
										6,0
										1,5
									15-24	→92,1
										4,9
26-35										0,9
										91,6
										5,4
										0,7
										92,5
66-75										4,4
										1,1
									15-24	→93,5
										3,7
										0,5
56-65										93,2
										3,6
										0,6
										93,9
										3,8
46-55										0,3
									15-24	→94,2
										3,2
										0,4
										94,0
36-45										3,1
										0,7
										94,3
										3,2
										0,3

Fonte: Fundação IBGE, censos demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980 e Tabulação especial para 1991 - NEPO / UNICAMP.

* Católicos, protestantes e sem-religião, para população total ■, homens ■ e mulheres ■ respectivamente

Entre os anos 80 e 91, um percentual de mulheres jovens que deixaram o catolicismo e/ou o pequeno percentual daquelas que deixaram o espiritismo, ao que tudo indica, ingressaram no grupo dos sem-religião, uma vez que é entre estes que há um crescimento de dois pontos percentuais (V. Tabela 5).

No entanto, apesar de uma ligeira instabilidade das opções religiosas de jovens em todos os anos, é notável a continuidade do catolicismo. Quer dizer, a presença da religião deve ser um fenômeno importante nos anos formativos dos jovens brasileiros.

Por outra parte, os resultados também dão conta de maior estabilidade da ascensão do grupo de jovens sem religião, que ganha representatividade particularmente na década de 90.

Almeida & Chaves (1998), tratando do crescimento das religiões entre os jovens de 1980 a 1991, concluem com base nos dados, também de 1991:

Mas se o conjunto dos dados nos mostra um catolicismo retraído, quais têm sido as opções dos jovens? Quais religiões proliferam? Contrariando em parte a literatura que tem como pressuposto a idéia de um surto de fé generalizado no Brasil, o que predomina entre os jovens, depois dos católicos, é a não-filiação, expressa como ateísmo, apostasia, agnosticismo ou qualquer forma de exclusão ou auto-exclusão que retira a pessoa das atividades de uma comunidade religiosa. A expectativa era encontrar o pentecostalismo como segunda opção no entanto, dentre todas as mudanças religiosas na juventude brasileira, a desfiliação eclesial foi a categoria que teve o maior crescimento (op. cit., p.675).

Passemos a acompanhar a evolução da religião, conforme estes jovens vão envelhecendo, no capítulo a seguir.

3 A EVOLUÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS DAS GERAÇÕES

Tomamos como modelo a materialização dos dados através de tabelas indicadas por setas em direção horizontal, para acompanharmos a evolução das características sociodemográficas de cada geração.

Aproximamos a análise dos dados apenas a título de inferência, a partir de possibilidade de interferência de fatores relacionados com “efeito de idade, geracional, de período e/ou histórico”. Na verdade, para análise desses fenômenos, é necessário cada vez mais instrumentos sofisticados de análise estatística. Como já foi exposto na revisão metodológica deste trabalho, em qualquer circunstância, é quase sempre difícil separar estes efeitos, uma vez que o caráter aditivo ou dialético de suas relações e a interconexão entre eles tornam quase redundante a manifestação de um mesmo fenômeno observado de pontos de vista diferentes.

Mais do que isso, nossos dados apenas indicam a alteração das características demográficas das populações estudadas, portanto não permite “explicações” de como ocorre este ou aquele fenômeno. Nesta perspectiva, consideramos que, para a análise, apenas podemos realizar uma primeira observação dos resultados e aproximá-los de inferências sobre a possibilidade da ocorrência de um ou outro fator.

3.1 TRABALHO

É interessante observar que a população jovem, quando passa para a idade adulta, reflete outras características. No seu processo de envelhecimento, dependendo da sua geração, acompanha a evolução setorial do trabalho com mais propriedade por uns ou outros setores (V. Tabela 1.2).

Pelo que podemos deduzir pelos dados, o setor econômico na área da agropecuária, embora se articule com outros setores urbanos (indústria, comércio, serviços, etc.), depende de uma grande massa de trabalho.

Tabela 1.2 – Setores da atividade econômica segundo gerações nascidas entre 1926-75 e seus grupos de idade

Anos do Censo	1950		1960		1970		1980		1991	
Ano de nascimento	Idade	%	Idade	%	Idade	%	Idade	%	Idade	%
66-75										15-24 → 22,8
										25,0
										14,2
										22,8
										3,0
56-65										6,0
										3,4
										2,8
										15-24 → 27,7
										25-34 → 17,3
46-55										28,5
										10,7
										18,1
										3,3
										4,8
36-45										5,2
										10,4
										5,2
										3,4
										15-24 → 43,6
26-35										25-34 → 24,0
										35-44 → 18,7
										17,8
										24,0
										7,2
66-75										8,8
										11,1
										20,0
										5,5
										11,8
56-65										2,7
										3,9
										6,5
										2,8
										3,4
46-55										15-24 → 37,1
										25-34 → 27,7
										45-54 → 25,2
										21,6
										25,0
36-45										8,0
										9,2
										10,7
										11,3
										16,1
26-35										19,6
										4,9
										10,2
										5,9
										2,0
66-75	15-24 * → 36,8		25-34 → 47,7		35-44 → 38,6		45-54 → 33,0		55-64 → 35,2	
	17,3		18,8		20,4		21,2		17,6	
	5,7		7,2		8,6		9,4		10,5	
	12,0		11,6		11,3		16,0		19,1	
	2,9		4,5		6,2		4,7		3,6	
2,1		4,0		6,0		7,4		7,4		
2,7		4,0		5,3		6,1		4,9		
0,5		2,0		3,6		2,1		1,6		

Fonte: Fundação IBGE, censos demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980 e Tabulação especial para 1991 - FCE / UNICAMP.

* Ramos de atividade: agropecuária, extração vegetal e pesca; indústria; comércio; serviços; transportes; atividades sociais; administração pública e outras, respectivamente.

** Os dados do ano de 1960 são referentes ao ponto médio de 1950 e 1970.

Pois bem, nesse contexto, a geração nascida de 1926-35, diante das características da sua distribuição pelos setores das atividades do trabalho, supõe-se, é o reflexo mais exato desta situação. Desde a década de 1950, a maioria dos sujeitos economicamente ativos desta geração está localizada na agropecuária, dos 15 aos 55-64 anos. Em segundo lugar, se distribuem, em ritmo crescente e oscilante, pela indústria até os 35-54 anos, voltando a apresentar, aos 55-64 anos, 17,6% de ocupados, quase o mesmo percentual de sujeitos ativos que apresentara aos 15-24 anos (17,3%). Distribuem-se de forma crescente pelo setor de serviços e do comércio, e de forma moderada nas demais atividades (V. Tabela 1.2).

Como vemos na Tabela 1.2.1, a maior parte da força de trabalho na agropecuária é masculina. Este é o setor que mais absorve os homens nascidos entre 1926-35, desde os 15-24 (64,1%) até os 55-64 anos (40,3%). Depois, é a indústria que os ocupa mais, embora, entre os 45-54 para os 55-64 anos, há uma diminuição do percentual de ocupados neste setor de 24,9% para 20,2%, respectivamente. Em seguida, os setores de serviços e de comércio vão paulatinamente absorvendo-os. As outras atividades vão perdendo efetivos desses trabalhadores à medida que vão envelhecendo (V. Gráfico 1, Anexo 01).

As mulheres parecem ser as que mais serão acomodadas pelos setores terciários¹ em expansão. A força de trabalho feminina, nesta geração, é em sua maioria absorvida pelo setor de serviços, desde a idade de 15-24 anos (36,0%) até os 55-64 anos (37,4%). As atividades agrárias que, tradicionalmente e em geral, vinculavam a mulher ao trabalho como uma forma de ajuda familiar são, em segundo lugar, o setor que mais

¹ Pereira (1978, p.157), numa apuração do Censo de 1950 do IBGE, agrupa os seguintes tipos sociais de "mão-de-obra feminina: atividades não manuais" – professora, escriturária (datilógrafas, caixas e tesoureiras, taquígrafas, contadoras, guarda-livros, entre outras); "manuais" – camponesa (trabalhadoras agrícolas, de enxada, de agropecuária); costureiras (costureiras, rendeiras, bordadeiras e cerzeiras); empregada doméstica (cozinheiras, amas, copeiras, lavadeiras e engomadeiras).

Tabela 1.2.1 - **S**etores da atividade econômica segundo geração nascida entre 1926 - 1975 e seus grupos de idade e sexo

Anos do Censo		1950		1960		1970		1980		1991	
Ano de nascimento	Idade	%	Idade	%	Idade	%	Idade	%	Idade	%	
66-75	15-24	→30,1									
		29,7									
		13,3									
		15,3									
		2,4									
		8,7									
		17,8									
		16,0									
		37,3									
		12,9									
56-65	15-24	→35,0									
		32,2									
		10,0									
		10,1									
		1,9									
		12,0									
		20,5									
		12,1									
		35,3									
		12,2									
46-55	15-24	→53,2									
		19,6									
		7,3									
		5,3									
		1,3									
		18,1									
		12,9									
		6,7									
		41,8									
		12,1									
36-45	15-24	→42,6									
		24,4									
		8,4									
		5,8									
		2,5									
		14,1									
		10,1									
		6,2									
		34,3									
		25,3									
26-35	15-24	→64,1									
		16,6									
		6,0									
		5,4									
		0,8									
		30,2									
		19,7									
		4,6									
		36,0									
		6,8									
26-35	25-34	→53,7									
		19,8									
		7,6									
		5,6									
		1,7									
		23,8									
		14,3									
		5,4									
		36,5									
		14,0									
26-35	35-44	→43,2									
		22,9									
		9,2									
		5,7									
		2,6									
		17,4									
		8,8									
		6,2									
		37,0									
		21,2									
26-35	45-54	→37,6									
		24,9									
		9,6									
		9,8									
		3,4									
		17,5									
		8,6									
		8,5									
		37,2									
		20,9									
26-35	55-64	→40,3									
		20,2									
		10,6									
		13,5									
		4,2									
		18,8									
		9,2									
		10,3									
		37,4									
		17,9									

Fonte: Fundação IBGE, censos demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980 e Tabulação especial para 1991 - FEA / UNICAMP.

* Ramos de atividade: agropecuária, extração vegetal e pesca; indústria; comércio; serviços e atividades sociais; para homens e mulheres, respectivamente.

Os dados do ano de 1960 são referentes ao ponto médio de 1950 e 1970

concentra mulheres dessa geração, dos 15-24 (30,2%) aos 25-34 anos (23,8%), mas vai diminuindo, até ocupar 18,8% dessas mulheres aos 55-64 anos (V. Tabela 1.2.1)

No decurso de 1960/70/80, a agropecuária e a indústria empregam cada vez menos as mulheres que avançam de idade, ao passo que os serviços é o setor, dentre todos os outros, que mantém ocupadas mais de 36,0% das mulheres durante toda a sua trajetória vital. Depois, são as atividades sociais que ocupam as mulheres adultas, seguido do comércio e das demais atividades (V. Gráfico 2, no Anexo 01).

Continuando a leitura da Tabela 1.2, quando acompanhamos os dados para a geração de 36-45, (organizados a partir de 1970), supomos que a população desta geração participa ainda mais do processo do desenvolvimento industrial, da intensificação de redes e serviços e da migração campo-cidade². A partir de 1960, podemos deduzir que há uma fuga da força de trabalho do setor agropecuário para outros ramos da atividade³: se, aproximadamente, 37% da população ativa, de 25-34 anos (em 1970), declara-se vinculada à agropecuária, estes protagonistas, entre os 35-44 (1980) e 45-54 anos (1991), registram um percentual em descenso para 27,7% e 25,2%, respectivamente.

Em contrapartida, também nesta geração, entre os que se revelam na indústria, há uma oscilação de 21,6%/ 25,0%/ 21,5% e um crescimento percentual

² As relações de trabalho são diferenciadas, principalmente dos trabalhadores que residiam na propriedade rural, na condição de empregado e não de proprietário. O estatuto do trabalhador rural pode ser apontado como um fator decisivo no êxodo, pois os encargos sociais/empregatícios previstos para as cidades foram trasladados para o campo de forma assistemática. As difíceis condições de trabalho a que estavam submetidos os trabalhadores rurais, nos anos 60, podem ser marcadas pelas lutas sindicais: organização das Ligas Camponesas, abrangendo vasta parcela da região Nordeste, organizações de trabalhadores rurais de outras regiões e as propostas do I Congresso Nacional de Trabalhadores e Agricultores, realizado em Belo Horizonte em 1961, onde já se buscava reforma agrária (Mendonça & Fontes, 1994, p. 16). O processo de industrialização do campo, principalmente da população adulta que busca maiores condições de vida, particularmente quando assume família, entre outras explicações, pode ter concorrido para que principalmente a população adulta migre para outras atividades econômicas, em sua maioria localizadas na cidade.

³ Conforme dito anteriormente na parte metodológica, não foi possível organizar os dados a partir do Censo de 1960 com relação à ocupação. Então, só estão apresentados os dados a partir de 1970, quando a coorte geracional estava entre 25-34 anos.

contínuo, principalmente nos setores de serviços, do comércio e das atividades sociais, entre outros, durante este mesmo percurso de tempo e etário.

Esta geração - 1936/45 (V Tabela 1.2.1, e Gráfico 3 no Anexo 01), em 1960, também tem os seus homens vinculados ao setor agropecuário dos 25-34 anos (42,6%) aos 45-54 anos (30,5%), embora em percentual menor, quando se compara com os seus antecessores, entre em 1960/1991. Contudo, neste mesmo percurso de idade, enquanto há um decréscimo de eventuais trabalhadores neste setor, há um aumento de trabalhadores da indústria de 24,4% para 29,6% (entre 1970/1980), que diminui em 1991 para 25,9%. Nos setores de serviços e comércio e em quase todas as demais atividades ocorre o contrário, ou seja, há sempre uma absorção gradual destes trabalhadores.

Já as mulheres aparecem bem definidas, como podemos acompanhar pela Tabela 1.2.1 e pelo Gráfico 4 (Anexo 01), independentemente do grupo de idade: primeiro, pelo setor de serviços (de 34,3% a 33,7%); segundo, pelas atividades sociais (de 25,3% a 24,4%); terceiro, pela "agropecuária" (de 14,1% a 12,7%); quarto, pela indústria (de 10,1% a 11,0%) e quinto, pelo comércio (de 6,2% a 10,1%).

É expressivo o aumento da presença das mulheres nas atividades sociais, incremento possivelmente referido a um processo de urbanização e com a necessidade da ampliação de setores de serviços, particularmente nas áreas de educação escolar e assistência social, bastante explícitas nas ações do regime ditatorial.

O quadro que se desenha por todos esses dados é o avanço da força de trabalho para setores mais urbanos, embora continuem a sobreviver, de forma latente, as atividades tradicionais e/ou modernas ligadas à agropecuária. As mulheres desta geração de 36-45 continuam seu papel social de inserção no mercado de trabalho em atividades com as peculiaridades assinaladas com relação à sua geração antecessora.

Em plena década de 70, quando o processo do chamado milagre econômico se confundia com “modernização” da economia, a “agropecuária” continua em primeiro lugar, ocupando os jovens entre os 15 e 24 anos. Não é o caso dos adultos.

Se acompanharmos a Tabela 1.2, concentrando-nos na geração de 46-55, veremos que, embora seja o setor da agropecuária que mais ocupa os seus jovens, ela é a primeira, entre as duas primeiras gerações, a apresentar uma maioria de adultos ocupados mais na indústria do que na agropecuária (28,0% contra 24,6%). A indústria mantém a liderança na ocupação destes coletivos entre os 25 e 44 anos, embora apresente um ligeiro declínio. O setor de serviços mantém a terceira posição na ocupação dos coetâneos de 15 a 44 anos, embora apresente um aumento percentual crescente, de cerca de 15% para 20,0%, seguido das atividades sociais e do comércio, entre as demais.

Quando separamos os dados por sexo, vemos, conforme a Tabela 1.2.1 e Gráfico 5 (Anexo 01), que os homens começam a ter participação menor na força de trabalho agropecuária, havendo um aumento na força de trabalho na indústria. Há uma redução entre a idade jovem e a adulta para menos da metade da força de trabalho masculina ocupada no setor agropecuário (de 53,2% em 1970 para 23,8% em 1991). Na indústria, ocorre o contrário, vai havendo um aumento paulatino de ocupados neste setor à medida que eles aumentam de idade (de 19,6% para 33,6%), embora a partir dos 35 anos haja um certo declínio (30,4%). Depois, na terceira posição, em 1980 e 1991, os serviços, a partir dos 25 anos (10,1% e 14,2%, respectivamente) e o comércio (9,1% e 11,4%, respectivamente) são os setores que mais absorvem a força de trabalho masculina, seguidos de outras atividades.

O setor de serviços é ocupado, nesta geração de 46-55, em primeiro lugar por mulheres (V. Tabela 1.2.1 e Gráfico 6, Anexo 01) em todas as faixas de idade.

Mas, à medida que avançam de idade, diminui um pouco a porcentagem daquelas que trabalham nos serviços (de 41,8% para 31,3%) e aumenta a das que trabalham nas atividades sociais (de 12,1% para 26,4%), oscilando na indústria (de 12,9%, 15,8% e 13,2%). Chama-nos a atenção: essa geração de mulheres, dentre as anteriores, mantém um maior percentual de ocupadas na indústria, até os 35-44 anos.

Os nossos protagonistas da geração de 56-65 herdam um país relativamente industrializado, o que parece refletir-se nas suas características ocupacionais. Seguindo a Tabela 1.2, notamos que a geração 56-65 é a primeira a apresentar sua população jovem na indústria e na agropecuária de forma quase igual e contínua, consubstanciando a tendência de um descenso de percentual de trabalhadores adultos, vinculados à agropecuária (de 27,7% para 17,3%) e, em menor escala, à indústria (de 28,5% para 25,9%). O setor de serviços experimenta um incremento de 18,1% para 20,1%, seguido do comércio e das atividades sociais, entre outros.

Nesta quarta geração, a repartição das atividades, segundo a desagregação por sexos, segue mais ou menos a mesma linha das décadas anteriores: os homens de 15-24 anos aparecem agora bastante repartidos entre as atividades rurais (35,0%) e as industriais (32,2%). Ao avançar para os 25-34 anos, há uma diminuição no número percentual de ocupados no primeiro setor para 22,5%, e a indústria é o setor que mais os ocupa (31,1%). Embora haja uma pequena diminuição de ocupados na indústria entre os 15-24 anos e os 25-34 anos, este setor continua sendo o que mais os absorve, seguido da “agropecuária”, dos serviços (de 10,1% para 15,0%), do comércio (de 10,0% para 12,6%) e dos outros setores, de acordo com a Tabela 1.2.1 e o Gráfico 7 (Anexo 01).

As mulheres são as “responsáveis” pela maior porcentagem de ocupados no setor de serviços e nas atividades sociais: 35,3% das jovens e 30,1% das adultas

estão distribuídas **entre** os setores dos serviços, seguidas, na mesma ordem de categoria etária, por 20,5% **e** 15,7% na indústria. Já as atividades sociais absorvem 12,2% das jovens na idade **de** 15 a 24 anos, passando para 23,1% na idade de 25-34 anos. Em seguida vem o **comércio** com 12,1% e 13,6%, entre outros setores (V. Tabela 1.2.1 e Gráfico 8 no Anexo 01).

Nessas duas últimas gerações, o *locus do modus operandi* feminino se amplia. O setor **de** serviços é, sem dúvida, uma das principais portas de entrada das mulheres jovens no mercado de trabalho. Porém, diferenciando-se das suas antecessoras, **aparecem** mais distribuídas pelos vários setores depois dos 34 anos.

A **geração mais nova**, das cinco analisadas, herda um país que passa por uma reestruturação econômica e política. Qual é, então, a trajetória econômica e social que está marcando aqueles que completam seus 15-24 anos na árdua tarefa de integração ao trabalho?

A **geração de jovens**, em 1991, começa inserida no mercado de trabalho aos 15-24 anos **de** maneira mais repartida, mais equilibrada, pelos diversos setores da economia, por ordem crescente, incluída primeiro na indústria (25,0%) e em seguida na agropecuária (22,8%), depois nos serviços (22,8%). Em seguida, aparece distribuída pelos setores do comércio (14,2%) e entre as demais (V. Tabela 1.2).

A força de trabalho masculina da última geração reflete uma realidade na qual tanto a agropecuária (30,1%) como a indústria (28,7%) absorvem os jovens de maneira quase igual. Desde a idade mais jovem, começam mais inseridos na indústria do que todos os outros grupos da mesma idade das demais gerações em estudo, sendo superada apenas pela geração de 56-65, cujo percentual é superior (32,2%). No comércio e nos serviços, apresentam cifras bastante elevadas de participação – 13,3% e 15,3% respectivamente –, chegando estes percentuais a representar mais do que o dobro

daqueles registrados pelos mesmos setores nas duas primeiras gerações de jovens estudadas (V. Tabela 1.2.1).

Nesta geração, as mulheres também têm as maiores oportunidades de trabalho nos serviços (37,3%) e, em seguida, na indústria (17,8%), no comércio (16,0%), nas atividades sociais (12,9%) e, depois, nos outros setores (transportes, administração pública e outros), conforme a Tabela 1.2.1.

A biografia ocupacional coletiva dos jovens desta geração é praticamente a síntese da evolução dos setores de trabalho que vinha ocorrendo de geração a geração.

Os dados indicam que os setores agrário e industrial, que ocupam de maneira quase igual a maior parte dos homens das últimas gerações, são acompanhados por uma rede de atividades sociais de circulação de bens e serviços, definidora de um tipo de modernização baseada numa terciarização que absorve cada vez mais mulheres na gestão de serviços e pessoas, bem como uma quantidade de empregados de ambos os sexos na administração e prestação de serviços em geral.

Fica o indicativo de que, quanto mais uma sociedade se organiza e avança economicamente, mais tende a modificar as suas estratégias de distribuição de trabalho pela idade e pelo sexo.

3.1.1 Fator de idade, geracional, de período e/ou histórico ?

É notável que, no mesmo ano do Censo demográfico, no caso de 1960 e 1970, por exemplo, enquanto os jovens, em sua maioria, se encontram localizados no setor agropecuário, os adultos de outras gerações, se encontram mais distribuídos por outros setores da economia.

Neste caso, ocorreria uma relação inversa entre idade e logro ocupacional, ou seja, uma distribuição das oportunidades de trabalho desigualmente distribuídas entre pessoas jovens e adultas, que se correlacionam com vários fatores de ordem conjuntural, e das condições que cada geração carrega consigo, à medida que envelhece e têm que se adaptar?

De início, fica indicado que, enquanto as três primeiras coortes geracionais na passagem da idade jovem para adulta tiveram que se adaptar ou acompanhar, em sua maioria, as mudanças que estavam ocorrendo na estrutura econômica, nas duas últimas os jovens já encontram mais oportunidades nestes setores-chaves da atividade econômica.

De fato, os jovens das gerações em estudo foram os que mais se apresentaram, até 1970, vinculados ao setor agropecuário. Embora não tenhamos condições de levar a cabo a discussão sobre a distribuição assimétrica do trabalho por idade, há algumas características extraídas da análise transversal e longitudinal que nos induzem a pensar neste caminho.

Em síntese, os percentuais indicados pelas setas horizontais, apresentados para o grupo de 15-24 anos, nos trazem à lembrança a afirmação de Fortes (1984), Lenski (1993) e Fernández Enguita (1993), quando ressaltam que há um processo distributivo através da idade usado pelo mercado de trabalho, que privilegia os segmentos de maior idade sobre os de menor idade.

Neste caso, existiria uma correlação inversa entre idade jovem e logro ocupacional, considerando-se naturalmente, em nossa sociedade, o que representa ser trabalhador rural ou agrícola.

Poderíamos correlacionar esse fato com o fator idade, baseando-nos na afirmação de Lenski (1993) quando ressalta que o processo distributivo usado pelo

mercado de trabalho está, em grande medida, planejado como uma estratégia de distribuição desigual das idades por ocupação, privilegiando os segmentos de maior idade sobre os de menor idade⁴.

É provável que a inexperiência, ou a dificuldade de emigração dos mais jovens para áreas com maiores possibilidades de trabalho, teria retido, até os anos 70, boa parcela dos jovens brasileiros, enquanto os adultos buscaram outros campos de atividade.

Considerando, por exemplo, informações como a de Camarano & Abramovay (1997, p.2) quando diz que "... na década de sessenta, o ponto máximo da migração, ocorreu no grupo de 40 a 49 anos", seria possível afirmar que são os adultos que mais se beneficiam de setores que se estão desenvolvendo nestas épocas, na cidade. Por conseguinte, pode-se supor, também, que há uma interconexão ou dialética entre um fator de período (a migração) e um "de idade", que favorece os adultos.

Para as gerações de jovens de 1980 e 1991, outras condições já estão praticamente dadas, quer dizer, eles estão tanto ou mais bem distribuídos pelas diversas atividades econômicas, do que os adultos das outras gerações. Predominou, pelo menos em âmbito nacional, uma maior distribuição dos jovens pelas atividades supostamente urbanas. Naturalmente, foram favorecidos pela ampliação de frentes de trabalho nestes setores e, inclusive, pela antecipação da migração. Quer dizer, pelo fato de ter havido um fator de período que, a longo prazo, vai favorecendo um fator geracional, isto é, uma geração que, desde mais jovem, insere-se em determinados setores de trabalho e tem oportunidade de neles continuar. De fato, na década de 60, como apontamos antes, migravam mais adultos. Já nos "... anos 90, este ponto deslocou-se para os grupos de 15

⁴ Ainda são raros ou quase inexistentes trabalhos que tratam, no Brasil, dessa distribuição assimétrica dos jovens pelo mercado de trabalho.

a 19 anos” (Camarano & Abramovay, op. cit., p.2). Aqui, há uma inversão, com mais logros em trabalhos urbano-industriais por parte dos jovens.

Seria possível aplicar-se, também, outra interpretação de Lenski (1993, p.419), mesmo considerando que a sua afirmação é para as nações industriais avançadas: “...a geração mais jovem goza de uma vantagem sobre a antiga (...)”, quando no “período atual de oportunidades educacionais em rápida expansão, existe uma correlação inversa entre idade e o logro educacional (...)”. Isto é, “proporciona aos jovens uma clara vantagem em sociedades onde as oportunidades de trabalho são determinadas mais frequentemente por logros formais em educação”, desfavorecendo os membros de outras gerações que não tiveram acesso as oportunidades educação.

No caso dos mais velhos, predominariam as diferenças das conquistas geracionais como os baixos níveis educacionais e quem sabe outros fatores como o da idade e suas consequências, a perda de determinadas habilidades, os encargos sociais etc⁵.

Vimos, principalmente no caso dos adultos mais velhos, que eles ficaram, em sua maioria, localizados no setor agropecuário. Neste caso, ocorre mais propriamente a intervenção do fator geracional, isto é, estes adultos não acumularam condições necessárias para o acompanhamento da evolução de determinados setores do trabalho, ficando retidos predominantemente as atividades como a agropecuária.

De fato, em nosso estudo, fica apenas evidenciado, pela análise transversal e longitudinal, que, de uma década para outra, todos os grupos de idade vão diminuindo sua participação no setor agropecuário e aumentando nos outros setores de trabalho. Isto significa que há uma mudança generalizada e até profunda que afeta todos

⁵ Se este é um processo que vem ocorrendo na realidade brasileira, particularmente na indústria, por outro lado ainda é, contudo, um fenômeno pouco estudado.

os grupos de idade de maneira quase igual, isto é, a interveniência de um possível fator histórico.

Porém, em 1991, permanece uma parcela significativa de jovens e de adultos, principalmente dos primeiros, em setores mais tradicionais da economia. Uma das possibilidades mais evidentes, no caso, talvez seja o reflexo resultante da concentração da população jovem brasileira em regiões com mais vínculos com a produção e distribuição agrícola, como já nos referimos antes. Além disso, como diz Wanderley (1997, p.2) "... estar inserido numa economia mercantilizada não supõe, necessariamente, a desvinculação completa com a cultura tradicional ...".

Na verdade, cada geração, à medida que foi amadurecendo, foi capitalizando as oportunidades de trabalho oferecidas nos diversos períodos, conforme uma lógica de estratificação por geração, por idade e pela divisão sexual do trabalho.

A tendência observada é a de haver uma íntima conexão entre mudanças na estrutura econômica e o acompanhamento desse processo por parte das gerações, à proporção que vão avançando de idade.

Portanto, de modo geral, o fenômeno de maior poder de explicação, sob essa perspectiva, parece situar-se tanto no fator idade, diante da desigual distribuição ocupacional dos segmentos jovens com relação a sua maioria, quanto no fator histórico, uma vez que há uma mudança generalizada e até profunda que afeta todos os grupos de idade, de maneira substantiva. Quer dizer, à proporção que o tempo vai passando de uma década para outra, todos os grupos de idade vão ocupando novas posições no mercado de trabalho, dependendo da demanda e de suas condições geracionais para acompanhar a evolução das atividades econômicas.

3.2 EDUCAÇÃO

As nossas gerações alcançam seus anos formativos em períodos em que a educação formal cada vez mais se torna valor axiológico básico para uma sociedade que está em um processo crescente de urbanização e industrialização e ainda conta com um número significativo de analfabetos.

a) Alfabetização:

Os dados mostram uma situação lastimável: em 1950, quase a metade dos jovens de 15 a 24 anos não sabia ler nem escrever (46,5%). Durante o seu transcurso pela idade adulta, um contingente desta geração vai superando o analfabetismo, restando 34,5% de seus membros que praticamente completam o seu ciclo vital sem se alfabetizarem. O maior incremento de pessoas alfabetizadas ocorre entre os 25 e 34 anos (64,6%), uma vez que, após essas idades, há leves alterações neste quadro (V. Tabela 2.2).

Tabela 2.2 Alfabetização por geração nascida entre 1926 - 1975 e seus grupos de idade

Censo	1950		1960		1970		1980		1991	
	Idade	%	Idade	%	Idade	%	Idade	%	Idade	%
66-75									15-24	→89,6 11,4
56-65							15-24	→83,9 16,1	25-34	→87,2 12,8
46-55					15-24	→74,6 25,4	25-34	→80,6 19,4	35-44	→81,5 18,5
36-45			15-24	→66,2 33,8	25-34	→69,3 30,7	35-44	→72,8 27,2	45-54	→72,8 27,2
26-35	15-24	*→46,5 53,5	25-34	→64,6 35,4	35-44	→64,3 35,7	45-54	→66,3 33,7	55-64	→65,4 34,6

Fonte: Fundação IBGE, censos demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980 e Tabulação especial para 1991 – FCE / UNICAMP.

* Alfabetizados e analfabetos respectivamente.

Nesta geração de 26-35 (V. Tabela 2.3 e Gráfico 9 no Anexo 01) – em 1950, 45,0% dos homens e 47,9% das mulheres jovens não eram capazes de ler e

escrever. Em 1960, quando esta geração está com a idade de 25 a 34 anos, tal proporção se reduz, mais para os homens do que para as mulheres, resultando que os homens desta geração apresentam uma percentagem maior de alfabetizados em todas as idades. No grupo etário de 25-34 anos, ocorre o maior ponto de referência da alfabetização dos homens, uma vez que há leves alterações nas idades seguintes. No caso das mulheres, há uma variação para mais. Isto pode estar relacionado com a mortalidade das mulheres menos alfabetizadas. Contudo, este é um ponto que talvez exija outras explicações, como já registramos anteriormente.

Tabela 2.3 – Alfabetização segundo gerações nascida entre 1926 -1975 e seus grupos de idade e sexo

Censo	1950		1960		1970		1980		1991	
	Idade	%	Idade	%	Idade	%	Idade	%	Idade	%
66-75									15-24	→86,1
										13,9
										91,0
										9,0
56-65							15-24	→82,6	25-34	→86,3
										13,7
										85,2
										14,8
46-55					15-24	→74,3	25-34	→82,1	35-44	→82,3
						25,7				17,9
						75,0				79,1
						25,0				20,9
36-45			15-24	→66,8	25-34	→72,3	35-44	→77,1	45-54	→75,2
				33,2		27,7				24,8
				65,8		66,5				70,6
				34,2		33,5				31,0
26-35	15-24	* →55,0	25-34	→69,0	35-44	→69,1	45-54	→70,8	55-64	→69,4
		45,0		31,0		30,9		29,2		30,6
		52,1		60,4		59,2		61,9		64,2
		47,9		39,6		40,8		38,1		35,8

Fonte: Fundação IBGE, censos demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980 e Tabulação especial para 1991 - FCE / UNICAMP.

* Alfabetizados e analfabetos para homens e mulheres respectivamente.

Se acompanharmos a nossa segunda geração, a de 36-45, na Tabela 2.2, veremos que o nível de analfabetismo é menor do que na anterior em todas as idades. Em 1960, 66,3% desses jovens eram alfabetizados e 33,7% ainda eram analfabetos.

Esse percentual foi reduzindo-se à medida que foi aumentando a alfabetização na idade adulta, chegando esta geração aos 45-54 anos com 72,8% de sua população alfabetizada.

Mulheres e homens da geração de 36-45 (V. Tabela 2.3 e Gráfico 10 no Anexo 01), entre 15-24 anos, praticamente atingem o mesmo percentual de alfabetização (65,8% e 66,8%, respectivamente). Porém, eles são mais alfabetizados do que elas nas idades adultas, chegando esta geração, aos 45-54 anos, com um percentual maior de homens alfabetizados (75,2%) do que mulheres alfabetizadas (70,6%).

Acompanhando o percurso dos nascidos entre 1946-55 pela Tabela 2.2, observamos que há um progressivo aumento do número de alfabetizados. Esta população apresenta 74,6% de seus jovens de 15-24 anos alfabetizados. Uma década depois, este percentual aumenta para 80,6%, quando estes coetâneos estão entre 25 e 34 anos. Praticamente, até aqui, se dá o incremento da alfabetização desta geração, uma vez que depois dos 35 anos há pouco avanço. Observa-se que a alfabetização que deve ter ocorrido na idade jovem para a adulta faz com que o percentual de analfabetismo do grupo de 15-24 seja reduzido de 25,4% para 19,4% (25-34) e 18,5% (35-44).

O percentual de alfabetizadas (75,0%) na idade de 15-24 anos é um pouco superior ao de alfabetizados (74,3%). No entanto, a evolução longitudinal demonstra que os homens prosseguem alfabetizando-se um pouco mais do que as mulheres. (V. Tabela 2.3 e Gráfico 11 no Anexo 01).

É curto o período de acompanhamento da geração de 56-65 (V. Tabela 2.2) e isso limita as possibilidades de análise, se comparada com as outras gerações. Porém, de alguma forma, permite observar que esta geração está mantendo o marco de referência educacional da sua antecessora mais próxima, uma vez que está experimentando uma crescente aquisição educacional, demonstrada pelo menor

percentual de **analfabetismo** desde as idades de 15-24 anos (16,1%) a 25-34 anos (12,8%).

Nesta geração de 56-65, verifica-se que as mulheres, desde a idade mais jovem (85,2%) até a idade adulta (88,1%), apresentam uma proporção de alfabetização maior do que os homens (82,6% e 86,3%), conforme podemos ver pelos dados da Tabela 2.3 e do Gráfico 12 no Anexo 01. Desse modo, a tendência que se observa dos 25 anos em diante é uma proximidade na evolução da alfabetização para ambos os casos, embora mais favorável para as mulheres.

Na parte da Tabela 2.2 em que constam os dados da geração de 66-75, em 1991, como já evidenciamos, há significativo aumento percentual de jovens alfabetizados: 88,6% dos jovens de 15-24 anos estão alfabetizados, embora ainda 11,4% continuem **analfabetos**. Nesta geração, nada menos do que 91,0% das mulheres e 86,1% dos homens de 15-24 anos são alfabetizados. Portanto, no ano de 1991, a percentagem de jovens **analfabetos** é maior (13,9%), do que a de **analfabetas** (9,0%), conforme espelham a Tabela 2.3 e o Gráfico 12 no Anexo 01.

b) Nível de instrução:

Como era esperado, na primeira geração, pouquíssimos chegaram aos níveis de ensino médio e superior. Ou seja, o grau de instrução mediante o nível educativo que os sujeitos em estudo alcançaram (tomando como referência o último curso ou série que realizaram – elementar, médio ou superior) complementa a informação anterior.

Em 1950, se 95,5% dos jovens de 15 a 24 anos alcançaram o nível elementar, à medida que vão envelhecendo apresentam uma evolução percentual até atingir 85,1% aos 55-64 anos. Tão-somente 3,7% chegam, na idade jovem, ao grau médio, percentual que sobe de forma mais intensa até os 25-34 anos, para 5,6%, e segue

crescendo em ritmos mais suaves, atingindo 8,8% para o grupo de 55-64 anos (V. Tabela 2.4, p 118).

Nesta geração de 1926-35, aqueles que chegam ao nível superior (V. Tabela 2.4) na idade jovem não ultrapassam a 1,0%. Na idade adulta, este percentual sobe particularmente entre os coetâneos de 35 a 44 anos, que alcançam maior percentual (8,3%) nas séries do ensino superior, baixando para 5,1% e 6,1%, entre os 45 e 64 anos (1980-1991). Constata-se curiosamente que, enquanto o percentual de pessoas com nível elementar em 1980 sobe (aliás, desde os alfabetizados), o de nível superior decresce. É uma situação estranha, e cremos que nem o fenômeno da mortalidade nem o da migração são suficientes para explicar este fato particular⁶, embora estudos como o de Margolis (1994, apud Sales, 1998), assim como o de Sales (1998), observem que o nível educacional dos imigrantes brasileiros, por exemplo, nos Estados Unidos se situava em grande maioria no ensino superior⁷. Mais uma vez, registramos os valores atípicos apresentados no Censo de 1970.

⁶ Vamos observar a presença desta situação também na próxima geração, nos mesmos anos, naturalmente para idades distintas. Se tivéssemos um “sistema fechado”, poderíamos considerar que houve uma saída por mortalidade ou imigração, principalmente de mulheres com o nível superior. Como é um sistema aberto, pode ter ocorrido o ingresso de pessoas novas no Censo. Também pode ser uma falta de coerência do Censo.

⁷ Margolis (1994) observou: “o nível educacional alto dos imigrantes brasileiros em Nova York – entre os seus 100 entrevistados, 46% freqüentavam a universidade e 31% tinham o curso universitário completo –, se comparado com o da população americana, onde apenas 24% têm grau universitário, e mais ainda com o da população brasileira, onde apenas 28% têm o segundo grau completo e 12% conseguem entrar na universidade” (apud Sales, 1998, p.83). Sales, num estudo recente, considera que embora tenha realizado sua pesquisa em locais e tempos diferentes à de Margolis, as duas são muito semelhantes em porcentagens, concluindo que, embora “esse dado de escolaridade se [refira] ao período migratório e ao mesmo período de tempo (tanto quanto os imigrantes de minha amostra, também os de Maxime Margolis saíram do Brasil em grande parte na Segunda metade dos anos 80), não é de todo surpreendente essa coincidência. Na sua pesquisa amostral, observa que, dentre os imigrantes brasileiros que estavam na região da grande Boston, 47% tinham freqüentado algum curso superior, e 33% tinham superior completo. 17 de meus entrevistados tinham o Segundo Grau completo (34%) e apenas uma menor parte (8 casos, ou 16%) tinha o Segundo Grau incompleto, sendo somente um caso de um imigrante com o Primeiro Grau. Observando esses dados de escolaridade por faixa etária, vale notar que a maior proporção de pessoas com nível superior completo está entre os da faixa etária mais velha (entre 31 e 40 anos), enquanto a maior proporção de pessoas com o Segundo Grau completo está entre a faixa etária intermediária (entre 25-30 anos). Os que imigraram jovens, por motivos óbvios, têm uma distribuição mais equilibrada entre os diversos níveis de escolaridade, predominando aqueles com Segundo Grau completo” (Sales, 1998, p.83).

Contudo, há mesmo baixas oportunidades e expectativas educacionais, se considerarmos que, entre 55 e 64 anos, apenas 8,8% da população pertencente a esta geração alcançou o ensino médio.

Há uma presença destacada de homens e mulheres que chegam aos 55-64 anos, apenas com o nível elementar (83,7 e 86,4%, respectivamente) - (V. Tabela 2.4 e Gráficos 13 e 14 no Anexo 01). Elas ficam mais retidas no nível elementar, porém aproximam-se deles na trajetória pelo ensino médio. No ensino superior, em termos proporcionais, eles a superam (1,4% a 7,7% ; 0,2% a 4,5%, respectivamente) entre 15 e 64 anos. Nos outros grupos de idade, homens e mulheres progredem de forma bem próxima nestes níveis de ensino. Verifica-se que, em ambos os casos, à medida que a geração vai envelhecendo, vai também melhorando a sua instrução.

A nossa segunda geração – 36-45 – também se concentra no ensino elementar. Porém, há uma diminuição nos percentuais relativos a este nível de ensino, desde idades mais jovens, quando se compara com a geração anterior, bem como nas idades posteriores, significando que há um percentual considerável dessas pessoas que galgaram os níveis de ensino médio e superior (V. Tabela 2.4).

O percentual daqueles que haviam ingressado aos 15-24 anos no ensino médio é de 5,9%. Até os 45-54 anos, mais pessoas dessa geração alcançam o ensino médio (11,1%). No ensino superior, encontramos 2,5% dos jovens. O maior percentual de pessoas nesta geração, que chega a este nível de ensino, ocorre aos 25-34 anos (11,2%), no ano de 1970. Este percentual decresce quando estes coletivos alcançam os 35-44 anos, no ano de 1980, assim como na outra geração. O percentual de pessoas com nível elementar, por sua vez, sobe neste mesmo percurso de idade.

Homens e mulheres alcançam, de forma próxima, os níveis iniciais de escolaridade, porém as mulheres ficam mais retidas neste nível de ensino. Um menor

percentual de homens (de 5,8% a 7,2%) e mulheres (de 6,0% a 6,7%) chega ao ensino médio até os 34 anos. Dos 35 anos em diante, as mulheres alcançam um percentual um pouco mais alto no ensino médio e os homens avançam mais para o ensino superior (de 8,2% para 10,0%) do que elas (5,9% para 7,5%), respectivamente. Aliás durante todo o percurso dos 15-54 anos. Registra-se, também, a oscilação observada para o ensino superior, para sua população total, no caso da mulheres (V. Tabela 2.4).

Na geração de 46-55 (V. Tabela 2.4), 9,7% dos seus jovens alcançam as séries do ensino médio. Também avançam para os 25-34 e 35-44 anos de idade, aumentando a participação neste nível de ensino (de 14,0% a 16,1%, respectivamente). No ensino superior, este processo vai aumentando de forma mais moderada, passando de 7,9% a 9,8% para 11,8%, respectivamente, nas mesmas idades⁸.

Homens e mulheres jovens da geração de 46-55 alcançam níveis educacionais similares na instrução elementar, no ensino médio e, praticamente, no superior. Até os 35-44 anos se registra menos homens no nível médio (15,3%), e, mais mulheres neste nível de ensino (16,8%). Logo, no ensino superior chega uma percentagem maior de homens (12,3%) do que de mulheres (11,4%), conforme espelha Tabela 2.4 e os Gráficos 17 e 18 no Anexo 01.

A população da quarta geração (56-65), ao avançar de idade, também aumenta o nível de instrução (V. Tabela 2.4): 79,7% dos jovens de 15-24 anos estavam situados no primeiro grau, 16,7% no segundo grau e 3,6% no ensino superior; já, uma década depois, quando estão entre 25-34 anos, o percentual de pessoas no primeiro grau cai para 66,2% e o percentual daqueles que atingem o ensino de segundo grau e superior aumenta para 23,0% e 10,7%, respectivamente.

⁸ A exceção que antes ocorria entre os anos 70/80, a partir daqui já não se manifesta.

Aos 15-24 anos, 81,0% da população feminina da geração de 56-65 está no ensino do 1º grau mas, avançando para os 25-34 anos, este percentual diminui para 64,7% (V. Tabela 2.4 e Gráfico 20 no Anexo 01). Em compensação, isso significa que as mulheres estão alcançando níveis de ensino mais avançados. De fato, 15,7% das jovens e 24,1% das adultas de 25-34 anos alcançam o ensino médio e 3,3% e 11,2%, nestes mesmos grupos de idade, chegam ao ensino superior. Enquanto isso, de 78,6% a 67,9% dos homens de 15-24 e 25-34 anos estão no 1º grau. Nesta mesma trajetória de idade, 17,6% e 21,9% dos homens alcançam o 2º grau e 3,8% e 10,2%, o ensino superior. Mulheres e homens desta geração dão continuidade aos estudos em idades mais jovens do que seus antecessores. Aqui, as mulheres ultrapassam a escolaridade dos homens nos ensinos médio e superior. Logo, uma parcela maior de homens fica estabilizada no 1º grau.

A quinta geração (66-75), composta pelos jovens em 1991, registra, como vimos antes, uma parcela significativa (quando comparada às demais) de 20,0% dos seus jovens no 2º grau, e uma parcela ainda pequena (3,7%) no ensino superior, percentual este também alcançado pelos jovens de 1970 (V. Tabelas 2.4).

Esta última geração (66-75) registra um percentual maior de mulheres do que de homens (22,0% e 17,8%, respectivamente) no ensino de 2º grau, e também no ensino superior (4,2% contra 3,2%, respectivamente), de 15 a 24 anos, conforme a Tabela 2.4.

Tabela 2.4 – Nível de instrução, por geração nascida entre de 1926 e 1975 em seus grupos de idade e sexo.

Anos do Censo		1950		1960		1970		1980		1991	
Ano de nascimento		Idade	%	Idade	%	Idade	%	Idade	%	Idade	%
66-75										15-24	→76,3
											20,0
											3,7
											79,0
											17,8
											3,2
											73,8
											22,0
											4,2
	56-65								15-24	→79,7	25-34
									16,7		23,0
									3,6		10,7
									78,6		67,9
									17,6		21,9
									3,8		10,2
									81,0		64,7
									15,7		24,1
									3,3		11,2
46-55							15-24	→82,4	25-34	→76,2	35-44
							9,7		14,0		16,1
							7,9		9,8		11,8
							84,0		75,6		72,4
							9,9		15,0		15,3
							6,1		9,4		12,3
							84,9		76,8		71,7
							9,9		13,0		16,8
							5,2		10,2		11,4
	36-45				15-24	→91,6	25-34	→81,9	35-44	→84,2	45-54
					5,9		6,9		8,7		11,1
					2,5		11,2		7,1		8,7
					91,4		82,5		83,5		79,3
					5,8		7,2		8,3		10,7
					2,8		10,3		8,2		10,0
					91,1		83,0		84,9		81,1
					6,0		6,7		9,2		11,4
					2,9		10,3		5,9		7,5
26-35			15-24	*→95,5	25-34	→88,0	35-44	→85,7	45-54	→87,9	55-64
			3,7		5,6		6,0		7,0		8,8
			0,8		6,4		8,3		5,1		6,1
			94,2		87,7		85,0		86,7		83,7
			4,4		5,3		6,1		6,8		8,6
			1,4		7,0		8,9		6,5		7,7
			96,7		88,3		86,4		89,0		86,4
			3,1		6,0		6,0		7,4		9,1
			0,2		5,7		7,6		3,6		4,5

Fonte: Fundação IBGE, censos demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980 e Tabulação especial para 1991 - FCE / UNICAMP.

* Níveis elementar/1º grau, médio/2º grau e superior, completos e incompletos, respectivamente.

Total ■ masculino ■ feminino ■ de 1980, assim como na outra geração. O percentual de pessoas com nível elementar, por sua vez, sobe nesta mesma idade.

Portanto, há um diferencial de instrução bastante significativo entre esta e as gerações anteriores. Pode-se registrar que os jovens, particularmente as mulheres, estão alcançando, desde mais jovens, o ensino de 2º grau e o superior.

Pode-se registrar, ainda, que há uma parcela significativa de jovens de 15-24 anos que não alcançaram os ensinos médio e superior. É provável que, no futuro, mesmo fora da faixa etária, venham a alcançar mais estes níveis de ensino, considerando que é comum em nosso país a defasagem série/idade no ensino médio e, conseqüentemente, no superior.

Por exemplo, conforme pesquisa de Saboia (1998, p.505), com base nos dados da PNAD de 1995, "... em termos ideais os jovens de 15 a 17 anos deveriam estar cursando as três séries do segundo grau (...) apenas pouco mais de um terço dos estudantes deste grupo conseguia, em 1995, cursar o 2º grau (...)", e "...de acordo com o sistema educacional brasileiro, os jovens de 18 e 19 anos (...) deveriam estar freqüentando o curso superior, mas as informações da PNAD revelam que apenas 10,6% dos estudantes estavam cursando uma faculdade".

3.2.1 Fator de idade, geracional, de período e/ou histórico?

A história das duas primeiras gerações ainda se confunde com mais uma história de política educacional que deixa parte significativa de crianças dos anos 30 a 50 fora da escola, repercutindo significativamente entre os jovens de 1950/60.

A citação de Romanelli evidencia o lento processo de democratização da educação no Brasil, ao que tudo indica, particularmente vivenciada por nossas duas primeiras gerações:

A instabilidade verificada na expansão escolar caracterizava bem o dualismo e revivia a sociedade brasileira, a contar da revolução de

trinta. O sistema escolar passou não só a sofrer as influências do contexto, como a refletir o aprofundamento das contradições entre os aspectos modernos assumidos pelo desenvolvimento e o ainda persistente arcaísmo de certas facções dominantes e até de parte da estrutura sócio-econômica que permanecia inalterada. Se, de um lado, o capitalismo industrial avançou a passos firmes, de outro, o latifúndio persistiu e, com ele, toda a gama de situações culturais e de valores próprios da aristocracia rural decadente e da ignorância das massas (Romanelli, 1987, p.61-62)

Podemos observar que muitos desses coetâneos só superarão o analfabetismo **j**á na idade adulta, entre os anos 1950 e 1960.

É particularmente chamativa a redução do analfabetismo no ano de 1960, entre os que **h**aviam passado dos 24 anos de idade, sendo, portanto, oportuna a observação de **L**ourenço Filho (1965), citada por Romanelli:

...as classes de ensino supletivo e as de ensino suplementar (pré e profissional) em conjunto chamaram à escola, em média, mais de 800.000 alunos (de mais de 14 anos) cada ano, por treze anos consecutivos (1947-1959). Sendo duas séries escolares, ter-se-ia, pois, a cada ano, a matrícula de cerca de 400.000 novos alunos, e, por todo prazo de 1947 a 1959, a inscrição de 5,2 milhões de alunos novos. Observa-se que esse total veio a corresponder a um oitavo das pessoas de 15 anos ou mais, por ocasião do censo de 1960, ou a 12,5% desse conjunto. (1987, p.64)

Concretamente, nota-se que há um aumento efetivo dos alfabetizados entre os **j**ovens de 15-24 anos, em 1960, que tanto pode ser fruto de uma escolarização na idade certa, quando crianças, como do atendimento de uma demanda de adolescentes e jovens que **f**reqüentaram as classes do ensino supletivo ou das campanhas de alfabetização, promissoras em fins dos 50 e início dos 60, até mesmo para pessoas da outra geração.

De fato, conforme indicam os dados, houve uma melhoria da alfabetização em épocas em que os movimentos de educação de base, desenvolvidos singularmente desde os fins de 50, ganham mais vigor pela participação de educadores, intelectuais e dos movimentos estudantis ligados ao meio universitário. Quer dizer,

quando de fato há condições objetivas em termos educacionais, num dado momento histórico, ocorre uma “reação” social favorável a estas circunstâncias.

Entre 1960/70, uma parcela pequena de pessoas também continuou alfabetizando-se depois da idade certa, não tanto como ocorreu antes, mas certamente beneficiando-se do MOBRAL e, entre 1970/80, dos programas de alfabetização daí derivados⁹.

É claro que os dados nos sugerem uma leitura múltipla que se relaciona com a desigualdade social de classe, o que interfere sobremaneira nas oportunidades de vida. Tanto é que aqueles (uma minoria) que, apesar disso, puderam ter acesso a níveis médios ou altos de cultura acadêmica nas gerações mais velhas, nos seus anos jovens se equipararam ao resto do grupo de idade que pertence a gerações mais recentes, consubstanciando uma formação educacional considerada “moderna”.

Porém, sem dúvida, há uma certa democratização da educação revelada por aqueles que tiveram a oportunidade de alcançar certos logros educacionais. No caso das gerações mais jovens que, conseqüentemente, fazem parte de gerações de 1946 em diante. Assim, há um conjunto nada desprezível de analfabetos, principalmente de mais idade, pertencente em primeiro lugar, a gerações mais velhas (em estudo) e, em escala menor, a gerações mais recentes.

Contudo, os logros educacionais alcançados pelas gerações cujas trajetórias acompanhamos demonstram uma tendência positiva mas, ao mesmo tempo, lenta de progressão educacional entre coortes geracionais, que vai ocorrendo dos anos 60 em diante, numa escala crescente, até os nossos dias.

⁹“Em 1969 é criada a Fundação MOBRAL, que assegura a entidade mantenedora do programa de alfabetização já previsto em lei um ano antes. Trata-se da Lei nº 5.379, de 15/12/1967, que propunha a alfabetização funcional a jovens e adultos (...). O atendimento do MOBRAL incidiu, inicialmente, sobre a população urbana analfabeta na faixa etária de 15 a 35 anos” (Freitag, 1998, p.91, citando MEC - Relatório elaborado por Newton Sucupira p.73).

A supremacia masculina no primeiro grau e da mulher no segundo grau, bem como a vantagem dos homens sobre as mulheres no ensino superior, predominante até as três últimas gerações em estudo, têm sido fruto de muitas inferências do ponto de vista do gênero. Embora essas especulações ainda sejam pertinentes, talvez tenham que assumir uma nova roupagem diante do inegável incremento educacional experimentado pelas jovens das últimas gerações em estudo. Ou seja, é necessário se repensar se podemos atribuir isso ao fato de elas pertencerem a um gênero ou a uma geração¹⁰. Discutiremos este assunto no próximo capítulo.

Observa-se que há uma idade preferencial para a escolarização que, quando não ocorre na idade certa, afeta a trajetória futura das pessoas. Aquelas crianças e jovens que, em suas gerações, não atingiram os graus de escolaridade devidos nas suas faixas etárias, apresentarão menores níveis de escolaridade no futuro.

Certamente, quanto mais jovens atingem maior percentual de alfabetização, maiores serão suas chances de continuidade educacional. Contudo, os dados educacionais acompanhados ao longo do tempo nos informam que esta afirmação necessita ser melhor avaliada.

Também há um gradual aumento da alfabetização e do nível educacional entre os adultos de várias gerações, pelo menos até as idades adultas centrais. Como já ressaltamos antes, de certa forma, pode-se falar de um “efeito de período”, ou seja,

¹⁰Estas explicações se concentram resumidamente assim: 1) as jovens se dedicavam a estudar até o 2º grau, enquanto não estavam na idade de casar e não encontravam trabalho; 2) os jovens sofrem uma cobrança social, principalmente das famílias de baixo rendimento, para que optem pelo mercado de trabalho e/ou a escola; 3) o rendimento escolar delas é superior ao deles, até mesmo dado ao tipo de cultura escolar mais passiva, mais aceitável por parte das mulheres, reforçando a evasão masculina, em decorrência de uma difícil combinação entre vários fatores, como trabalho/escola (Rosemberg, 1990, Madeira, 1993); por outra parte, acrescentaríamos que há de se considerar que a demanda de mulheres pelo 2º grau de magistério também as insere num tipo específico de profissão e currículo, com desvantagem em termos formativos em disciplinas para o vestibular, o que pode ter ocasionado uma seleção prévia de sua entrada no ensino superior.

quando em determinadas épocas ocorreu oportunidades educacionais, houve uma certa apropriação deste serviço, mesmo pelo adultos.

Assim, os grupos de idades mais jovens, ou adultos até idades centrais, se apropriaram das oportunidades educacionais de diferentes faixas etárias, e muitos deles completaram a escolarização ou galgaram maiores níveis educacionais fora das faixas ideais, dependendo das oportunidades favoráveis em períodos específicos que lhes permitiram ascender a certos níveis educacionais ainda não alcançados.

Em outras palavras, uma vez controlado o sexo e o nível educativo, demonstra-se que a distância que separa os grupos de idade mais jovens e mais velhos pouco pode ser relacionada com a idade em si, senão com a privação que afetou a maioria dos seus componentes, no que se refere ao acesso à educação regular, pelo fato de terem nascido em épocas de menor disponibilidade social desses serviços básicos.

3.3 ESTADO CONJUGAL

Ainda que a falta de dados referentes ao registro civil nos impeça de confeccionar uma tabela completa sobre a nupcialidade, os dados com que contamos nos transmitem uma interessante informação acerca da evolução do estado civil dos brasileiros durante a segunda metade do presente século.

Simplemente observando o desenvolvimento da proporção de solteiros e de casados das gerações objeto de estudo, podemos apreciar o ritmo de como se produzem os casamentos a partir da década de 50.

3.3.1 Estado conjugal

Observando-se a geração de 1926-35, na Tabela 3.1, a partir do desenvolvimento da proporção de solteiros e casados, em 1950, vemos que 76,7% dos jovens de 15 a 24 anos estavam solteiros. Na década seguinte, aos 25-34 anos, reduz-se o percentual de solteiros para 21,9% e aumenta para 74,4% o de casados. À medida que esta população envelhece, o percentual dos solteiros vai decaindo, restando 6,6% destes aos 55-64 anos¹¹.

Tabela 3.1 – Estado conjugal das gerações nascidas entre 1926 -1975 e seus grupos de idade.

Anos do Censo	1950		1960		1970		1980		1991		
	Ano de nascimento	Idade	%	Idade	%	Idade	%	Idade	%	Idade	%
66-75									15-24	→75,1	23,2
											1,6
											0,1
56-65							15-24	→76,3	25-34	→24,1	70,7
											4,7
											0,6
46-55					15-24	→79,3	25-34	→22,3	35-44	→9,5	82,2
											6,2
											2,1
36-45				15-24	→75,8	25-34	→24,1	35-44	→9,3	45-54	→7,0
											79,9
											6,8
											6,2
26-35	15-24	*→76,7	25-34	→21,9	35-44	→11,3	45-54	→7,2	55-64	→6,6	72,5
											2,6
											6,4
											14,5

Fonte: Fundação IBGE, censos demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980 e Tabulação especial para 1991 - FCE / UNICAMP.

* Solteiros, casados, separados/desquitados/divorciados e viúvos, respectivamente.

¹¹Entre os estudos sobre nupcialidade no Brasil, encontram-se os trabalhos de Mortara (1948); Monteiro (1979); Lazo (1991); etc.

Já o percentual de separados/desquitados/divorciados apresenta um gradual aumento, conforme o tempo vai passando. No decorrer de 1950/91, estes percentuais crescem de 0,0% a 4,4%, no grupo de 15 a 54 anos (1950-1980), até atingir 6,4% (em 1991) no grupo de 55 a 64 anos¹². Por outra parte, a proporção de viuvez aumenta paulatinamente de 0,2% a 3,2% entre os 15-44 anos e acentua-se a partir dos 45-64 anos, aumentando para 7,0% e para 14,5% (V. Tabela 3.1).

O acesso ao matrimônio se produz em ritmos distintos entre homens e mulheres, uma vez que estas tendem a casar-se mais jovens em todas as gerações.

Em 1950, se 32,5% das mulheres nascidas entre 26-35, de 15 a 24 anos, já se haviam casado, somente 12,8% dos homens o haviam feito. Contudo, uma vez ultrapassados os 25 anos de idade, suaviza-se essa diferença entre solteiras e solteiros. Em 1960, na idade de 25-34 anos, 26,0% do grupo de solteiros permanece sem casar-se, o mesmo acontecendo com 17,9% das solteiras. (V. Tabela 3.2 e Gráficos 21 e 22 no Anexo 01).

Avançando até 1970, vemos que a diferença entre gêneros vai desaparecendo. A proporção de solteiros e solteiras de 35 a 44 anos de idade é de 10,3% em ambos os casos. A proporção de casados aos 45-54 anos, é superior à de casadas (86,4% frente a 79,6%), o que pode ser explicado pela maior incidência de viuvez e de dissolução matrimonial que atingem as mulheres nestas idades.

Dez anos depois, 6,2% dos homens e 8,2% das mulheres entre 45 e 54 anos permanecem solteiros. Este percentual varia levemente na década seguinte (aos 55-64 anos) para 5,3% e 7,9%, respectivamente.

¹²O divórcio foi aprovado no Brasil em 1978.

Quanto à dissolução matrimonial, homens e mulheres desta geração apresentam diferenças acentuadas, particularmente a partir dos 35-44 anos. O ponto máximo ocorre aos 55-64 anos com 4,0% de separados contra 8,4% de separadas.

Por outra parte, conforme podemos acompanhar na Tabela 3.2 e no Gráfico no Anexo 01, a proporção de viúvos é bem menor do que a de viúvas, desde as idades mais jovens. Essa diferença aumenta bastante a partir dos 45-54 anos (2,1% contra 11,8%). Aos 55-64 anos, esta diferença continua aumentando, enquanto 23,7% das mulheres se encontravam viúvas, apenas 4,2% dos homens estavam nesta mesma condição.

Se continuarmos seguindo a Tabela 3.1, situando a geração de 36-45, observaremos que a probabilidade destes coetâneos continuarem solteiros, a partir dos 25-34 anos, é bastante reduzida. O ponto máximo de casados registra-se entre os 35-44 anos (84,4%). Depois, este percentual começa a decair, talvez em decorrência das separações/divórcios. O percentual daqueles que são atingidos pela viuvez, conforme vão envelhecendo, passa de 0,1% aos 15-24 anos para 6,2% aos 45-54 anos.

Nesta geração de 36-45, um dos pontos de observação também latentes são as diferenças presentes entre o ciclo vital feminino e o masculino. Na década de 60, as mulheres, desde jovens, parecem continuar respondendo a modelo de integração feminina na sociedade pelo casamento. Como elas antecipam seu matrimônio com relação às anteriores, o percentual de solteiros de 15 a 24 anos (86,4%) continua superior ao de solteiras (65,9%) e, obviamente, a percentagem de casadas (32,3%) é mais do que o dobro superior à de casados (13,1%), resultando que elas mantêm a hegemonia matrimonial até os 34 anos (V. Tabela 3.2 e Gráficos 23 e 24 no Anexo 01).

Tabela 3.2 – Estado conjugal das gerações nascidas entre 1926 - 1975 e seus grupos de idade e sexo.

Anos do Censo		1950		1960		1970		1980		1991	
Ano de nascimento	Idade	%									
66-75									15-24	→15,4	
										83,8	
										0,8	
										0,0	
										25,8	
56-65									15-24	→14,6	
										85,0	
										0,4	
										0,0	
										30,9	
46-55									15-24	→11,6	
										88,0	
										0,4	
										0,0	
										27,6	
36-45									15-24	→13,1	
										86,4	
										0,5	
										0,0	
										32,3	
26-35									15-24	* →12,8	
										87,1	
										0,0	
										0,1	
										32,5	

Fonte: Fundação IBGE, censos demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980 e Tabulação especial para 1991 - FCE / UNICAMP.

* Casados, solteiros, separados/divorciados e viúvos para homens e mulheres, respectivamente.

Depois dos 35 anos são os homens que mantêm a supremacia, visto que há uma diminuição considerável de mulheres casadas. Quer dizer, a dissolução do matrimônio continua incidindo mais sobre as mulheres. Enquanto os percentuais de separadas cresce de 1,6% para 9,6%, para eles estes percentuais crescem de 0,5% para 3,9%. Aliás, elas separam-se e divorciam-se mais do que eles, desde a idade jovem, mais do que dobrando o percentual de separação com relação aos seus companheiros, em todas as idades, até mesmo quanto à geração anterior. Há também maior percentual de viúvas, neste mesmo percurso etário (de 0,2% a 10,6%), do que de viúvos (0,0% a 1,5%).

Em resumo, na geração de 36-45, entre os 15-24 anos, a percentagem de homens solteiros é bem maior do que a de mulheres. No grupo de 25-34 anos, essas diferenças praticamente anulam-se. Analogamente, podemos analisar a população de casados, com a ressalva de que, enquanto os homens mantêm uma porcentagem constante de casados a partir dos 45-54 anos, há uma diminuição de mulheres casadas na faixa de 45-54 anos e 55-64 anos em decorrência, certamente, da viuvez e da separação/divórcio.

Tudo indica que a trajetória feminina aparece bastante associada a uma posição adquirida pelo casamento e a dos homens aparece associada à busca de uma certa estabilidade econômica no intuito de também casar-se.

Nota-se que, nesta geração, a dissolução do casamento depois da idade adulta ocorre mais pela viuvez do que pela separação/divórcio em decorrência, no primeiro caso, como se sabe, da menor expectativa de vida dos homens com relação às mulheres ainda bastante baixa para os homens nascidos nessa geração devido, talvez, ao fato de as mulheres, se casarem com homens de maior idade.

Pode-se deduzir daí a informação de que, nesta geração, a maioria das famílias, que **se tornou nichos incompletos**, são conduzidas e educadas por mulheres viúvas, como **podemos** inferir pelos dados.

Se a década de 60 significou um comportamento liberal entre os jovens, os dados a **respeito** da nossa **segunda geração – 1936-45** – demonstram que estas mudanças não reduziram a freqüência do matrimônio. Ao contrário, produziram um aumento **considerável** com relação à geração anterior, resultado talvez da intensificação das relações **sociais** entre homens e mulheres.

Possivelmente, o modelo historicamente construído do homem como principal provedor econômico da família interfira no matrimônio com mais idade. Daí, a espera de um tempo necessário para ascender a uma certa posição profissional no mercado de trabalho a fim de assumir, depois, o compromisso matrimonial. Já as mulheres, **tudo** indica, persistem no modelo de realização psicossocial e/ou material pelo casamento.

Observando a evolução do casamento, segundo a Tabela 3.1, para a **geração de 46-55**, notamos que mesmo sendo similar às outras gerações, não deixa de apresentar algumas singularidades representativas: o percentual de casamento na idade jovem é de 19,8%. Há uma maior adesão ao casamento na idade adulta (de 74,5% a 82,2%), até mesmo quando se compara com as outras gerações. Cresce o percentual dos que se declaram separados/divorciados entre os 15-44 anos, particularmente aos 35-44 anos (6,2%), até maior nesta geração se comparada com as outras gerações. Em contrapartida, o percentual de viúvos entre os 35-44anos, é mais baixo (2,1%) do que nas gerações anteriores.

As mulheres nascidas entre 46-55, em ritmo distinto ao das outras gerações, continuam reiterando o casamento entre pares de idades diferentes, sobretudo

nas idades **mais** jovens. Aos 15-24 anos, somente 11,6% deles estavam casados, enquanto o **percentual** de mulheres casadas era mais do que o dobro (27,6%). Porém, a **percentagem de** casamentos na idade jovem é menor do que nas outras duas gerações. As mulheres **também**, como nas outras gerações, apresentam um percentual de casadas menor do que **o** deles a partir dos 35 anos (V. Tabela 3.2 e Gráficos 25 e 26 no Anexo 01).

A separação conjugal aumenta desde idades mais jovens, também em maior incidência a partir das mulheres, quando se compara com as outras gerações. Das três gerações, esta também é a primeira geração em que a perda do cônjuge pela separação/desquite/divórcio (0,4% a 3,6%, para eles e 1,2% a 8,6%, para elas) é maior do que pela viuvez (0,0% a 0,5% e 0,2% a 3,7%), tanto para homens como para mulheres, respectivamente.

É relevante destacar que, embora as mulheres dessa geração sejam mais escolarizadas que suas predecessoras e apareçam mais distribuídas pelos setores de trabalho, isto não as impediu de antecipar ou continuar sua trajetória matrimonial, até mesmo antecipando-se aos seus companheiros desde a idade jovem. Quer dizer, uma parte delas continua contraindo núpcias com excedente de outra geração, mas também, separando-se mais.

Será em decorrência da legalização da separação conjugal, que tanto se apropria deste direito como de um “mercado matrimonial” aumentado pelos divorciados em segundas núpcias?

Seguindo a **geração de 56-65** na Tabela 3.1, observamos que, na passagem de 15-24 anos para 25-34 anos, também há uma mudança de estado conjugal, ocorrendo a diminuição do número de solteiros (76,3% para 24,1%) e o aumento do de casados (de 22,9% para 70,7%). Nesta passagem, o percentual de

separados/desquitados/divorciados passa de 0,8% para 4,7% entre os 15-24 anos e 25-34 anos, respectivamente.

Como podemos acompanhar na Tabela 3.2 e no Gráfico 27 no Anexo 01, para a geração de 56-65, há maior percentual de jovens do sexo masculino casados (14,6%) do que nas outras gerações estudadas. Porém, as mulheres continuam casando mais do que os homens de sua idade, aos 15-24 anos: mais que o dobro delas (30,9%) estavam casadas, quando se compara com o percentual de casados correspondente a eles (14,6%). Há também um decréscimo moderado de casados entre os 25-34 anos, quando se compara com as outras gerações, restando portanto uma parcela de mulheres e de homens que possivelmente transferiram o casamento para depois dos 34 anos, período em que vêm ocorrendo um aumento de homens casados.

O que estaria interferindo nesse ligeiro retardamento do casamento? Seria o prolongamento da formação educacional e profissional? Como vimos, o percentual de pessoas com nível superior, entre os 25-34 anos, supera o número daqueles das gerações anteriores.

Se boa parte das mulheres desta geração se casa na idade jovem, também se divorcia ou se separa muito cedo, convivendo menos tempo com os companheiros do que todas as suas companheiras de idade no passado. Nada mais do que 1,2% e 6,2% delas estão nesta condição entre os 15-24 e 25-34 anos, respectivamente. Somente 0,4% e 3,1% dos homens se encontram na mesma condição. Quer dizer, aumenta a celebração do casamento entre homens e mulheres em idades mais próximas, e a separação também. Seria o resultado de uma gravidez precoce e de um casamento apressado, resultando em poucos anos de convivência, ou o indicativo de maior igualdade entre os sexos que inclui a idiossincrasia entre pares?

Na geração de 66-75, os jovens de 15-24 anos, em 1991, apresentam uma característica um pouco distinta das outras gerações. O percentual de jovens casados é de 23,2%. Portanto, estes continuam casando tanto quanto os jovens de 1950. Porém, divorciam-se mais cedo do que todos os seus anteriores pares de idade (1,6%), segundo a Tabela 3.1. Seguindo a tendência dos homens de 15-24 anos da geração anterior, 15,4% haviam-se casado neste grupo de idade (V. Tabela 3.2). Já o percentual de mulheres casadas é de 25,8%, número menor que o da geração anterior.

Neste último caso, será que as oportunidades educacionais, como vimos, maior que a dos homens de sua geração e das suas companheiras de idade do passado, fizeram aumentar as suas expectativas profissionais e baixar as do casamento?

Contudo as mulheres jovens continuam casando mais do que seus companheiros de idade. Berquó (1998, p.100), analisando as escolhas matrimoniais dos jovens em 1991, afirma:

A norma social presente na sociedade brasileira, da mulher escolher ou ser escolhida por homens mais velhos do que ela está claramente presente entre as jovens casadas de 15-24 anos (...). Mais de 50% dos casamentos das moças de 15-19 anos se deram com homens de 5 a 10 anos mais velhos e em 33%, os cônjuges tinham de 10 a 20 anos a mais do que suas jovens esposas. Também na faixa dos 20 aos 24 anos, a grande maioria estava casada com homens de 5 a 20 anos mais velhos.

Como, nas duas últimas gerações, diminuiu a diferença entre casadas e casados na mesma idade, quando se compara estas com as outras gerações, desde as idades mais jovens, e verifica-se um aumento percentual de divórcio/separação mais do que todos os outros grupos geracionais, isso pode significar que nestas gerações, particularmente entre os mais jovens, está-se configurando um modelo de família baseado na escolha do indivíduo?

Será que o casamento está centrando-se em pares de idade ou distintos, com base na escolha individual, talvez mais livre da interferência familiar de origem e com mais liberdade de desintegração do consórcio afetivo ?

Seriam os efeitos de uma gravidez indesejada ou precoce que provocam uma “união legalizada que terá provavelmente duração muito curta” (Madeira, 1997, p.212), ocasionando o descenso da idade do divórcio? Ou os incentivos novelescos, do amor romântico, que prometem recompensas afetivas e psíquicas que não se realizam na realidade?

Será a conquista de uma profissão e de um trabalho, por parte de homens e mulheres, que indica a antecipação da vida adulta pelo requisito do matrimônio?

3.3.2 Fator idade, geracional, de período e/ ou histórico?

Um dos pontos centrais evidenciados pelo estudo é que a juventude (15-24 anos) está relacionada com uma etapa que antecede ao casamento, e as mulheres ingressam mais cedo no mercado matrimonial mesmo nas gerações mais jovens.

Por trás das características conjugais, é obvio que há uma dinâmica social que acompanha as gerações e os grupos de idade. Nas primeiras gerações, há certamente uma noção de casamento distinta para as gerações mais velhas e para as gerações mais novas. Em outras palavras, a aceitação social do casamento não significa sua prática como uma fórmula tradicional, com base nas convenções de sempre.

Definitivamente, em todas as gerações, o desenvolvimento do estado conjugal se caracteriza por uma maior concentração de solteiros entre os 15-24 anos e união entre os 25 e 34 anos de idade. A partir daí, a celebração do matrimônio cresce de forma muito mais lenta. O fato mais patente é que as pessoas, na passagem da idade

jovem para a adulta, mudam do estado conjugal, dando continuidade ao processo social, com ritmos naturalmente distintos.

Isto pode significar que há um perene efeito de idade para todas as gerações. Ou seja, o envelhecimento faz crescer a confiança no casamento, conseqüentemente, na constituição de um núcleo conjugal/familiar, ou a necessidade de companhia com o passar dos anos. Todas as pessoas em qualquer geração, à medida que avançam de idade, assumem a nupcialidade, em qualquer época, com ritmos naturalmente distintos, certamente por pertencerem a diferentes gerações, quer dizer, interagirem com essa categoria situada no tempo histórico de sua geração. Mas tudo isto é muito delicado, na verdade:

...o comportamento da nupcialidade é uma resultante de múltiplos fatores, cuja ação não é possível detectar a partir de dados brutos. Alguns fatores compensarão outros anulando efeitos e encobrendo forças em jogo. (Berquó & Oliveira, 1992, p.158)

Já o divórcio foi aumentando de geração a geração, sofrendo nossa “coorte” feminina a dissolução do casamento de maneira mais acentuada que os seus companheiros de idade.

Como vimos, este processo ocorre com todas as idades, principalmente entre 1970 e 1991. Assim, mais parece haver um fator histórico, ou melhor, uma aceitação social do divórcio, que passa a ser incorporado por todas as idades, embora possa se conjecturar que também pode haver um fator de idade: casais jovens que assumiram o casamento sem uma preparação psicológica econômica etc., ou casais que atingiram a maturidade e tomam decisões definitivas de vida, ocasionando a separação conjugal. Como vimos anteriormente, depois dos 35 anos, há maior incidência da separação conjugal.

Até aqui, as trajetórias vitais feminina e masculina estão marcadas por um acontecimento crucial que determina a passagem da idade jovem para a idade adulta

– assumir o **casamento** e/ou a procriação. A tradição mantida pelos homens de possivelmente **esperar**, adquirir independência pessoal e econômica, nas duas últimas gerações **parece** se flexibilizar, ou estes homens, entre outros fatores, podem ter adquirido **estabilidade** econômica mais cedo, vez que estão casando cada vez mais em idade tenra.

As mulheres, em geral, desde mais jovens, continuam com ou sem estabilidade, **casando** mais cedo do que os homens, porém cada vez menos, desde as duas últimas **gerações**, do que suas antecessoras.

Se o clima de modernização e urbanização que rodeava os anos em estudo, por **enquanto** nos indica que a biografia social de homens e mulheres de geração a geração se **baseia** no matrimônio, também indica que, de uma geração a outra, aumenta a **dissolução** do casamento.

3.4 FECUNDIDADE

3.4.1 A evolução da fecundidade

A sexualidade reprodutiva, em períodos históricos distintos, situa as nossas gerações pelas características que nos permitem acompanhar a procriação dentro ou fora do matrimônio.

a) Mulheres com filhos (casadas, separadas/divorciadas e viúvas):

Vejam os dados da **geração de 1926-35** migra de sua família de origem para constituir sua pauta reprodutiva. Os dados cruzados com a variável estado civil mostram que quase a totalidade das mulheres casadas são mães (73,3%) na idade de 15-24 anos. É notável a tendência continuamente crescente do percentual de mulheres

casadas com filhos até os 35-44 anos (95,1%). Este percentual declina na idade de 45-54 anos (93,3%), voltando a se manter aos 55-64 anos (94,8%). Possivelmente, esta alteração ocorreu em virtude da mudança de estado civil (V. Tabela 4.2).

Em 1950, entre 15 e 24 anos, as mulheres casadas apresentam uma média de 1,3 filhos. Vinte anos mais tarde, aos 35-44 anos, a média de filhos destas mulheres continuava crescendo, alcançando 4,7 filhos por mulher. Tudo indica que chegaram ao final de seu período reprodutivo, uma vez que, vinte anos depois, este número médio encontra-se praticamente estável (V. Tabela 4.3 e Gráfico 29 no Anexo 01).

Nesta geração, há um percentual de 68,9% de mulheres separadas, de 15-24 anos, que têm filhos. À medida que essas mulheres vão avançando de idade, este percentual continua crescendo e aos 55-64 anos já são 95,2% de mulheres separadas com filhos (V. Tabela 4.2). Portanto, o percentual de mulheres separadas ou divorciadas com filhos nos informa que há um desdobramento do seu estado civil anterior (o de casada com filhos) que se traslada ao seu novo estado. O mesmo ocorre com o número de filhos. Esta geração foi amadurecendo e envelhecendo e levando para o seu novo estado conjugal o seu número médio de filhos. Aos 55-64 anos, estão separadas e com uma média de 4,2 filhos (V. Tabela 4.2 e Gráfico 30 no Anexo 01).

Podem-se fazer duas observações a respeito dos dados longitudinais relativos ao número médio de filhos das mulheres separadas/divorciadas desta nossa primeira coorte geracional. Em primeiro lugar, em comparação com as mulheres casadas, a média dos filhos é menor para as separadas/divorciadas. Em segundo lugar, enquanto ocorre uma estabilização no número médio dos filhos, a partir dos 35-44 anos das mulheres casadas, esse número médio sempre vai aumentando com o envelhecimento da geração, para as separadas/divorciadas.

Tabela 4.2 – Proporção de mulheres com filhos, segundo gerações nascidas entre 1926 e-1975 e seus grupo de idade

Anos do Censo	1950		1960		1970		1980		1991	
Ano de nascimento	Idade	%	Idade	%	Idade	%	Idade	%	Idade	%
66-75									15-24	→73,7
										5,2
										82,3
										83,3
56-65							15-24	→74,2	25-34	→91,3
								3,6		19,4
								78,9		91,9
								77,0		94,2
46-55					15-24	→76,2	25-34	→90,9	35-44	→96,3
						1,8		15,8		27,6
						72,0		89,3		94,9
						78,1		92,0		96,6
36-45			15-24	→75,9	25-34	→93,0	35-44	→94,5	45-54	→95,9
				0,3		10,5		22,4		25,6
				70,3		86,6		93,0		95,6
				72,3		90,2		94,0		96,5
26-35	15-24	*→73,3	25-34	→91,9	35-44	→95,1	45-54	→93,3	55-64	→94,8
		4,5		6,4		17,3		21,3		24,9
		68,9		81,6		90,7		92,5		95,2
		75,8		82,9		92,7		93,0		95,6

Fonte: Fundação IBGE, censos demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980 e Tabulação especial para 1991 - FCE / UNICAMP.

* (Mulheres casadas, solteiras, divorciadas/separadas e viúvas, respectivamente)

Tabela 4.3 – Número médio de filhos das mulheres nascidas entre 1926 e 1975 e seus grupos de idade

Anos do Censo	1950		1960		1970		1980		1991	
Ano de nascimento	Idade	%	Idade	%	Idade	%	Idade	%	Idade	%
66-75									15-24	→1,2
										0,1
										1,3
										1,5
56-65							15-24	→1,3	25-34	→2,3
								0,0		0,3
								1,2		2,1
								1,5		2,6
46-55					15-24	→1,5	25-34	→2,7	35-44	→3,5
						0,0		0,3		0,6
						1,2		2,2		3,0
						1,6		2,9		3,6
36-45			15-24	→1,4	25-34	→3,2	35-44	→4,3	45-54	→4,4
				0,0		0,2		0,5		0,7
				1,1		2,4		3,4		4,0
				1,3		3,0		4,0		4,3
26-35	15-24	*→1,3	25-34	→3,1	35-44	→4,7	45-54	→4,8	55-64	→4,7
		0,1		0,1		0,5		0,6		0,8
		0,7		2,1		3,0		3,9		4,2
		1,3		2,5		3,9		4,3		4,5

Fonte: Fundação IBGE, censos demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980 e Tabulação especial para 1991 - FCE / UNICAMP.

* (Mulheres casadas, solteiras, divorciadas/separadas e viúvas, respectivamente)

Enfim, tudo indica que este aumento verificado na média de filhos por mulheres separadas/divorciadas está relacionado com a mudança de estado conjugal, e corresponde a um desdobramento da fecundidade de seu estado anterior (casadas).

O número médio de filhos das mulheres viúvas cresce em ritmos levemente mais baixos do que o das mulheres casadas, significando que elas trazem os filhos do estado conjugal anterior e que o padrão da evolução longitudinal do número médio de filhos das mulheres viúvas é bastante semelhante ao das mulheres separadas/desquitadas/divorciadas.

Na geração de 36-45, quase 76% das mulheres de 15-24 anos são mães. Nas idades posteriores a 35 anos, este percentual cresce para mais de 94,0%, até quando podemos acompanhá-las (V. Tabela 4.2 e Gráfico 33 no Anexo 01).

Essas mulheres também apresentam uma fecundidade alta. O número médio de filhos assinalados estatisticamente a cada mulher integrante dessa segunda geração é de 4,3 filhos, entre os 35-44 anos. Tudo indica que neste percurso etário estabiliza o fim do seu ciclo reprodutivo - como na outra geração -, uma vez que mais de dez anos depois, aos 45-54 anos, praticamente permanece este número médio de filhos. (V. Tabela 4.3).

Na Tabela 4.2 podemos observar que a maioria das mulheres separadas/divorciadas tem uma prole numerosa, em decorrência, como dissemos anteriormente, do desdobramento de sua condição anterior de mulheres casadas com muitos filhos.

O percentual de viúvas com filhos desta geração (56-45) eleva-se de 94%, aos 35-44 anos, para 96,5%, aos 45-54 anos, embora seja pequena essa diferença percentual, se comparada ao das viúvas da geração anterior (V. Tabela 4.2 e Gráfico 35 no Anexo 01). O número médio de filhos dessas viúvas também é quase igual ao da geração anterior. Aos 15-24 anos, em 1960, elas chegavam a 1,3 filhos e, passados trinta anos, esta média aumentou para 4,3 filhos por viúva. (V. Tabela 4.3 e Gráfico 31 no Anexo 01)

A maioria das mulheres casadas da **próxima geração, a de 46-55**, entre 15 e 24 anos, é **mãe (76,2%)**, aumentando para 96,3% aos 35-44 anos, conforme se pode perceber pela **trajetória vital** das mulheres casadas com filhos, ao longo de seu processo de envelhecimento (V. Tabela 4.2 e Gráfico 33 no Anexo 01).

As mulheres casadas desta geração de 46-55, aos 15-24 anos apresentavam em média 1,5 filho. Em 1980, quando estavam entre 25-34 anos, o número médio passou a 2,7, e aos 35-44 anos para 3,5. Observa-se que o número médio de filhos vai aumentando à medida que envelhecem, porém, o número médio de filhos nesta geração é um pouco maior entre as jovens e menor entre 25-34 anos e 35-44 anos, quando se compara com as outras gerações. Quer dizer, confirma que possivelmente as mulheres vão encerrar a sua fase reprodutiva com um número menor de filhos (V. Tabela 4.3 e Gráfico 29 no Anexo 01).

Verifica-se também que, nesta geração, continua crescendo a proporção de mulheres divorciadas com filhos desde idades mais jovens, havendo um menor número médio de filhos para as casadas. Isso se passa igualmente com aquelas que ficaram viúvas (V. Tabelas 4 e 4.1 e Gráficos 34, 29 e 31 no Anexo 01).

Também na **geração de 1956-65**, a tendência de mulheres casadas terem uma prole continua persistindo, uma vez que há uma proporção de 74,2% de mulheres casadas com filhos aos 15-24 anos e 91,3%, nos grupo de idade de 25-34 anos. De igual modo, há uma proporção de 78,9% de mulheres divorciadas com filhos aos 15-24 anos, subindo para 91,9% aos 25-34 anos. Ocorre um processo semelhante com a proporção de mulheres viúvas com filhos (77,0% e 94,2%) nestas faixas de idade (V. Tabela 4.2 e Gráficos 33 e 35 no Anexo 01).

No entanto, a participação das mulheres no processo reprodutivo começa a mudar. A prole continua a diminuir. Tudo indica o surgimento de uma percepção

social que não se baseia na quantidade de filhos, mas na qualidade destes, ou melhor, em um número de filhos possível de se educar, cuidar afetivamente etc., como dizem alguns autores como Coleman (1985, apud Garrido Medina & Gil Calvo).

Sem dúvida, nesta geração, o número médio de filhos continua decaindo desde as idades mais jovens. As mulheres casadas têm um número médio de 1,3 filho aos 15-24 anos e 2,3 aos 25-34 anos (V. Tabela 4.3 e Gráfico 29 no Anexo 01).

Neste segundo grupo de idade (25-34 anos), as mulheres viúvas e separadas/divorciadas apresentam um número médio de filhos de 2,6 e 2,1 respectivamente (V. Tabela 4.3 e Gráfico 31 e 30 no Anexo 01).

Na geração de 66-75, em 1991, há uma proporção de 73,7% de jovens mulheres casadas, entre 15-24 anos, com um número médio de filhos de 1,2, número este ligeiramente mais baixo do que o número médio de filhos de suas companheiras do passado. Porém, cresce o percentual (82,3%) das divorciadas ou separadas na idade jovem, com filhos. São mães separadas com 1,3 filho, em média (V. Tabelas 4 e 4.1). O mesmo ocorre com as mulheres viúvas com relação ao número médio de filhos (1,5), conforme podemos observar na mesma Tabela, especificamente.

b) Mulheres solteiras com filhos:

As características que apresentam as gerações em estudo, através das formas sociais mais esperadas socialmente da procriação, demonstram que o percentual de mulheres solteiras que têm filhos, se é moderado estatisticamente na idade jovem, apresenta importantes aumentos conforme elas vão avançando de idade.

Em 1950, na geração de 1926-35, entre 15-24 anos, 4,5% das mulheres solteiras tinham filhos. Em somente duas décadas, aos 35-44 anos, este percentual sobe

para 17,3%, crescendo para 24,9% aos 55-64 anos (V. Tabela 4.2). Já o número médio de filhos não ultrapassa a um (V. Tabela 4.3 e Gráfico 36 no Anexo 01).

Na **geração de 1936-45**, o percentual de mulheres solteiras com filhos na idade jovem (0,3%) é bem inferior ao da geração anterior. Porém, na idade de 25-34 anos, no ano de 1970, se registra um aumento deste percentual para 10,5%. Dez anos depois, opera-se uma mudança ainda mais radical, este percentual eleva-se para 22,4%. A partir desse momento, a proporção tende a aumentar com um ritmo mais discreto, chegando a 25,6% no ano de 1991, quando essa geração está com 45-54 anos (V. Tabela 4.2 e Gráfico 36 no Anexo 01).

Observa-se, portanto, nas duas gerações até agora estudadas, que há um aumento considerável de mães solteiras depois dos anos 70, e uma concentração em torno do número médio de filhos que não ultrapassa a um (V. Tabelas 4 e 4.1 e Gráfico 32 no Anexo 01).

Na **geração de 1946-55**, no ano de 1970, se registra 1,8% de mulheres jovens solteiras com filhos aos 15-24 anos, 15,8% nas idades de 25-34 anos, subindo para 27,6% na idade de 35-44 anos. Contudo, persiste um número médio de filhos por mulheres solteiras que nunca ultrapassa a um (V. Tabelas 4 e 4.1 e Gráfico 32 no Anexo 01).

A **geração (1956-65)** apresenta um percentual de mães solteiras nas idades jovem e adulta superior ao das duas últimas gerações. O percentual de mães jovens solteiras de 15-24 anos é de 3,6% e aos 25-34 anos, de 19,4%. Porém, em nenhum dos casos, o número médio de filhos chega a superar a um (V. Tabelas 4 e 4.1 e Gráfico 32 no Anexo 01)¹³. Quer dizer, há uma maioria de mulheres que ficou grávida solteira e assumiu essa condição.

¹³De geração a geração, foi aumentando de forma expressiva a fecundidade das mulheres solteiras.

Na **geração de 1966-75**, a proporção de mulheres solteiras com filhos na idade de 15-24 anos (em 1991) é de 5,2%, mais alta do que aquelas apresentadas por suas companheiras do passado, embora o seu número médio de filhos esteja em 0,1 (V. Tabelas 4 e 4. 1 e Gráfico 36 no Anexo 01).

Quer dizer, confirmam o que já havíamos notado antes, cada vez mais as mulheres solteiras assumem seus filhos, podendo significar uma importante separação entre “procriação” e casamento.

3.4.2 Fator de idade, geracional, de período e/ou histórico?

A dinâmica social parece acompanhar os grupos de idade e, por conseguinte, estimulá-los a posições ou características que, ao mesmo tempo, conservam a dinâmica reprodutiva em determinadas idades. Tudo indica que há uma interação entre a constituição de uma prole grande ou pequena em cada momento, dependendo do equilíbrio e do intercâmbio e reciprocidade que vão ocorrendo com o econômico, o cultural e o institucional. Quer dizer, o número médio de filhos deve estar, principalmente no caso das jovens, relacionado às limitações da idade e aos estímulos históricos.

Contudo, também se confirma que o casamento é uma importante instituição para a procriação, em todas as gerações. Na afirmação de Camarano (1998, p.114), tratando da fecundidade para jovens de 1991-1996, “...observa-se ser a fecundidade das mulheres unidas bastante mais alta do que a das não unidas, que mostra que uniões são um determinante importante da fecundidade para este grupo etário”.

Mas a reprodução parece ter-se tornado uma eleição cada vez mais livre e consciente, que pode estar relacionada tanto com as dificuldades econômicas de

manutenção de uma família clássica (com muitos filhos) como também com a transformação profunda da estrutura do grupo familiar. Isto pode, ainda, estar baseado nas motivações que levaram a mulher a trabalhar e a projetar sua vida e sua família em uma nova concepção da criança, e também no custo que ela representa.

Porém, a procriação continua valorizada, seja pelas casadas ou pelas solteiras, seja de forma livre ou arbitrária, quer dizer, decorrente das relações sexuais pré-matrimoniais, que se concretiza, muitas vezes, no casamento em função de valores sociais e convenções religiosas e legais, de teor natalista. Pode-se decorrer, ainda, do desequilíbrio do mercado matrimonial e/ou de escolha individual, fazendo com que as mulheres que passaram da idade adulta encontrem na maternidade solteira não um problema, mas um recurso de companhia e segurança no seu processo de envelhecimento.

Essa última tendência difere muito das demais, pois pode indicar a possibilidade de, mesmo sendo solteira, as mulheres resolverem ter filhos, o que pode significar uma mudança importante de comportamento.

Há uma proporção próxima de mulheres casadas com filhos em 1950, 1980, 1991. Sem dúvida, as explicações para tal fato devem ser distintas: no primeiro caso, supõe-se que esteja relacionado a um fenômeno geracional que predisponha a mulher à procriação e ao casamento desde idades mais jovens.

Peixoto (1996, p. 20), por exemplo, na análise de histórias de vida, afirma sobre as mulheres: "...no caso específico das mulheres de mais de 60 anos, a decisão de entrar na vida conjugal logo que surge o primeiro sentimento amoroso traduz, sobretudo, um enorme desejo de autonomia da casa paterna..."

Nas gerações mais novas comporta, certamente, uma gama maior de explicações, baseadas na transformações profundas que se operam nas "motivações"

que levam as mulheres e os homens a projetar a concepção de uma criança. Por exemplo, pode ter sido ocasionada pelo crescente relacionamento sexual pré-matrimonial ou por uma liberdade sexual, provocando uma gravidez acidental que se concretiza em decorrência de determinados valores sociais e convenções religiosas e legais, de teor natalista.

O fato é que foi diminuindo a procriação desde a terceira geração em estudo. No entanto, em um estudo desta natureza fica difícil constatar os motivos pelos quais as pessoas deixam ou não de ter filhos, se em decorrência de uma planificação econômica ou não. Aliás este é um tema de muitas contendas teóricas. Como sintetiza Vichenevsky: “De magnitudes macroeconômicas e sociológicas de grande teorias se passou a considerar as de valores sociais.” (apud Sarrible, 1990, p.85).

Poderíamos dizer que há uma dialética entre o sexo a idade, a geração e os estímulos ou determinações históricas que foram construídos ao longo do tempo. Ou seja, todas as mulheres estão expostas a engravidar até certo período etário. Porém, enquanto nas gerações mais velhas predomina o aumento dos filhos à medida que envelhecem, uma vez que neste processo estão sempre propensas a engravidar, e os estímulos de várias natureza que indicavam uma família numerosa, predominavam, nas gerações mais novas, ocorrendo as mesmas possibilidades de exposição à gravidez. À medida que envelhecem, porém, as circunstâncias históricas determinaram a família pequena, e cada grupo de geração foi “ressocializando” a diminuição no número de filhos. Portanto, parece predominar um fator de período que, a longo prazo, ficou consubstanciado em uma questão que separa “coortes” de mulheres quanto ao número de filhos tidos.

Já a evolução da maternidade entre as mulheres solteiras, que aumenta em todas as idades, pode indicar que há uma maior predominância do efeito histórico,

quer dizer, todas as mulheres passam a assumir sua condição de mãe solteira como uma opção ou sem se preocupar com uma constituição familiar tradicional, valendo, assim, a explicação de que possivelmente “as mulheres solteiras que até 1970 sentiam-se constrangidas em declarar sua eventual condição de mães, hoje, assumiram este fato com mais naturalidade o que, em certa medida, superestimaria o incremento real”, calculado a partir desta década (Madeira & Wong, 1988, p.213).

Também, no caso das solteiras, pode ter havido um fator de idade, ou seja, um desequilíbrio do mercado matrimonial, ficando sem se casar as mulheres que passaram da idade adulta e que encontram, na maternidade solteira, não um problema, mas um recurso de companhia e segurança no seu processo de envelhecimento.

Esta tendência difere muito das demais, pois indica a possibilidade de, mesmo sendo solteiras, as mulheres resolverem ter filhos, o que pode significar uma mudança importante nas características entre as mães solteiras.

3.5 RELIGIÃO

A evolução da religião é, de certa forma, estável, ainda que haja uma variação significativa entre a juventude e a maioridade, do ponto de vista da crença religiosa.

A geração de 1926-35 (V. Tabela 5.1) quase não modificou a sua filiação religiosa entre a idade jovem e a adulta, ou seja, entre 1950 e na década seguinte, em 1960. Mas há um decréscimo paulatino de 94,2% para 92,9% e 90,7% entre os 15 e 44 anos, e, principalmente a partir dos 45 anos, de 87,1% a 82,9%, dos percentuais dos que se declaram católicos. Em contrapartida, ocorre um crescimento do

protestantismo, de tal forma que, entre os 15 e 64 anos, o percentual de protestantes mais do que triplica, passando de 3,2% para 10,8%. Vale observar que o percentual do grupo dos sem-religião também aumentou paulatinamente, depois dos protestantes e, notavelmente, após os 45 anos. Os que se declaram espíritas apresentam uma certa estabilidade, com ligeiras oscilações para mais ou para menos. Os que se declaram em outras religiões, aumentam em ritmos discretos até os 45-54 anos, voltando a diminuir a partir dos 55 anos (V. Tabela 5.1 e Gráficos 37 e 38 no Anexo 01).

Essa primeira geração, portanto, apresenta uma sobrevivência cultural da religião oficial, historicamente herdada durante toda a sua trajetória vital, e também certa modificação religiosa.

A crença religiosa dos homens nascidos nesta geração de 26-35 vai sofrendo pequenas alterações ao longo das décadas, à medida que estes vão envelhecendo. A porcentagem de católicos decresce mais acentuadamente depois dos 34 anos e o percentual de protestantes triplica, passando de 3,1% (15-24 anos) para 9,0% (55-64 anos). Também aumenta consideravelmente o percentual do grupo dos sem-religião: de 0,7% (15-24 anos) para 4,6% (55-64 anos) Nas outras religiões e na espírita não se apresentam grandes modificações (V. Tabelas 5.2 e Gráfico 37 no Anexo 01).

Quando se comparam as mulheres com os homens nascidos entre 1926-35, observa-se que, com o envelhecimento da geração, há uma movimentação maior de mulheres para a religião protestante, principalmente a partir dos 35 anos. Essa movimentação alcança seu ponto máximo em 1991, no grupo de idade dos 55-64 anos, com 12,4% das mulheres que se declaram protestantes. Por outro lado, apenas 1,9% das mulheres desta geração e deste último grupo de idade declaram-se sem religião. Nas demais religiões, elas também estão mais presentes (V. Tabela 5.2 e Gráfico 38 no Anexo 01).

Tabela 5.1 – Religião das gerações nascidas entre 1926 –1975 e seus grupos de idade.

Anos do Censo	1950		1960		1970		1980		1991	
Ano de nascimento	Idade	%	Idade	%	Idade	%	Idade	%	Idade	%
66-75									15-24	→84,9
										8,1
										0,8
										0,7
										5,5
56-65							15-24	→90,2	25-34	→83,9
								5,6		8,5
								1,1		1,4
								1,1		0,9
								2,0		5,4
46-55					15-24	→92,1	25-34	→89,3	35-44	→83,6
						4,9		5,9		9,1
						1,2		1,4		1,6
						0,9		1,2		1,2
						0,9		2,2		4,5
36-45			15-24	→93,5	25-34	→91,9	35-44	→88,0	45-54	→83,2
				3,7		4,7		6,9		10,0
				1,2		1,3		1,8		1,7
				0,8		1,0		1,4		1,3
				0,5		1,1		1,9		3,8
26-35	15-24	*→94,2	25-34	→92,9	35-44	→90,7	45-54	→87,1	55-64	→82,9
		3,2		3,9		5,4		7,5		10,8
		1,5		1,5		1,7		2,2		1,8
		0,7		1,0		1,2		1,6		1,4
		0,4		0,7		1,0		1,6		3,2

Fonte: Fundação IBGE, censos demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980 e Tabulação especial para 1991 - NEPO / UNICAMP.

* Católicos, protestantes, espíritas, outras e sem religião respectivamente

A geração seguinte, de 36-45, conforme podemos acompanhar na Tabela 5.1, apresenta em ritmos suaves, uma diminuição do percentual de católicos até os 34 anos (de 93,5% para 91,9%), acentuando a partir dos 35 anos (88,0% a 83,2% entre os 35 e 54 anos), assim como na geração anterior, é claro, em termos. Em contrapartida aumenta o percentual de protestantes conforme as pessoas avançam na idade (de 3,7% para 10,0%) e também dos sem-religião (de 0,5% para 3,8%). Mesmo que subsista uma grande maioria católica, pode-se falar de uma certa perda de representatividade do catolicismo em favor de uma conversão para o protestantismo,

bem como para os sem-religião, principalmente na idade madura (depois dos 34 anos), entre os anos 70/80. Para as demais religiões, há um discreto aumento.

Os homens e mulheres, nascidos entre 36-45 (V. Tabela 5.2 e Gráficos 39 e 40 no Anexo 01), apresentam quase o mesmo percentual de filiação religiosa quando são jovens (3,6% e 3,8%, respectivamente). Quando avançam para a idade adulta, aparecem mais convertidos a outras religiões, principalmente ao protestantismo – percentagem singularmente mais alta entre as mulheres, que evoluciona de 5,1% (25-34 anos) a 11,8% (45-54 anos) –, fazendo com que o percentual de católicas decresça, de 91,8% para 82,3%. Já os homens, nestas mesmas idades, também apresentam um avanço percentual – embora menor do que o delas – para o protestantismo (de 4,4% a 8,2%). Mas ingressam mais do que suas companheiras adultas no grupo dos sem-religião (de 1,5% a 5,3%), embora elas, no decorrer deste percurso etário, também avancem, de forma mais moderada que eles, no grupo sem filiação religiosa (de 0,7% para 2,4%).

Os acontecimentos singulares (econômicos, políticos, ideológicos) que envolvem os anos 60 e 70, período histórico pelo qual nossos protagonistas transitam entre a juventude e a idade adulta, parecem não contrariar a tendência, que vinha ocorrendo anteriormente, de crescimento de novas identificações religiosas concomitantemente com a supremacia de uma maioria católica. Ao contrário, esta geração apresenta um percentual – um pouco superior a sua geração antecessora – mais próximo de novas opções religiosas, bem como dos que não professam nenhuma religião a partir das idades adultas.

A geração nascida em 1946-55, como se observa na Tabela 5.1, alcança os 25-34 anos com um percentual de católicos menor do que o das gerações anteriores.

Tabela 5.2 – Religião segundo gerações nascidas entre 1926 - 1975 e os grupos de idade e sexo

Anos do Censo	1950		1960		1970		1980		1991	
Ano de nascimento	Idade	%	Idade	%	Idade	%	Idade	%	Idade	%
66-75									15-24	→85,0
										7,2
										0,7
										0,6
										6,5
										→84,8
										9,0
										0,9
										0,7
										4,5
56-65							15-24	→90,3	25-34	→84,0
								5,1		7,4
								1,0		1,1
								1,1		0,8
								2,5		6,7
								→90,1		→83,8
								6,0		9,6
								1,2		1,6
								1,2		1,0
								1,5		4,0
46-55					15-24	→91,6	25-34	→88,9	35-44	→84,3
						5,4		6,6		7,5
						1,3		1,6		1,3
						1,0		1,3		1,0
						0,7		1,5		5,9
						→92,5		→89,7		→82,9
						4,4		5,1		10,7
						1,1		1,2		1,9
						0,9		1,1		1,4
						1,1		2,8		3,1
36-45			15-24	→93,2	25-34	→91,9	35-44	→88,6	45-54	→84,2
				3,6		4,4		6,1		8,2
				1,2		1,2		1,5		1,4
				0,9		1,0		1,2		1,0
				0,6		1,5		2,6		5,3
				→93,9		→91,8		→87,6		→82,3
				3,8		5,1		7,7		11,8
				1,2		1,4		2,0		2,0
				0,8		1,0		1,5		1,5
				0,3		0,7		1,2		2,4
26-35	15-24	*→94,0	25-34	→92,8	35-44	→90,8	45-54	→87,6	55-64	→83,6
		3,1		3,8		5,1		6,7		9,0
		1,5		1,4		1,6		1,8		1,6
		0,7		1,0		1,1		1,5		1,2
		0,7		1,0		1,4		2,4		4,6
		→94,3		→93,0		→90,7		→86,5		→82,2
		3,2		4,0		5,7		8,4		12,4
		1,5		1,5		1,9		2,4		2,0
		0,7		0,9		1,2		1,7		1,5
		0,3		0,6		0,5		1,0		1,9

Fonte: Fundação IBGE, censos demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980 e Tabulação especial para 1991 - NEPO / UNICAMP.

* Católicos, protestantes, espíritas, outras e sem religião respectivamente.

Nota-se que o percentual de católicos diminui de 92,1% para 89,3% entre os 15 e 34 anos, particularmente a partir dos 35-44 anos, para 83,6%, perdendo seus fiéis tanto para o protestantismo (que aumenta de 4,9% para 9,1%) como para os sem-religião (que sobe de 0,9% para 4,5%) e, de forma mais moderada, para as demais religiões durante este percurso etário.

Se o percentual de protestantes, nesta geração, tende a aumentar com o seu envelhecimento, como também ocorreu antes, ela apresenta percentuais mais altos de adeptos protestantes e daqueles sem filiação religiosa, tanto entre os jovens como nas idades adultas centrais, quando comparada com as gerações anteriores.

A comparação entre os gêneros, para os nascidos entre 46-55, demonstra que há um percentual de jovens católicos e católicas em torno de 92%. O número de mulheres católicas diminui quando estas transitam de idades mais jovens para idades mais maduras (V. Tabela 5.2), continuando uma conversão adulta ao protestantismo, que dobra entre os 25-44 anos (de 5,1% para 10,7%) Já para os homens, este aumento ocorre entre os sem-religião, de 1,5% para 5,9%, enquanto para o protestantismo é de 6,6% para 7,5% nestes mesmos grupos de idades. Mas as mulheres desta geração também aumentam o grupo dos sem-religião: de 1,1% para 3,1%, no transcurso dos 15-24 anos para os 35-44 anos, respectivamente. A religião espírita continua crescendo moderadamente para ambos os sexos (V. Tabela 5.2 e Gráficos 41 e 42 no Anexo 01).

Será que há um reflexo ainda maior sobre esta geração de uma convivência mais urbana e, portanto, de um maior intercâmbio entre as relações sociais, que faculta aos homens e mulheres, embora sempre mais os homens, se apropriarem de características mais próximas à ética protestante ou à vida sem filiação religiosa?

Continuando a leitura da Tabela 5.1, observa-se que, em 1980, na geração de 56-65, o percentual de católicos de 15-24 anos era de 90,2% e passou para

83,9% entre 25-34 anos, ou seja, esse decréscimo ocorre na passagem da idade jovem para a adulta em percentuais maiores do que nas gerações anteriores. Conseqüentemente, esta geração, seguindo a tendência da anterior, aumenta a porcentagem da população convertida ao protestantismo na idade adulta, pelo menos até onde podemos acompanhá-la entre os 25-34 anos (de 5,6% para 8,5%, respectivamente) e também das pessoas sem religião (de 2,0% a 5,4%), aproximando-se dos mesmos percentuais da geração anterior mais próxima, embora mais favorável aos grupos sem filiação religiosa.

Homens e mulheres da geração de 1956-65, em termos de declaração religiosa, seguem a tendência registrada anteriormente ao transitar para a idade adulta em 1991 (V. Tabela 5.2 e Gráficos 43 e 44 no Anexo 01): há uma diminuição do percentual de católicos e católicas, seguida de um aumento do percentual de protestantismo na idade dos 25-34 anos. Se ambos apresentam uma adesão próxima ao protestantismo (de 5,1% a 7,4% e de 6,0% a 9,6%, respectivamente), entre os 15-24 a 25-34 anos, singularmente nesta geração, as mulheres apresentam também um percentual de aumento similar aos de seus companheiros de idade, no grupo dos sem-religião (de 1,5% passam a 4%) e os homens, de 2,5 a 6,7%.

Os jovens da geração de 66-75, se observarmos a Tabela 5.1, no ano de 1991, são em sua maioria católicos (84,9%), seguidos de 8,1% de protestantes, de 5,5% dos que se dizem sem religião, de 0,8% e 0,7% de espíritas e de outras religiões respectivamente.

Comparando-se homens e mulheres da geração de 66-75, vamos encontrar, na Tabela 5.2., 85,0% de católicos e 84,8% de católicas. Já 7,2% são homens protestantes e 9,0% mulheres seguidoras desta mesma religião. Se 6,5% dos jovens pertencem ao grupo dos sem-religião, 4,5% de suas companheiras de idade também (V.

Tabela 5.4). Os jovens desta geração reafirmam a tendência do crescimento do grupo dos protestantes e dos sem-religião, que se vinha consolidando na população adulta das outras e, particularmente, da penúltima geração.

Será que o processo de redemocratização, a partir dos anos 80, que se insinua até mesmo na organização política de diversos segmentos sociais e quando a economia passa por uma crise social aguda, interfere, ainda que sutilmente, sobre o processo de secularização social?

A afirmação de Almeida & Chaves (1998, p.677) a respeito dos jovens, em 1991, também é uma tendência que se vai consubstanciando de geração a geração: “...é interessante notar que a maior parte dos sem-religião é formada por jovens homens (...). Por sinal, a relação de gênero é bastante definida entre as religiões: somente católicos distribuem-se da mesma forma que a média nacional; os sem-religião são preferencialmente homens (...)”.

Por fim, complementa, com uma informação que só em parte pudemos verificar no nosso estudo; para os jovens de 1991, “...o universo das religiões protestantes e afro-brasileiras e, principalmente pentecostais e kardecistas é majoritariamente feminino.” (op. cit., loc. cit).

3.5.1 Fator de idade, geracional, de período e/ou histórico ?

Se é indubitável o predomínio do catolicismo, pelo menos em termos declarados, para todos os segmentos da população estudada, também o protestantismo possui uma baixa, porém estável, representação, que foi aumentando de uma idade à outra.

Podemos observar, pelas referências às religiões “oficiais” registradas nas respostas, por ocasião do censo, que tanto homens como mulheres começam a esboçar certas características religiosas, que vão progredindo de uma geração a outra, e, tudo indica, começando a se consolidar com os jovens nos anos 90.

Começa a diminuir o número de católicos (embora no catolicismo se concentre a maioria de população) e a apresentar-se um maior percentual de protestantes e de não pertencentes a uma religião, desde as três últimas gerações em estudo (jovens em 70, 80 e 90/1).

A análise dos dados sobre religião apresenta, independentemente da geração estudada, uma característica bastante marcante: a supremacia da religião católica. De fato, apesar de uma pequena diminuição dos católicos ao longo dos anos, estes representam mais de 80% dos indivíduos das gerações e períodos analisados. Entretanto, os 20% restantes apresentam também algumas mudanças importantes, sobretudo quando se analisa separadamente por sexos.

No Brasil, há uma paisagem religiosa bastante intrincada que não aparece nos censos, pelos registros das religiões oficiais. Possivelmente, aqui se desenvolveu uma religião sob as asas do catolicismo, ou seja uma “religião civil construída sobre a hegemonia de um paradigma oficial de religião, que integra elementos heterogêneos” (Giner, 1993, p.34), por um sincretismo que os limites deste estudo não podem evidenciar.

Vale notar que o grupo dos sem-religião que se vinha manifestando particularmente como um efeito de idade, como uma possível desfiliação que se vai manifestar a partir dos 36 anos, faz agora parte de uma manifestação desde a idade jovem.

Se tomarmos como referência que a crença religiosa, particularmente a católica, é maior entre os jovens e se torna subtraída com o aumento de jovens evangélicos, ou seja, que estes jovens apresentam características que caminham na mesma direção dos mais velhos, possivelmente tenhamos que levar em conta a importância da socialização primária (de pais para filhos) que, durante os anos juvenis, acaba representando uma formação que ainda não passou pelo terreno das eleições pessoais como um efeito de idade. Quer dizer, só mais tarde, com o passar dos anos, é que verificamos uma certa migração para outras religiões.

Como vimos anteriormente, também aumenta o grupo dos “sem-religião”, no caso, mais entre homens jovens e de mais idade. O que pode sugerir, no primeiro caso, um fator geracional, quer dizer, pessoas que pertencem a gerações mais novas vivendo em uma sociedade mais secularizada; e no segundo, de idade, um aumento da descrença nas religiões, à medida que vão avançando de idade.

Por outra parte, em quase todas as gerações, há um percentual de mulheres protestantes que cresce depois dos 35 anos. Seria um efeito idade? Que atração essa crença religiosa exerce sobre as mulheres depois desta idade?

É interessante observar que tanto os jovens (1991) como as mulheres de idades superiores a 35 anos, tendem para adesão ao protestantismo. Há um fator idade – jovens e mais velhos –, interferindo na tendência a novas adesões religiosas?

4 TORNANDO RELATIVA E REAFIRMANDO A QUESTÃO GERACIONAL

Do modelo de análise adotado anteriormente, sobressai-se a coexistência de marcantes características da população brasileira de 1950 a 1991, que, desagregadas por idade e sexo, e acompanhadas ao longo do tempo para dar conta das “gerações”, indicam algumas relações importantes para reflexão.

Primeiro, poderíamos interpretar, de modo similar, os dados apresentados para as gerações, quando eram jovens ou no processo de envelhecimento, se tomássemos como parâmetro o estudo das gerações, a partir de uma dada localização geográfica de duas regiões que apresentam diferenças de desenvolvimento econômico e social? Por exemplo, é o mesmo ser jovem brasileiro no Nordeste ou no Sudeste?

Especificamente no caso da sociedade brasileira, esta pergunta é quase inevitável, uma vez que somos, ao mesmo tempo, detentores de pólos regionais bastante evoluídos, também não é menos verdadeiro que temos grandes espaços de subdesenvolvimento sócio-econômico, os quais delimitam um desenvolvimento interno desigual.

Segundo, de igual modo poder-se-ia questionar que “tipos sociais” de adultos resultaram de cada geração; se é o mesmo pertencer a uma geração de adultos ou a outra, e se poderíamos falar genericamente deste percurso também se os acompanhássemos, por exemplo, no âmbito regional.

Uma terceira questão é saber em que perspectiva a interpretação das teorias de gênero orienta algumas das características que se foram destacando na análise geracional.

Por fim, a quarta indagação: em que medida a geração, a idade, o gênero particularizam peculiaridades marcantes da “continuidade ou da renovação” social?

4.1 OS JOVENS BRASILEIROS, DO NORDESTE E DO SUDESTE

Até agora, vínhamos identificando os jovens na perspectiva de seus grupos de idade, da sua geração, por nascimento.

Não teríamos condições de levar a cabo todas as variantes de análise que particularizassem o “jovem brasileiro”. Portanto, concentramo-nos na revisão dos dados, considerando-os no âmbito de duas regiões com diferenças sócio-econômicas marcantes.

Naturalmente, não existe o “jovem” como categoria homogênea, porque existem os condicionamentos sociais que o determinam: a localização espacial, a diferenciação social, as biografias individuais etc.³⁶

As características apresentadas pelos jovens brasileiros seriam similares se os acompanhássemos desde o Nordeste até o Sudeste?

Como não foi possível explorarmos, em todos os anos, os dados dos Censos demográficos em âmbito regional, vamos levar em conta apenas o grupo de 15-24 anos, em 1991, o que, em certo sentido, serve tanto para situarmos as características sociodemográficas dos jovens em 1991 como para balizarmos sua ocorrência entre os jovens do passado.

³⁶Uma revisão interessante sobre o tema juventude, nos seus paradoxos enquanto uma unidade social, é realizada por José Machado Pais, no seu livro **Culturas juvenis**, s.d., no capítulo “A transição dos jovens para a vida adulta”, p.21-63.

4.1.1 Trabalho

Como vimos, a evolução quantitativa da população jovem economicamente ativa ocorre, até 1970, pelas atividades rurais, perdendo posição, a partir de 1980, para outras ocupações predominantemente urbanas. Isto significa que, cada vez mais, os jovens foram deixando de trabalhar no campo ou nas atividades rurais. O mesmo aconteceria com os jovens que estão situados em regiões com maior ou menor capacidade de “urbanização”?

Em 1991, os jovens brasileiros nordestinos apresentam um percentual de ocupados no setor agropecuário (37,6%) acima da média nacional (22,8%). Esta é uma das atividades econômicas que continua “masculinizada”. Esta região conta com mais de 47,0% de rapazes trabalhando neste setor.

Já os jovens do Sudeste estão em sua maioria inseridos na indústria (30,4%), superando a média nacional (25,0%). Também, nesta região, esta atividade econômica concentra uma parcela significativa da força de trabalho masculina (35,2%), conforme Tabela 6. Em ambas as regiões, os jovens aparecem, em segundo lugar, distribuídos pelo setor de serviços (20,5% no Nordeste e 24,8% no Sudeste, respectivamente) e depois pelo comércio, entre outros setores da atividade econômica (V. Tabela 6).

As moças nordestinas aparecem vinculadas ao setor agropecuário (14,3%) três vezes mais do que as mulheres do Sudeste (4,5%). Porém, nas duas regiões, elas estão mais concentradas no setor de serviços (40,4% e 36,2%, no Nordeste e Sudeste, respectivamente). Também nos outros setores, elas se apresentam distribuídas de maneira mais próximas (V. Tabela 6).

No entanto, relembrando o modelo de análise que orienta este trabalho, a descrição das atividades econômicas num dado momento vital, no caso, na idade jovem somente indica o presente e, quanto às tendências ocupacionais, estes “sujeitos sociais” as poderão vir a apresentar no seu futuro como adulto, considerando seus vínculos regionais. Portanto, é particularmente um grupo em transição e, enquanto tal, depende de outros fatores que favorecerão ou não sua permanência ou mudanças de atividade econômica (demandas conjunturais; de acúmulo de qualificação; migração, etc.). Quer dizer, de fato, é fundamentalmente o acompanhamento destes jovens (no caso, em âmbito regional), ao longo do tempo, que poderia nos oferecer o melhor conhecimento da dinâmica das atividades econômicas, que estarão vinculadas no desenrolar das suas trajetórias como trabalhadores adultos.

Nesta perspectiva, o fenômeno de maior poder de explicação parece situar-se na existência de uma desigual distribuição ocupacional dos segmentos jovens, decorrente de um processo possivelmente relacionado a um fator histórico, o qual acumulou diferenças regionais ao separar jovens da mesma geração de acordo com as oportunidades locais de trabalho. Em outras palavras, separou-os por região mais desenvolvida (Sudeste) x região menos desenvolvida (Nordeste), uma vez que há uma especificidade de maior participação dos jovens nos setores de trabalho que afeta, de maneira generalizada e até profunda, as oportunidades de trabalho.

É interessante observar que todos os grupos de idade, jovens e mulheres, aparecem de maneira substantiva situadas no setor de serviços, tanto de geração a geração, como vimos anteriormente, como na atual geração de jovens mulheres das duas regiões em estudo. Quer dizer, à proporção que o tempo vai passando de uma década para outra, as diferenças regionais e de gênero persistem, embora os grupos de idade jovens vão ocupando novas posições no mercado de trabalho.

Tabela 6 – Atividade econômica, da população jovem em 1991 por sexo. Regiões Sudeste e Nordeste

Ano do Censo	1991	
Localidade	Idade	
Sudeste	15-24	→ 12,8
		→ 17,6
		→ 4,5
Nordeste	15-24	→ 37,6
		→ 47,5
		→ 14,3
Brasil	15-24	→ 22,8
		→ 30,1
		→ 8,7
		30,4
		35,2
		22,2
		15,6
		14,7
		17,2
		24,8
		18,1
		36,2
		3,4
		4,5
		1,6
		6,1
		2,7
		12,0
		3,0
		3,7
		2,0
		3,8
		3,4
		4,4
		16,5
		19,1
		10,4
		11,9
		11,5
		12,8
		20,5
		12,1
		40,4
		2,4
		2,9
		1,2
		6,3
		2,2
		16,0
		3,3
		3,2
		1,6
		1,5
		1,8
		25,0
		28,7
		17,8
		14,2
		13,3
		16,0
		22,8
		15,3
		37,3
		3,0
		3,8
		1,4
		6,0
		2,4
		12,9
		3,4
		3,8
		2,5
		2,8
		2,5
		3,3

Fonte: Fundação IBGE, **Censo Demográfico de 1991**, Tabulação Especial.

Ramos de atividade: Agropecuária, extração vegetal e pesca; indústria; comércio; serviços; transporte, atividades sociais, administração pública e outras, respectivamente.

Utilizamos as cores verde para a população total, azul para a população masculina, e rosa para a população feminina.

4.1.2 Educação

Os logros educacionais alcançados pelas gerações, cuja trajetória acompanhamos, demonstram uma tendência de progressão educacional entre os jovens. Resta saber se as oportunidades educacionais são equitativamente distribuídas por região, se a política educacional afetou, de forma similar ou distinta, os jovens de uma geração, no caso, os jovens de 1991.

a) Alfabetização:

Nos dados na Tabela 7, sobre os estudos realizados por aqueles que agora são jovens (em 1991), o que mais chama a atenção é a desigual distribuição educacional nas duas áreas regionais em estudo. Enquanto os jovens nordestinos apresentam um percentual de analfabetismo (24,6%) maior que o nacional (11,4%), os jovens do Sudeste apresentam um percentual menor (4,7% de analfabetos). Estes últimos superam o percentual de alfabetização nacional (88,6%), uma vez que há 95,3% de jovens na região Sudeste que sabem ler e escrever.

Por outro lado, ao serem considerados os dados desagregados por sexo, podemos verificar que esta desigualdade se manifesta tanto entre a população jovem de uma mesma região como entre jovens das duas regiões em estudos. No Nordeste, há uma percentagem maior de rapazes analfabetos que de moças (30,8% x 18,6%, respectivamente) sendo em escala bem menor no Sudeste (5,5% x 3,8%, respectivamente), conforme Tabela 7.

Está delineada a carência educativa entre jovens de uma mesma geração, isto é, enquanto mais de dois em cada dez jovens nordestinos nunca, em sua vida, tiveram a oportunidade de, pelo menos, saber ler e escrever, no Sudeste, apenas cerca de um em cada cinco se encontram nesta situação. Não é difícil deduzir e medir as conseqüências graves e diretas sobre a situação presente e futura da persistência da desigualdade educacional entre uma mesma geração de jovens.

Tabela 7 – Alfabetização da população jovem. Total, masculina e feminina. Brasil e Regiões Sudeste e Nordeste.

Ano do Censo	1991	
Localidade	Idade	
Sudeste	15-24	→95,3 4,7
Nordeste	15-24	→75,4 24,6
Brasil	15-24	→88,6 11,4
		→86,1 13,9
		→94,5 5,5
		→81,4 18,6
		→96,2 3,8

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1991, Tabulação Especial.

Alfabetizados e não alfabetizados, respectivamente.

Utilizamos as cores verde para a população total, azul para a população masculina, e rosa para a população feminina.

b) Níveis de Instrução:

Da situação anterior, emergem também as diferenças da distribuição regional dos jovens e das jovens pelos níveis educacionais. Enquanto 20,0% dos jovens brasileiros alcançam o 2º grau, os do Sudeste superam a média nacional (22,6%) e os jovens nordestinos permanecem mais retidos no 1º grau (81,6%), ou seja, apenas 16,4% chegam ao 2º grau (V. Tabela 7.1).

As jovens nordestinas galgam o ensino de 2º grau mais do que os jovens (18,3% x 14,1%, respectivamente). No Sudeste, há uma diferença mais moderada (24,9% x 20,2%, respectivamente). Portanto, é no Sudeste que moças e rapazes mais alcançam o 2º grau (V. Tabela 7.1).

A distribuição regional dos estudantes de nível superior entre o Nordeste e o Sudeste reafirma as desigualdades educacionais em âmbito regional. O Nordeste possui apenas 2,0% de estudantes de nível superior, com diferença insignificante entre homens e mulheres. Em contrapartida, a situação é mais favorável na região Sudeste

que apresenta **m**ais do dobro do percentual de jovens no ensino superior, quando se compara com **a** região Nordeste.

Saboia (1998, p.514) citando os dados da PNAD de 1995) afirma que:

A região Sudeste concentra mais da metade (57%) dos estudantes de nível superior do país, enquanto sua população nesta faixa etária não passa de 42,5% (...) o Nordeste possui apenas 15% dos estudantes de nível superior, percentual bem inferior aos 30,9% representado por sua parcela de pessoas de 15 a 24 anos.

Tanto no Brasil, em geral, como no Sudeste e no Nordeste especificamente, há uma parcela ligeiramente maior de mulheres do que de homens que alcançaram o ensino superior (V. Tabela 7.1).

Continua havendo diferenças intrageracionais bastante marcantes do ponto de vista da distribuição educacional, que afetam profundamente os jovens de uma mesma geração e homens e mulheres, conforme a localização geográfica.

Como afirma Bruschini (1996, p.12):

No que tange à questão da educação, embora as estatísticas mostrem que o acesso das mulheres à escolaridade é igual ou mesmo superior ao dos homens, inúmeras informações ainda estão por ser levantadas, enquanto outras precisam ser aprofundadas (...). Desigualdades regionais, raciais e sócio-econômicas, em relação ao analfabetismo e à frequência à escola, por outro lado, indicam que o problema educacional no Brasil prende-se mais a um processo de exclusão social do que a diferenças de gênero.

Tabela 7.1 – Grau de instrução da população total, masculina e feminina (jovem) para o Brasil e Regiões Sudeste e Nordeste

Ano do Censo		1991		
Localidade	Idade			
Sudeste	15-24	→72,4	→75,5	→69,4
		22,6	20,2	24,9
		5,0	4,3	5,7
Nordeste	15-24	→81,6	→84,2	→79,5
		16,4	14,1	18,3
		2,0	1,7	2,2
Brasil	15-24	→76,3	→79,0	→73,8
		20,0	17,8	22,0
		3,7	3,2	4,2

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1991, Tabulação Especial.

Elementar / 1º Grau; Médio / 2º Grau; Superior, respectivamente.

Utilizamos as cores verde para a população total, azul para a população masculina, e rosa para a população feminina.

4.1.3 Estado conjugal e filhos

Não há grandes diferenças de nupcialidade entre os jovens, tanto em nível nacional como regional. Pode-se observar, na Tabela 8, que cerca de 75% dos jovens brasileiros de 15-24 anos estão solteiros, embora o percentual de jovens casados do Sudeste (21,4%) seja um pouco menor que o do Nordeste (22,1%).

Tabela 8 – Estado Conjugal da população jovem. Total, masculina e feminina. Brasil e Regiões Sudeste e Nordeste

Ano do Censo		1991		
Localidade	Idade			
Sudeste	15-24	→77,1	→85,4	→68,9
		21,4	13,8	29,0
		1,4	0,7	2,0
		0,1	0,0	0,2
Nordeste	15-24	→75,9	→84,1	→67,9
		22,1	15,1	29,0
		1,9	0,8	2,9
		0,1	0,0	0,2
Brasil	15-24	→75,1	→83,8	→66,4
		23,2	15,4	31,0
		1,6	0,8	2,4
		0,1	0,0	0,2

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1991, Tabulação Especial.

Solteiro, Casado, Separados/desquitados/divorciados, Viúvo, respectivamente

Utilizamos as cores verde para a população total, azul para a população masculina, e rosa para a população feminina.

Em todos os casos, o percentual de mulheres nordestinas que continuam casando com **homens** de outras gerações é um pouco maior.

É interessante observar que há um mesmo percentual de jovens casadas no Sudeste e **no** Nordeste. Contudo, o casamento de cerca de uma em cada três das jovens **nordesti nas** não dura muito, a separação/desquite/divórcio é um pouco mais alta (2,9%) do que **a** média nacional (2,4%), conforme espelha a Tabela 8.

No caso específico das jovens do Nordeste, a antecipação da separação conjugal, **embora** não seja uma questão homogênea, poderia ser reflexo das desigualdades **econômicas e sociais** imperantes na região? Ou seja, os estímulos – através de **vários** meios para a “liberdade sexual”, sem a preparação prévia e/ou a coerção dos **preceitos** sociais e religiosos que associam procriação e casamento –, induziriam, **num** primeiro momento, a realização das núpcias, sem depois oferecer as condições **objetivas** para a sua realização, particularmente no Nordeste, resultando na breve **duração** do casamento?

Os dados de fecundidade cruzados com a variável estado civil apresentam **uma** grande estabilidade na proporção de mulheres casadas com filhos, tanto para o **Brasil** como para as duas regiões em estudo. Ao compararmos as duas regiões, a maior **proporção** de casadas com filhos está no Nordeste (75,9%), de acordo com Tabela 8.1. O **número** médio de filhos das jovens casadas do Nordeste (1,3) é ligeiramente superior à **média** nacional (1,2) e à média do Sudeste (1,1). (V. Tabela 8.2)

Tabela 8.1 – Número de mulheres jovens com filhos. Brasil e Regiões Sudeste e Nordeste

Ano do Censo	1991	
Localidade	Idade	
Sudeste	15-24	→ 4,9
		72,6
		82,5
		82,9
Nordeste	15-24	→ 4,6
		75,9
		82,7
		84,2
Brasil	15-24	* → 5,2
		73,7
		82,3
		83,3

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1991, Tabulação Especial.

* Solteira, Casada, Divorciada e Viúva, respectivamente.

Camarano (1998, p.116-117), por exemplo, usando os dados do BEMFAM / DHS de 1996, considerando as regiões Norte, Nordeste, Centro-Leste, Sul e Centro-Oeste, além de Rio de Janeiro e São Paulo, demonstra que somente 31,1% das mulheres casadas de 15 a 19 anos e 17,9% das mulheres neste estado civil dos 20 aos 24 anos, no momento da pesquisa, não tiveram filhos.

Tanto no Brasil como nas duas regiões, é notável a baixa incidência de mulheres e homens jovens viúvos e separados. Porém, é curioso que, em sua grande maioria estes casamentos resultaram numa prole, confirmando a estreita relação entre este estado civil e a procriação.

Tabela 8.2 – Número médio de filhos das mulheres jovens. Brasil e Regiões Sudeste e Nordeste

Ano do Censo	1991	
Localidade	Idade	
Sudeste	15-24	→0,1 1,1 1,2 1,4
Nordeste	15-24	→0,1 1,3 1,3 1,7
Brasil	15-24	*→0,1 1,2 1,3 1,5

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1991, Tabulação Especial.

* Número médio de filhos para mulheres solteiras; casadas; divorciadas/separadas e viúvas, respectivamente.

4.1.4 Religião

Os jovens do Sudeste, quando comparados aos do Nordeste, são os que mais estão em consonância com o processo relativo de perda de fiéis por parte do catolicismo para outras religiões, particularmente para as “protestantes” e para os sem filiação religiosa, que vem ocorrendo em âmbito nacional. Logo, o percentual de protestantes é maior no Sudeste (9,1%), sendo um pouco mais alto que a média nacional (8,1%) e, principalmente, em relação ao Nordeste (4,6%). Esta mesma lógica ocorre também para os sem-religião, bem como para as outras religiões, porém de forma mais suave (V. Tabela 9).

Tabela 9 –Religião da população jovem. Total, masculina e feminina. Brasil e Regiões Sudeste e Nordeste

Ano do Censo	1991	
Localidade	Idade	
Sudeste	15-24	→81,1
		9,1
		1,3
Nordeste	15-24	→90,3
		4,6
		0,3
Brasil	15-24	*→84,9
		8,1
		0,8
		→81,1
		8,0
		1,1
		1,0
		7,4
		8,8
		→81,0
		10,3
		1,4
		1,2
		6,1
		→90,5
		3,9
		0,3
		0,1
		5,2
		→90,2
		5,3
		0,4
		0,2
		3,9
		→85,0
		7,2
		0,7
		0,6
		6,5
		→84,8
		9,0
		0,9
		0,7
		4,5

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1991, Tabulação Especial.

* Católico, Protestante, Espírita, Outras e Sem religião, respectivamente.

Utilizamos as cores verde para a população total, azul para a população masculina, e rosa para a população feminina.

A pesquisa de Almeida & Chaves (1998) confirma os dados de crescimento dos sem-religião e acrescenta que há uma adesão crescente dos jovens, em 1991, ao pentecostalismo³⁷:

...pode-se afirmar que entre os jovens – e tendo a região Sudeste como expressão máxima – as escolhas religiosas caminharam em duas direções: de um lado, para uma crescente ruptura com qualquer religião, principalmente o catolicismo; e, de outro para a espiritualidade dos pentecostais, kardecistas e da Renovação Carismática, que, mesmo não sendo analisável pelos dados do Censo, merece destaque por ser o mais significativo movimento de “readesão” dos católicos (op. cit., p.683).

Na comparação entre homens e mulheres, nota-se, do mesmo modo que ocorreu no estudo geracional, que há uma diferença acentuada entre “gêneros”: no Nordeste, o percentual de jovens mulheres protestantes é maior (5,3%) do que o de homens (3,9%); assim também no Sudeste (10,3%) das mulheres seguem este credo religioso contra (8,0%) dos homens (V. Tabela 9).

³⁷Conforme Almeida e Chaves (1998, p.677), o grupo dos pentecostais “...dentre outras opções religiosas, são os mais recentes no Brasil e os mais emergentes (...) a sua doutrina está baseada no êxtase

Os rapazes, tanto os do Sudeste (8,8%) como os do Nordeste (5,2%), declaram-se **sem** religião em maior percentual que as suas companheiras de idade. Contudo o **percentual** no Sudeste, tanto de homens (8,8%) como de mulheres (6,1%) sem religião, **é** maior que o apresentado não só em âmbito nacional (6,5% e 4,5%, respectivamente) como no Nordeste (5,2% x 3,9%, respectivamente), conforme se observa na **Tabela 9**.

Daqui emergem perguntas inevitáveis: por que os jovens do Sudeste lideram a **opção** pelo protestantismo e se apresentam como sem-religião mais do que os jovens do **Nordeste**? De modo próximo, por que o protestantismo absorve mais as mulheres, **como** vimos antes e agora, no caso das jovens do Sudeste? Seriam jovens que lidam com “**uma** mentalidade prática”, até mesmo religiosa, decorrente das necessidades imperiosas **de** sobrevivência material e espiritual na zona urbana? Que tipos de atrativos as religiões **evangélicas** podem oferecer a estes jovens?

É interessante observar que a variação religiosa entre os jovens é menor do que os **adultos** em qualquer ponto de observação. Por outra parte, também há uma subida **relativamente** importante dos sem-religião na idade jovem, de geração em geração.

Finalmente, em termos gerais, se relacionarmos o aspecto religioso com outros, por **exemplo**, no caso do casamento, número médio de filhos, notamos uma **proximidade de** características entre os jovens das duas regiões. Seria a interferência de um credo **comum** e dominante, apesar de algumas características singulares, em termos de crença **religiosa**, interferindo na proximidade destas características? O processo migratório, **o** ir e vir, poderia estar contribuindo para que jovens do Nordeste e Sudeste

religioso proporcionado pelo Espírito Santo, que se manifesta em forma de “dons espirituais: tais como os de cura, **profecia**, ‘falar em línguas’ e outros mais”.

assimilem ou **reforcem** algumas características culturais e sociais permanentes e em mudança?³⁸

4.2 CARACTERÍSTICAS DO “GÊNERO” FEMININO

Outra evidência que se constata neste trabalho é que há um percurso etário, um **feminino** e outro masculino. Nesta perspectiva, anotamos a importante observação de Bruschini (1997, p.2):

É preciso cuidado para não usar impunemente este conceito, como tem sido feito. Se gênero é uma categoria analítica que diz respeito à cultura e às relações sociais, uma estatística não pode ser de gênero, mas sim de sexo, pois refere-se principalmente a atributos de ordem biológica. O que é de gênero é a teoria, as hipóteses e os conceitos que orientam a busca dessas estatísticas, assim como a interpretação e o uso que delas se faz.

Tendo como referência esta observação, passamos a trabalhar **especulativamente** os dados desagregados por sexo, a partir da análise da “organização social entre **os sexos**”, apresentada de geração a geração .

Diante das características apresentadas pelos dados, ao longo do tempo, nos **deparamos** com uma constatação inevitável: saltam aos olhos de qualquer observador atento questões pontuais relativas à mulher. Estamos balizando, pela referência **deste** estudo, que de geração a geração, em maior medida que os homens, as **mulheres apresentaram** características singulares.

³⁸Uma referência importante para o tema é o trabalho de Baeninger et al. Evolução e características da população jovem do Brasil (CNPQ, 1998, p.54), onde ressaltam a importância da espacialização dos fenômenos demográficos e, particularmente, o migratório para o entendimento da própria dinâmica da população e suas inter-relações com os fenômenos sociais que emergem das relações sociais e geracionais.).

A evolução dos percentuais de mulheres integradas ao setor econômico, ao ensino formal, ao casamento, à procriação, evolução esta que passa por estímulos históricos, instrumentais e expressivos, naturalmente não deve ser entendida como uma generalidade em si, senão como uma forma de nos aproximarmos de uma leitura da realidade.

Há uma integração de uma parte das mulheres no mercado de trabalho que facilita a homogeneidade do nosso campo de observação, como a sua presença predominante nos setores de serviços, seguida nas atividades sociais, na administração pública e, depois, nas demais³⁹.

Os motivos pelos quais ocorre esta “sexualização” do mercado de trabalho são explicados pelos estudiosos da questão, ora se apoiando na conjuntura econômica, ora em fatores individuais e familiares, ora no estado civil, na idade, no gênero (Bruschini, 1996).

Certamente somados a estes, há outros aspectos que no nosso estudo não podemos contatar, porém são bastante ressaltados pelos estudiosos da questão, como bem retrata Bruschini (1996, p. 7), citando a Folha de São Paulo (21/03/96) e o Jornal do Brasil (21/03/96):

... a desigualdade salarial entre homens e mulheres que desempenham trabalho semelhante foi rotulada por muitos analistas como fruto do discurso ideológico do feminismo, mas vem sendo comprovada à medida em que a publicação de dados desagregados tem permitido comparar os rendimentos de trabalhadores de um e outro sexo em situações semelhantes de trabalho. Com a divulgação das pesquisas nacionais domiciliares mais recentes, essa polêmica, até agora restrita ao campo do feminismo e dos estudos de gênero, tem obtido ampla cobertura dos meios de comunicação.

Estes estudos também ressaltam a insegurança ou a dificuldade de a mulher enfrentar a competição acirrada, mais propriamente desenvolvida pelos homens,

³⁹Confome Caillaux. (1997, p.2), “Em 1950, as mulheres representavam 15% da população economicamente ativa, e em 1970 eram 21%, passando para 27% em 1980”.

que situa as **mulheres** em profissões femininas ou chefiadas por homens (Fernández Enguita, 1989), **ou** de privilégio dos homens, mesmo em locais de trabalho, como na escola, onde há **uma** grande presença feminina (Demartini & Antunes, 1997).

Do que foi observado em nosso estudo, podemos considerar que há um vínculo das **mulheres** a setores em que tradicionalmente vinham trabalhando, desde a primeira geração. É uma relação que se pode estabelecer com a “questão de gênero”, cuja evolução **dever** ter sido graduada pela sua “condição geracional”. Em outras palavras, deve **ser** consequência das necessidades econômicas e das possibilidades que cada geração de **mulher** foi tendo na família ou na cultura do trabalho desenvolvido na sua geração.

Outro aspecto relevante é que as mulheres, principalmente depois da terceira geração **em** estudo, vão incorporando as novas orientações de oportunidades de acesso à **educação** básica e à educação universitária ⁴⁰.

Uma das perspectivas ainda pouco explorada, e que ocorria até determinados **períodos** (de 1950 a 1970), é a migração da jovem. Segundo Camarano & Abramovay (1997), há uma “... ligação entre processos migratórios e formação educacional”. **Na** tradição latino-americana (da qual o Brasil não é exceção) dizem as mesmas autoras, “valoriza-se mais o estudo das moças (com a perspectiva de que saiam do campo) que **o** dos rapazes”(p. 8).

A maioria dos estudos atribui esse fato a uma questão de gênero. Na verdade, parece-nos muito difícil identificá-lo como tal. Parece mais pertinente encará-

⁴⁰Os atenuantes **da** espera feminina pelo casamento, que resulta num tempo dedicado a escola (Tabak & Toscano, apud. Rosemberg et al., 1990), por algum tempo foram utilizados como fonte de explicação. Na verdade, **como** já assinalamos no segundo capítulo, estas abordagens avançam, dentre outras, para as seguintes explicações: as pressões econômicas que fazem a diferenciação entre a idade de trabalhar para mulheres e **homens**, interferindo na persistência escolar; uma cultura escolar que favorece as características **femininas** para a aceitabilidade, a disciplina, etc., a sobrevivência de carreiras educacionais **que** podem implicar profissões ditas femininas: intérprete, secretária, recepcionista, etc. (V. Madeira, 1986).

lo da perspectiva geracional. Poderíamos talvez, neste caso, considerar que este processo ocorre muito mais pelo fato de as mulheres pertencerem a gerações distintas do que a um gênero sexual. Tudo indica que esteja relacionado com as oportunidades de educação que elas tiveram em cada época histórica e, possivelmente, em cada região brasileira.

Naturalmente, permanecem ou resultam outras questões profundas sobre as transformações pelas quais as mulheres vêm passando.

Uma dessas questões, por exemplo, é saber como se encaminhava a desigualdade entre gêneros, que cada vez mais afeta mulheres de gerações distintas diante das diferentes oportunidades de educação, de trabalho, de “escolha” matrimonial etc. E se, das desiguais condições educacionais entre homens e mulheres de gerações distintas, não se produziram relações assimétricas, que se repetirão nas relações de trabalho, afetivas, familiares e na socialização dos jovens.

Uma outra questão é identificar se a evolução apresentada pelas mulheres, no terreno dos estudos, da formação educacional, estaria sincronizando a competição entre homens e mulheres de uma mesma geração.

Outra evidência é o fato de elas ingressarem mais cedo no mercado matrimonial, mesmo nas gerações mais jovens. Muitas explicações situam como referência uma unilateralidade instrumental: “à mercê de um casamento vantajoso, uma mulher pode obter a metade dos interesses de um salário muito substancial, inclusive quando não têm muito êxito no casamento (...) ganham certas recompensas psíquicas negadas àquelas que não se casam”. (Lanski, 1993, p.422).

Muitos obstáculos, contudo, podem tornar essa visão opaca. É necessário ter cuidado com as referências da herança mitificada, que situam quase exclusivamente as mulheres como herdeiras de suas mães, principalmente filhas de gerações de

mulheres das gerações mais velhas, quanto à espera pelo casamento e preparação para ser esposa. Na verdade, nas gerações mais velhas, mesmo as mulheres pertencentes às camadas mais altas não tinham outra oportunidade de vida, a não ser o casamento.

Outra questão é o crescimento do percentual de mulheres separadas.

Tratando sobre a história de vida de mulheres que nasceram em períodos anteriores a 1920 e 1930, Peixoto (1996, p.3) extrai dos relatos o motivo principal da separação conjugal e informa que são as mulheres que “fazem o rompimento”:

Sendo a fidelidade uma das regras da conjugalidade, a partir do momento em que a infidelidade se manifesta, o contrato pode ser rompido. Em um estudo sobre histórias de 25 mulheres de mais de 60 anos, observamos que, com exceção do único caso de infidelidade feminina, os quatro casamentos onde a infidelidade masculina foi revelada, foram dissolvidos. Em alguns a tolerância durou pouco tempo; em outros ela foi de alguns anos. Mas em todos, foram as mulheres que decidiram pela dissolução do casamento. Para essas mulheres a separação significava uma separação de corpos, sem implicações legais uma vez que eram elas que optavam pela separação. Além disso, o divórcio ainda não tinha sido legalizado no Brasil e a separação judicial implicava na apresentação de provas da infidelidade e conseqüentemente, em despesas financeiras que não poderiam arcar. Assim, "sair de casa" implicava em se responsabilizar pela manutenção e educação dos filhos. Vida difícil, mais dura ainda.

Em nosso estudo fica evidente que, depois dos 35 anos, a posição social de casado é mais estável do que a de casada: a proporção de casadas é sempre inferior à de casados. Será pelo fato de as mulheres ficarem com uma carga de responsabilidade maior com relação aos filhos, à manutenção cotidiana da casa, etc., que elas têm dificuldades de um segundo matrimônio?

Neste caso, poderíamos dizer que, com base numa questão biológica, há uma construção de gênero que se baseia na assimetria da responsabilidades com os filhos, dicotomizando, reiterando ou dificultando a igualdade de fato de pais separados? A “questão de gênero” seria, então, favorecida ou ainda não superada pela legislação social?

Bilac (1996, p.20-21), tratando “da construção social à normatização jurídica da paternidade e da filiação”, conclui:

...a normatização jurídica da paternidade vem-se transformando no sentido de uma maior equidade de direitos e obrigações entre pais e mães, de um lado, e, de outro, de uma maior responsabilidade paterna para com os filhos, independentemente da natureza da filiação. É bem verdade que o texto da lei pode dar margem a diferentes interpretações (...) Mesmo assim, acompanhando-se as transformações na legislação sobre a família ao longo do tempo, estas parecem refletir, com bastante propriedade, transformações substantivas na própria instituição social.

Além disso, há outras ingentes transformações, notadas entre as gerações em estudo, que se foram consolidando da terceira geração em diante.

Nas cinco diferentes gerações, verifica-se uma diminuição muito significativa no número médio de filhos para as gerações mais jovens. Estas gerações registraram, em média, pouco mais de dois filhos por mulher, aproximando-se muito do padrão de fecundidade das mulheres dos países mais desenvolvidos⁴¹.

O sustentado e intenso descenso da natalidade, sem abrir mão da maternidade (há uma maioria de mulheres que, mesmo nas gerações mais recentes, continua casando, tendo filhos, embora em menor número), seria o indicativo de uma questão de gênero, significando uma construção social que permanece, ao longo do tempo, associando-se a uma evolução geracional. Pergunta-se, então, se estariam tornando-se mulheres que, cada vez mais, se adequam às condições objetivas e materiais de um processo. Tal processo estaria baseado numa adaptação às circunstâncias e exigências de uma sociedade que lhes imporia a presença na ocupação mercantil, no consumo e nas oportunidades educacionais e, portanto, na formação de uma “mentalidade prática”.

⁴¹Maria Irene Szmrecsányi no seu livro, *Educação e fecundidade: ideologia, teoria e método na sociologia da reprodução humana* (1988), faz uma revisão histórica da explicação sociológica da fecundidade à luz das teorias da transição demográfica, da teoria da modernização e da educação e fecundidade, etc.

Até que ponto a evolução deste processo é uma relação assimétrica, propriamente do gênero feminino? Não estaria aí somada a emancipação social de homens e mulheres, de natureza inequivocamente centrada em uma estratégia matrimonial, cuja diminuição no número de filhos representa o alcance de um certo capital humano familiar?

Por outra parte, vimos o incremento da população, na condição de mães solteiras, de geração em geração, particularmente em idades superiores a 24 anos. Isto também não é um reflexo de uma mentalidade prática centrada no indivíduo? Isto pode significar que a evolução de mulheres solteiras com filho pode já não se dar tanto por uma gravidez circunstancial, mas como uma opção fora do casamento, como alternativa de uma realização pessoal feminina por meio da reprodução, ou como uma proteção para o envelhecimento, a solidão, etc.

Em outras palavras, a aceitação social da instituição do casamento, dos filhos fora ou dentro do casamento, da educação, do trabalho não significa sua prática como uma fórmula tradicional, com base nas convenções de sempre. A variação de papéis que a mulher, por exemplo, vem experimentando, não significa que suas antigas aspirações não renasçam (Orizo, 1996, p.326).

E, no caso da religião, também estaria predominando o “espírito prático” quando mulheres aderem mais ao protestantismo do que os homens, singularmente depois dos 35 anos. É de se indagar, no caso principalmente destes, por que a predominância dos que se declaram “sem uma filiação religiosa”, quando se compara com as mulheres e observa-se sua evolução, ao longo do tempo, em todas as gerações.

Neste último caso, haveria propriamente um fator de idade, isto é, a descrença nas religiões seria uma questão do gênero masculino e de idade para os mais

E no caso das mulheres que, em todas as gerações, a partir dos 35 anos de idade, aderem à religião protestante? Enfim, seria uma questão de gênero associada a um fator de idade?

Seria um fator de idade, interferindo na busca de um novo “Deus” que dê conta das questões existenciais e materiais decorrentes da maturidade? Que componentes do conteúdo evangélico, do protestantismo, atraem ou facilitam o convencimento das mulheres, particularmente as de mais idade? Seria a busca do seu coletivo de idade pela formação de uma comunidade de iguais, perdida no seu processo de afastamento, quando tiveram de se dedicar mais à família, quando os filhos eram menores? Seria pelos tipos de atividades sociais que possibilitam o acesso ao emprego, ao hospital, à creche, etc., negados pela sociedade?

Em geral, os estudos recentes que tratam da questão de gênero entre os protestantes/evangélicos, situam como atrativo para as mulheres o “familismo”, seja como forma de “moralização”, seja como forma de assistencialismo à “família”, seja como espaço de realização da possibilidade “conjugal” entre parceiros religiosos.

Almeida & Chaves (1998, p.677), citando pesquisa realizada pelo Instituto de Estudo da Religião (ISER), confirmam que “...havia 2 mulheres para cada homem nas igrejas evangélicas (protestantes e pentecostais) da região metropolitana do Rio de Janeiro” e que de acordo, ainda, com essa pesquisa:

...o padrão de relacionamento entre gêneros veiculados pelas igrejas evangélicas atrai as mulheres e encontra resistência entre os homens. É um padrão que modifica a tradição ibero-brasileira em três sentidos ao menos: (i) uma moral de contenção da sensualidade, (ii) que vale para ambos os sexos, (iii) implicando uma simetria no compromisso de homens e mulheres para com a família no casamento”.

Mafra (1996, p.7), também comentando a mesma pesquisa, afirma:

Esta relação percentual de duas mulheres para cada homem tem reforçado, na análise de alguns estudiosos (Martin,1990, Brusco,1995, Mariz e Machado,1995) a importância da mulher na condução dos

rumos desta religião. Seguindo uma certa lógica sociológica, estes autores relacionariam uma população feminina maior com a adequação do perfil do grupo e das noções de sagrado aos seus interesses. O pentecostalismo, neste sentido, seria a mais “feminina” das religiosidades protestantes, cuja tradição seria de uma “religiosidade familiar”.

Esta mesma autora continua localizando o sentido da relação gênero/evangélicos/família, na interpretação dos pesquisadores do “novo nascimento” realizado pelo ISER:

...o que significa que o espaço das igrejas tem supostamente oferecido lugar e alguma resposta para as suas manifestações de aflição, – as igrejas são organizadas para receber “a família”, tanto que há uma rotina própria a estas igrejas, às vezes até nas mais longínquas e retiradas, com atividades para todas as idades: culto infantil, culto das senhoras, sábado dos jovens, jogos de futebol, seminários sobre a família, grupo coral, retiros para jovens, reunião de senhoras, show gospel, etc. O dado de que o público evangélico acompanha a distribuição etária da população, corrobora esta característica (Mafra, 1996, p.4).

De pesquisas como a de Maciel (1998, p.87), que trata de histórias de vida, podemos subtrair no caso do “catolicismo” mais um “comunitarismo”, até mesmo entre as próprias mulheres. Esta autora apresenta a seguinte explicação ao fato de as mulheres se associarem à comunidade de base:

Local de intensas trocas, de trabalho e de prazer, os grupos comunitários também são locais de oração, solidariedade e ajuda mútua: aí se trocam receitas, os endereços úteis; fazem coletas para ajudar uma família em dificuldade, jantares beneficentes...

Por que o percentual de mulheres com escolaridade aumenta mais nas três última gerações mais novas? Por que o percentual de separadas/divorciadas aumenta significativamente em relação aos homens, em todas as gerações que seguimos, principalmente depois da legalização do divórcio?

Elas se apropriariam de algumas garantias provenientes do “direito formal” como via de algumas conquistas individuais e sociais, que sempre foram garantidas “de fato” aos homens?

A afirmação de García de León (1993, p.27) para a crescente participação da mulher na escolarização poderia ser ampliada em geral, ou seja, parecem apresentar as características do “...’recém chegado’ ou do ’novo rico’ (se poderia dizer, se tratássemos da esfera do consumo). Tem que ser mais, demonstrar mais, dedicar mais o que significa, por sua vez, um indicativo da debilidade de sua antiga posição(...)” de gênero e geracional.

Entre todos estes elementos, a educação é que mais aparece como uma dinâmica sociossexual que “debilita a força discriminadora que ao pertencer a um sexo ou outro continua existindo em nossos sistemas sociais”. No entanto, se a escola é “precedida como uma instituição igualitária entre os sexos, isso não quer dizer que ela produza uma igualdade real (...)” Pode ser que se trate de uma igualdade formal, normativa que se vivencia no sistema de ensino”(Ibid., p. 90).

Por exemplo, no campo religioso, Machado, em 1995, avaliando a presença das mulheres nas religiões evangélicas, menciona a perda virtual de um processo de ampliação de direitos que as mulheres vinham angariando:

...estes movimentos não fornecem instrumentos para a afirmação das mulheres no campo dos direitos civis, sociais ou políticos, e, conseqüentemente, não estão articulados no diálogo com o Estado ou com o Direito, contudo, dão meios para a dignificação e auto reconhecimento humano básico das mulheres, aspecto crítico numa cultura patriarcal, que acaba refletindo, indiretamente, em inúmeros e dispersos processos sociais como a reconstituição de famílias em situação de miséria, o gerenciamento dos conflitos domésticos sem o recurso à violência, a maior participação das mulheres em negócios e empregos no mercado informal, etc. (apud Maciel, 1998, p.).

Entre as evidências que se constituíram pelos dados do estudo, ressalta, sob a perspectiva de gênero, um movimento em dupla mão, são as mulheres as que mais se apropriam, de geração a geração, tanto do “direito formal” (como a separação conjugal) como de algumas conquistas individuais e sociais (educação, diminuição dos filhos, procriação com ou sem casamento, etc.).

Em termos gerais “religiosos”, talvez possamos deduzir que as mulheres vão construindo, vão graduando e polarizando suas características de gênero em direção à solução dos variados problemas impostos pelas situações da sua existência social com a, ou na, instância social possível. No caso da religião, deflagrada, talvez, pela falta de um “Estado do bem-estar” mínimo que lhes ofereça saídas para as “novas” e “velhas” situações que estão vivenciando.

Naturalmente, todos esses fatores têm como interlocução a recente e radical alteração no curso feminino, que se confronta, particularmente em sociedades como a nossa, com problemas sociais de forte cunho econômico, acirrando as contradições para aquele contingente que está em processo de “transição”, no caso, os jovens e as mulheres.

O centro do problema para nosso estudo consiste em repensar em que medida as construções sociais imanentes da condição de gênero estarão, hoje, amenizadas pela progressiva transformação e mediação dos modelos feminino e masculino ou, de igual modo, como estes novos modelos reabrem outras dimensões da mesma questão, diante das pressões sociais que resultaram na competição, na discriminação sexual, nas relações de trabalho, na socialização das crianças e jovens, quer dizer, no processo de renovação geracional.

4.3 A DINÂMICA INTERGERACIONAL

4.3.1. As referências de “tipos sociais de adultos” para os mais jovens

Se acompanharmos as tabelas, na coluna correspondente ao ano de 1991, conforme o exemplo na Figura 1, visualizamos que os jovens de 15-24 anos dividem o mesmo marco sócio-histórico com os adultos de outras gerações: de 55-64 anos, pertencentes à primeira geração (G-1); de 45-54 anos, pertencentes à segunda geração (G-2); de 35-44 anos, à terceira geração (G-3); e os adultos de 25-34 anos pertencentes à quarta geração (G-4), além de, naturalmente, com seus coetâneos de idade de 15-24 anos (G-5).

Anos do Censo Ano de nascimento	1950 Idade	1960 Idade	1970 Idade	1980 Idade	1991 Idade
66-75					15-24
56-65				15-24	25-34
46-55			15-24	25-34	
36-45		15-24	25-34		45-54
26-35	15-24	25-34		45-54	55-64

Figura 1: Síntese das tabelas por grupo de idade

Em suma, como diz Ortega y Gasset (1987, 1994), são contemporâneos e coetâneos. São homens e mulheres de idades distintas e semelhantes, de diferentes gerações, que dividem o mesmo marco histórico – o ano de 1991.

Como recurso de análise para situar as relações que agora suscitamos, recorreremos a uma tipologia, ou artifício, para nos aproximarmos da leitura da realidade, no intuito de analisarmos que “tipos sociais” de adulto estão latentes na sociedade

brasileira⁴². Que características esta constelação de adultos acumulou da sua condição geracional?

Seguindo esse enfoque, poderíamos considerar que são “tipos sociais” predominantes de adultos, decorrentes da:

G-1 – adultos de 55-64 anos, cujas condições objetivas material e intelectual acumuladas localizam-nos nos setores da agropecuária e de serviços; depois na indústria, no comércio, etc. Podemos deduzir, pela idade, que apresentam uma prolongada vida ativa e/ou atraso na aposentadoria. O baixo nível escolar e a distribuição assimétrica pelos níveis educacionais, ou seja, uma maioria localizada no ensino elementar e uma minoria nos ensinos médio e superior, também indicam o quanto experimentaram uma sociedade cujo privilégio educacional pertencia a uma minoria. A desigual situação educacional da mulher perante o homem complementa a informação sobre o tipo de conseqüências que herdaram as nossas anciãs de hoje. As mulheres, quando incorporadas ao trabalho formal, como vimos, se situavam em sua maioria entre os serviços, e embora só algumas delas permaneçam na agropecuária, muitas tiveram um passado neste setor. Estão, homens e mulheres, mais eles, em sua maioria integrados em um matrimônio, ou seja, aos 55-64 anos se declaram casados. Suas proles são numerosas. Passaram pelo estágio do casamento e tiveram uma pauta de fecundidade elevada, com um número médio de filhos superior a quatro. Muitas destas proles numerosas são de mulheres viúvas, podendo-se imaginar as dificuldades de várias ordens que mães e filhos enfrentaram. Sua estrutura religiosa parece estar em consonância com suas características sociodemográficas: vinculados à religião mais tradicional, a católica, e, em certa medida, há uma adesão, ainda recente, à religião protestante, mais das mulheres do que dos homens.

⁴²Características particulares que observamos para os adultos brasileiros, que nos serve de padrão de análise.

G-2 — adultos de 45-54 anos, que constituem um coletivo o qual adquire, até essa etapa da vida, um peso demográfico um pouco mais integrado entre as atividades agropecuária e industrial. Há homens que se concentram nessas duas áreas e mulheres que se dividem entre os setores de serviços e as atividades sociais. A maioria não logra ir além da barreira educativa constituída pelo ensino elementar. Ainda que permaneça a desigualdade de acesso aos níveis de ensino, aqueles poucos que vencem esta barreira, homens e mulheres, começam a igualar-se no nível médio. São pessoas que chegaram a essa idade, em sua maioria, casadas. Mulheres que continuam mais vulneráveis à viuvez e à separação/divórcio também apresentam uma fecundidade alta. Trata-se de pessoas que continuam vinculadas à religião católica, porém aparecem mais distribuídas pela religião protestante, também com a predominância da participação feminina.

G-3 — adultos de 35-44 anos, que aparecem mais diferenciados das duas gerações anteriores, vez que estão mais distribuídos pelos setores da atividade econômica da indústria, seguido da agropecuária, dos serviços, etc. Há uma grande presença feminina na área dos serviços e atividades sociais. Sua situação contrasta notavelmente com os níveis educativos das gerações anteriores, uma vez que, com menos de 45 anos de idade, as desigualdades educativas estão mais atenuadas, até mesmo aumentando a porcentagem de mulheres e homens que chegam ao ensino médio e, de certa forma, ao superior. Ainda que o matrimônio seja condição que situa a maioria dessa população, agora é o divórcio/separação, mais que a viuvez, que separa os casais, sendo uma tendência mais da mulher. Ademais, o número médio de filhos é menor (em média 3,5), significando que o tempo de dedicação da mulher à tarefa reprodutiva diminuiu. No que tange à religião particularmente, se consideramos os

dados divididos por sexo, podemos verificar uma maior participação da mulher no protestantismo, embora em ambos os sexos haja uma predominância do catolicismo.

G-4 – adultos de 25-34 anos, que se apresentam vinculados à indústria, particularmente os homens, havendo uma presença feminina nas outras atividades econômicas para além dos serviços. Quer dizer, há um aumento da sua participação nas várias atividades de trabalhos. As barreiras do ensino de 1º grau são mais vencidas particularmente pelas mulheres que avançam, mais que os homens, para o ensino de 2º grau e se aproximam deles no ensino superior. De igual modo, suaviza-se a diferença na proporção de casados e casadas, antes bastante evidenciada. Todavia, a proporção de casados/divorciados é maior para as mulheres que para os homens. O número de filhos é pequeno sendo, em média, 2,3. É menor a proporção de católicos entre todos os adultos, e, conseqüentemente, um considerável aumento de protestantes entre as mulheres, e de sem filiação religiosa, entre os homens.

Se partirmos do princípio de que as características desses adultos são um conjunto de aspectos acumulados durante o seu transcurso vital, supõe-se, mesmo sem acompanharmos as coortes geracionais brasileiras por região, que, por exemplo, os adultos de duas regiões com profundas diferenças sócio-econômicas, como o Nordeste o Sudeste, devem apresentar características próprias de sua trajetória em cada uma dessas regiões.

Sendo assim, torna-se inevitável a indagação: os jovens brasileiros de 1991 têm referência social similar a que “tipos de adultos”? Em outras palavras, é o mesmo ser jovem e conviver com adultos que moram no Nordeste e/ou Sudeste?

Só a título de referência, passamos a situar, de forma sintética, a constelação de adultos cujas características sociodemográficas se derivaram,

possivelmente, **de** uma condição geracional vivenciada nas regiões Nordeste e Sudeste, conforme pode **ser** visualizado nas Tabelas 10 a 15.

Desde 1980, há um crescimento expressivo dos setores dos serviços e da indústria, **expresso** na evolução quantitativa do emprego: as atividades rurais absorvem apenas 23,0% **da** mão-de-obra; o setor de serviços, 46,0% e a indústria emprega 25,0% dos trabalhadores **es** urbanos (Caillaux, 1997).

Mas os trabalhadores do Nordeste, em 1991, em todos os grupos de adultos, **aparecem** mais concentrados no setor agropecuário. São os homens os que primeiro **aparecem** no setor agropecuário; depois, no setor industrial; seguido do setor de serviços. **Este** último setor, assim como se registra no âmbito nacional, também é particularmente **dominado** pelas mulheres, assim como nas atividades sociais, com especificidade **para** o grupo de 35-44 anos, o qual se apresenta mais vinculado a esta última atividade. Em contrapartida, no Sudeste, os adultos dos grupos de idade entre 25 e 54 anos e **também** os próprios jovens aparecem mais vinculados à indústria, sendo os homens em **maior** proporção. Em seguida, vinculam-se aos setores de serviços, aqui **significativamente** as mulheres, localizando-se, depois, nos demais setores. Os adultos das gerações **mais** velhas, depois dos 55 anos, se mesclam por três atividades principais, por ordem **crescente**: nos serviços, na indústria, na agropecuária; a primeira sendo determinada **principalmente** pela presença feminina e as demais, pela masculina (V. Tabela 10).

A atividade de comércio abriga, no Nordeste e Sudeste, um pouco mais de mulheres **do** que homens. Dos trabalhadores dos setores de atividades sociais, as mulheres **ocupam-nos** maciçamente mais no Sudeste do que no Nordeste. O número de trabalhadores **da** administração pública está de forma mais ou menos distribuída pelas duas regiões e equilibradamente entre o sexo feminino e o masculino (V. Tabela 10).

O que mais poderosamente chama a atenção nos dados sobre os estudos realizados sobre os adultos do Nordeste é a carência educacional, particularmente da alfabetização. No Sudeste, todos os grupos de adultos são mais alfabetizados, até mesmo acima da média nacional. Os que receberam o ensino primário se aproximam proporcionalmente nas duas regiões, embora os adultos do Sudeste progredam mais para os outros níveis educacionais do que os do Nordeste. Todavia, diminui a distância entre aqueles que alcançaram os graus de ensino nas duas regiões, entre os adultos mais jovens até os 54 anos, persistindo uma maior diferença de acesso ao ensino superior (V. Tabela 11).

A maioria das pessoas nas duas regiões chega à idade adulta já casada. No grupo de idade de 55-64 anos, há uma maior proporção de viúvos e viúvas no Sudeste, estando um pouco acima da média nacional. Esta média, no Nordeste, está um pouco abaixo da média nacional. Entretanto, o percentual de separados é um pouco mais alto no Nordeste, sendo mais expressivo para as mulheres. No grupo de adultos com idades inferiores a 54 anos, estas diferenças praticamente desaparecem, predominando um maior número de mulheres separadas, particularmente no Nordeste (V. Tabela 12).

A proporção de mulheres com filhos é mais alta no Nordeste e ligeiramente superior, quando se trata das solteiras, em todos os grupos de adultas. A fecundidade é mais alta entre as casadas. No Nordeste, em todos os grupos de mulheres adultas, o número médio de filhos é um pouco maior que a média nacional, sendo menor no Sudeste (V. Tabelas 13 e 14).

Quanto às pessoas adultas das duas regiões se, em sua maioria, são católicas, as do Sudeste se encontram mais distribuídas pela religião protestante do que as do Nordeste. Em ambos os casos, também há predominância da participação feminina. Chamamos a atenção, mais uma vez, para o percentual do grupo sem-religião

no Sudeste (4,9%)_o – que se aproxima da média nacional (5,3%), sendo menor no Nordeste (3,2%). De igual modo, são os homens do Sudeste que se apresentam mais nesta categoria (6,8%) contra 4,4% dos homens do Nordeste (V. Tabela 15).

Nas sociedades agrárias, os jovens estão mais integrados ao mundo adulto e separados entre si (Lenski, 1993). Mas na sociedade brasileira, como estará correndo esta integração no trabalho, na escola, na rua?

Diante da estrutura sociodemográfica descrita, que “tipos sociais” de jovens e adultos brasileiros estarão resultando em termos de composição ideológica (política, valorativa, religiosa), tanto no Nordeste quanto no Sudeste?

4.4 DIGRESSÕES EM TORNO DA DINÂMICA INTERGERACIONAL

4.4.1 Mudança/continuidade/renovação/persistência das características sociais

Desde as teorias clássicas do urbanismo e da determinação econômica, em seus diversos matizes, e também do trabalho, a vida moderna vem especializando as outras relações sociais. Essa divisão entre o individual e o coletivo, o público e o privado, contrasta claramente com a vida das comunidades agrárias e até de pequenas comunidades urbanas do passado.

As suposições teóricas da modernização econômica e sociocultural, do urbanismo e da retroalimentação dos diferentes papéis sociais (transição demográfica, mudança familiar, etc.) e das mentalidades (individualismo, modernismo, romantismo, ideologia do amor, etc.), que rodeavam particularmente os anos 60, ao que parece, vêm-se produzindo em ritmos bastante diferenciados do que se esperava.

Mas os dados apresentados reforçam que a “modernização” é só parte, sem dúvida, **importante**, de um processo mais complexo que se denomina de desenvolvimento urbano-industrial e que tem um tipo de mercado definidor das várias atividades que **absorvem** grupos de idade por setores-chaves da economia.

Fica evidenciado que o exame das atividades econômicas dos jovens brasileiros, em **1991**, em espaços geográficos e sociais definidos pela sua composição em idade e **sexo** e pela sua distribuição regional, nos induz a pensar, dentre outras vertentes do **fenômeno**, que “...a urbanização brasileira, a industrialização, a modernização **da** agricultura – não se traduzem por nenhuma “uniformização” da sociedade, que **provocasse** o fim das particularidades de certos espaços ou de certos grupos sociais”. (Wanderley, 1997 p.2).

Em termos educacionais, os jovens dos anos 70, 80, 90 ainda apresentam distância **geracional** que os aproxima de uma socialização educacional ainda desejada como **condição** básica da “modernidade”, principalmente no Nordeste. Se esta é uma análise que **no momento** não temos condições de levar a cabo, pelo menos, é evidente, entre outros **aspectos**:

...a impossibilidade de se analisar as questões da educação brasileira sem considerar a diversidade de redes existentes e a pluralidade dos grupos étnicos e sociais a elas relacionados (não há um único sistema educacional, nem as mesmas diretrizes para os variados tipos de escola e de grupos sociais). (Demartini, 1995, p.20).

O matrimônio, o papel da mulher fora e dentro da família, a educação dos filhos e o **divórcio**, por exemplo, que tem angariado abundantes discussões e tem sido um dos pontos **nevrálgicos** dos estudos sobre as transformações sociais, têm apontado direções **opostas** às esperadas.

Em nosso estudo, embora muitas dessas supostas transformações não possam ser **mensuradas**, a análise das **coortes geracionais** nos permite observar alguns

pontos centrais e realizar algumas conclusões sobre as características predominantes dessas coortes geracionais com relação às práticas institucionalizadas – casamento, divórcio, número de filhos. De certa forma, elas permitem encontrar evidências empíricas, a partir das quais é possível extrair indicações das mudanças ou persistência da função social da reprodução.

Em qualquer caso, se os nossos dados apontam para o aumento do divórcio/separação, a crescente, porém baixa, incidência das separações de geração a geração, apesar da existência da proteção legal, também pode indicar que é necessário ter cuidado com a constatação da generalização sobre as ameaças à sobrevivência do matrimônio e/ou da família.

Como afirma Bilac (1997, p.5), “...nas sociedades contemporâneas estas normas ou matrizes simbólicas tem que ser gerais e flexíveis o bastante para comportarem a mudança, a diversidade e a variabilidade sem que com isso percam o seu poder normativo”.

Assim, podemos inferir que o casamento com filhos continua valorizado, porém há uma flexibilização dos controles religiosos e sociais na manutenção do casamento. Devido à evolução da sociedade para características sociodemográficas que combinem o laico e o religioso, pode ser que haja uma preferência pela ruptura do casamento quando ele não se realiza de fato, sendo objetivado legalmente.

Constatamos que o número médio de filhos foi diminuindo de geração em geração, mas, em um estudo desta natureza, fica difícil concluir os motivos pelos quais as pessoas deixam ou não de ter filhos, se, por exemplo, em decorrência de uma planificação econômica ou não.

Patarra (1972, p.70), num estudo sobre a reprodução humana em São Paulo, entre outras conclusões, aponta:

...sem dúvida, existe uma ampla aceitação do controle da natalidade, mas pouco pode-se dizer das circunstâncias que envolvem essa aceitação. A justificativa principal para esse controle é de caráter econômico mas não se pode perceber o sentido dessa justificativa; o econômico pode significar roupa e alimento ou um nível de escolarização mais elevado para os filhos. Além disso, essa alternativa mescla-se com uma outra, ou seja, o fato do casal já ter muitos filhos. Um segundo aspecto das “orientações pessoais” diz respeito às decisões entre o casal sobre assuntos ligados à vida reprodutiva...

Pelas evidências deste estudo, parece difícil separar o religioso e o laico nas suas diversas manifestações, quando observamos a presença, contínua e progressiva, da religião, de geração a geração, e também outras características que poderíamos denominar laicas. Apesar da sobrevivência das filiações religiosas, principalmente a católica, como pode ser visto pela trajetória das coortes geracionais que seguimos, muitas vezes há uma convivência “pacífica” entre estes dois aspectos, como podemos registrar com relação, por exemplo, à separação/divórcio e maternidade solteira.

Por outra parte, há de se recordar Durkheim quando considerava que as condições da “modernidade” estão baseadas numa religião laica, cultural e patriótica que objetiva uma visão social que não se opõe necessariamente às raízes religiosas de uma sociedade. (apud Díaz Salazar, 1990, p.23).

Registra-se uma conversão religiosa principalmente ao protestantismo que, certamente, em sua organização e estrutura, angariou mais adeptos entre a população feminina, a partir dos 35 anos. Também se registra um lento e gradual crescimento dos não filiados a uma religião, nas três primeiras gerações, singularmente entre os homens mais velhos e a partir da geração de 46-55, entre ambos os sexos. Na última geração, entre os jovens, ao que tudo indica, não chegou a se desenrolar plenamente uma cultura laica e dessacralizada, uma vez que permanece uma maioria, quase absoluta, de filiados ao catolicismo.

Genericamente, poderíamos dizer que cada **coorte geracional** viveu seus anos **formativos** compartilhando experiências similares com seus pares de idade, à medida que **a**travessava a mesma etapa do ciclo de vida. Essas **coortes geracionais** foram **levando** consigo as oportunidades de vida e carregando características **socioculturais** que as distinguem, na estrutura social, como um agregado sucessivo de **coortes coexistentes**, que vão progressivamente envelhecendo e renovando-se **metabolicamente**, sem confundir-se.

Por exemplo, as gerações mais jovens vão substituindo as mais velhas no processo de **fecundidade**, casamento, atividades econômicas ou dando continuidade à **ampliação do** processo educativo e do sistema de conduta religiosa, etc.

De acordo com Mannheim (1993), diríamos que a sociedade se renova **geracionalmente**. Há criação e acumulação de pautas socioculturais que vão **continuamente** reincorporando-se aos novos anos de nascimentos e, com eles, surgem **novos acessos** aos bens culturais acumulados.

A diferença de idade, necessariamente, não representa um abismo de **comportamentos** (Torregrosa, 1972), no caso de características. Na verdade, há uma **continuidade** sociocultural que se foi construindo de forma peculiar, de geração a geração, e **que** parece integrar-se e, de certa forma, harmonizar-se às formas como as **gerações reagiram** aos mesmos estímulos (educacionais, familiares, produtivos, etc.), em épocas **históricas** recentes e distintas.

Os comportamentos sociais muitas vezes assumem modelos que aproximam gerações mais velhas e mais novas, produzindo uma certa convergência ou harmonia intergeracional (Orizo, 1996). Especificamente, no caso de características **sociodemográficos**, por exemplo, com relação ao casamento na idade jovem similar num espaço de 50 anos.

Neste caso, postula-se que o fenômeno geracional é um fenômeno global cujo foco de definição se dá tanto pela similaridade da situação no mesmo tempo histórico que predispõe os sujeitos sociais a certos modos característicos de pensamentos, sentimentos, comportamentos, como pela transmissão e inovação da pauta cultural partilhada por grupos etários na sua consciência estratificada.

Como diria Mannheim (1993), são contemporâneos que se utilizam da mesma vivência histórica, a partir de uma estratificação das vivências de suas formas constituídas de experiências.

Cada nova coorte geracional foi experimentando e se ajustando de forma singular às restrições estruturais. A intensidade dessas restrições ou oportunidades foi deixando marcas que cada grupo de jovens pertencente a cada geração foi assimilando. Quer dizer, as características latentes, que vão sendo registradas numa geração, são incorporadas pelo transcurso etário de uma geração que se renova pelos jovens. Confirma-se, assim, a hipótese de que as novas orientações são assimiladas por parte dos mais jovens e, supostamente, têm maior aceitabilidade por parte destes porque ainda estão num processo de formação e adaptação.

Por exemplo:

- nas duas últimas gerações, os jovens aparecem mais bem distribuídos e assimilados por postos de trabalho que, em geral, eram ocupados pelos adultos nas três primeiras gerações;
- de geração a geração, observa-se que são os jovens que começam a ter mais acesso aos graus mais altos da formação educacional;
- no aspecto religioso, nota-se que a conversão protestante e a adesão ao grupo dos sem-religião, que ocorriam nas idades adultas, nas

duas últimas gerações passam a ser evidenciadas desde as idades mais jovens;

- há uma suposta liberdade sexual que propicia a maternidade solteira, nas primeiras gerações, a partir de 1970. Este processo que era mais evidente depois da idade adulta, desde 1980, começa a ser incorporado por mulheres solteiras mais jovens.

Portanto, uma **coorte geracional**, além das prioridades já definidas pela idade, possui **uma** marca da seqüência de suas condições sociais e dificilmente repete as características, até mesmo de coortes mais recentes, nos níveis de idades mais próximos. São novos **portadores** da cultura em que as experiências passadas estão dialeticamente presentes, **dependendo** dos estímulos do estágio da sociedade vigente.

A continuidade social construiu-se de geração a geração de modo peculiar, atuando historicamente como fator construtivo para a permanência ou reprodução **sociocultural** da idade e do sexo, embora com a diferenciação do processo histórico-social.

As mudanças nas características sociodemográficas são tão sutis que, poderíamos dizer, se foi tornando quase impossível separar as características de uma geração com relação às outras. Como tudo indica, deve ter ocorrido uma “**transvalorização cultural**”, que possivelmente pode ter sido reinterpretada pelas gerações com base na norma, na tradição e na estratificação por idade, que acabou repercutindo sobre as características de cada uma delas, dependendo dos condicionamentos vivenciados pela idade, em cada época histórica.

Em síntese, permanecem de geração a geração certas conexões e representações sociais de um conjunto de traços diferenciais de símbolos e

características **que**, sincronizados com as manifestações de urbanização, industrialização e também com **a** cultura, garantem a sobrevivência da nossa sociedade.

Contudo, não podemos registrar, pelo estudo realizado, como as instituições mudaram por dentro e como as gerações certamente mudaram os conteúdos e as suas concepções, o que cada um entende por família, por religião, etc. (Orizo, 1996, p.326). No entanto, foi possível verificar que, dependendo do contexto, os coetâneos, jovens e adultos em 1991, apresentam características sociodemográficas peculiares.

Da idéia de temporalização do percurso de vida, fica explícito que sobressaem a coerência e a continuidade, restituídas aos indivíduos por meio da abstração do **que** se passa com seus pares de idade, logo com seus grupos coetâneos ou com seu grupo de contemporâneos. Os dados, vistos do ponto de vista regional, nos oferecem também a informação de que, particularmente no Brasil, não podem ser analisados de forma única, uma vez que a centralização de investimentos e a aplicação de recursos, a hierarquia da produção inter-regional e inter-setorial acabam interferindo numa divisão assimétrica de oportunidade de vida que repercute no percurso geracional, dependendo da localização geográfica em que esse ocorre. Naturalmente, aqui não estamos considerando outras interferências das vivências relacionadas, como migração, classe social, etc.

Estas são questões que procedem para entendermos e repensarmos a relação entre jovens e adultos, pares de idade, aprendizagens culturais, transvalorização, modernização e/ou tradição, identidade, proximidade intrageracional e intergeracional.

A análise das gerações nos serviu de fio de análise para acompanharmos as contradições, as ambivalências, as mediações que se vão produzindo nas características sociodemográficas da sociedade brasileira, como meio de nos aproximarmos do entendimento das vias de socialização, tanto religiosas, escolares,

conjugais, como reprodutivas que permeiam as relações entre jovens e adultos, gerações mais velhas e mais novas.

As características que se foram sobressaindo e localizando os adultos nas fronteiras pelas quais a sociedade os definiu, nos remetem a repensar que “tipos sociais” de jovens estarão sendo formados e que futuro adulto os aguarda.

As características sociodemográficas da população em estudo talvez possam servir de observação e de base para situarmos os nossos futuros adultos, jovens atuais, socializadores, como familiares, professores, patrões, empregados, etc. das gerações futuras. Quer dizer, a análise da evolução das características dos modelos relacionados com os sexos, com as gerações e com a idade nos aponta muitas questões, quando as relacionamos com as possibilidades de sua interferência na socialização, na educação daqueles que, enfim, estão num processo formativo. Portanto, serão adultos que levarão consigo muitos desses aspectos para a renovação geracional.

Neste caso, que características os adultos de hoje, que eram jovens em 1991, acumularam? Serão mais modernos, quiçá menos conservadores ou mais democráticos, diante do tipo de socialização que receberam dos adultos das outras gerações e das oportunidades de vida, das melhores condições educacionais, tecnológicas, etc.?

As informações obtidas da análise geracional que aponta melhorias educacionais para os jovens, também demonstram a necessidade de ampliação das possibilidades educacionais, particularmente no âmbito regional. Os dados sobre a situação dos jovens, particularmente da última geração em estudo – apesar de não ser uma situação social tão deteriorada em termos educacionais, quando se compara com a situação dos jovens e adultos das primeiras gerações – nos fazem questionar, discutir e indagar sobre as conseqüências geracionais que já estão ocorrendo no

presente, bem como no futuro próximo, quando repensamos as características sociodemográficas desses jovens em âmbito nacional e regionalmente.

Tabela 10 - Atividade econômica da população brasileira/NE/SE-por grupo de idade e sexo
1991

Local	G-5 15-24	G-4 25-34	G-3 35-44	G-2 45-54	G-1	Total
SE	→12,8 30,4 15,6 24,8 3,4 6,1 3,0 3,8	→17,6 35,2 17,2 36,2 1,6 12,0 2,0 4,4	→9,7 29,6 11,1 23,2 6,4 11,7 4,9 3,3	→12,8 37,0 11,6 16,8 8,7 4,7 5,2 3,2	→3,9 15,5 10,3 35,4 2,0 25,1 4,4 3,5	→24,3 26,3 11,9 18,3 5,9 8,8 5,3 2,2
NE	→37,6 16,5 11,9 20,5 2,4 6,3 3,3 1,6	→14,3 10,4 12,8 40,4 1,2 16,0 3,2 1,8	→10,9 10,6 15,4 26,2 1,3 28,3 6,4 2,6	→14,6 9,6 10,9 25,2 1,0 30,1 6,6 2,0	→41,0 16,8 10,4 9,0 3,3 10,0 5,5 1,3	→31,5 7,2 10,8 26,9 0,5 18,1 4,5 0,5
Brasil	→22,8 25,0 14,2 22,8 3,0 6,0 3,4 2,8	→17,3 25,9 12,9 20,1 4,8 10,4 5,2 3,4	→18,7 24,6 11,1 20,0 5,5 11,8 5,5 2,8	→25,2 21,5 10,7 19,6 4,9 10,2 5,9 2,0	→40,3 20,2 10,5 13,5 3,6 7,4 4,9 1,6	→18,8 9,2 10,3 37,4 1,0 17,9 4,2 1,3

Fonte: Fundação IBGE, *Censo Demográfico de 1991*, Tabulação Especial.

Utilizamos as cores verde para a população total, azul para a população masculina, e rosa para população feminina.

* Ramos de atividade (respectivamente):

- Agropecuária, extração vegetal e pesca;
- indústria;
- comércio;
- serviços;
- transporte;
- atividades sociais;
- administração pública e outras.

Tabela 11 - Alfabetização da população brasileira/NE/SE - por grupo de idade por sexo

Ano do Censo		1991																		
Local		G-5			G-4			G-3			G-2			G-1						
SE	15-24	→95,3	→94,5	→96,2	→93,6	→93,4	→93,8	→89,5	→90,7	→88,3	→82,4	→85,4	→79,5	→74,9	→70,7					
		4,7	5,5	3,8	6,4	6,6	6,2	10,5	9,3	11,7	17,6	14,6	20,5	25,1	29,3					
NE	G-5	75,4	81,4	G-4	71,6	68,1	74,8	G-3	61,9	60,9	62,7	G-2	51,1	51,7	50,6	G-1	44,0	46,2	42,2	
	15-24	24,6	18,6	25-34	28,4	31,9	25,2	35-44	38,1	39,1	37,3	45-54	48,9	48,3	49,4	55-64	56,0	53,8	57,8	
Brasil	G-5	88,6	86,1	91,0	G-4	87,2	86,3	88,1	G-3	81,5	82,3	80,8	G-2	72,8	75,2	70,6	G-1	65,5	69,4	62,0
	15-24	11,4	13,9	9,0	25-34	12,8	13,7	11,9	35-44	18,5	17,7	19,2	45-54	27,2	24,8	29,4	55-64	34,5	30,6	38,0

Fonte: Fundação IBGE, *Censo Demográfico de 1991*, Tabulação Especial.
 Utilizamos as cores verde para a população total, azul para a população masculina, e rosa para população feminina.
 G-5 nascidos de 1966-75; G-4 nascidos de 1956-65; G-3 nascidos de 1946-55; G-2 nascidos de 1936-45 e G-1 de 1926-35.

* Respectivamente:
 Alfabetizados
 Não alfabetizados.

Tabela 11.1 – Nível de instrução da população brasileira/NE/SE - por grupo de idade e sexo

Ano do Censo		1991																			
Local		G-5			G-4			G-3			G-2			G-1							
SE	15-24	→72,4	→75,5	→69,4	25-34	→64,1	→65,5	→62,7	35-44	→70,3	→70,2	→70,5	45-54	→78,2	→76,6	→79,8	55-64	→82,6	→80,7	→84,5	
		22,6	20,2	24,9	22,9	22,0	23,7	22,0	23,7	16,0	15,4	16,5	11,8	11,8	11,6	11,9	10,1	10,1	9,9	10,2	
		5,0	4,3	5,7	13,1	12,5	13,6	13,7	14,4	13,7	14,4	13,0	10,1	10,1	11,9	8,3	7,3	7,3	9,4	5,2	
NE	15-24	81,6	79,5	67,6	70,3	65,4	G-3	72,5	73,9	71,2	G-2	81,3	81,5	81,2	G-1	87,0	86,5	87,4	87,4	87,4	
		16,4	18,3	25,4	23,1	27,3	35-44	18,4	16,8	19,8	45-54	11,9	11,1	12,6	55-64	8,5	7,9	9,0	9,0	9,0	
		2,0	2,2	7,0	6,6	7,3	9,1	9,1	9,3	8,9	6,8	6,8	7,3	6,3	4,5	4,5	5,6	5,6	3,6	3,6	
Brasil	G-5	76,3	79,0	73,8	G-4	66,2	67,9	G-3	72,1	72,4	72,4	G-2	81,3	79,3	71,7	G-1	85,1	83,7	86,4	86,4	86,4
	15-24	20,0	17,8	22,0	25-34	23,0	21,9	24,1	35-44	16,1	15,3	24,1	45-54	11,9	10,7	16,8	55-64	9,8	8,6	9,1	9,1
		3,7	3,2	4,2	10,7	10,2	11,2	11,2	11,8	12,3	12,3	11,2	6,8	10,0	11,4	6,1	7,7	4,5	4,5	4,5	4,5

Fonte: Fundação IBGE, *Censo Demográfico de 1991*, Tabulação Especial.

-Utilizamos as cores verde para a população total, azul para a população masculina, e rosa para população feminina.

G-5 nascidos de 1966-75; G-4 nascidos de 1956-65; G-3 nascidos de 1946-55; G-2 nascidos de 1936-45 e G-1 de 1926-35.

* Respectivamente:

Elementar / 1º Grau;

Médio / 2º Grau;

Superior.

Tabela 12 – Estado civil da população brasileira/NE/SE -por grupo de idade e sexo

Ano do Censo		1991																			
Local		G-5				G-4				G-3				G-2				G-1			
SE	G-5	→77,1	→85,4	→68,9	25-34	→26,3	→30,8	→22,0	35-44	→10,7	→10,6	→10,8	45-54	→7,8	→7,0	→8,6	55-64	→7,1	→5,9	→8,2	
	15-24	21,4	13,8	29,0	68,5	4,6	3,2	5,9	80,8	84,9	76,8	78,6	87,2	70,5	71,3	6,4	4,1	8,3			
NE	G-5	→77,1	→85,4	→68,9	25-34	→26,3	→30,8	→22,0	35-44	→10,7	→10,6	→10,8	45-54	→7,8	→7,0	→8,6	55-64	→7,1	→5,9	→8,2	
	15-24	1,4	0,7	2,0	0,6	0,2	1,0	2,1	4,0	8,8	7,1	4,2	9,9	6,4	4,2	11,0	15,2	4,4	24,8		
Brasil	G-5	→77,1	→85,4	→68,9	25-34	→26,3	→30,8	→22,0	35-44	→10,7	→10,6	→10,8	45-54	→7,8	→7,0	→8,6	55-64	→7,1	→5,9	→8,2	
	15-24	1,4	0,8	2,4	0,2	0,7	0,1	1,2	3,2	7,3	9,2	82,2	80,2	6,9	3,4	10,1	6,9	13,4	3,8	21,8	
		0,1	0,0	0,2	0,6	0,2	1,0	2,1	3,7	6,2	6,2	0,5	3,6	1,6	10,6	6,6	5,3	7,8	8,8	8,8	
		75,1	83,8	66,4	25-34	24,1	27,9	20,4	G-3	9,5	9,2	9,2	9,8	G-2	7,0	6,1	8,0	G-1	6,6	5,3	7,8
		23,2	15,4	31,0	79,7	4,7	3,1	6,2	35-44	82,2	86,7	88,5	88,5	71,8	55-64	72,5	86,5	60,0	8,4	8,4	8,4
		1,6	0,8	2,4	0,6	0,2	1,0	2,1	3,7	6,2	0,5	3,6	1,6	10,6	6,6	5,3	7,8	8,4	8,4	8,4	8,4
		0,1	0,0	0,2	0,6	0,2	1,0	2,1	3,7	6,2	0,5	3,6	1,6	10,6	6,6	5,3	7,8	8,4	8,4	8,4	8,4

Fonte: Fundação IBGE, *Censo Demográfico de 1991*, Tabulação Especial.

G-5 nascidos de 1966-75; G-4 nascidos de 1956-65; G-3 nascidos de 1946-55; G-2 nascidos de 1936-45 e G-1 de 1926-35.

* Respectivamente:

Solteiro,
Casado,
Divorciado,
Viúvo.

Tabela 14 – Número médio de filhos das mulheres brasileiras/NE/SE - por grupo de idade

Ano do Censo		1991													
Local		G-5		G-4		G-3		G-2		G-1					
SE	15-24	→0,06	1,08	25-34	→0,26	2,05	35-44	→0,46	2,96	45-54	→0,54	3,73	55-64	→0,62	4,11
			1,21		1,91		2,63		3,22		3,34		3,93		4,22
NE	15-24	→0,06	1,34	25-34	→0,36	2,82	35-44	→0,72	4,39	45-54	→0,85	5,43	55-64	→0,90	5,56
			1,32		2,34		4,14		4,81		4,35		4,88		4,56
Brasil	15-24	→0,06	1,18	25-34	→0,31	2,32	35-44	→0,57	3,45	45-54	→0,68	4,37	55-64	→0,78 *	4,71
			1,26		2,09		2,94		3,75		4,29		4,52		4,18
			1,49		2,59		3,57								4,52

Fonte: Fundação IBGE, *Censo Demográfico de 1991*, Tabulação Especial.

G-5 nascidas de 1966-75; G-4 nascidas de 1956-65; G-3 nascidas de 1946-55; G-2 nascidas de 1936-45 e G-1 de 1926-35.

* respectivamente:

solteiras;
casadas;
divorciadas / separadas;
viúvas,

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, sustentamos que as mudanças de idade, particularmente da idade jovem para a adulta, são acompanhadas de um conjunto de características que definem os sujeitos sociais de uma mesma geração: o sexo; o trabalho; a educação, o estado civil, a procriação a religião.

Acompanhamos cada uma dessas variáveis pela composição de grupos de idade, a partir dos 15-24 anos, de indivíduos nascidos no mesmo intervalo de tempo, e apontamos as alterações destas características com a mobilidade da idade ao longo do tempo.

Inferiu-se, pela evidência dos dados, que cada grupo geracional acompanhado vai-se apropriando do seu tempo social quando aparece mais ou menos distribuído por tais atividades econômicas, por menor ou maior nível educacional, com determinado número de filhos etc. Também há uma certa regularidade destas características, que parecem constantes e simultâneas no tempo, com tendência mais ou menos uniforme, como se observa pelo ritmo da nupcialidade; o fluxo e refluxo da maternidade entre as jovens; e a predominância do catolicismo.

Contudo, como podemos constatar, também aumentam os percentuais relativos à dissolução do casamento; à filiação religiosa para as demais religiões; e à presença significativa de trabalhadores das gerações jovens em atividades, tanto tradicionais como supostamente modernas. Tudo isto é indicativo de que há uma dinâmica e uma dialética do processo de evolução e reprodução social, a qual reflete a interação que regula a estrutura, o funcionamento e a organização do sistema social.

Quanto mais recente é uma geração, mais ela aparece de forma predominante com melhores posições de partida nas atividades urbano-industriais. Esta afirmação, contudo, deve ser tomada com reservas, como já alertamos. Porém, fica

evidente que, **da** estrutura econômica do País, a qual sofreu transformações ao longo destes 50 anos, diferentes efeitos emergem sobre os jovens, os adultos, os homens e as mulheres.

O esboço dessas alterações aqui apresentadas, naturalmente de forma ainda insuficiente, **nos** coloca diante de questões implícitas na estrutura das idades no mercado de trabalho: **em** que setores de trabalho os jovens do passado iniciaram suas vidas ativas; em quais **setores** de trabalho se encontram ou possivelmente ingressarão os jovens e adultos **que** estão emergindo; como o desenvolvimento de nossa sociedade e, conseqüentemente, a crescente transferência do trabalho humano para o setor terciário ratificam a **absorção** da mão-de-obra feminina; como os jovens e adultos atuais participam da estrutura **econômica**; que direitos sociais, decorrentes de suas condições, poderão ser repostos pelas **novas** gerações de jovens, sem que haja exclusão dos sujeitos das gerações mais débeis **em** termos de condições acumuladas para fazer frente a novas realidades do trabalho etc.

O que estamos querendo ressaltar é que, na análise da substituição geracional **do** trabalho, se inclui a necessidade de revermos questões éticas, econômicas e sociais que **estão** permeando a educação, a socialização dos jovens, uma vez que estas são questões que, **cotidianamente**, emergem nas relações sociais e geracionais.

Do ponto de vista educacional, os dados mostram três fenômenos bastante conhecidos, **repetindo-se** de geração a geração:

- O **desenvolvimento** educacional do País se caracteriza por uma desigualdade educacional intrageracional e intergeracional. Se há uma distância gritante nos níveis educacionais entre as gerações mais velhas e as mais novas, esta desigualdade persiste como um problema que nossa sociedade ainda tem que resolver ou um problema velho manifestando-se como novo, particularmente quando se observam os dados sobre os jovens, **regionalmente**;
- Provavelmente, o alcance dos níveis educacionais na idade jovem é um dos fatores mais determinantes para o futuro de uma **coorte geracional**. De certa forma, os níveis

educacionais **S** pouco variam nos anos adultos, em todas as gerações. Contudo, esta afirmação **necessita** ser encarada de forma relativa. Nas duas primeiras gerações, constata-se **uma** certa melhoria das condições educacionais das pessoas adultas, tratando-se **da** superação do analfabetismo. Aliás, isto é indicativo da evidência de uma demanda **reprimida**, que deve continuar sendo considerada nos projetos educacionais. Para as **outras** gerações, que têm mais disponibilidade de acesso educacional, observa-se uma **outra** debilidade deste sistema, ou seja, embora muitos coetâneos das gerações mais novas **estejam** galgando os níveis educacionais, este alcance ocorre em idade atrasada e **comparada** com o previsto pelo sistema educacional.

A decomposição dessa realidade em nível interpretativo supõe conseqüências **graves** em termos sociais e geracionais. Se uma parcela considerável de jovens, de 1990/1, soma-se aos excluídos e às fatias dos grupos de gerações mais velhas, com um **mínimo** de formação educacional, realimenta-se a fileira das desigualdades educacionais. **De** modo menos drástico, porém importante, o atraso educacional de jovens de várias **gerações** compromete o futuro de parte considerável de coetâneos e contemporâneos que disputam os mesmos espaços e, naturalmente, serão vítimas de conseqüências **lógicas** no campo sócio-econômico.

Portanto, no estudo geracional, encontramos, até mesmo a evidência das desigualdades que se vão reordenando por meio dos grupos de idade, logo nas relações sociais. Este tipo de estudo facilita a observação, a constatação do arbítrio ou a reincidência **da** transformação de um direito à educação – hoje básico, até mesmo na idade propícia – **em** um descuido, que se repete e se move pelas novas gerações. Confirma, ainda, a **necessidade** de reabilitarmos ou continuarmos a discussão sobre a socialização, sobre a **educação** das novas gerações, sobre um processo que, incluído na questão socio-econômica, torna crônico um problema ético -social.

Também há outras questões que naturalmente parecem advir da leitura, da inferência a partir dos dados, e que, de certa forma, aparentemente são questões de

coletividades localizadas, porém todos os dias permeiam a vida das relações na família, na escola, no trabalho etc.

Em todas as coortes geracionais, a pauta cultural que orienta a nossa sociedade é a nupcialidade contínua, a qual faz com que a transição de solteiro para casado, tanto por parte dos homens como das mulheres, não interfira na reprodução familiar e, como tal, se constitua numa das mais importantes chaves da reprodução social.

Há outras situações superpostas a estas que complementam a informação sobre o casamento ; o (des)casamento; a persistência gradual do casamento na idade juvenil, principalmente por parte das jovens mulheres; o predomínio da prole constituída dentro ou a partir do casamento; logo, possivelmente, da predominância da família nuclear. Nesta perspectiva, também se pode dizer que se registraram famílias monoparentais, em escala menor. Nas duas primeiras gerações estudadas, há uma presença significativa de crianças e jovens, filhos de pais viúvos, mais de mulheres viúvas. E nas três gerações mais novas, filhos de pais, até mesmo de pais jovens – cuja dissolução matrimonial decorre da separação de fato ou legal –, e de mães solteiras.

Diante desses aspectos, cremos que seria necessário aprofundar a análise sobre as bases familiares dos jovens de diferentes gerações ou dos adultos atuais, observando: como vão sendo socializadas e estruturadas as novas e velhas perspectivas da cultura e da convivência civil para os mais jovens; como os mais velhos vão assumindo estes papéis; como as crianças e jovens do passado, de famílias grandes ou intermediárias, lidam hoje com suas famílias pequenas; como estes jovens estão sendo socializados ou como estão filtrando, deste processo, as suas relações com os demais. Concretamente, no mínimo, diagnosticar as novas "escolhas" que as gerações vão fazendo da ampliação do processo de relações sociais.

Registramos que, em todas as gerações e depois das idades adultas centrais, há uma importante perda de fiéis por parte do catolicismo, embora seja relativa. No entanto, a religião predominante, como vimos, ainda é a católica. Porém, encontramos um

progressivo processo de outras opções, que brota, principalmente, dos percentuais relativos aos dados sobre as mulheres, quando diz respeito principalmente ao protestantismo, e aos sem-religião, particularmente para os homens. Também vimos que os jovens das duas últimas gerações mais novas vão, gradualmente, consubstanciando este processo.

Se quisermos dar conta deste conjunto de "novas escolhas religiosas", da sua incidência sobre o processo de socialização das próximas gerações, certamente teremos que insistir na observação em vários âmbitos, para não incorrer no erro de adotar a indiferença – que, por si só, já é uma opção – em relação a este importante aspecto na formação das novas gerações.

Por outro lado, permanecem algumas outras indagações, como, por exemplo: Que poder potencial ou invisível determinadas atividades de trabalho, o casamento, a formação de uma família, a religião etc. têm na socialização dos jovens? Qual seria a referência social do “tipo de adulto” que orienta estes jovens no trabalho, na escola, na família, na rua? Que características os aproximam ou os distanciam dos seus adultos? Que representação social terá o jovem urbano desse universo, particularmente vivido por seus adultos e anciãos atuais?

A adoção da perspectiva de análise das “gerações por sexos” demonstrou que os modelos sexuais, decorrentes das gerações, postulam transformações importantes nas características que identificam homens e mulheres. Do que decorrem, também, questionamentos importantes:

- Que características da “organização social entre os sexos”, particularmente decorrentes do percurso geracional feminino, podem estar interferindo no processo formativo dos mais jovens?
- As características de gênero, apontadas de uma geração a outra, nos induzem a pensar em “novos modelos” femininos e masculinos? Que possíveis influências estes modelos poderão exercer sobre a socialização dos jovens?

Essas questões abrem possibilidades para a análise dos modelos de reprodução social e das identificações sexuais na infância e na juventude¹?

A diminuição do tempo das mulheres consagrado à função reprodutiva poderia trazer, em consequência, uma menor dedicação aos trabalhos domésticos, acarretando, por sua vez, a sua transferência voluntária ou não para atividades extradomésticas? A “sexualização” do trabalho, que distribui historicamente as mulheres pelos setores do terciário, estaria influenciando, construindo, uma referência importante para os jovens, particularmente homens, de um modelo específico de condução do trabalho e de referência de mulher? Estarão as mulheres criando uma nova perspectiva para a divisão tradicional do trabalho?

Em que medida a assimilação da separação conjugal e, conseqüentemente, da formação de famílias monoparentais, de famílias nucleares pequenas, a presença das religiões católica e protestante, em matizes singulares para o gênero feminino e dos sem-religião, particularmente para o gênero masculino, estariam afetando a transmissão ou a renovação social dos jovens de 1991 em adultos atuais?

Que influências as gerações precedentes de mulheres pouco escolarizadas exerceram sobre seus filhos para romperem com os modelos femininos tradicionais? E as mulheres das gerações mais atuais como reproduzem ou mobilizam sua condição para embasar a socialização das crianças e dos jovens atuais?

Rever as características etárias – na sua reprodução geracional – do percurso feminino e masculino pode nos servir de parâmetro para repensarmos, analisarmos, a educação dos jovens e crianças, a partir das suas próprias características e da referência dos adultos, com os quais convivem?

¹ Há muitos estudos, entre eles o de Banditer, em 1991, que, considerando a divisão capitalista do trabalho, trata da “...progressiva ampliação das responsabilidades maternas para com a reprodução e um obscurecimento da imagem paterna, cada vez mais contida no bom desempenho das atividades do mundo do trabalho...” (apud Bilac, 1966, p.8, porém, principalmente no Brasil, ainda faltam estudos sobre o lado oposto ou complementar a esta situação, ou seja, as transformações da socialização na família pelas mulheres. A questão tem-se centrado, mais particularmente, no estudo das “mulheres chefes de família” propriamente ditas.

As diferenças intrageracionais entre jovens de duas regiões do mesmo país que indicam múltiplas desigualdades, como as educacionais e as de possibilidade de trabalho, são quase suficientes para visualizarmos que “tipos sociais” de adultos se formarão nos próximos anos. De igual modo, podemos dizer que as referências tipológicas de adultos para o jovem brasileiro são bastante heterogêneas e, naturalmente, isto refletirá na estrutura formativa das próximas gerações de crianças e jovens.

Portanto, o que se pode abstrair da “realidade comum”, organizada por intermédio das idades e das gerações, é a evidência de que, a partir da existência de jovens, adultos e velhos, historicamente localizados na sociedade, pode-se construir uma importante análise do desenvolvimento social como um fator de continuidade, de sobrevivência, das características de uma sociedade pela renovação geracional.

Obviamente, esses indicadores vêm acompanhados de problemas centrais característicos da população brasileira. Nas suas etapas de vida como mais jovens ou mais velhos, esses problemas vão sendo herdados em decorrência de uma estrutura desigual entre os diferentes níveis educativos, entre os sexos, entre as gerações, além de outras especificadas, como localização geográfica, classe e etnia que não foram situadas, neste estudo.

Convém ressaltar que, desde o marco teórico apresentado neste trabalho, tomamos, como vetor, os estudos, em diferentes perspectivas de análise, sobre a “previsão” das características, dos comportamentos humanos, decorrentes da relação idade/geração-marco histórico/aprendizagem cultural, na sua intrínseca relação com a duração, a substituição e a renovação dos adultos e dos jovens no processo histórico.

Recordamos, incorrendo no erro de sermos redundante e muito sintéticos:

- desde os “positivistas” (apud Mariás, 1970), há uma preocupação com as gerações que se substituirão na vida pública; como ocorreria a continuidade do “progresso” pela renovação das gerações;

- Durkheim (apud Mariás, 1970), como mencionamos antes, explicitava como a relação mudança/tradição se daria a partir de uma população mais jovem ou anciã;
- Weber (apud Rodriguez Martinez, 1992) buscava um “tipo humano” que se conectasse com a sociedade moderna. Diríamos: como as gerações dariam conta da sociedade contemporânea;
- Revisitando Marx (1946, 1957), diríamos que as gerações são a síntese da sua determinação histórica e que várias contradições estão em marcha e poderão acirrar os conflitos entre pares da mesma idade ou entre adultos, isto é, confrontos intrageracionais ou intergeracionais o que nos faz lembrar Mannheim (1993). Como diria Lenski (1993), “uma luta entre idades” para conquistar algumas condições escassas, como o trabalho.

Esses conflitos não estariam – no caso do Brasil, em particular – sendo transferidos para os indivíduos como afirma a teoria da mediação social, conforme vimos em Martín Serrano (1978). Estariam estas questões sendo transladadas especificamente para as mulheres das várias gerações, e resolvidas, por exemplo, pela “mentalidade prática” na diminuição do número de filhos, na nova adesão religiosa, no familismo?

Como a sociedade brasileira tem encaminhado as diferenças de idade no que tange às suas questões sociais?

- **Separando aqueles com plenos ou parciais direitos à escola, ao consumo, ao lazer; discriminando crianças e jovens marginais; caracterizando crianças e jovens de rua; identificando crianças e jovens que apenas trabalham; identificando crianças e jovens que trabalham e estudam?**

Que referência social os mais jovens, futuros adultos, estão construindo diante dessa situação? Como estará ocorrendo “a renovação social”, como enfatizava

Mannheim (1993), no caso de jovens brasileiros, na especificidade de “sua situação e posição geracional”?

Serão, os jovens do Nordeste, mais candidatos a condições sociais “marginais”? Ou estas são questões superadas diante da significativa prevalência de um vínculo com as condições objetivas (educacionais, materiais, familiares) que os incluem em um universo similar globalizado, “modernizado”, “urbanizado”?

Diante dos desajustes fundamentais que a mercadoria força de trabalho experimenta na complexidade das relações produtivas nos dias atuais, do trabalho moderno responsável, tanto pelo crescimento da escolarização como pelo anacronismo do saber-fazer, devido ao subemprego e o desemprego, que futuro, que oportunidades, que preparo emocional, intelectual, valorativos, terão os jovens com mais ou menos condições educacionais, familiares etc. para enfrentarem todo esse processo? Quantos “jovens brasileiros” e em que condições estarão disputando a oportunidade de trabalho, imaginária e até utópica, diante da chamada “crise do trabalho”?²

Que estrutura ideológica estará latente e em consonância com características sociodemográficas da população jovem e adulta, em 1991, no seu processo de envelhecimento?

Estas são indagações que serão respondidas por pesquisas, se elas se constituírem “... em força material, à medida que conseguir apreender as determinações de longo prazo e, portanto, de natureza estrutural das relações sociais e dos processos educativos e suas imbricações no movimento conjuntural...”(Frigotto, 1998, p. 50).

Nesta perspectiva, acreditamos que é necessário incluir, nas discussões sobre família, trabalho, educação e escola, as referências concretas sobre a distribuição das idades, as gerações, as possíveis previsões, as transvalorizações, as perpetuações, as

² Entre outros trabalhos sobre Educação, crise do trabalho, vide Frigotto, op. cit. No artigo “Jovens profissionais para um mundo em crise” da Folha de São Paulo, 27/1/99, os autores Palma e Bertelli expressam preocupação com o assunto, diante do mundo globalizado. Creemos que este tema necessita passar da discussão “temática” para pesquisas, projetos e medidas efetivas e democratizantes e não apenas situadas.

reproduções de velhas e novas questões sociais, como meio de termos, pelo menos, uma projeção mínima da realidade em que se estão formando as novas gerações e o futuro que as aguarda.

O fato é que já não se pode mais ignorar as questões de gênero, os desencontros entre família, escola e trabalho na socialização dos jovens, e também não se pode mais considerar a escola como a única responsável pelo processo de transição e de formação dos jovens para a idade adulta.

Em nossa opinião, cada vez mais profissionais das diversas áreas – demógrafos, economistas, psicólogos, sociólogos, pedagogos, administradores públicos etc. – necessitam emprestar seu saber para definir políticas públicas, formação de institutos, apoio à escola, como meio de repensarmos as questões de trabalho, familiares, educacionais que envolvem o processo de integração dos jovens na sociedade adulta. Isto se torna mais necessário numa sociedade como a nossa, que acumula problemas de várias ordens, até mesmo do aumento da esperança de vida e, portanto, das propriedades cada vez mais específicas das etapas da vida.

É cada vez mais visível que as mudanças, as alterações, as transformações pelas quais passam as características sociodemográficas e os valores, os comportamentos etc. de uma sociedade não ocorrem de uma hora para outra, mas simultaneamente operam alterações importantes em padrão de equilíbrio.

Quando esses processos ganham cada vez mais evidência³ e indicam que estão exercendo os mais díspares reflexos na existência humana, torna-se necessário insistirmos em pesquisas que tratem e acompanhem, ao longo de muitos anos, a natureza destas variações e suas influências na dinâmica da preservação ou da alteração de nossas condições sociais.

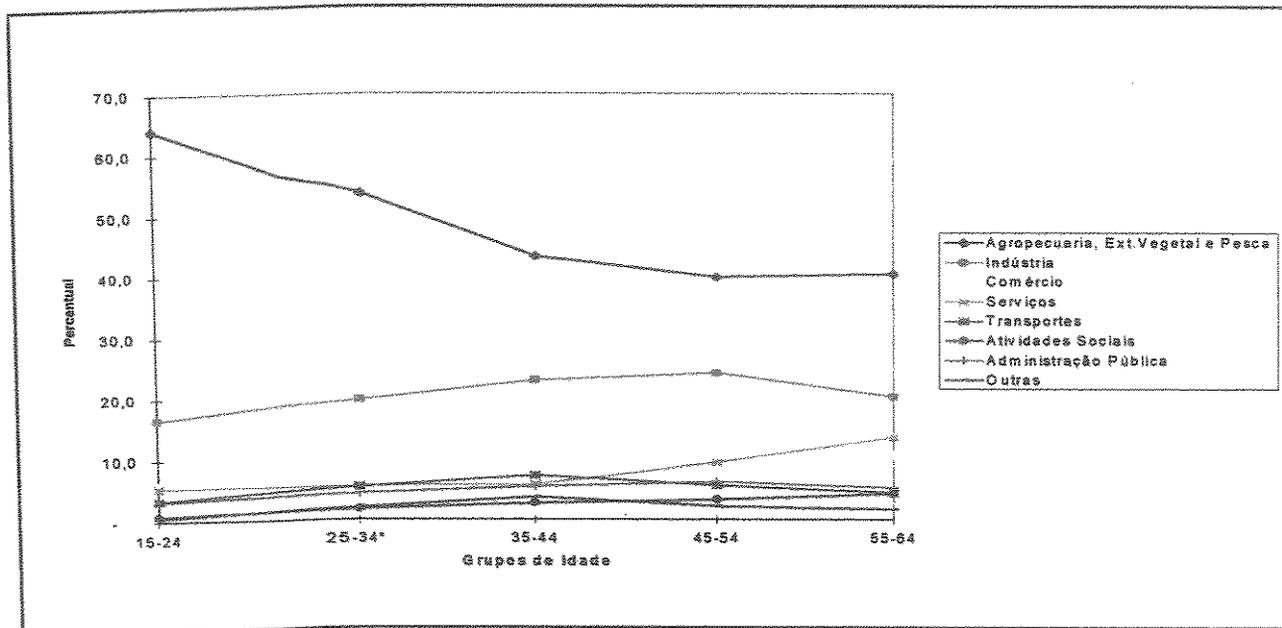
Estudos, por exemplo, sobre idade e/ou geração, classe social, cultura, etnia e também sobre as demandas das “novas e velhas coortes geracionais”, a partir de seus

³Muitas destas questões, visíveis a qualquer observador atento, têm sido tema constante em matérias de jornais, tais como as publicadas pela *Folha de São Paulo*. Uma sobre a interferência da cor na questão do desemprego, apresentando inclusive dados da PNAD, 1977 (13/1/1999) e outra sobre a geração rebelde dos anos 50 (17/1/1999).

tamanhos e condições acumuladas ou não para enfrentar o futuro, podem trazer complementares ou sugestivas prospecções, sob a perspectiva de análises de coorte e/ou longitudinal. O que ocorre, de igual modo, com a projeção da demanda das coortes atuais e seu futuro no acesso aos serviços educacionais, entre outros.

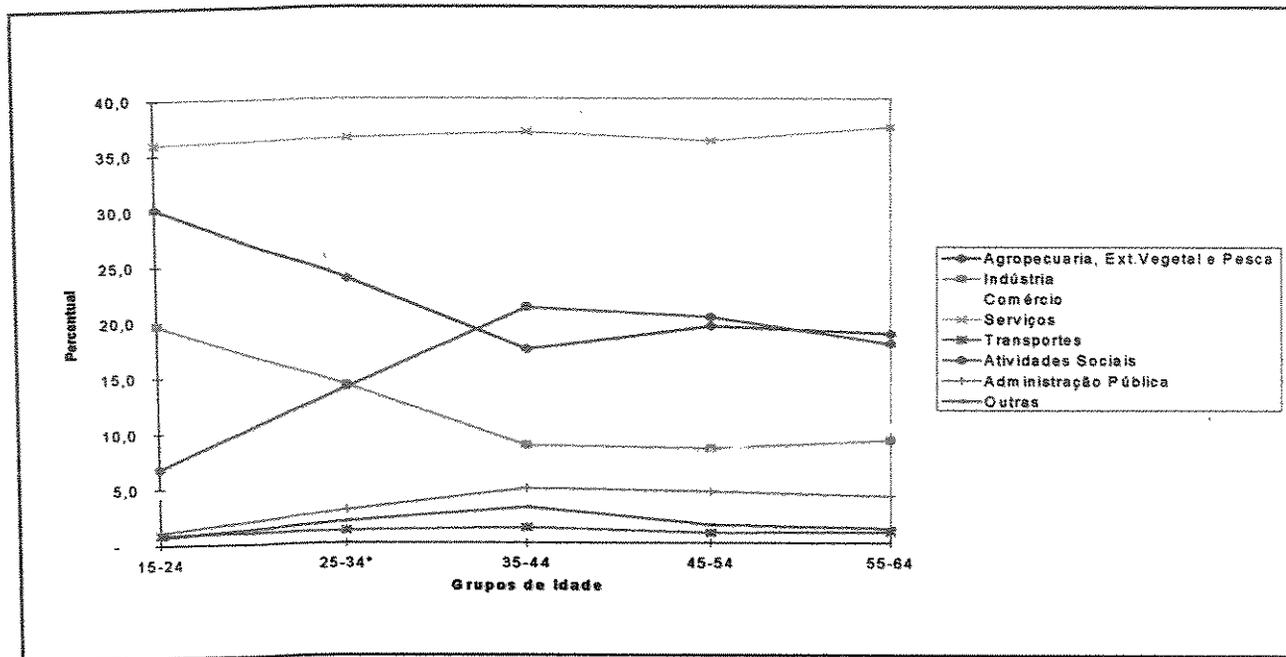
Neste trabalho, apenas nos aproximamos do tema proposto e da metodologia que consideramos mais adequada para sua análise. Esperamos que fique o registro sobre a importância de insistirmos nas análises dos problemas que estão latentes na sociedade e a imbricação das suas facetas econômicas e culturais para o acompanhamento e prognóstico de situações passadas e presentes, com perspectivas para o futuro.

ANEXO 01



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Brasil – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 (microdados)

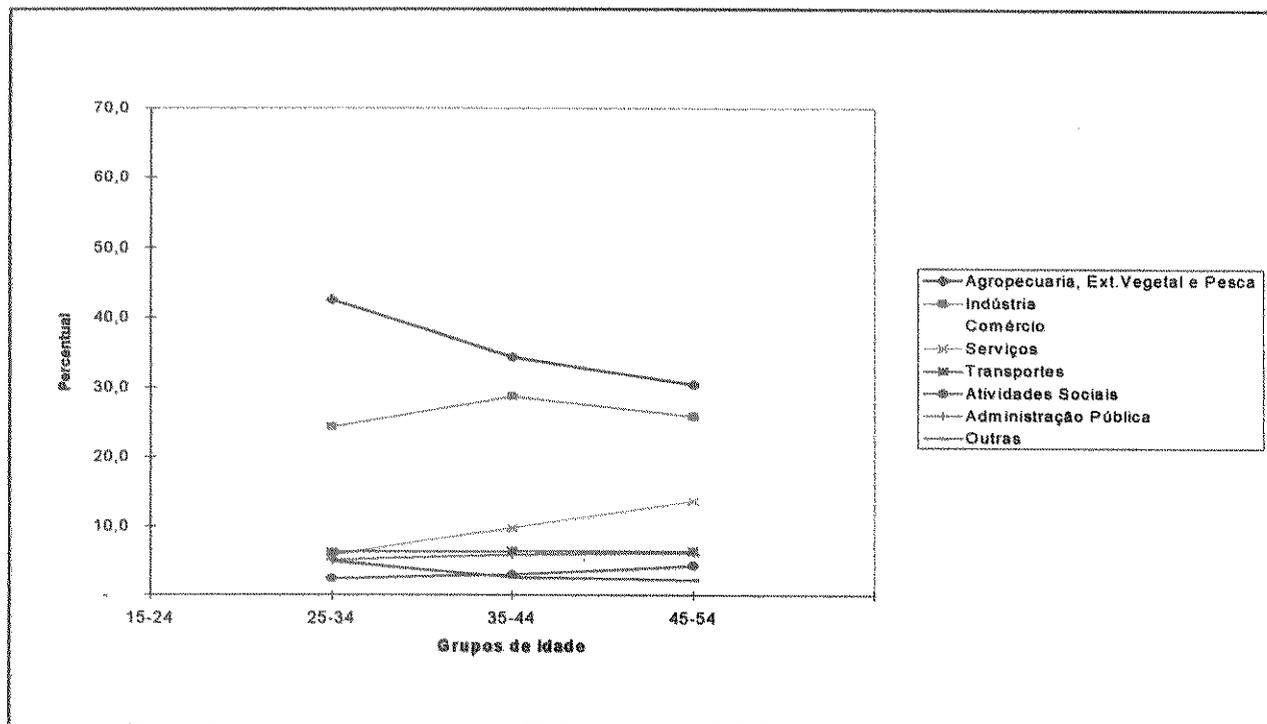
GRÁFICO 1 – Distribuição da população masculina nascida entre 1926-1935 por atividade econômica



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Brasil – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 (microdados)

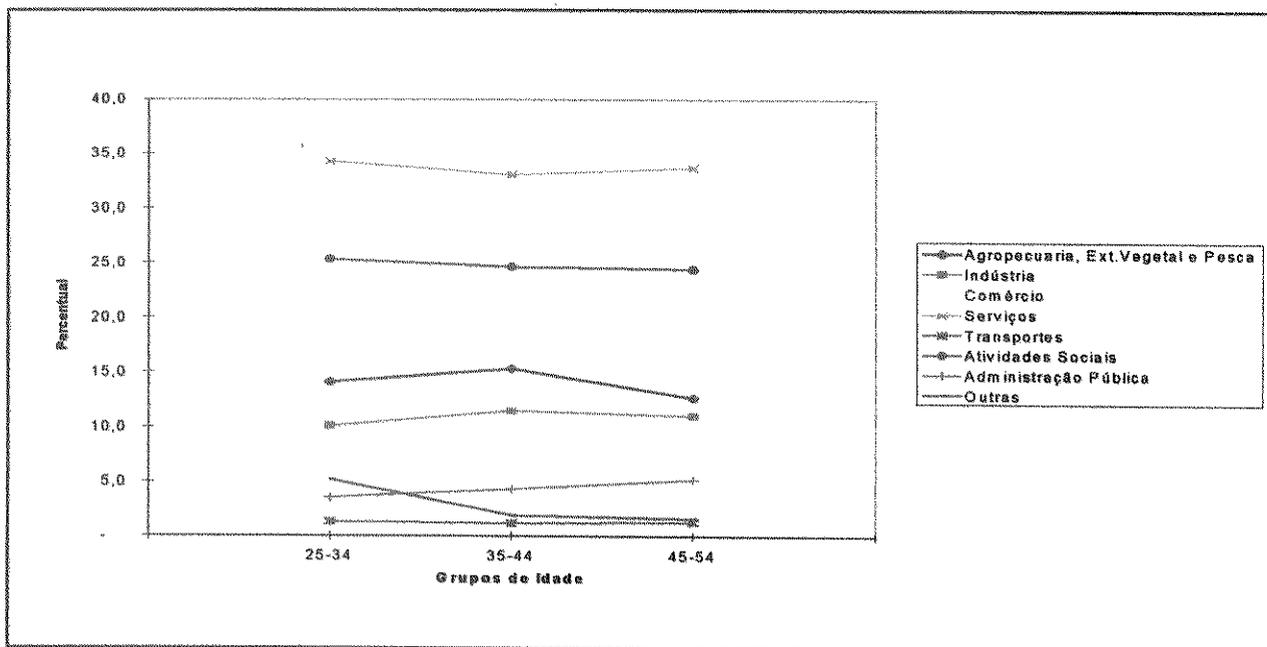
GRÁFICO 2 – Distribuição da população feminina nascida entre 1926-1935 por atividade econômica

ANEXO 01 – GRÁFICOS



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Brasil – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 (microdados)

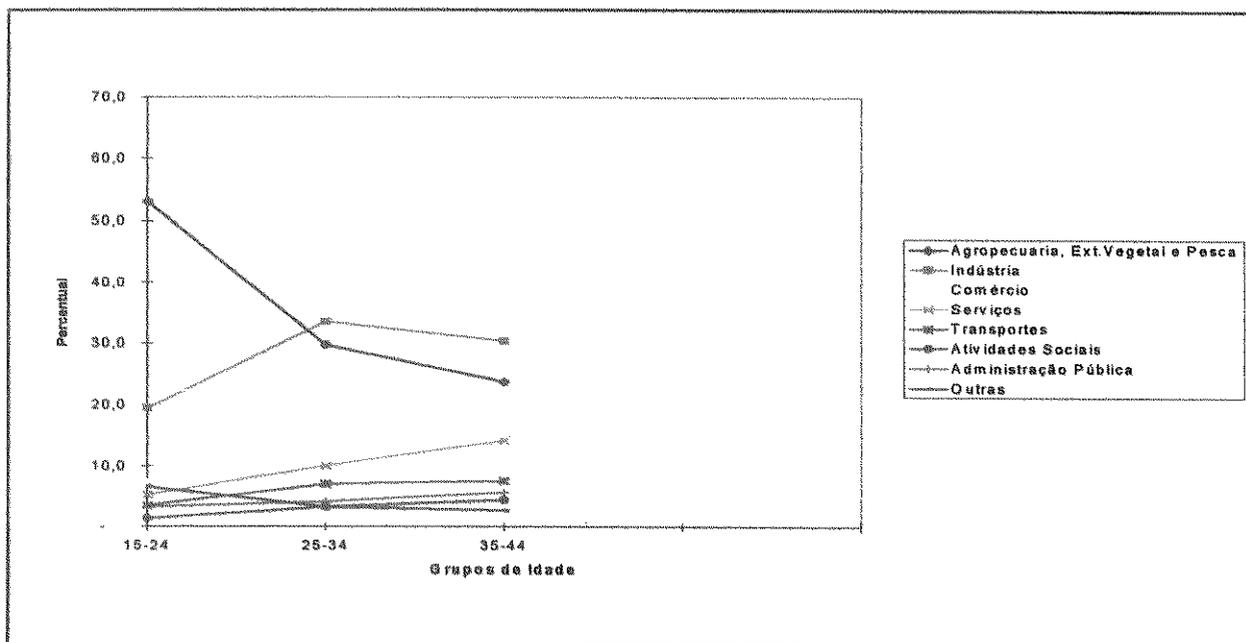
GRÁFICO 3 – Distribuição da população masculina nascida entre 1936 –1945 por atividade econômica



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Brasil – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 (microdados)

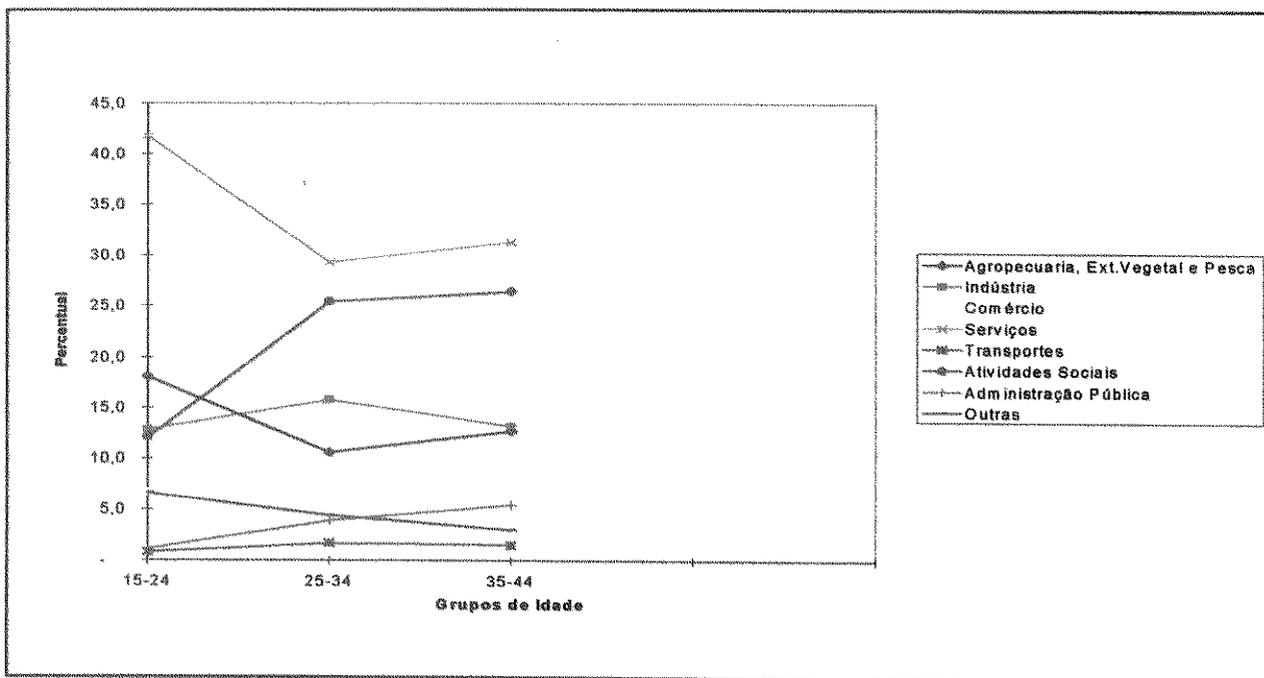
GRÁFICO 4 – Distribuição da população feminina nascida entre 1936-1945 por atividade econômica

ANEXO 01 – GRÁFICOS



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Brasil – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 (microdados)

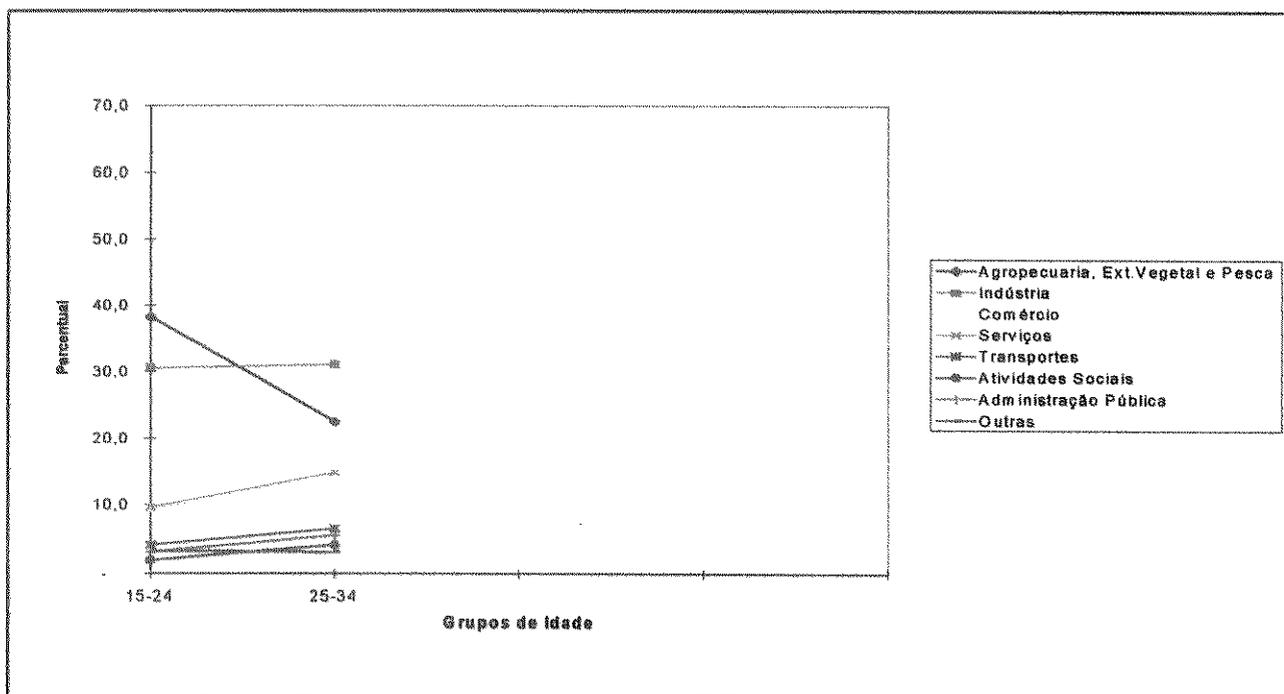
GRÁFICO 5 – Distribuição da população masculina nascida entre 1946 –1955 por atividade econômica



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Brasil – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 (microdados)

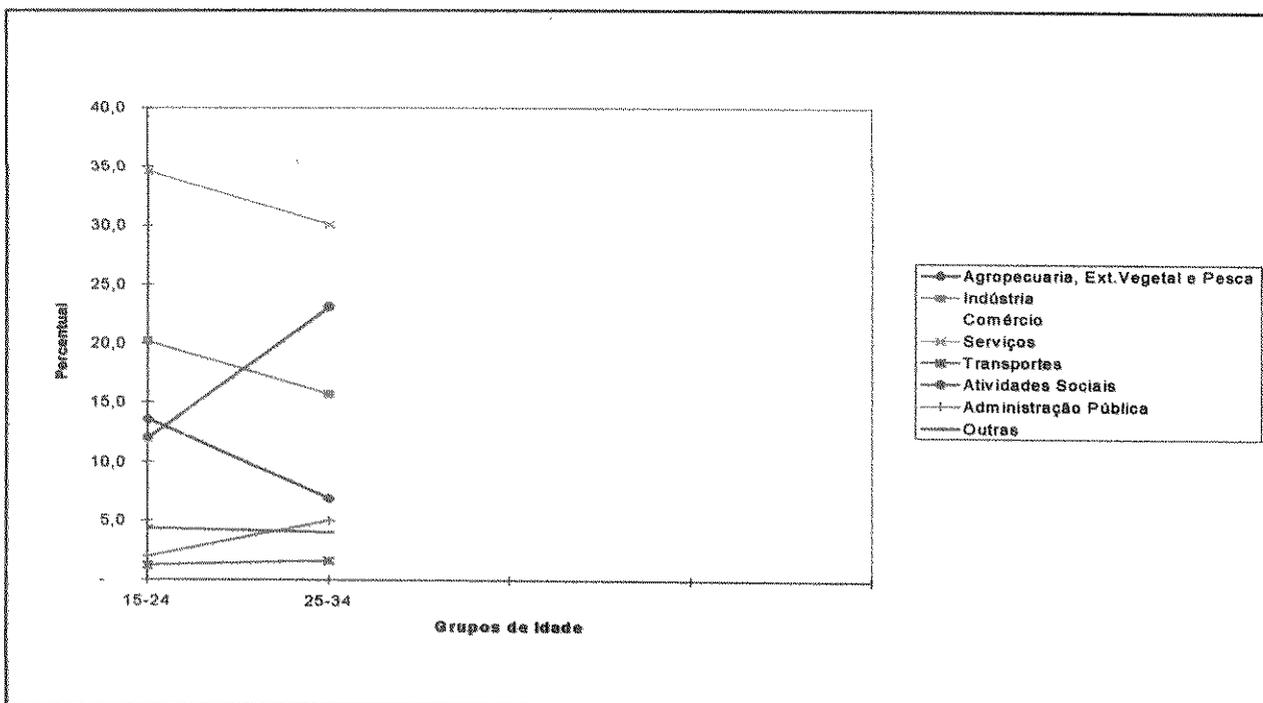
GRÁFICO 6 Distribuição da população feminina nascida entre 1946 –1955 por atividade econômica

ANEXO 01 – GRÁFICOS



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Brasil – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 (microdados)

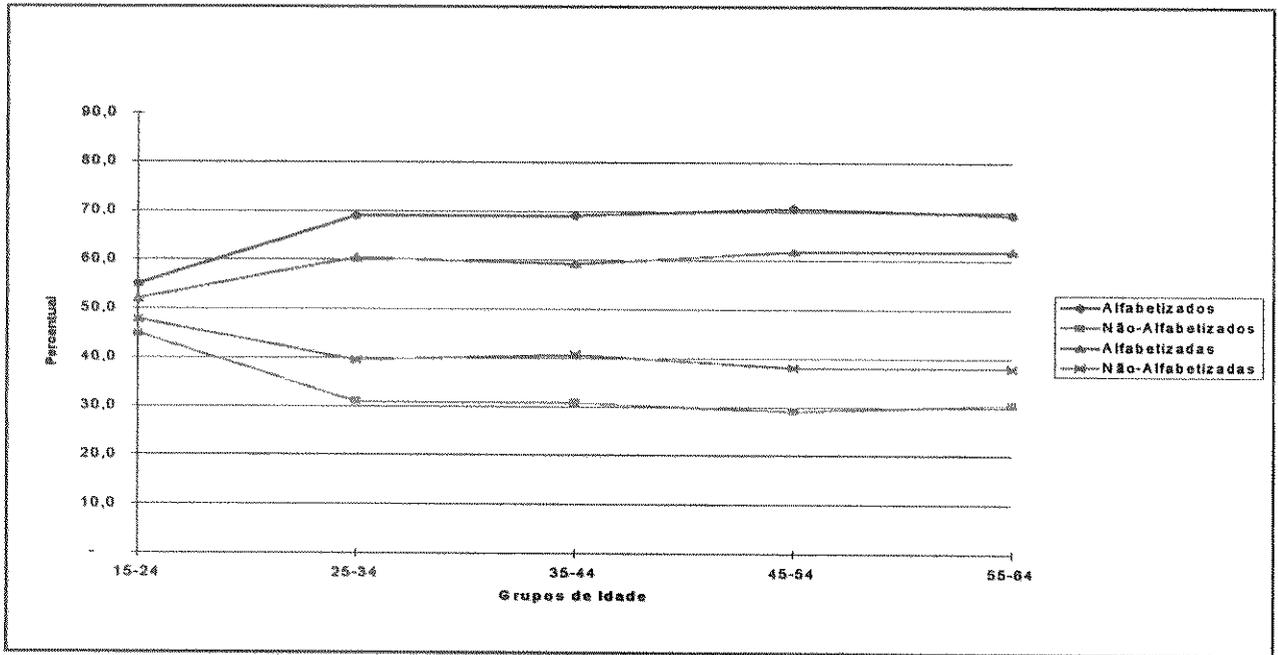
GRÁFICO 7 – Evolução da atividade econômica da população masculina nascida entre 1956-1965



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Brasil – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 (microdados)

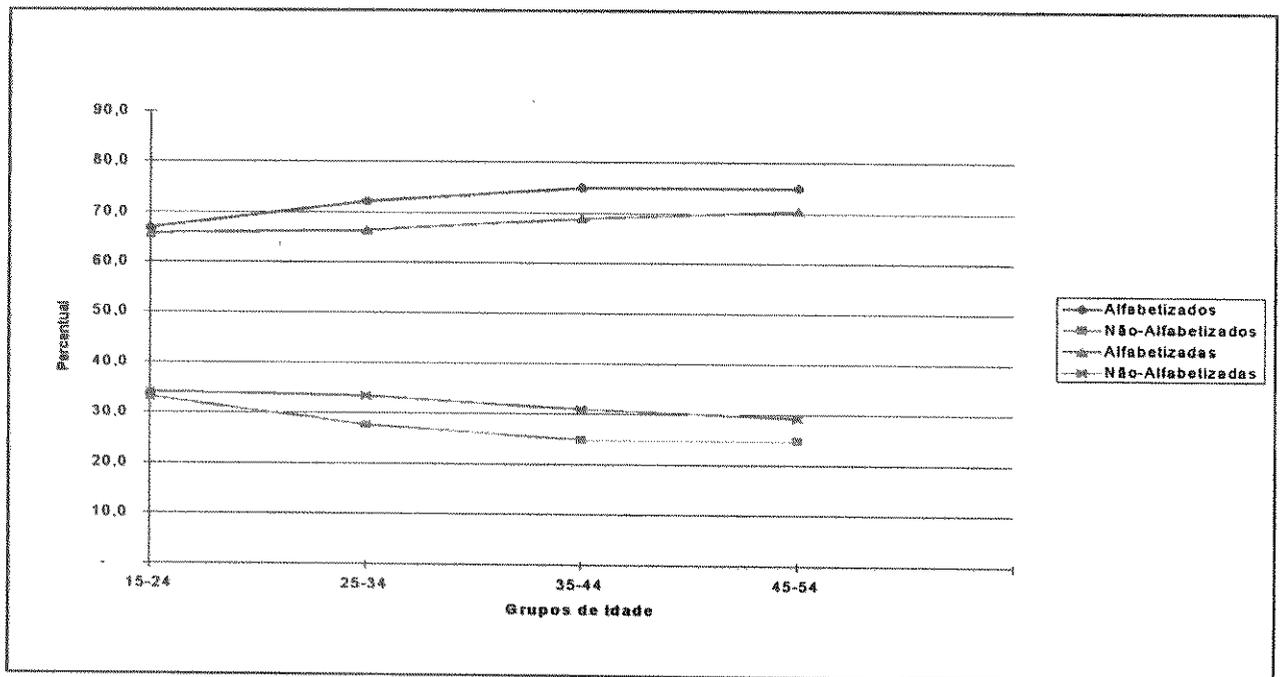
GRÁFICO 8 – Evolução da atividade econômica da população feminina nascida entre 1956-1965

ANEXO 01 – GRÁFICOS



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Brasil – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 (microdados)

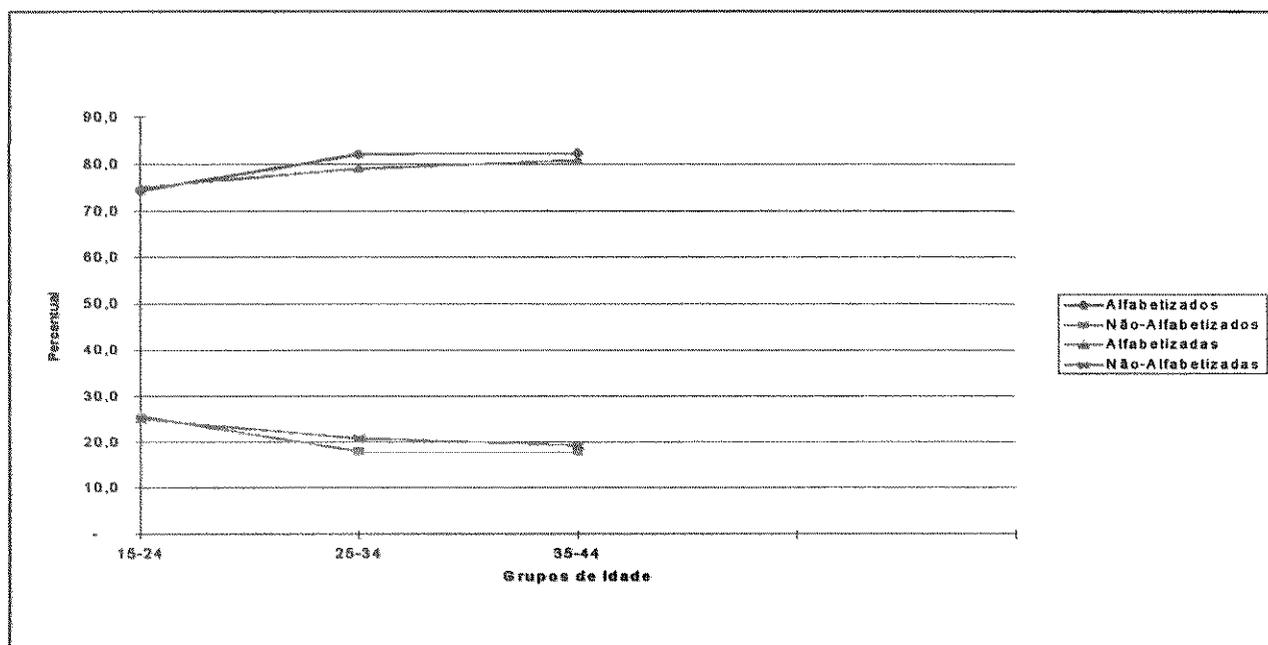
GRÁFICO 9 – Alfabetização: distribuição da população nascida entre 1926-1935, por sexo



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Brasil – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 (microdados)

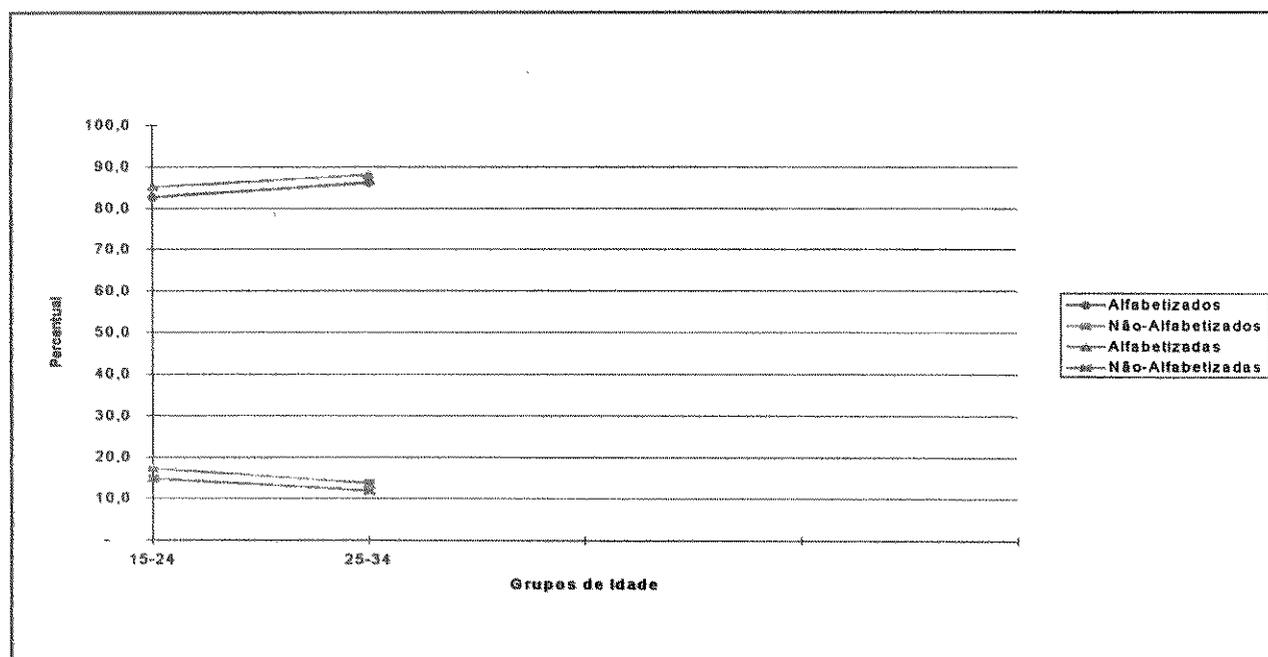
GRÁFICO 10 – Alfabetização: distribuição da população nascida entre 1936-1945, por sexo

ANEXO 01 – GRÁFICOS



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Brasil – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 (microdados)

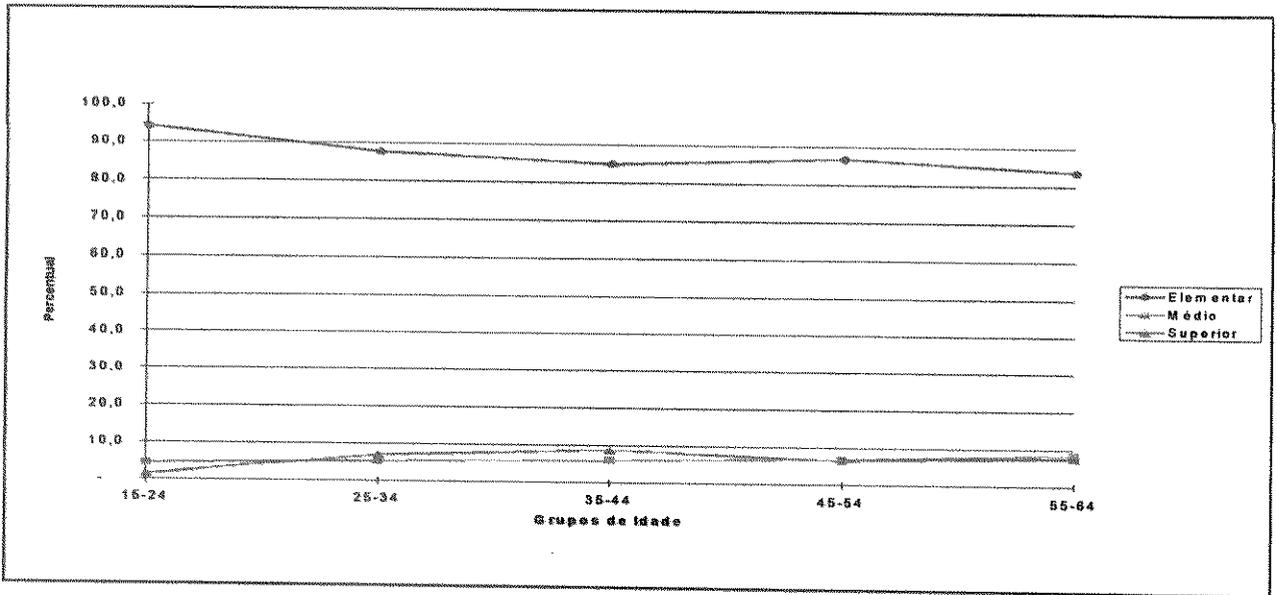
GRÁFICO 11 – Evolução da alfabetização: distribuição da população nascida entre 1946-1955, por sexo



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Brasil – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 (microdados)

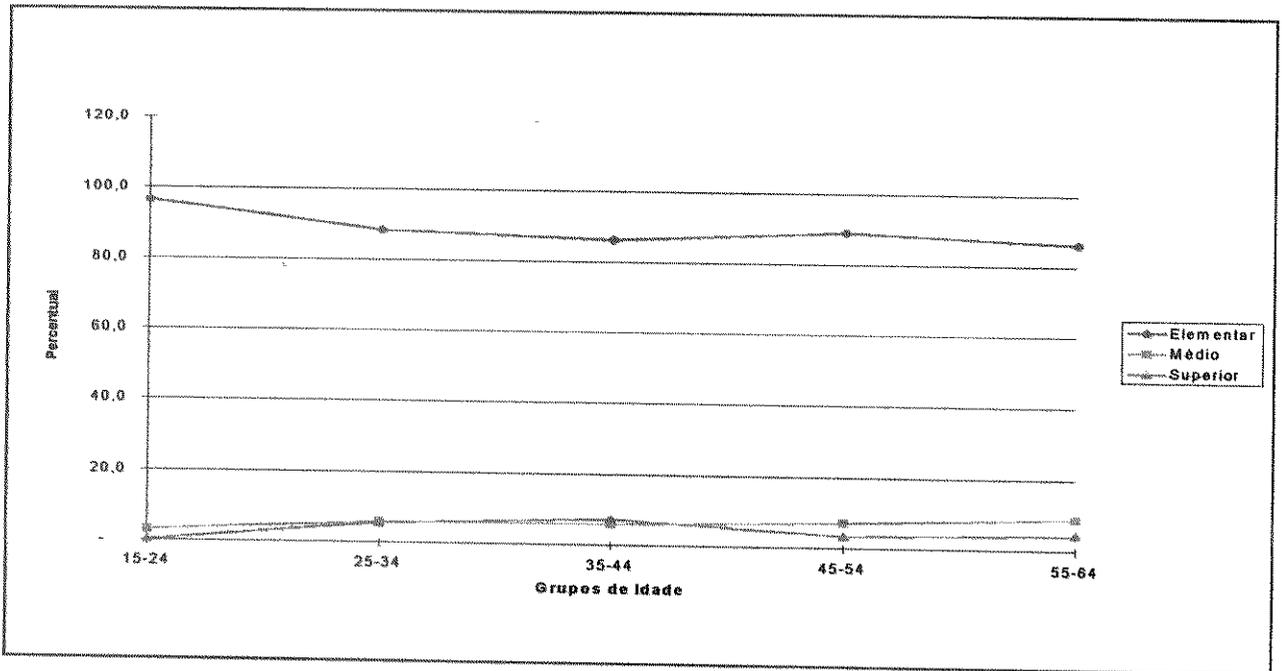
GRÁFICO 12 – Evolução da alfabetização: distribuição da população nascida entre 1956-1965, por sexo

ANEXO 01 – GRÁFICOS



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Brasil – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 (microdados)

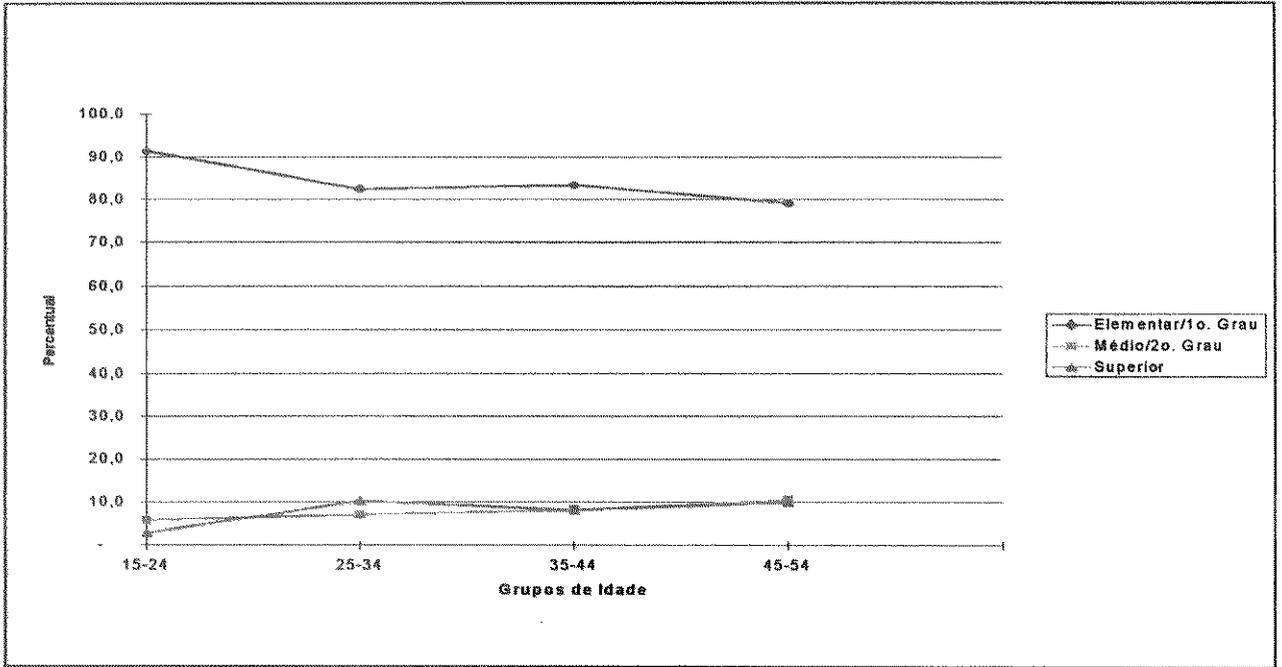
GRÁFICO 13 – Evolução do nível de instrução da população masculina nascida entre 1926-1935



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Brasil – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 (microdados)

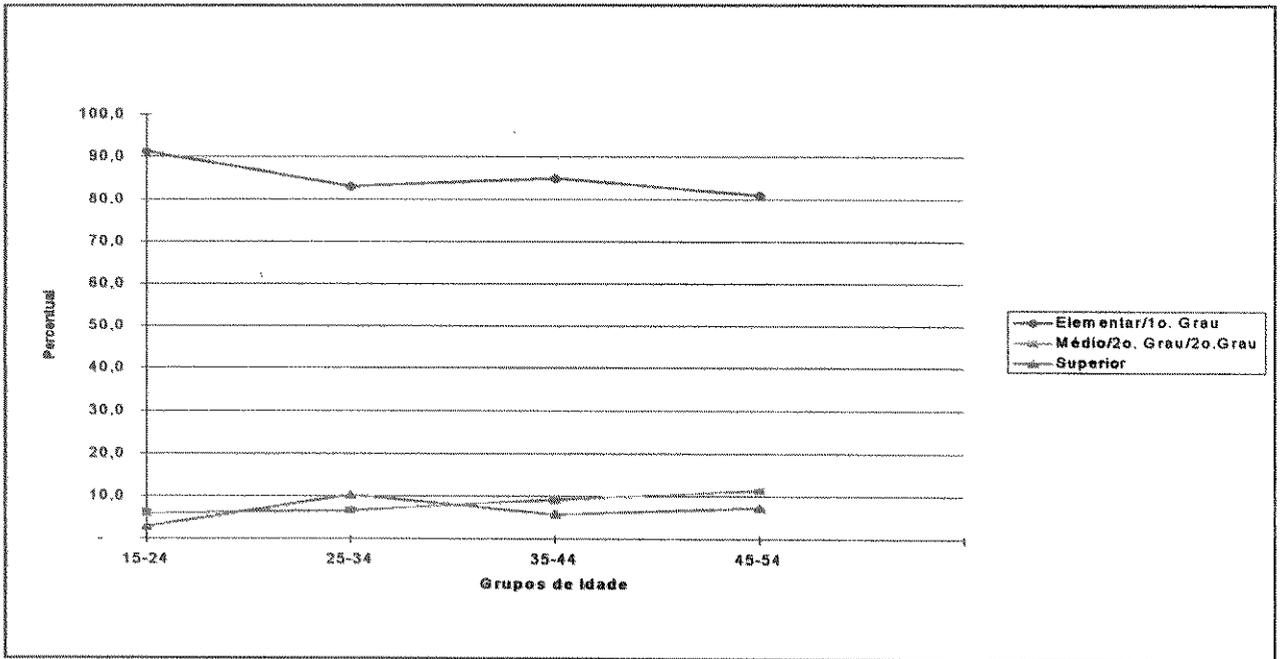
GRÁFICO 14 – Evolução do nível de instrução da população feminina nascida entre 1926-1935

ANEXO 01 – GRÁFICOS



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Brasil – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 (microdados)

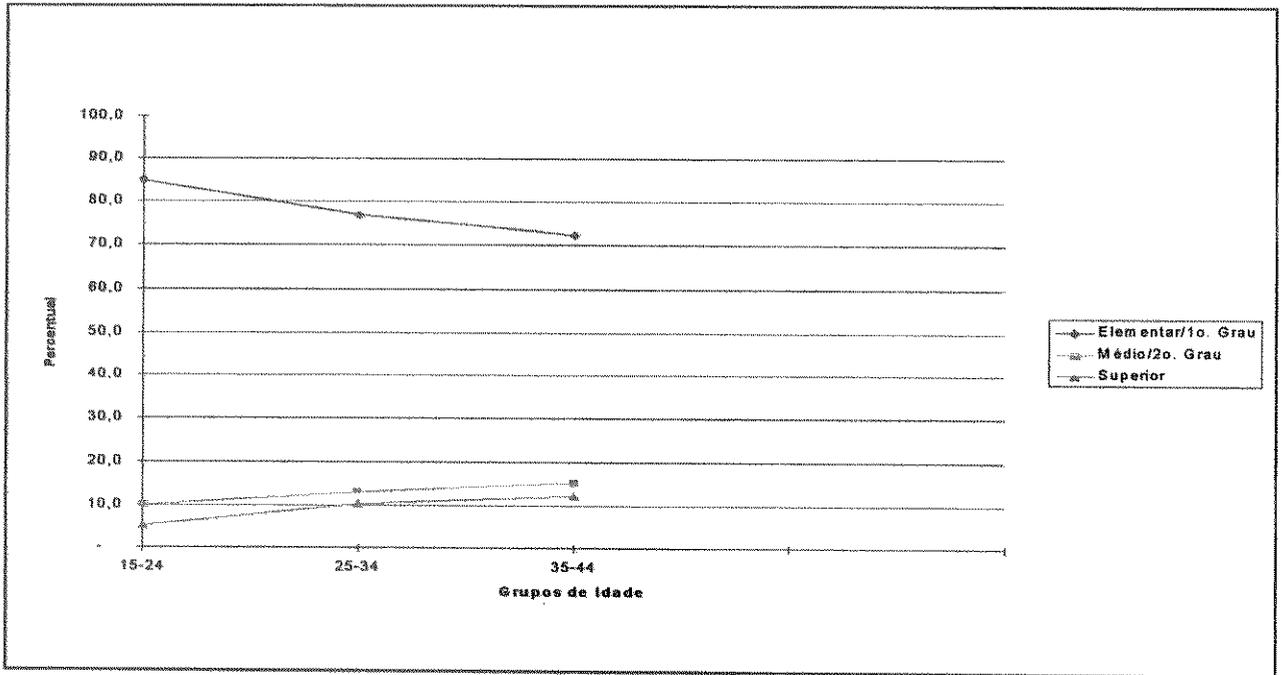
GRÁFICO 15 – Evolução do nível de instrução da população masculina nascida entre 1936-1945



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Brasil – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 (microdados)

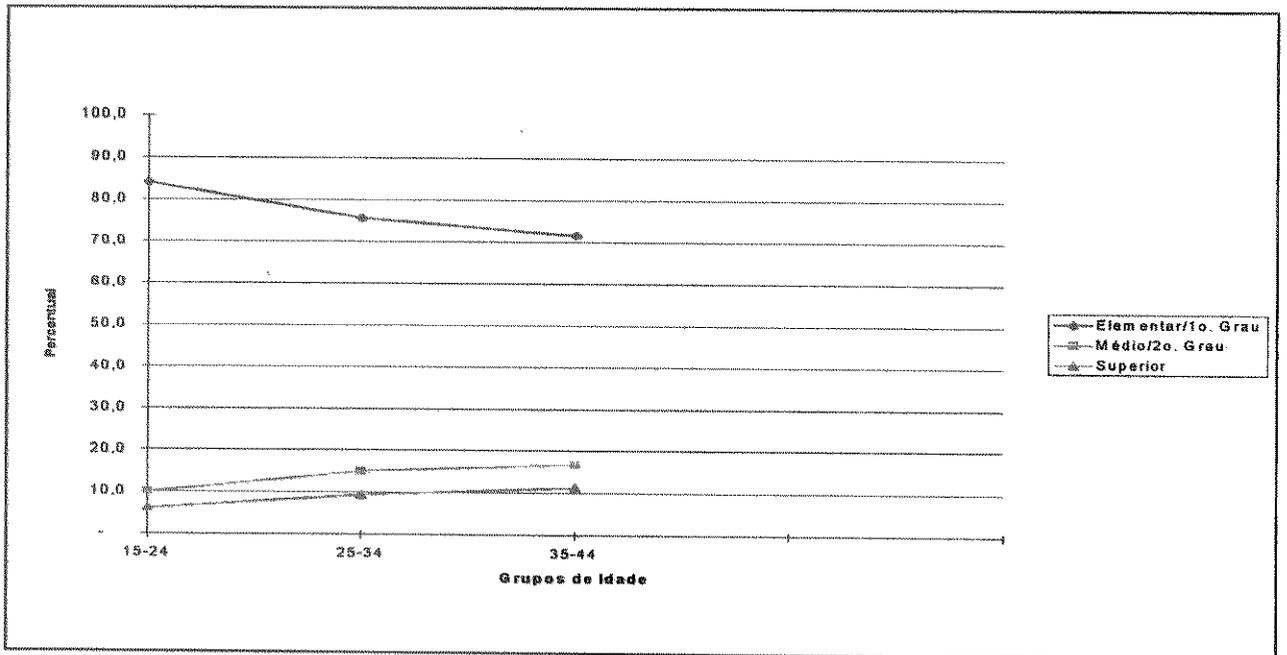
GRÁFICO 16 – Evolução do nível de instrução da população feminina nascida entre 1936-1945

ANEXO 01 – GRÁFICOS



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Brasil – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 (microdados)

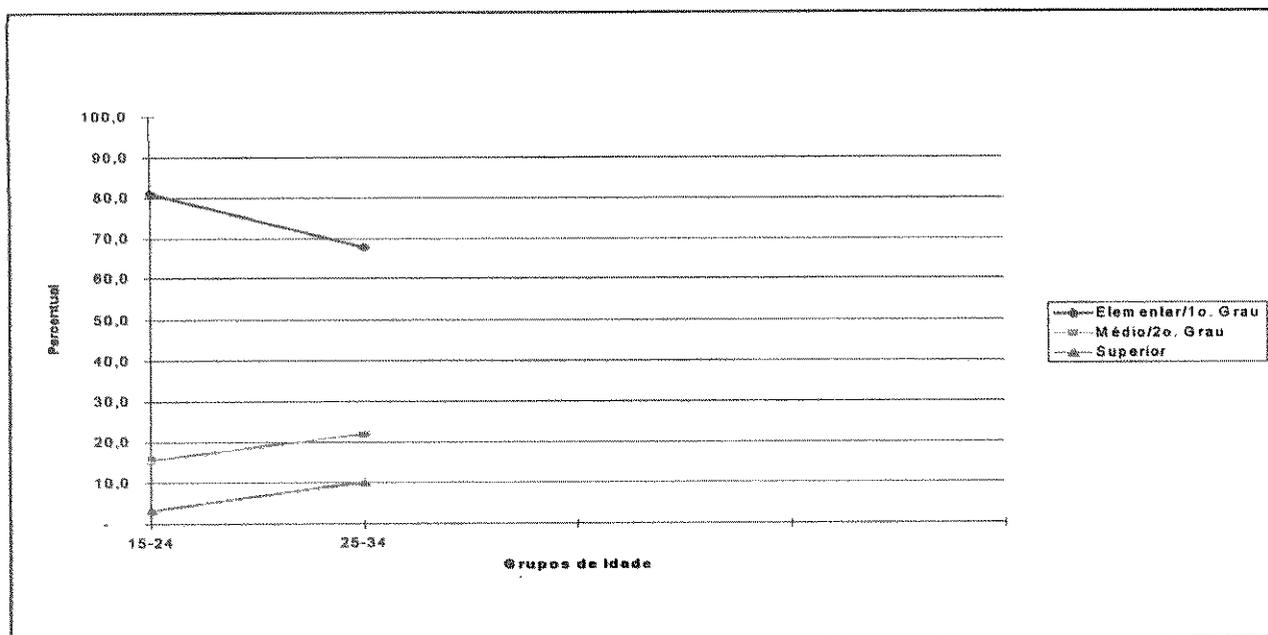
GRÁFICO 17 – Evolução do nível de instrução da população masculina nascida entre 1946-1955



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Brasil – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 (microdados)

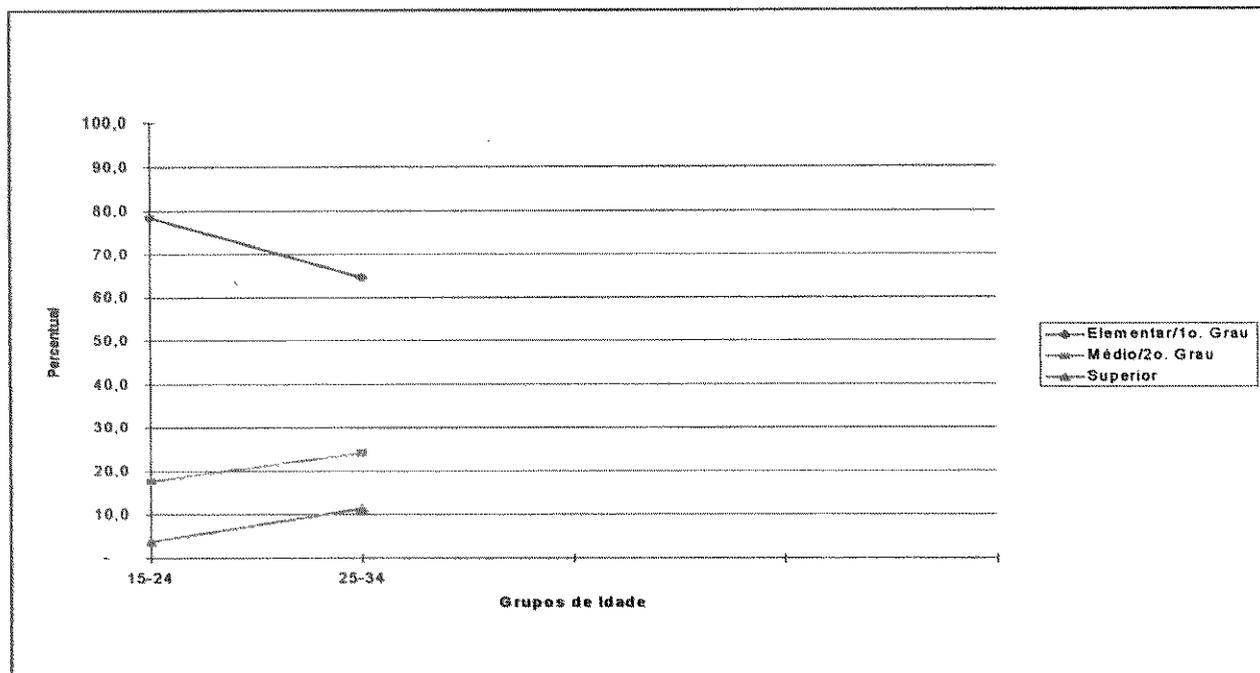
GRÁFICO 18 – Evolução do nível de instrução da população feminina nascida entre 1946-1955

ANEXO 01 – GRÁFICOS



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Brasil – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 (microdados)

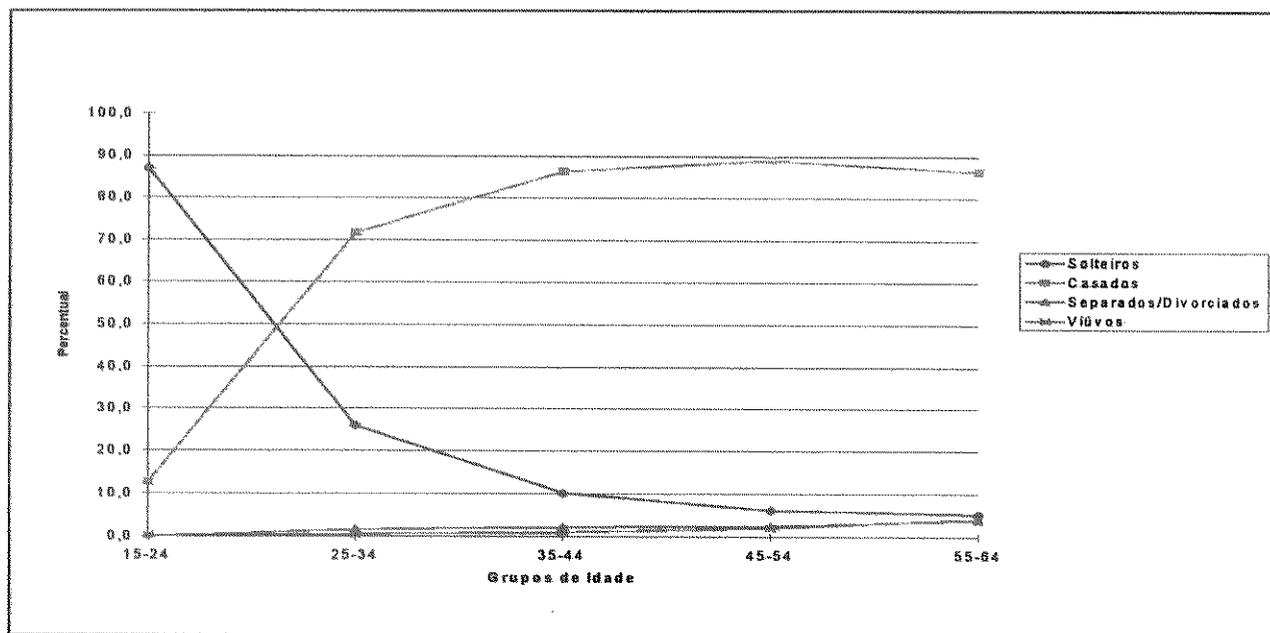
GRÁFICO 19 – Evolução do nível de instrução da população masculina nascida entre 1956-1965



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Brasil – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 (microdados)

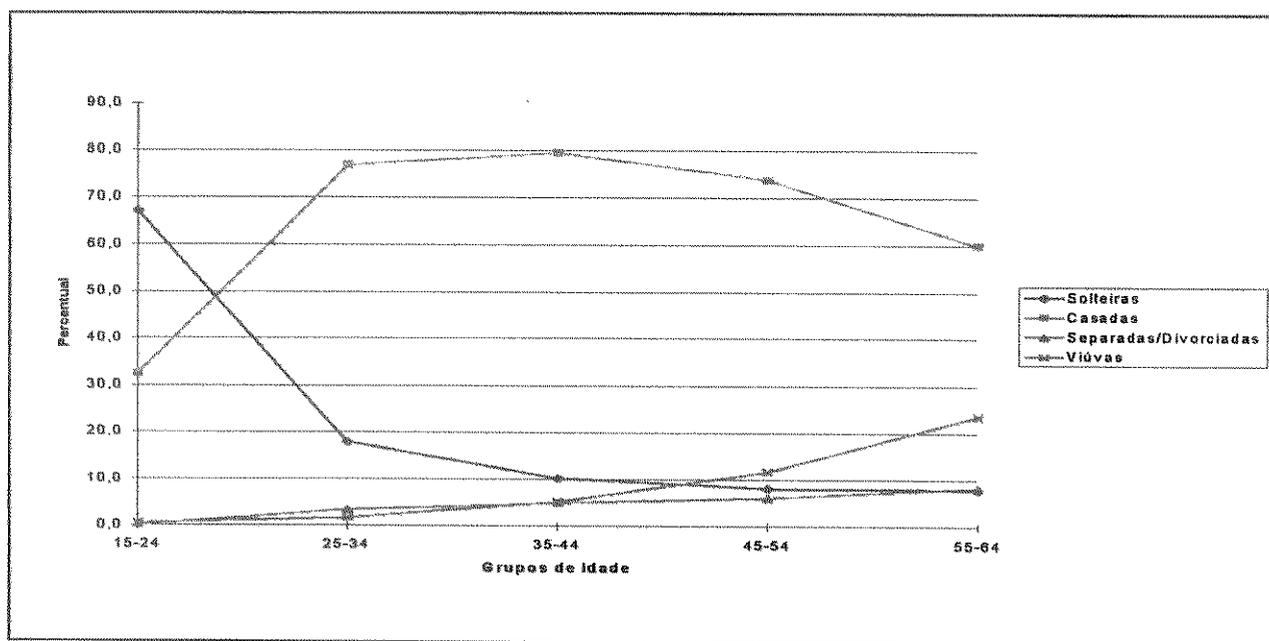
GRÁFICO 20 – Evolução do nível de instrução da população feminina nascida entre 1956-1965

ANEXO 01 – GRÁFICOS



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Brasil – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 (microdados)

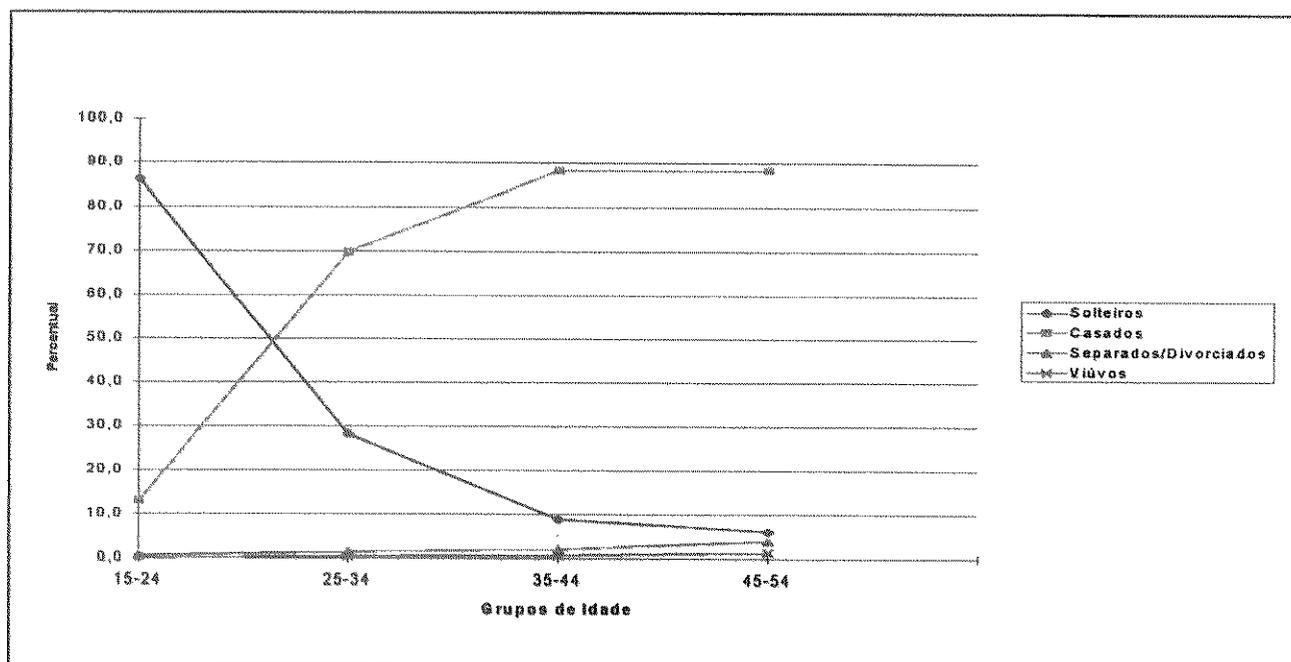
GRÁFICO 21 – Variação do estado conjugal da população masculina nascida entre 1926-1935



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Brasil – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 (microdados)

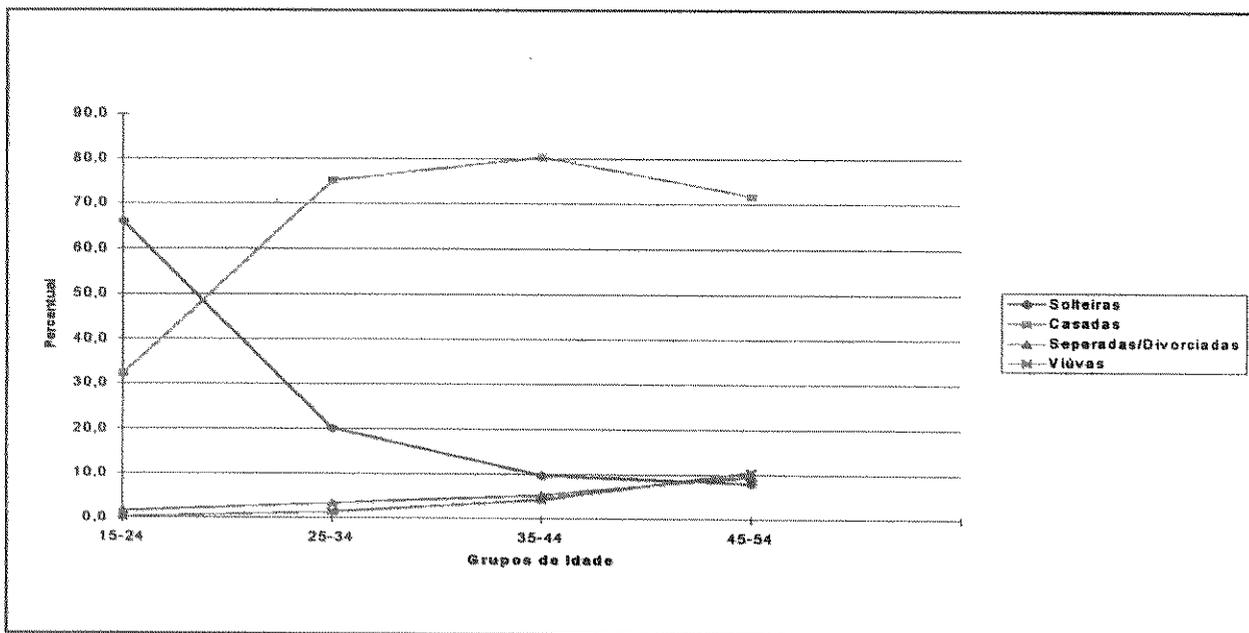
GRÁFICO 22 – Variação do estado conjugal da população feminina nascida entre 1926-1935

ANEXO 01 – GRÁFICOS



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Brasil – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 (microdados)

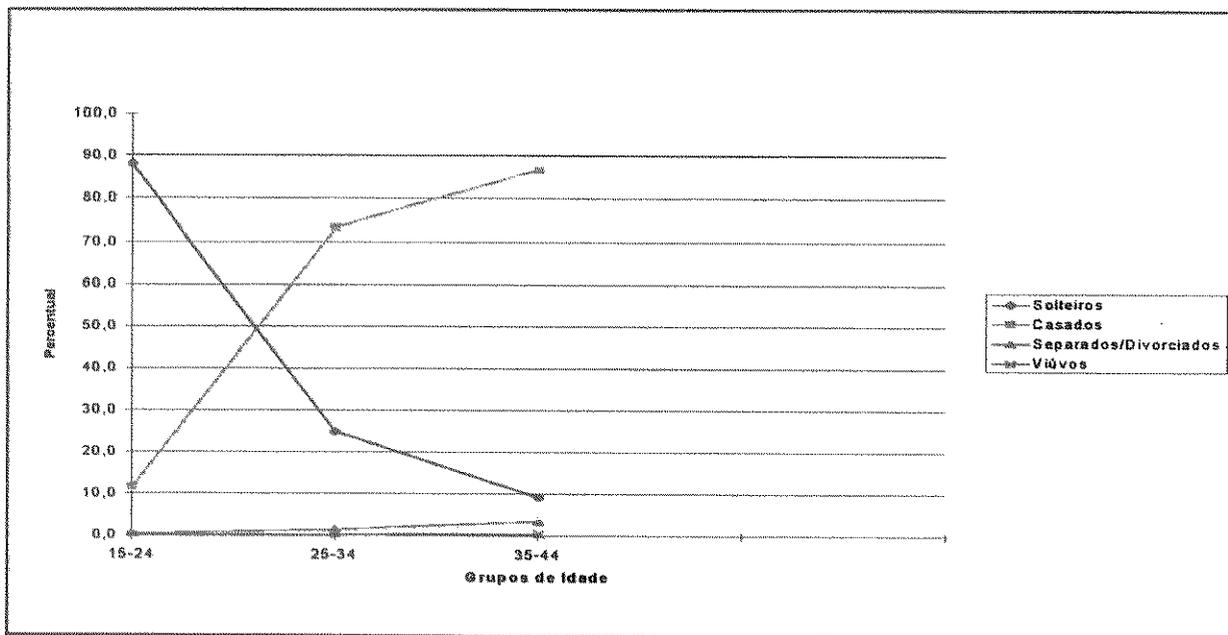
GRÁFICO 23 – Variação do estado conjugal da população masculina nascida entre 1936-1945



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Brasil – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 (microdados)

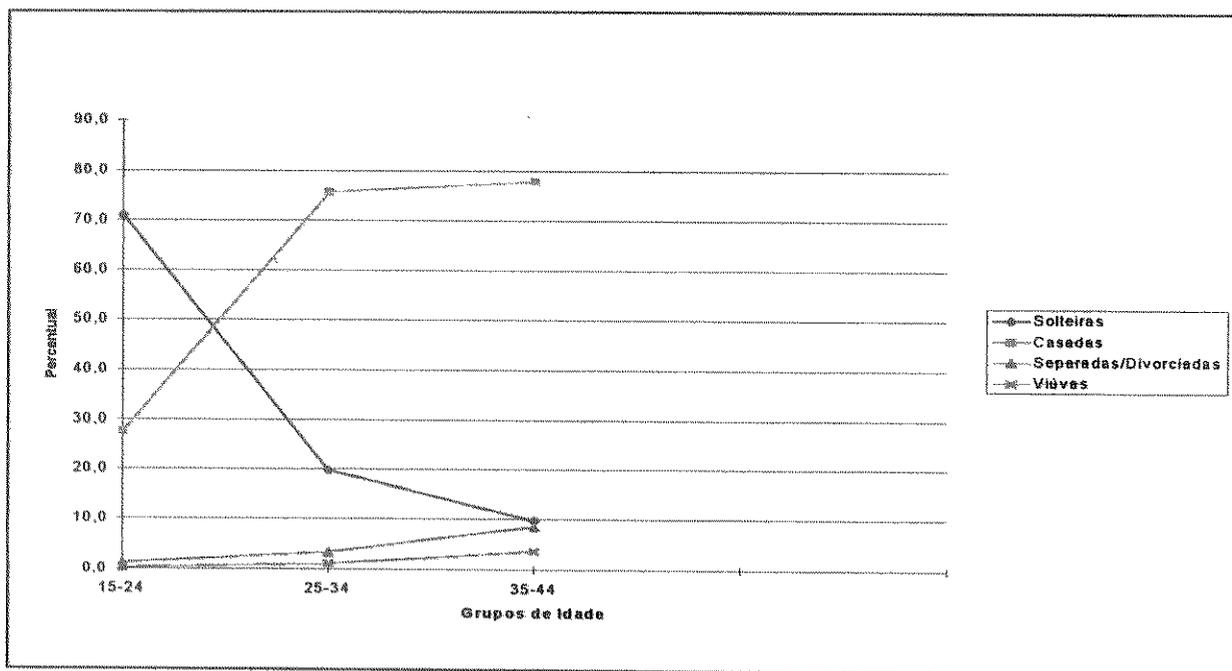
GRÁFICO 24 – Variação do estado conjugal da população feminina nascida entre 1936-1945

ANEXO 01 – GRÁFICOS



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Brasil – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 (microdados)

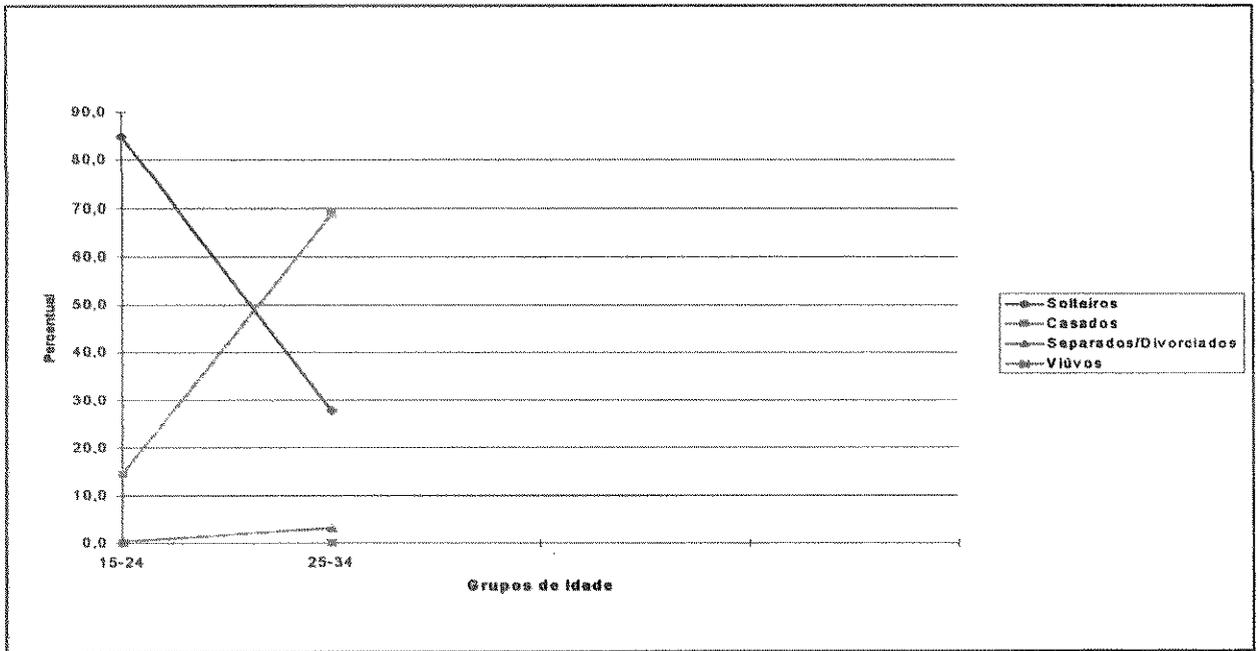
GRÁFICO 25 – Variação do estado conjugal da população masculina nascida entre 1946-1955



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Brasil – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 (microdados)

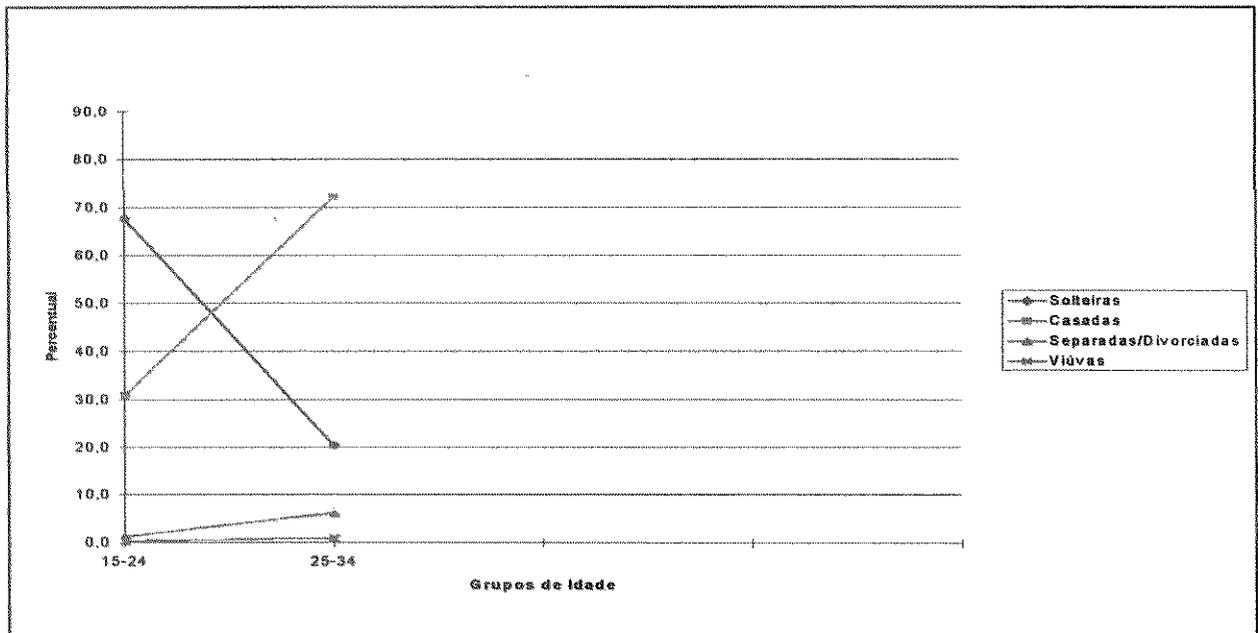
GRÁFICO 26 – Variação do estado conjugal da população feminina nascida entre 1946-1955

ANEXO 01 – GRÁFICOS



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Brasil – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 (microdados)

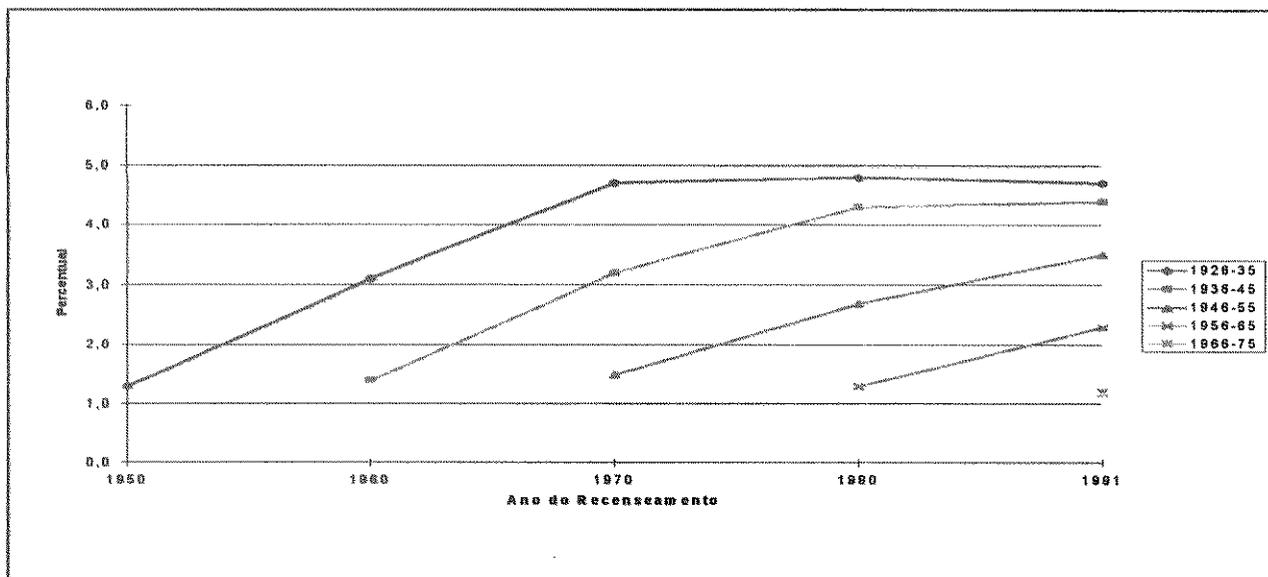
GRÁFICO 27 – Variação do estado conjugal da população masculina nascida entre 1956-1965



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Brasil – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 (microdados)

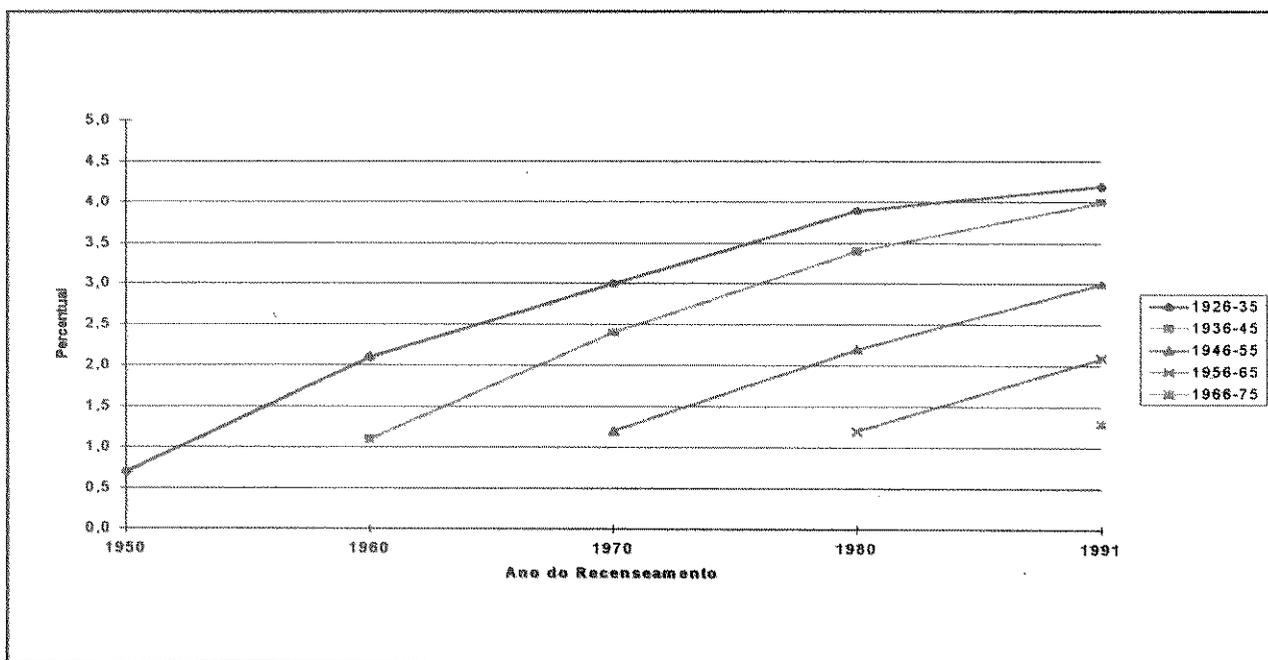
GRÁFICO 28 – Variação do estado conjugal da população feminina nascida entre 1956-1965

ANEXO 01 – GRÁFICOS



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Brasil – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 (microdados)

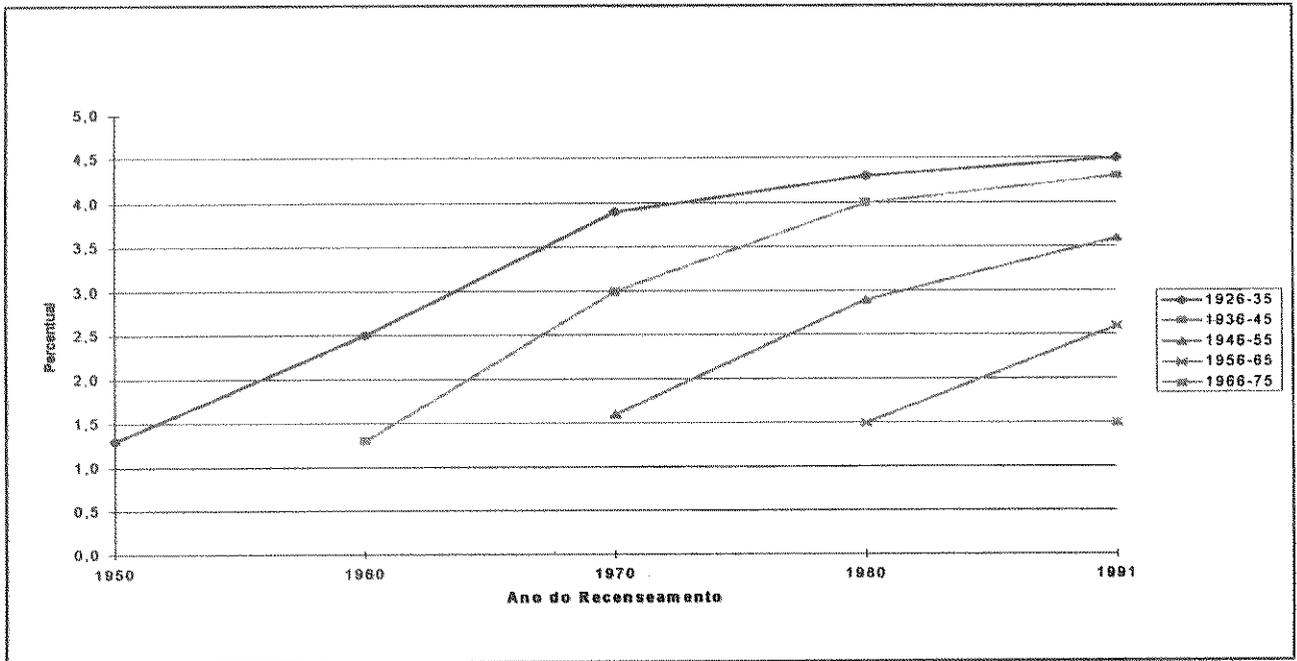
GRÁFICO 29 – Número médio de filhos das mulheres casadas nascidas entre 1926-1975



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Brasil – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 (microdados)

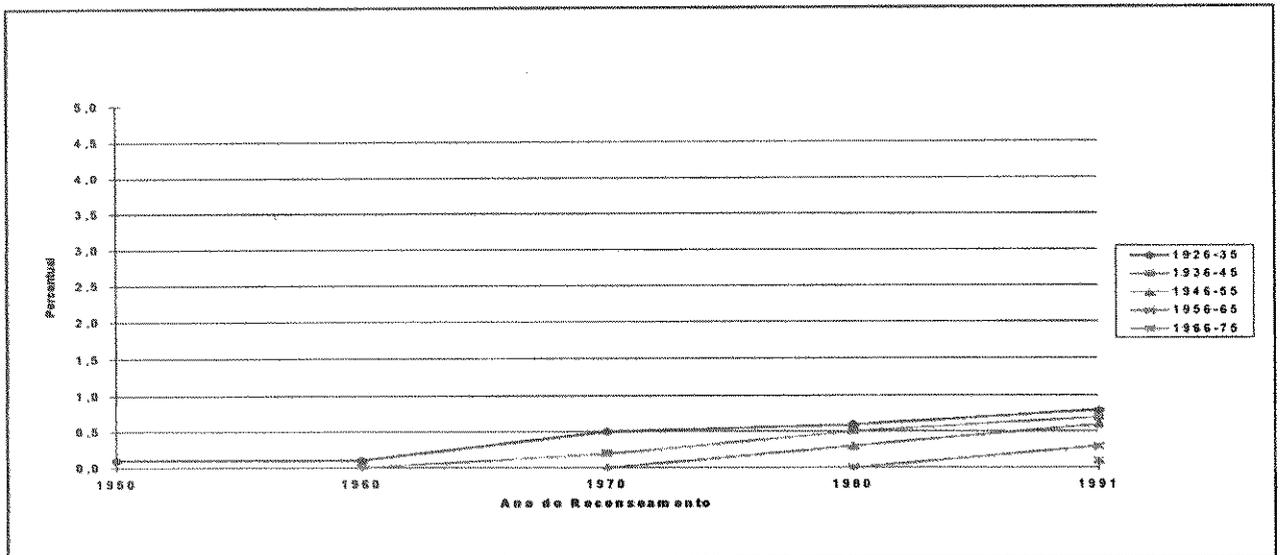
GRÁFICO 30 – Número médio de filhos das mulheres separadas/desquitadas /divorciadas nascidas entre 1926-1975

ANEXO 01 – GRÁFICOS



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Brasil – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 (microdados)

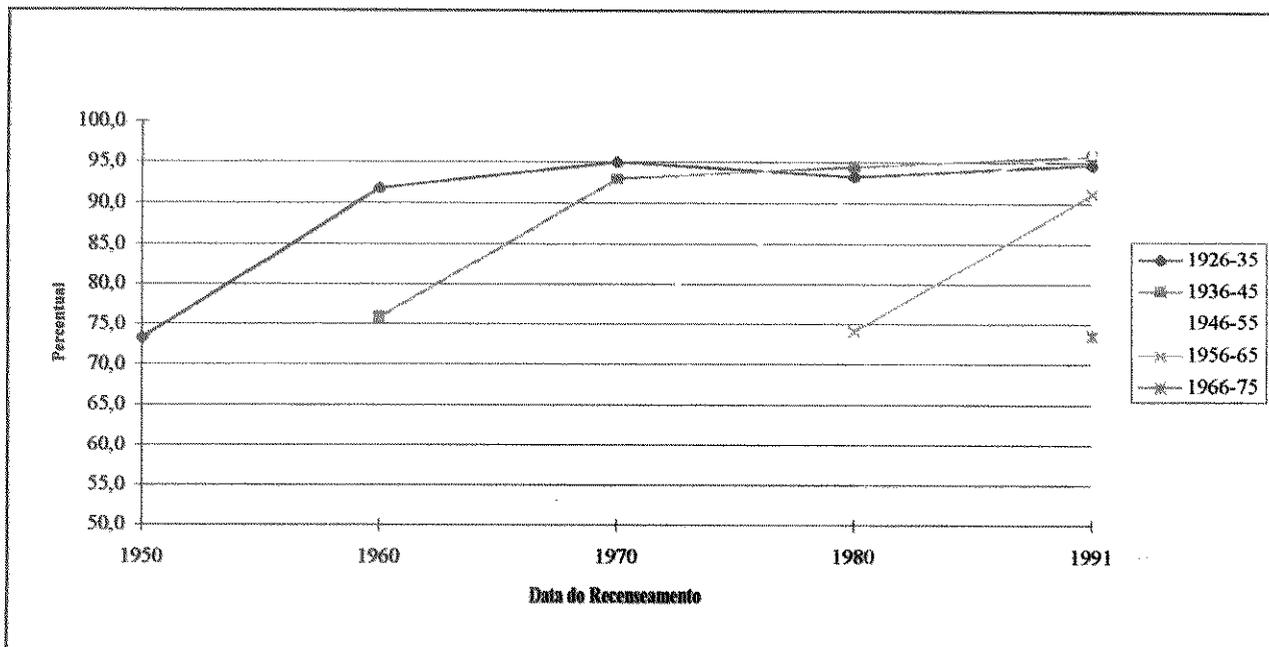
GRÁFICO 31 – Número médio de filhos das mulheres viúvas nascidas entre 1926-1975



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Brasil – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 (microdados)

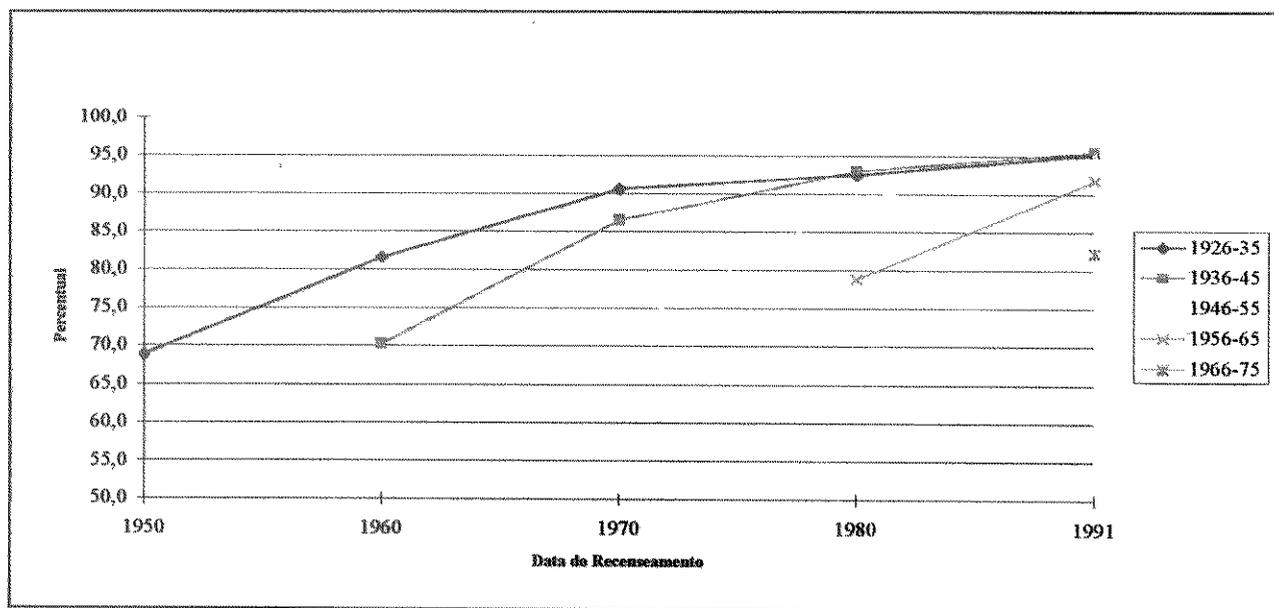
GRÁFICO 32 – Número médio de filhos das mulheres solteiras nascidas entre 1926-1975

ANEXO 01 – GRÁFICOS



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Brasil – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 (microdados)

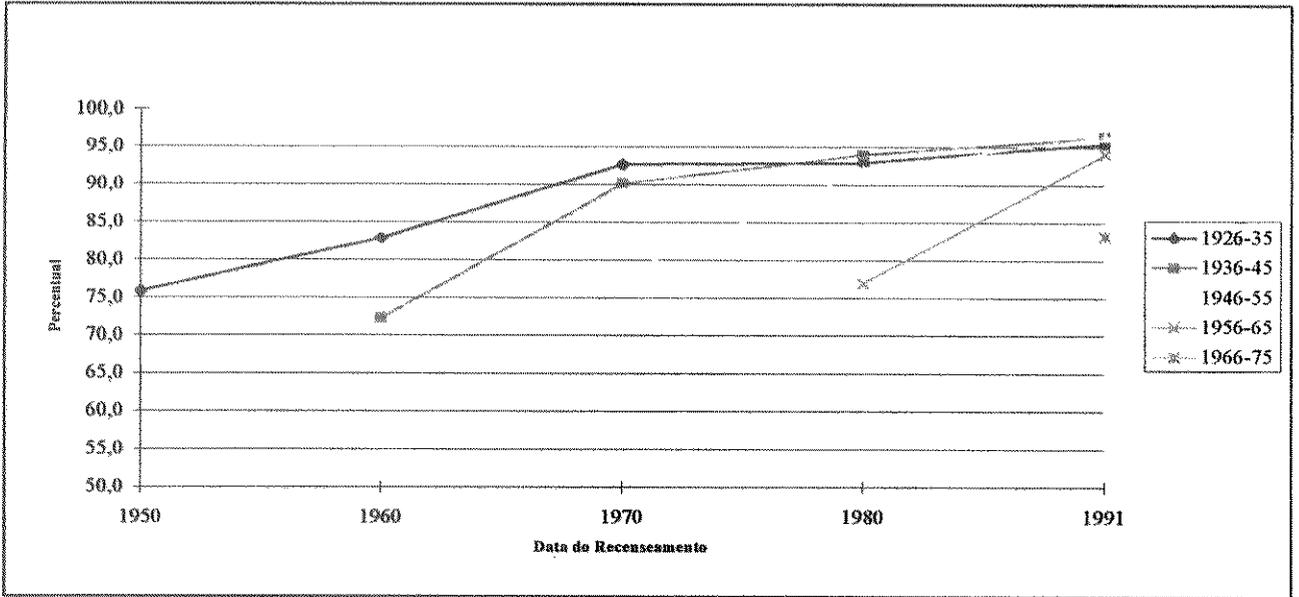
GRÁFICO 33 – Distribuição da proporção de mulheres casadas com filhos nascidas entre 1926-1975



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Brasil – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 (microdados)

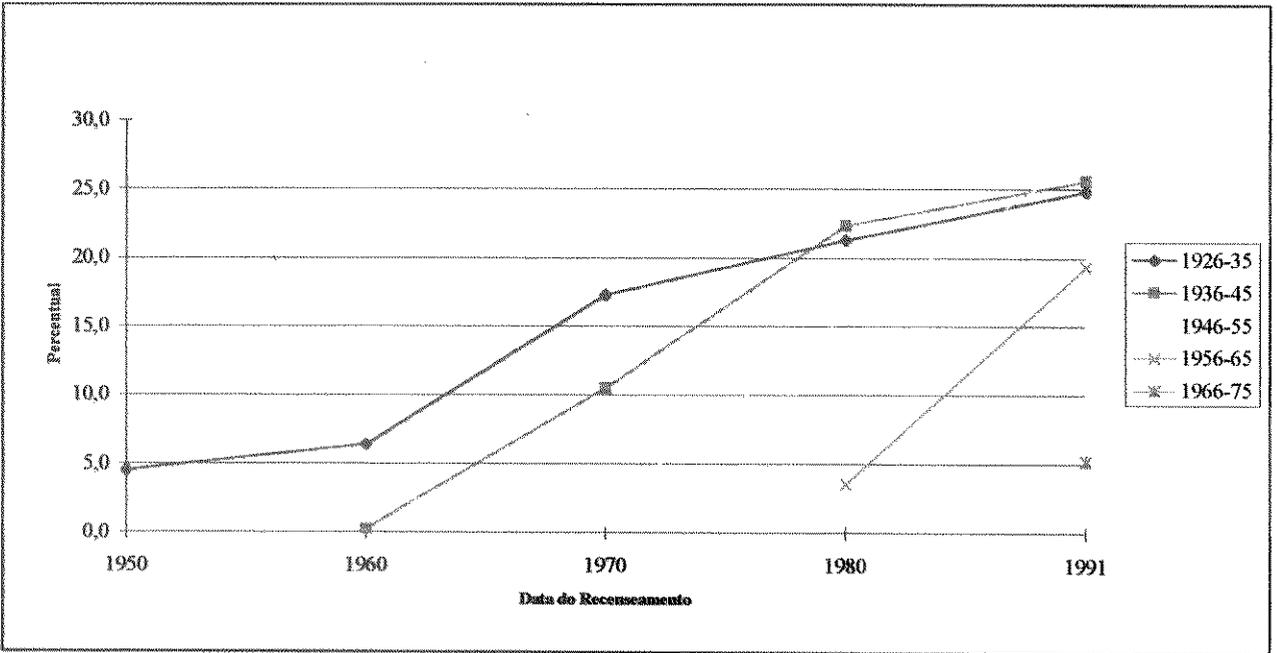
GRÁFICO 34 – Distribuição da proporção das mulheres separadas/desquitadas/divorciadas com filhos nascidas entre 1926-1975

ANEXO 01 – GRÁFICOS



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Brasil – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 (microdados)

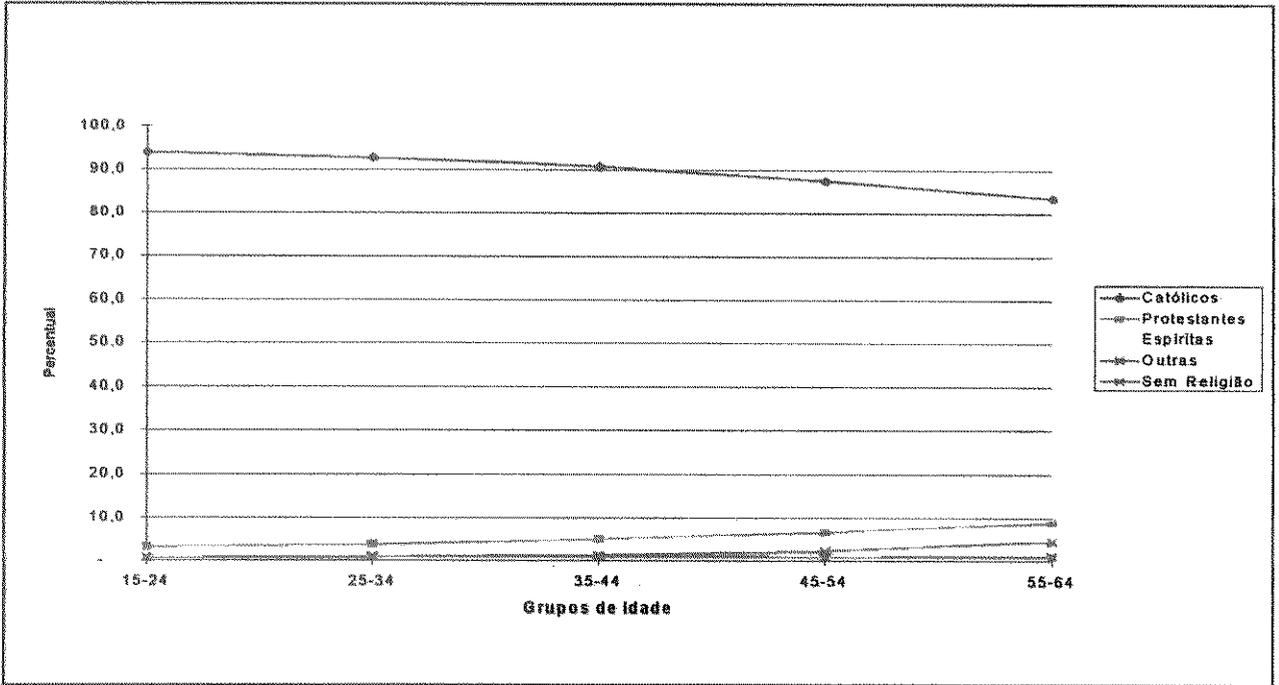
GRÁFICO 35 – Distribuição da proporção de mulheres viúvas com filhos nascidas entre 1926-1975



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Brasil – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 (microdados)

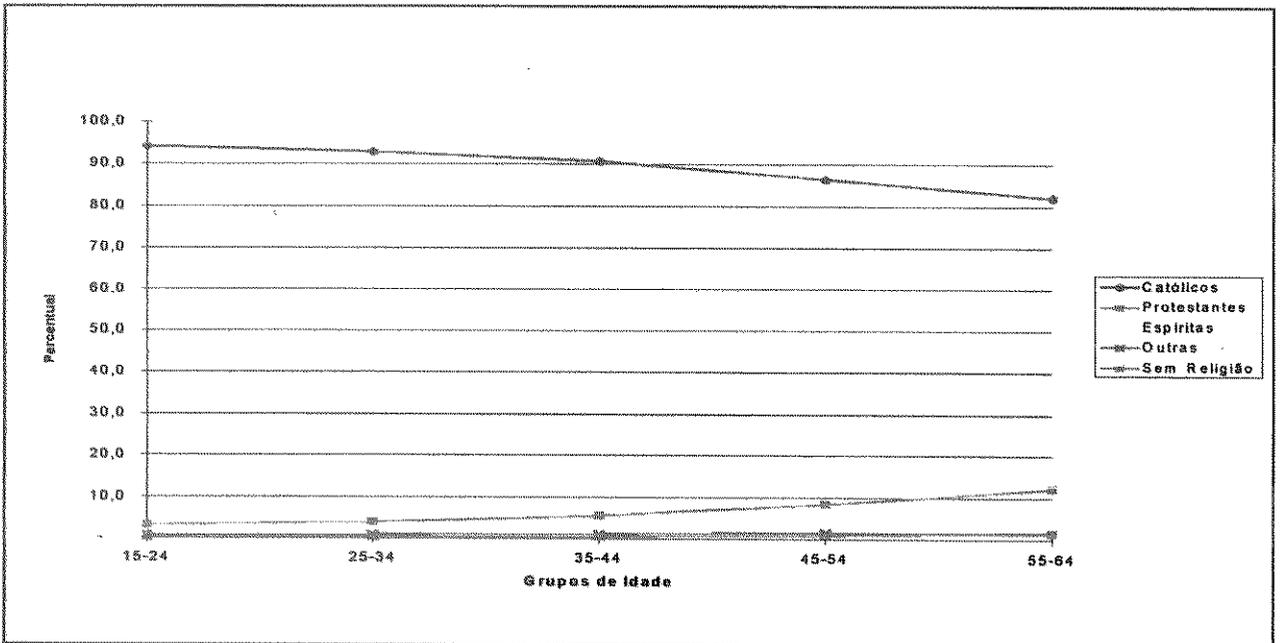
GRÁFICO 36 – Distribuição da proporção das mulheres solteiras com filhos nascidas entre 1926-1975

ANEXO 01 – GRÁFICOS



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Brasil – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 (microdados)

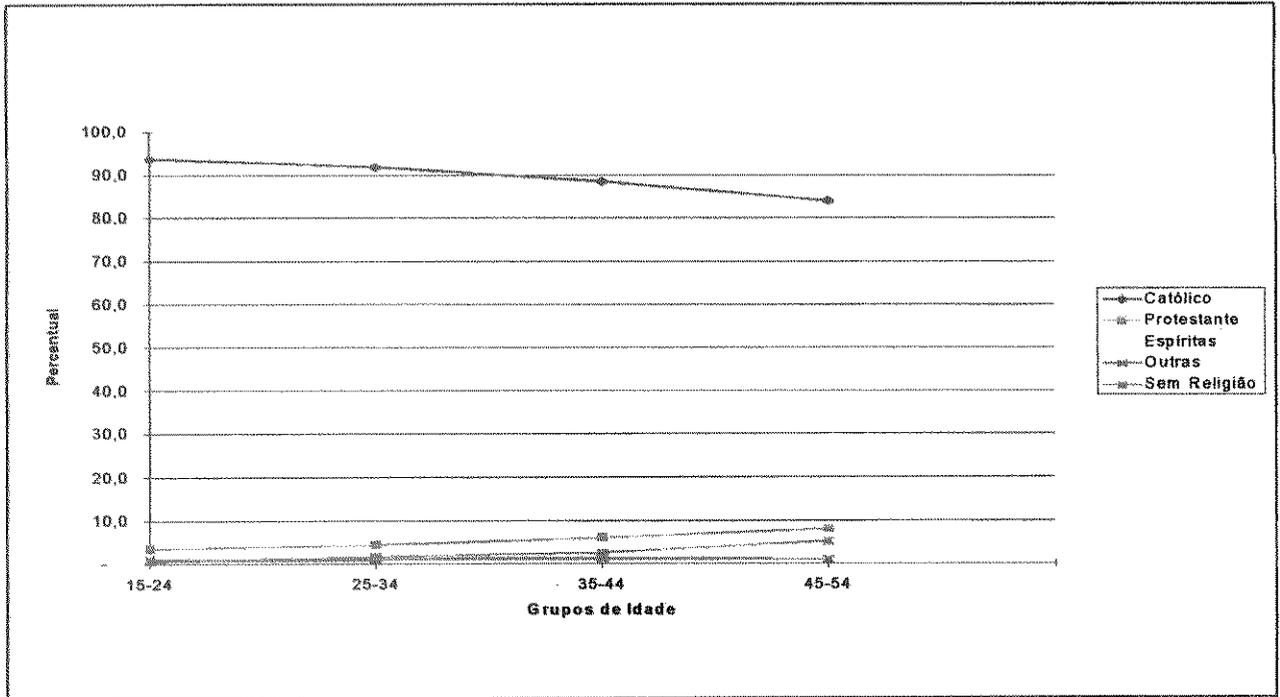
GRÁFICO 37 – Distribuição da população masculina nascida entre 1926-1935 por religião



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Brasil – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 (microdados)

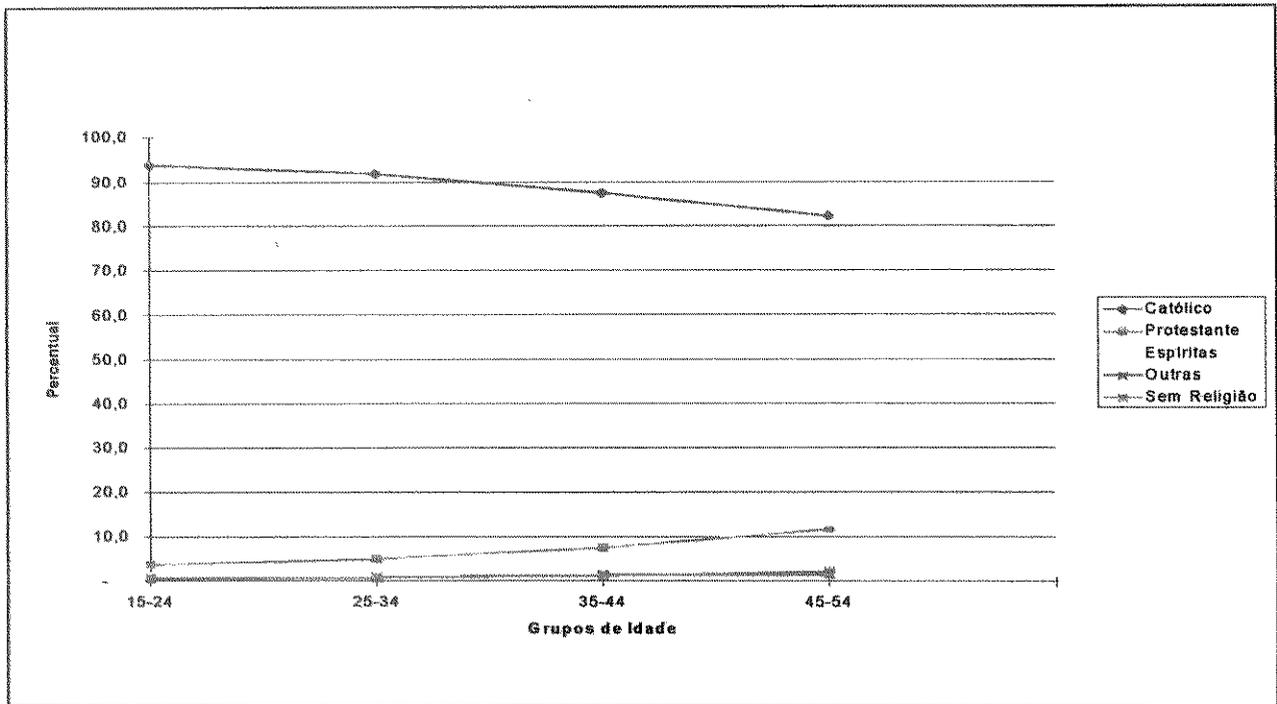
GRÁFICO 38 – Distribuição da da população feminina nascida entre 1926-1935 por religião

ANEXO 01 – GRÁFICOS



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Brasil – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 (microdados)

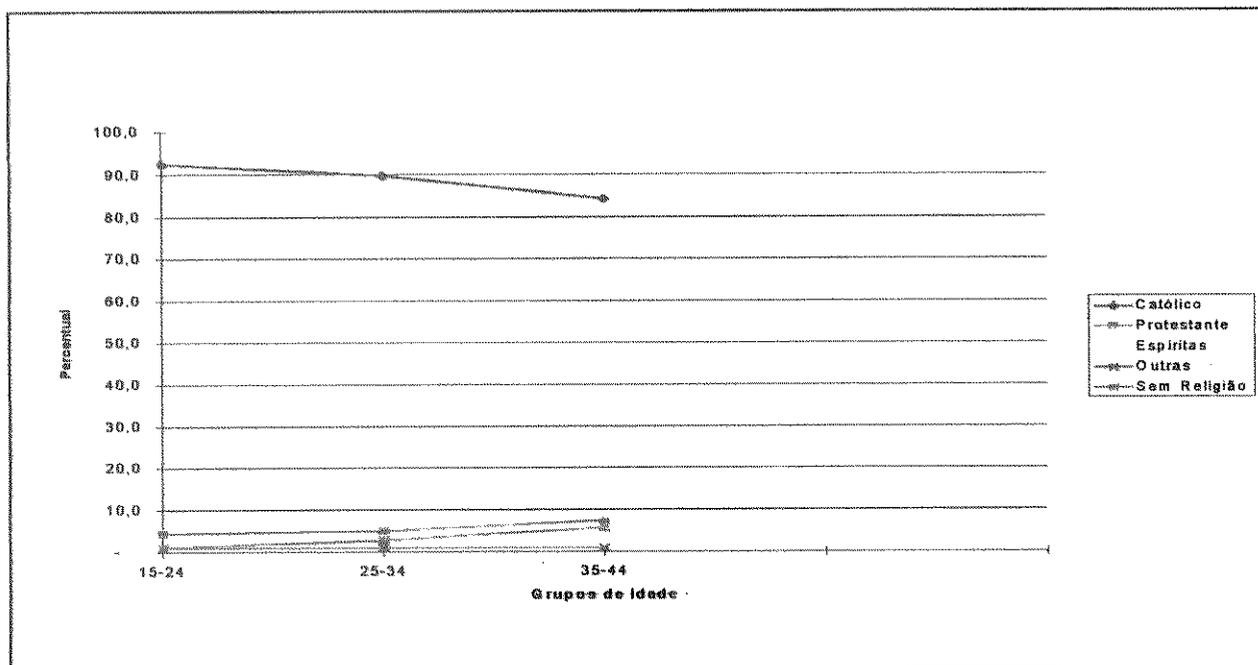
GRÁFICO 39 – Distribuição da população masculina nascida entre 1936-1945 por religião



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Brasil – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 (microdados)

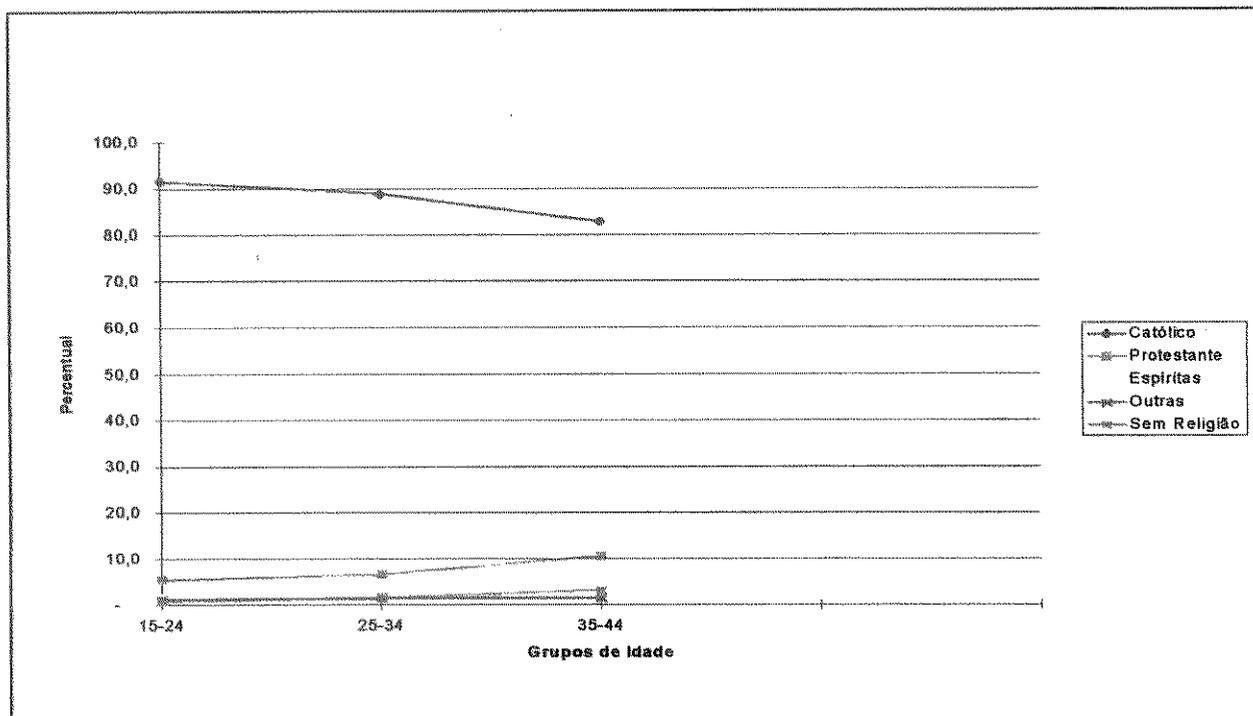
GRÁFICO 40 – Distribuição da população feminina nascida entre 1936-1945 por religião

ANEXO 01 – GRÁFICOS



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Brasil – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 (microdados)

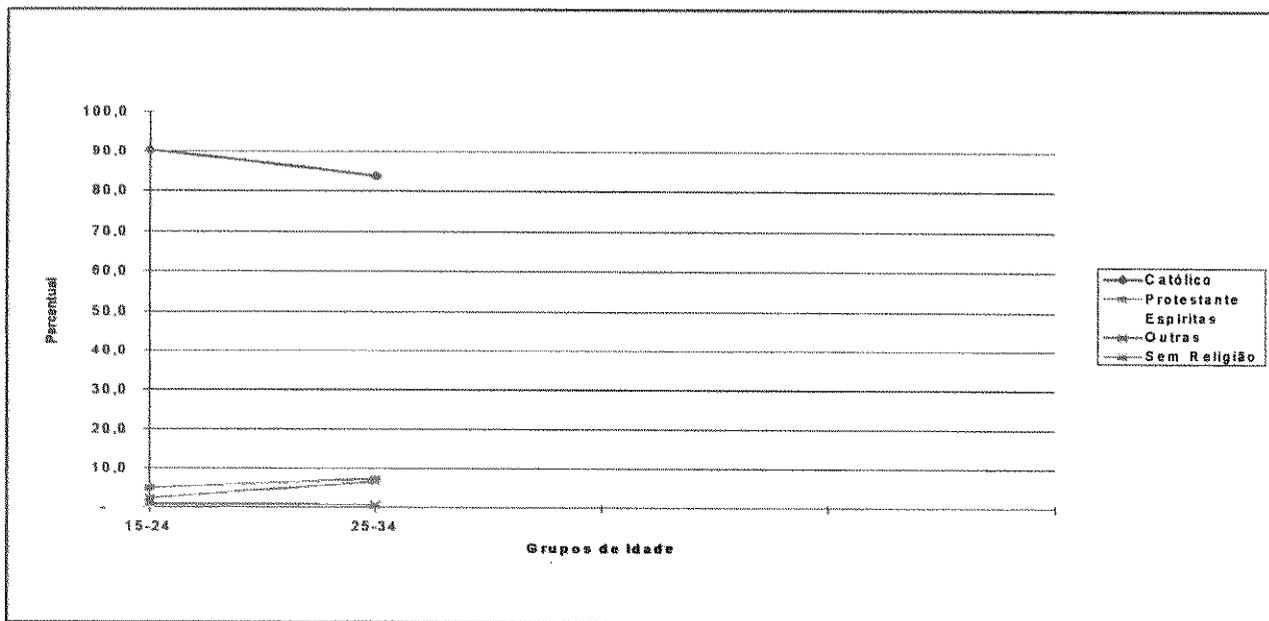
GRÁFICO 41 – Distribuição da população masculina nascida entre 1946-1955 por religião



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Brasil – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 (microdados)

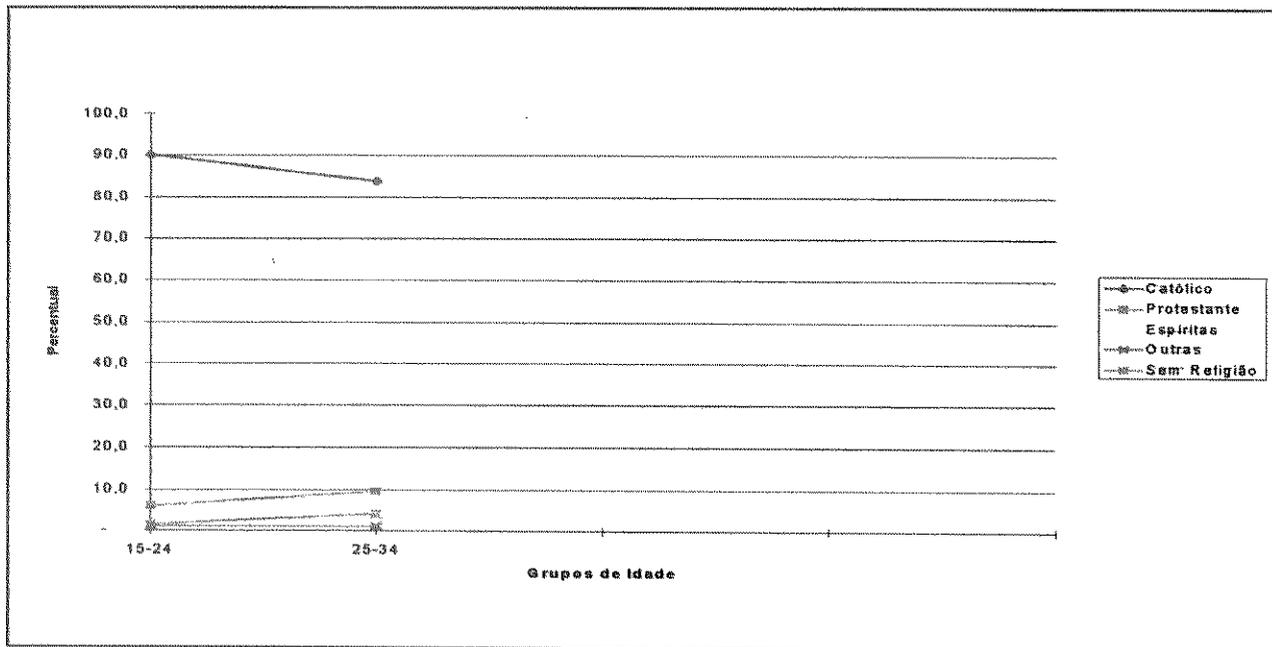
GRÁFICO 42 – Evolução da religião da população feminina nascida entre 1946-1955

ANEXO 01 – GRÁFICOS



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Brasil – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 (microdados)

GRÁFICO 43 – Distribuição da população masculina nascida entre 1956-1965 por religião



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Brasil – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 (microdados)

GRÁFICO 44 – Distribuição da população feminina nascida entre 1956-1965 por religião

ANEXO 02

Tabela 18

Atividades econômica, por Geração Nascida entre 1946-55 e seus grupos de idade

Setor de Atividade	Grupos de Idade		
	15-24	25-34	35-44
Agropecuária, Ext.Vegetal e Pesca	4.005.070	2.518.803	2.233.452
Indústria	1.630.469	3.274.901	2.940.606
Comércio	657.556	1.028.653	1.331.725
Serviços	1.398.559	1.734.794	2.391.913
Transportes	250.444	632.310	663.144
Atividades Sociais	386.167	1.041.554	1.410.278
Administração Pública	247.454	460.186	663.762
Outras	606.970	402.259	334.362

Ano do Recenseamento	1970	1980	1991
----------------------	------	------	------

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1970, 1980 e 1991.

Tabela 19

Atividades econômica, por Geração Nascida entre 1956-65 e seus grupos de idade

Setor de Atividade	Grupos de Idade	
	15-24	25-34
Agropecuária, Ext.Vegetal e Pesca	3.701.700	2.816.901
Indústria	3.802.118	4.227.421
Comércio	1.425.383	2.107.986
Serviços	2.422.892	3.278.285
Transportes	438.027	787.826
Atividades Sociais	693.523	1.694.022
Administração Pública	374.702	854.476
Outras	499.442	549.946

Ano do Recenseamento	1980	1991
----------------------	------	------

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1980 e 1991.

Tabela 20

Atividades econômica, por geração nascida entre 1926-35 e seus grupos de idade

Setor de Atividade	Grupos de Idade	
	15-24	
Agropecuária, Ext. Vegetal e Pesca	3.577.801	
Indústria	3.920.077	
Comércio	2.232.080	
Serviços	3.574.987	
Transportes	467.153	
Atividades Sociais	944.601	
Administração Pública	533.389	
Outras	435.006	

Ano do Recenseamento	1991
----------------------	------

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1991.

Tabela 21

Atividades econômica, por geração feminina nascida entre 1926-35 e seus grupos de idade

Setor de Atividade	Grupos de Idade				
	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64
Agropecuária, Ext. Vegetal e Pesca	361.376		170.925	198.725	148.468
Indústria	236.325		86.720	99.729	72.4623
Comércio	55.267		60.615	96.747	81.354
Serviços	431.080		363.189	423.193	295.521
Transportes	11.110		13.803	10.107	7.964
Atividades Sociais	81.778		208.461	237.442	141.835
Administração Pública	13.226		47.755	53.553	33.370
Outras	7.980		31.376	18.829	10.223

Ano do Recenseamento	1950	1960	1970	1980	1991
----------------------	------	------	------	------	------

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991.

Tabela 22

Atividades econômica, por geração feminina nascida entre 1936-45 e seus grupos de idade

Setor de Atividade	Grupos de Idade			
	15-24	25-34	35-44	45-54
Agropecuária, Ext. Vegetal e Pesca		192.858	266.478	253.127
Indústria		137.519	232.446	220.217
Comércio		84.172	160.365	202.741
Serviços		468.568	666.042	674.230
Transportes		17.226	24.765	25.391
Atividades Sociais		345.209	495.799	487.491
Administração Pública		47.590	86.841	103.157
Outras		71.343	39.270	32.647
Ano do Recenseamento	1960	1970	1980	1991

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1960, 1970, 1980 e 1991.

Tabela 23

Atividades econômica, por geração feminina nascida entre 1946-55 e seus grupos de idade

Setor de Atividade	Grupos de Idade		
	15-24	25-34	35-44
Agropecuária, Ext. Vegetal e Pesca	452.702	281.410	346.618
Indústria	323.688	483.465	529.766
Comércio	167.119	273.104	427.337
Serviços	1.045.017	896.203	1.262.373
Transportes	19.393	51.719	62.188
Atividades Sociais	301.639	778.166	1.063.758
Administração Pública	27.580	118.224	215.507
Outras	164.745	135.450	119.617
Ano do Recenseamento	1970	1980	1991

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1970, 1980 e 1991.

Tabela 24

Atividades econômica, por geração feminina nascida entre 1956-65 e seus grupos de idade

Setor de Atividade	Grupos de Idade	
	15-24	25-34
Agropecuária, Ext. Vegetal e Pesca	511.049	377.316
Indústria	873.646	862.576
Comércio	515.985	746.586
Serviços	1.499.798	1.650.166
Transportes	52.840	90.502
Atividades Sociais	521.173	1.264.943
Administração Pública	88.047	274.078
Outras	192.091	219.611
Ano do Recenseamento	1980	1991

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1980 e 1991.

Tabela 25

Atividades econômica, por geração feminina nascida entre 1966-75 e seus grupos de idade

Setor de Atividade	Grupos de Idade	
	15-24	
Agropecuária, Ext. Vegetal e Pesca	464.476	
Indústria	954.087	
Comércio	855.594	
Serviços	1.997.793	
Transportes	74.869	
Atividades Sociais	692.200	
Administração Pública	135.674	
Outras	179.257	
Ano do Recenseamento	1991	

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1991.

Tabela 26

Atividades econômica, por geração masculina nascida entre 1926-35 e seus grupos de idade

Setor de Atividade	Grupos de Idade				
	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64
Agropecuária, Ext. Vegetal e Pesca	2.800.302		1.960.472	1.442.870	1.026.462
Indústria	726.391		1.037.798	957.226	514.848
Comércio	259.929		415.977	370.036	268.950
Serviços	236.905		258.174	374.664	343.218
Transportes	148.523		328.741	224.216	113.131
Atividades Sociais	36.300		120.440	131.685	106.161
Administração Pública	139.084		246.663	247.967	131.479
Outras	20.871		165.655	88.006	42.233
Ano do Recenseamento	1950	1960	1970	1980	1991

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991.

Tabela 27

Atividades econômica, por geração masculina nascida entre 1936-45 e seus grupos de idade

Setor de Atividade	Grupos de Idade			
	15-24	25-34	35-44	45-54
Agropecuária, Ext. Vegetal e Pesca		2.429.600	1.855.453	1.464.718
Indústria		1.391.709	1.680.461	1.242.221
Comércio		480.484	539.981	521.962
Serviços		331.849	568.712	658.092
Transportes		358.851	371.613	305.117
Atividades Sociais		138.728	177.501	207.274
Administração Pública		291.851	336.047	299.997
Outras		278.452	151.352	105.248
Ano do Recenseamento	1960	1970	1980	1991

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1960, 1970, 1980 e 1991.

Tabela 28

Atividades econômica, por geração masculina nascida entre 1946-55 e seus grupos de idade

Setor de Atividade	Grupos de Idade		
	15-24	25-34	35-44
Agropecuária, Ext.Vegetal e Pesca	3.552.368	2.237.393	1.886.834
Indústria	1.306.781	2.791.436	2.410.840
Comércio	490.437	755.549	904.387
Serviços	353.542	838.591	1.029.540
Transportes	231.051	580.591	600.956
Atividades Sociais	84.528	263.388	346.520
Administração Pública	219.874	341.962	448.255
Outras	442.225	266.809	214.745
Ano do Recenseamento	1970	1980	1991

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1970, 1980 e 1991.

Tabela 29

Atividades econômica, por geração masculina nascida entre 1956-65 e seus grupos de idade

Setor de Atividade	Grupos de Idade	
	15-24	25-34
Agropecuária, Ext.Vegetal e Pesca	3.190.651	2.439.586
Indústria	2.928.472	3.364.845
Comércio	909.398	1.361.400
Serviços	923.094	1.628.119
Transportes	385.187	697.324
Atividades Sociais	172.350	429.079
Administração Pública	286.655	580.398
Outras	307.351	330.335
Ano do Recenseamento	1980	1991

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1980 e 1991.

Tabela 30

Atividades econômica, por geração masculina nascida entre 1966-75 e seus grupos de idade

Setor de Atividade	Grupos de Idade	
	15-24	
Agropecuária, Ext.Vegetal e Pesca	3.113.325	
Indústria	2.965.989	
Comércio	1.376.486	
Serviços	1.577.194	
Transportes	392.284	
Atividades Sociais	252.401	
Administração Pública	397.715	
Outras	255.749	

Ano do Recenseamento	1991
Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1991.	

Tabela 31

Alfabetização, por geração nascida entre 1926-35 segundo grupos de idade

Alfabetização	Grupos de Idade				
	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64
Alfabetizados	5.603.555	6.305.849	6.154.175	5.807.479	5.163.954
Não-Alfabetizados	4.875.492	3.449.789	3.446.517	2.951.392	2.721.909
Ano do Recenseamento	1950	1960	1970	1980	1991
Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991.					

Tabela 32

Alfabetização, por geração nascida entre 1936-45 segundo grupos de idade

Alfabetização	Grupos de Idade			
	15-24	25-34	35-44	45-54
Alfabetizados	8.884.156	8.415.697	8.690.829	8.239.083
Não-Alfabetizados	4.522.121	3.719.514	3.380.639	3.078.858
Ano do Recenseamento	1960	1970	1980	1991
Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1960, 1970, 1980 e 1991.				

Tabela 33

Alfabetização, por geração nascida entre 1946-55 segundo grupos de idade

Alfabetização	Grupos de Idade		
	15-24	25-34	35-44
Alfabetizados	13.797.008	13.738.456	14.112.816
Não-Alfabetizados	4.686.747	3.312.290	3.193.367
Ano do Recenseamento	1970	1980	1991

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1970, 1980 e 1991.

Tabela 34

Alfabetização, por geração nascida entre 1956-65 segundo grupos de idade

Alfabetização	Grupos de Idade	
	15-24	25-34
Alfabetizados	21.046.425	20.663.763
Não-Alfabetizados	4.034.441	3.026.364
Ano do Recenseamento	1980	1991

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1980 e 1991.

Tabela 35

Alfabetização, por geração nascida entre 1966-75 segundo grupos de idade

Alfabetização	Grupos de Idade
	15-24
Alfabetizados	25.313.640
Não-Alfabetizados	3.257.249
Ano do Recenseamento	1991

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1991.

Tabela 36

Alfabetização, por geração nascida entre 1926-35 segundo grupos de Idade e por sexo

Alfabetização / Sexo	Grupos de Idade				
	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64
Alfabetizados	2.762.309	3.309.502	3.302.824	3.070.449	2.579.735
Não-Alfabetizados	2.259.781	1.484.321	1.477.819	1.264.454	1.137.117
Alfabetizadas	2.841.246	2.996.347	2.851.351	2.737.030	2.584.219
Não-Alfabetizadas	2.615.711	1.965.468	1.968.698	1.686.938	1.584.793
Ano do Recenseamento	1950	1960	1970	1980	1991

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991.

Tabela 37

Alfabetização, por geração nascida entre 1936-45 segundo grupos de Idade e por sexo

Alfabetização / Sexo	Grupos de Idade			
	15-24	25-34	35-44	45-54
Alfabetizados	4.301.573	4.310.297	4.487.187	4.143.316
Não-Alfabetizados	2.140.775	1.649.289	1.490.425	1.369.729
Alfabetizadas	4.582.583	4.105.400	4.203.642	4.095.768
Não-Alfabetizadas	2.381.346	2.070.225	1.890.214	1.709.128
Ano do Recenseamento	1960	1970	1980	1991

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1960, 1970, 1980 e 1991.

Tabela 38

Alfabetização, por geração nascida entre 1946-55 segundo grupos de Idade e por sexo

Alfabetização / Sexo	Grupos de Idade		
	15-24	25-34	35-44
Alfabetizados	6.691.824	6.872.735	6.954.263
Não-Alfabetizados	2.313.627	1.495.180	1.492.128
Alfabetizadas	7.105.184	6.865.721	7.158.553
Não-Alfabetizadas	2.373.120	1.817.110	1.701.239
Ano do Recenseamento	1970	1980	1991

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1970, 1980 e 1991.

Tabela 39

Alfabetização, por geração nascida entre 1956-65 segundo grupos de idade e por sexo

Alfabetização / Sexo	Grupos de Idade	
	15-24	25-34
Alfabetizados	10.216.904	9.984.686
Não-Alfabetizados	2.158.707	1.588.580
Alfabetizadas	10.829.521	10.679.077
Não-Alfabetizadas	1.875.734	1.437.784
Ano do Recenseamento	1980	1991

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1980 e 1991.

Tabela 40

Alfabetização, por geração nascida entre 1966-75 segundo grupos de idade e por sexo

Alfabetização / Sexo	Grupos de Idade	
	15-24	
Alfabetizados	12.248.107	
Não-Alfabetizados	1.969.314	
Alfabetizadas	13.065.532	
Não-Alfabetizadas	1.287.935	
Ano do Recenseamento	1991	

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1991.

Tabela 41

Nível de instrução, por geração nascida entre 1926-35 segundo grupos de idade

Instrução	Grupos de Idade				
	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64
Elementar/1o. Grau	4.152.975	5.178.308	4.908.320	4.862.015	4.236.382
Médio/2º. Grau	160.814	331.167	344.841	389.932	440.520
Superior	34.190	373.841	476.433	281.214	302.997
Ano do Recenseamento	1950	1960	1970	1980	1991

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991.

Tabela 42

Nível de instrução, por geração nascida entre 1936-45 segundo grupos de idade

Instrução	Grupos de Idade			
	15-24	25-34	35-44	45-54
Elementar/1o. Grau	7.673.965	6.553.675	7.093.632	6.524.989
Médio/2o. Grau	495.324	550.832	736.626	900.168
Superior	209.297	894.209	595.349	708.246
Ano do Recenseamento	1960	1970	1980	1991

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1960, 1970, 1980 e 1991.

Tabela 43

Nível de instrução, por geração nascida entre 1946-55 segundo grupos de idade

Instrução	Grupos de Idade		
	15-24	25-34	35-44
Elementar/1o. Grau	11.364.023	10.263.234	10.150.839
Médio/2o. Grau	1.332.751	1.886.656	2.268.841
Superior	1.090.943	1.321.768	1.668.171
Ano do Recenseamento	1970	1980	1991

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1970, 1980 e 1991.

Tabela 44

Nível de instrução, por geração nascida entre 1956-65 segundo grupos de idade

Instrução	Grupos de Idade	
	15-24	25-34
Elementar/1o. Grau	16.592.692	13.730.694
Médio/2o. Grau	3.477.968	4.776.316
Superior	743.961	2.219.421
Ano do Recenseamento	1980	1991

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1980 e 1991.

Tabela 45

Nível de instrução, por geração nascida entre 1966-75 segundo grupos de idade

Instrução	Grupos de Idade	
	15-24	
Elementar/1o. Grau	19.375.953	
Médio/2o. Grau	5.068.531	
Superior	942.042	

Ano do Recenseamento	1991
----------------------	------

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1991.

Tabela 46

Nível de instrução, por geração feminina nascida entre 1926-35 segundo grupos de idade

Instrução	Grupos de Idade				
	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64
Elementar/1o. Grau	2.245.768	2.480.748	2.318.268	2.354.427	2.170.664
Médio/2o. Grau	70.916	168.963	161.487	194.411	228.274
Superior	6.865	158.711	203.993	94.172	113.081

Ano do Recenseamento	1950	1960	1970	1980	1991
----------------------	------	------	------	------	------

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991.

Tabela 47

Nível de instrução, por geração feminina nascida entre 1936-45 segundo grupos de idade

Instrução	Grupos de Idade			
	15-24	25-34	35-44	45-54
Elementar/1o. Grau	3.956.146	3.219.439	3.495.705	3.299.036
Médio/2o. Grau	259.694	259.883	380.139	465.324
Superior	126.824	399.970	241.102	303.388

Ano do Recenseamento	1960	1970	1980	1991
----------------------	------	------	------	------

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1960, 1970, 1980 e 1991.

Tabela 48

Nível de instrução, por geração feminina nascida entre 1946-55 segundo grupos de Idade

Instrução	Grupos de Idade		
	15-24	25-34	35-44
Elementar/1o. Grau	5.835.690	5.121.960	5.145.047
Médio/2o. Grau	689.048	1.017.636	1.207.564
Superior	421.381	634.120	819.601
Ano do Recenseamento	1970	1980	1991

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1970, 1980 e 1991.

Tabela 49

Nível de instrução, por geração feminina nascida entre 1956-65 segundo grupos de Idade

Instrução	Grupos de Idade	
	15-24	25-34
Elementar/1o. Grau	8.422.374	6.931.771
Médio/2o. Grau	1.889.990	2.578.696
Superior	409.573	1.201.045
Ano do Recenseamento	1980	1991

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1980 e 1991.

Tabela 50

Nível de instrução, por geração feminina nascida entre 1966-75 segundo grupos de Idade

Instrução	Grupos de Idade
	15-24
Elementar/1o. Grau	9.635.151
Médio/2o. Grau	2.869.384
Superior	547.183
Ano do Recenseamento	1991

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1991.

Tabela 51

Nível de instrução, por geração masculina nascida entre 1926-35 segundo grupos de idade

Instrução	Grupos de Idade				
	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64
Elementar/1o. Grau	1.907.207	2.697.560	2.590.052	2.507.588	2.065.718
Médio/2o. Grau	89.898	162.204	183.354	195.521	212.245
Superior	27.325	215.130	272.440	187.042	189.915
Ano do Recenseamento	1950	1960	1970	1980	1991

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991.

Tabela 52

Nível de instrução, por geração masculina nascida entre 1936-45 segundo grupos de idade

Instrução	Grupos de Idade			
	15-24	25-34	35-44	45-54
Elementar/1o. Grau	3.717.819	3.334.236	3.597.927	3.225.953
Médio/2o. Grau	235.630	290.949	356.487	434.844
Superior	112.153	417.278	354.247	404.858
Ano do Recenseamento	1960	1970	1980	1991

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1960, 1970, 1980 e 1991.

Tabela 53

Nível de instrução, por geração masculina nascida entre 1946-55 segundo grupos de idade

Instrução	Grupos de Idade		
	15-24	25-34	35-44
Elementar/1o. Grau	5.527.333	5.141.274	5.005.792
Médio/2o. Grau	643.703	869.020	1.061.277
Superior	338.539	687.648	848.569
Ano do Recenseamento	1970	1980	1991

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1970, 1980 e 1991.

Tabela 54

Nível de instrução, por geração masculina nascida entre 1956-65 segundo grupos de idade

Instrução	Grupos de Idade	
	15-24	25-34
Elementar/1º. Grau	8.170.318	6.798.924
Médio/2o. Grau	1.587.978	2.197.620
Superior	334.388	1.018.376
Ano do Recenseamento	1980	1991

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1980 e 1991.

Tabela 55

Nível de instrução, por geração masculina nascida entre 1966-75 segundo grupos de idade

Instrução	Grupos de Idade	
	15-24	
Elementar/1o. Grau	9.740.802	
Médio/2o. Grau	2.199.147	
Superior	394.859	
Ano do Recenseamento	1991	

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1991.

Tabela 56

Número de Mulheres Casadas com Filhos segundo Período de Nascimento

Período de Nascimento	1950	1960	1970	1980	1991	Grupos de Idade
1926-35	1.299.940	3.506.930	3.614.309	3.001.601	2.181.221	55-64
1936-45		1.706.800	4.274.801	4.584.652	3.738.210	45-54
1946-55			2.021.532	5.913.814	6.314.773	35-44
1956-65				2.874.179	7.683.309	25-34
1966-75					3.166.551	15-24

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991.

Tabela 57

Número de Mulheres Divorciadas com Filhos segundo Período de Nascimento

Período de Nascimento	1950	1960	1970	1980	1991	Grupos de Idade
1926-35	1.464	143.453	211.236	250.428	305.361	55-64
1936-45		76.927	179.827	297.562	496.385	45-54
1946-55			82.761	263.786	685.074	35-44
1956-65				116.796	656.264	25-34
1966-75					265.268	15-24

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991.

Tabela 58

Número de Mulheres Viúvas com Filhos segundo Período de Nascimento

Período de Nascimento	1950	1960	1970	1980	1991	Grupos de Idade
1926-35	15.686	67.574	233.705	478.890	860.823	55-64
1936-45		11.488	80.415	250.207	550.809	45-54
1946-55			13.616	89.253	295.075	35-44
1956-65				16.525	111.935	25-34
1966-75					19.012	15-24

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991.

Tabela 59

Número de Mulheres Solteiras com Filhos segundo Período de Nascimento

Período de Nascimento	1950	1960	1970	1980	1991	Grupos de Idade
1926-35	163.919	56.807	85.076	76.269	72.961	55-64
1936-45		15.167	129.035	131.920	108.792	45-54
1946-55			121.039	268.077	222.089	35-44
1956-65				306.280	444.701	25-34
1966-75					451.117	15-24

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991.

Tabela 60

Número de Filhos Vivos das Mulheres Viúvas segundo Período de Nascimento

Período de Nascimento	1950	1960	1970	1980	1991	Grupos de Idade
1926-35	27.785	204.682	978.342	2.228.929	4.065.732	55-64
1936-45		21.354	264.533	1.077.705	2.449.399	45-54
1946-55			28.673	278.537	1.090.561	35-44
1956-65				31.114	307.359	25-34
1966-75					34.074	15-24

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991.

Tabela 61

Número de Filhos Vivos das Mulheres Casadas segundo Período de Nascimento

Período de Nascimento	1950	1960	1970	1980	1991	Grupos de Idade
1926-35	2.323.052	11.816.374	17.721.524	15.326.506	10.849.688	55-64
1936-45		3.173.111	14.910.558	20.754.507	17.026.471	45-54
1946-55			3.870.762	17.296.607	22.628.295	35-44
1956-65				4.856.111	19.482.627	25-34
1966-75					5.080.580	15-24

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991.

Tabela 62

Número de Filhos Vivos das Mulheres Solteiras segundo Período de Nascimento

Período de Nascimento	1950	1960	1970	1980	1991	Grupos de Idade
1926-35	247.649	117.516	229.310	205.448	227.506	55-64
1936-45		61.565	270.448	321.651	287.669	45-54
1946-55			167.839	463.908	458.965	35-44
1956-65				365.530	718.588	25-34
1966-75					553.650	15-24

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991.

Tabela 63

Número de Mulheres Casadas Com Filhos Vivos Segundo Período de Nascimento

Período de Nascimento	1950	1960	1970	1980	1991	Grupos de Idade
1926-35	1.772.595	3.815.704	3.801.941	3.217.421	2.301.374	55-64
1936-45		2.248.603	4.595.181	4.852.449	3.896.216	45-54
1946-55			2.654.600	6.503.695	6.557.528	35-44
1956-65				3.875.067	8.415.639	25-34
1966-75					4.297.250	15-24

Tabela 64

Número de Mulheres Separadas/Desquitadas/Divorciadas Com Filhos Vivos Segundo Período de Nascimento

Período de Nascimento	1950	1960	1970	1980	1991	Grupos de Idade
1926-35	1.581	175.839	232.874	270.645	320.861	55-64
1936-45		109.463	207.627	319.806	519.322	45-54
1946-55			114.927	295.307	721.978	35-44
1956-65				148.042	714.225	25-34
1966-75					322.488	15-24

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991.

Tabela 65

Número de Mulheres Viúvas Com Filhos Vivos Segundo Período de Nascimento

Período de Nascimento	1950	1960	1970	1980	1991	Grupos de Idade
1926-35	20.687	81.479	251.975	515.088	900.092	55-64
1936-45		15.880	89.115	266.117	570.613	45-54
1946-55			17.445	96.997	305.446	35-44
1956-65				21.452	118.814	25-34
1966-75					22.816	15-24

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991.

Tabela 66

Número de Mulheres Solteiras Com Filhos Vivos Segundo Período de Nascimento

Período de Nascimento	1950	1960	1970	1980	1991	Grupos de Idade
1926-35	3.661.077	887.723	491.049	357.308	292.805	55-64
1936-45		4.589.805	1.229.903	589.225	425.020	45-54
1946-55			6.825.371	1.699.862	805.562	35-44
1956-65				8.480.270	2.288.244	25-34
1966-75					8.693.463	15-24

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991.

Tabela 67

Estado conjugal, por geração masculina nascida entre 1926-35 segundo grupos de idade

Estado Conjugal	Grupos de Idade				
	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64
Solteiros	4.375.101	1.244.869	487.693	267.442	196.020
Casados	642.630	3.443.137	4.098.529	3.820.462	3.193.874
Divorciados	309	79.774	103.051	109.989	147.883
Viúvos	5.227	26.037	52.707	88.677	156.232

Ano do Recenseamento	1950	1960	1970	1980	1991
----------------------	------	------	------	------	------

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991.

Tabela 68

Estado conjugal, por geração masculina nascida entre 1936-45 segundo grupos de idade

Estado Conjugal	Grupos de Idade			
	15-24	25-34	35-44	45-54
Solteiros	5.566.554	1.675.337	525.719	332.642
Casados	845.142	4.159.106	5.233.754	4.852.505
Divorciados	28.017	91.445	120.285	211.755
Viúvos	1.304	22.083	42.571	88.285

Ano do Recenseamento	1960	1970	1980	1991
----------------------	------	------	------	------

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1960, 1970, 1980 e 1991.

Tabela 69

Estado conjugal, por geração masculina nascida entre 1946-55 segundo grupos de idade

Estado Conjugal	Grupos de Idade		
	15-24	25-34	35-44
Solteiros	8.004.086	2.084.400	777.078
Casados	1.059.095	6.135.179	7.287.971
Divorciados	32.153	122.223	302.243
Viúvos	4.420	17.257	43.213

Ano do Recenseamento	1970	1980	1991
----------------------	------	------	------

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1970, 1980 e 1991.

Tabela 70

Estado conjugal, por geração masculina nascida entre 1956-65 segundo grupos de idade

Estado Conjugal	Grupos de Idade	
	15-24	25-34
Solteiros	10.386.380	3.212.982
Casados	1.780.701	7.938.879
Divorciados	40.072	351.438
Viúvos	5.999	18.570

Ano do Recenseamento	1980	1991
Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1980 e 1991.		

Tabela 71

Estado conjugal, por geração masculina nascida entre 1966-75 segundo grupos de idade

Estado Conjugal	Grupos de Idade	
	15-24	
Solteiros	11.891.466	
Casados	2.185.371	
Divorciados	109.489	
Viúvos	3.670	

Ano do Recenseamento	1991
Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1991.	

Tabela 72

Estado conjugal, por geração feminina nascida entre 1926-35 segundo grupos de idade

Estado Conjugal	Grupos de Idade				
	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64
Solteiras	3.661.077	887.723	491.049	357.308	321.493
Casadas	1.772.595	3.815.704	3.801.941	3.217.421	2.466.825
Divorciadas	1.581	175.839	232.874	270.645	346.736
Viúvas	20.687	81.479	251.975	515.088	974.918

Ano do Recenseamento	1950	1960	1970	1980	1991
Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991.					

Tabela 73

Estado conjugal, por geração feminina nascida entre 1936-45 segundo grupos de idade

Estado Conjugal	Grupos de Idade			
	15-24	25-34	35-44	45-54
Solteiras	4.589.805	1.229.903	589.225	458.630
Casadas	2.248.603	4.595.181	4.852.449	4.122.160
Divorciadas	109.463	207.627	319.806	552.550
Viúvas	15.880	89.115	266.117	609.510

Ano do Recenseamento	1960	1970	1980	1991
Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1960, 1970, 1980 e 1991.				

Tabela 74

Estado conjugal, por geração feminina nascida entre 1946-55 segundo grupos de idade

Estado Conjugal	Grupos de Idade		
	15-24	25-34	35-44
Solteiras	6.825.371	1.699.862	865.019
Casadas	2.654.600	6.503.695	6.840.870
Divorciadas	114.827	295.307	757.459
Viúvas	17.445	96.997	322.245

Ano do Recenseamento	1970	1980	1991
Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1970, 1980 e 1991.			

Tabela 75

Estado conjugal, por geração feminina nascida entre 1956-65 segundo grupos de idade

Estado Conjugal	Grupos de Idade	
	15-24	25-34
Solteiras	8.480.270	2.454.910
Casadas	3.875.067	8.702.595
Divorciadas	148.042	746.062
Viúvas	21.452	124.597

Ano do Recenseamento	1980	1991
Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1980 e 1991.		

Tabela 76

Estado conjugal, por geração feminina nascida entre 1966-75 segundo grupos de idade

Estado Conjugal	Grupos de Idade	
	15-24	
Solteiras	9.488.662	
Casadas	4.431.773	
Divorciadas	337.294	
Viúvas	24.301	

Ano do Recenseamento	1991
Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1991.	

Tabela 77

Estado conjugal, por geração nascida entre 1926-35 segundo grupos de idade

Estado Conjugal	Grupos de Idade				
	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64
Solteiros	8.036.178	2.132.592	978.742	624.750	517.513
Casados	2.415.225	7.258.840	7.900.470	7.037.883	5.660.698
Divorciados	1.890	255.613	335.925	380.634	494.619
Viúvos	25.914	107.516	304.682	603.765	1.131.150

Ano do Recenseamento	1950	1960	1970	1980	1991
Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991.					

Tabela 78

Estado conjugal, por geração nascida entre 1936-45 segundo grupos de idade

Estado Conjugal	Grupos de Idade			
	15-24	25-34	35-44	45-54
Solteiros	10.156.359	2.905.240	1.114.944	791.272
Casados	3.093.745	8.754.287	10.086.203	8.974.665
Divorciados	137.480	299.072	440.091	764.304
Viúvos	17.184	111.198	308.688	697.794

Ano do Recenseamento	1960	1970	1980	1991
Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1960, 1970, 1980 e 1991.				

Tabela 79

Estado conjugal, por geração nascida entre 1946-55 segundo grupos de idade

Estado Conjugal	Grupos de Idade		
	15-24	25-34	35-44
Solteiros	14.829.457	3.784.262	1.642.097
Casados	3.713.695	12.638.874	14.128.840
Divorciados	147.080	417.530	1.059.702
Viúvos	21.865	114.254	365.458

Ano do Recenseamento	1970	1980	1991
Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1970, 1980 e 1991.			

Tabela 80

Estado conjugal, por geração nascida entre 1956-65 segundo grupos de idade

Estado Conjugal	Grupos de Idade	
	15-24	25-34
Solteiros	18.866.650	5.667.892
Casados	5.655.768	16.641.474
Divorciados	188.114	1.097.500
Viúvos	27.051	143.166

Ano do Recenseamento	1980	1991
----------------------	------	------

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1980 e 1991.

Tabela 81

Estado conjugal, por geração nascida entre 1966-75 segundo grupos de idade

Estado Conjugal	Grupos de Idade	
	15-24	
Solteiros	21.380.129	
Casados	6.617.144	
Divorciados	446.783	
Viúvos	27.971	

Ano do Recenseamento	1991
----------------------	------

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1991.

Tabela 82

Religião, por geração nascida entre 1926-35 segundo grupos de idade

Religião	Grupos de Idade				
	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64
Católicos	9.856.454	9.069.409	8.642.020	7.612.216	6.474.392
Protestantes	331.513	381.362	511.253	659.095	842.820
Espíritas	152.295	144.282	165.771	188.025	139.671
Outras	71.786	94.551	115.754	141.424	106.252
Sem Religião	56.316	70.292	92.790	143.882	248.687

Ano do Recenseamento	1950	1960	1970	1980	1991
Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991.					

Tabela 83

Religião, por geração nascida entre 1936-45 segundo grupos de idade

Religião	Grupos de Idade			
	15-24	25-34	35-44	45-54
Católico	12.582.428	11.094.484	10.619.336	9.330.850
Protestante	493.405	573.095	827.593	1.125.861
Espíritas	157.400	155.339	214.421	188.639
Outras	110.136	123.924	168.386	140.186
Sem Religião	64.868	131.018	225.485	426.886

Ano do Recenseamento	1960	1970	1980	1991
Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1960, 1970, 1980 e 1991.				

Tabela 84

Religião, por geração nascida entre 1946-55 segundo grupos de idade

Religião	Grupos de Idade		
	15-24	25-34	35-44
Católico	16.298.568	15.268.689	14.322.508
Protestante	869.788	1.003.351	1.561.062
Espíritas	207.211	244.584	280.497
Outras	166.993	210.736	198.276
Sem Religião	163.500	372.100	773.375

Ano do Recenseamento	1970	1980	1991
Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1970, 1980 e 1991.			

Tabela 85

Religião, por geração nascida entre 1956-65 segundo grupos de idade

Religião	Grupos de Idade	
	15-24	25-34
Católico	22.573.493	19.664.817
Protestante	1.399.285	1.991.502
Espíritas	275.942	316.555
Outras	281.842	217.238
Sem Religião	502.628	1.256.327

Ano do Recenseamento	1980	1991
Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1980 e 1991.		

Tabela 86

Religião, por geração nascida entre 1966-75 segundo grupos de idade

Religião	Grupos de Idade	
	15-24	
Católico	24.015.268	
Protestante	2.292.707	
Espíritas	239.326	
Outras	185.382	
Sem Religião	1.556.047	

Ano do Recenseamento	1991
Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1991.	

Tabela 87

Religião, por geração masculina nascida entre 1926-35 segundo grupos de idade

Religião	Grupos de Idade				
	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64
Católicos	4.715.512	4.450.669	4.308.067	3.789.855	3.085.191
Protestantes	156.814	181.037	240.168	289.510	331.796
Espíritas	72.968	67.798	75.932	79.958	57.353
Outras	35.906	48.893	57.873	64.861	42.713
Sem Religião	34.379	47.699	64.698	103.155	171.185

Ano do Recenseamento	1950	1960	1970	1980	1991
----------------------	------	------	------	------	------

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991.

Tabela 88

Religião, por geração masculina nascida entre 1936-45 segundo grupos de idade

Religião	Grupos de Idade			
	15-24	25-34	35-44	45-54
Católico	6.042.721	5.471.877	5.286.594	4.603.785
Protestante	230.046	261.443	361.488	446.610
Espíritas	74.984	70.242	90.810	74.661
Outras	55.771	61.648	76.771	56.365
Sem Religião	40.025	87.585	154.113	289.444

Ano do Recenseamento	1960	1970	1980	1991
----------------------	------	------	------	------

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1960, 1970, 1980 e 1991.

Tabela 89

Religião, por geração masculina nascida entre 1946-55 segundo grupos de idade

Religião	Grupos de Idade		
	15-24	25-34	35-44
Católico	8.409.643	7.559.577	7.062.336
Protestante	403.285	431.880	628.224
Espíritas	98.215	103.504	110.372
Outras	81.350	96.254	79.225
Sem Religião	99.625	238.992	497.601

Ano do Recenseamento	1970	1980	1991
----------------------	------	------	------

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1970, 1980 e 1991.

Tabela 90

Religião, por geração masculina nascida entre 1956-65 segundo grupos de idade

Religião	Grupos de Idade	
	15-24	25-34
Católico	11.155.054	9.634.702
Protestante	632.816	845.084
Espíritas	125.353	126.431
Outras	132.721	94.988
Sem Religião	307.932	769.424
Ano do Recenseamento	1980	1991

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1980 e 1991.

Tabela 91

Religião, por geração masculina nascida entre 1966-75 segundo grupos de idade

Religião	Grupos de Idade
	15-24
Católico	11.971.895
Protestante	1.016.071
Espíritas	104.437
Outras	84.043
Sem Religião	912.671
Ano do Recenseamento	1991

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1991.

Tabela 92

Religião, por geração feminina nascida entre 1926-35 segundo grupos de idade

Religião	Grupos de Idade				
	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64
Católicos	5.140.942	4.618.740	4.333.953	3.822.361	3.389.200
Protestantes	174.699	200.325	271.085	369.585	511.024
Espíritas	79.327	76.484	89.839	108.067	82.318
Outras	35.880	45.658	57.881	76.563	63.539
Sem Religião	21.937	22.593	28.092	40.727	77.502
Ano do Recenseamento	1950	1960	1970	1980	1991

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991.

Tabela 93

Religião, por geração feminina nascida entre 1936-45 segundo grupos de idade

Religião	Grupos de Idade			
	15-24	25-34	35-44	45-54
Católico	6.539.707	5.622.607	5.332.742	4.727.065
Protestante	263.359	311.652	466.105	679.251
Espíritas	82.416	85.097	123.611	113.978
Outras	54.365	62.276	91.615	83.821
Sem Religião	24.843	43.433	71.372	137.442
Ano do Recenseamento	1960	1970	1980	1991

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1960, 1970, 1980 e 1991.

Tabela 94

Religião, por geração feminina nascida entre 1946-55 segundo grupos de idade

Religião	Grupos de Idade		
	15-24	25-34	35-44
Católico	7.888.925	7.709.112	7.260.172
Protestante	466.503	571.471	932.838
Espíritas	108.996	141.080	170.125
Outras	85.643	114.482	119.051
Sem Religião	63.875	133.108	275.774
Ano do Recenseamento	1970	1980	1991

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1970, 1980 e 1991.

Tabela 95

Religião, por geração feminina nascida entre 1956-65 segundo grupos de idade

Religião	Grupos de Idade	
	15-24	25-34
Católico	11.418.439	10.030.115
Protestante	766.469	1.146.418
Espíritas	150.589	190.124
Outras	149.121	122.250
Sem Religião	194.696	486.903
Ano do Recenseamento	1980	1991

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográfico do Brasil 1980 e 1991.

Tabela 96

Religião, por geração feminina nascida entre 1966-75 segundo grupos de idade

Religião	Grupos de Idade	
	15-24	
Católico	12.043.373	
Protestante	1.276.636	
Espíritas	134.889	
Outras	101.339	
Sem Religião	643.377	
<hr/>		
Ano do Recenseamento	1991	

TABELA 97: SETOR DE ATIVIDADE DE DEPENDÊNCIA DA PEA SEGUNDO GRUPOS DE IDADE - 1991

REGIÃO NORDESTE		
SETOR DE ATIVIDADE	GRUPO DE IDADE	
	15-24	25-34
AGROPECUÁRIA, DE EXTRAÇÃO VEGETAL E PESCA	1.511.738	1.083.487
INDÚSTRIA	663.575	711.147
COMÉRCIO	477.737	477.671
SERVIÇOS	824.735	638.181
TRANSPORTES	96.411	152.492
ATIVIDADES SOCIAIS	253.077	443.907
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	131.395	221.991
OUTRAS	62.415	87.872
<hr/>		
REGIÃO NORDESTE - SEXO MASCULINO		
SETOR DE ATIVIDADE	GRUPO DE IDADE	
	15-24	25-34
AGROPECUÁRIA, DE EXTRAÇÃO VEGETAL E PESCA	1.341.033	951.126
INDÚSTRIA	538.828	582.021
COMÉRCIO	324.400	310.556
SERVIÇOS	340.919	319.223
TRANSPORTES	82.574	136.712
ATIVIDADES SOCIAIS	62.073	99.155
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	92.521	143.762
OUTRAS	41.370	56.288
<hr/>		
REGIÃO NORDESTE - SEXO FEMININO		
SETOR DE ATIVIDADE	GRUPO DE IDADE	
	15-24	25-34
AGROPECUÁRIA, DE EXTRAÇÃO VEGETAL E PESCA	170.705	132.361
INDÚSTRIA	124.747	129.126
COMÉRCIO	153.337	167.114
SERVIÇOS	483.816	318.958
TRANSPORTES	13.837	15.780
ATIVIDADES SOCIAIS	191.005	344.752
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	38.874	78.229
OUTRAS	21.045	31.584

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1991, Tabulação Especial.

TABELA 97A: SETOR DE ATIVIDADE DE DEPENDÊNCIA DA PEA SEGUNDO GRUPOS DE IDADE - 1991

REGIÃO SUDESTE SETOR DE ATIVIDADE	GRUPO DE IDADE	
	15-24	25-34
	895.960	725.868
AGROPECUÁRIA, DE EXTRAÇÃO VEGETAL E PESCA	2.133.592	2.354.836
INDÚSTRIA	1.095.640	1.003.321
COMÉRCIO	1.737.503	1.737.084
SERVIÇOS	239.643	417.513
TRANSPORTES	430.729	773.950
ATIVIDADES SOCIAIS	213.889	345.151
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	266.448	314.697
OUTRAS		

REGIÃO SUDESTE - SEXO MASCULINO SETOR DE ATIVIDADE	GRUPO DE IDADE	
	15-24	25-34
	779.415	633.408
AGROPECUÁRIA, DE EXTRAÇÃO VEGETAL E PESCA	1.559.838	1.852.102
INDÚSTRIA	649.537	644.837
COMÉRCIO	800.997	864.749
SERVIÇOS	198.753	365.712
TRANSPORTES	120.955	207.657
ATIVIDADES SOCIAIS	163.406	240.769
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	152.438	184.204
OUTRAS		

REGIÃO SUDESTE - SEXO FEMININO SETOR DE ATIVIDADE	GRUPO DE IDADE	
	15-24	25-34
	116.545	92.460
AGROPECUÁRIA, DE EXTRAÇÃO VEGETAL E PESCA	573.754	502.734
INDÚSTRIA	446.104	358.484
COMÉRCIO	936.506	872.335
SERVIÇOS	40.890	51.800
TRANSPORTES	309.774	566.292
ATIVIDADES SOCIAIS	50.483	104.381
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	114.010	130.493
OUTRAS		

Fonte: Fundação IBGE, *Censo Demográfico de 1991*, Tabulação Especial.

TABELA 98: ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO GRUPOS DE IDADE – 1991.

REGIÃO NORDESTE					
ALFABETIZAÇÃO	GRUPO DE IDADE				
	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64
ALFABETIZADO	6.461.281	4.221.816	2.600.011	1.497.227	884.705
NÃO ALFABETIZADO	2.107.760	1.676.707	1.603.034	1.430.199	1.125.068
REGIÃO NORDESTE - POR SEXO					
ALFABETIZAÇÃO	GRUPO DE IDADE				
	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64
ALFABETIZADO	2.920.403	1.921.410	1.213.884	715.184	427.142
NÃO ALFABETIZADO	1.298.990	900.805	778.523	667.724	498.387
ALFABETIZADA	3.540.877	2.300.407	1.386.126	782.043	457.563
NÃO ALFABETIZADA	808.770	775.902	824.512	762.475	626.682
REGIÃO SUDESTE					
ALFABETIZAÇÃO	GRUPO DE IDADE				
	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64
ALFABETIZADO	11.231.034	10.201.038	7.335.486	4.332.956	2.847.290
NÃO ALFABETIZADO	552.525	699.777	860.157	927.698	952.028
REGIÃO SUDESTE - POR SEXO					
ALFABETIZAÇÃO	GRUPO DE IDADE				
	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64
ALFABETIZADO	5.561.541	4.986.361	3.635.306	2.183.293	1.413.641
NÃO ALFABETIZADO	325.808	354.171	371.178	372.430	358.244
ALFABETIZADA	5.669.493	5.214.677	3.700.180	2.149.663	1.433.649
NÃO ALFABETIZADA	226.717	345.606	488.979	555.269	593.784

Fonte: Fundação IBGE, *Censo Demográfico de 1991*. Tabulação Especial.

TABELA 99: NÍVEL DE INSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO REGIÕES NORDESTE / SUDESTE, 1991.

REGIÃO NORDESTE					
INSTRUÇÃO	GRUPO DE IDADE				
	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64
ELEMENTAR/1º GRAU	5.426.105	2.928.851	1.914.862	1.220.986	747.287
MÉDIO/2º GRAU	1.090.260	1.099.080	487.152	178.355	72.694
SUPERIOR	130.135	302.955	240.608	101.686	38.897

REGIÃO NORDESTE - SEXO MASCULINO					
INSTRUÇÃO	GRUPO DE IDADE				
	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64
ELEMENTAR/1º GRAU	2.568.913	1.385.515	898.698	571.838	348.596
MÉDIO/2º GRAU	430.534	456.170	203.947	77.935	31.837
SUPERIOR	51.267	130.506	113.158	51.546	22.507

REGIÃO NORDESTE - SEXO FEMININO					
INSTRUÇÃO	GRUPO DE IDADE				
	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64
ELEMENTAR/1º GRAU	2.857.192	1.543.335	1.016.164	649.148	398.691
MÉDIO/2º GRAU	659.726	642.910	283.205	100.420	40.857
SUPERIOR	78.868	172.449	127.450	50.140	16.390

REGIÃO SUDESTE					
INSTRUÇÃO	GRUPO DE IDADE				
	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64
ELEMENTAR/1º GRAU	8.083.714	6.509.345	5.123.087	3.326.084	2.258.695
MÉDIO/2º GRAU	2.517.815	2.324.907	1.161.836	500.067	275.363
SUPERIOR	556.160	1.327.015	998.493	428.932	199.124

REGIÃO SUDESTE - SEXO MASCULINO					
INSTRUÇÃO	GRUPO DE IDADE				
	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64
ELEMENTAR/1º GRAU	4.177.638	3.255.307	2.530.887	1.639.230	1.092.404
MÉDIO/2º GRAU	1.116.711	1.094.173	556.888	247.549	134.223
SUPERIOR	236.769	619.256	519.693	254.496	126.805

REGIÃO SUDESTE - SEXO FEMININO					
INSTRUÇÃO	GRUPO DE IDADE				
	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64
ELEMENTAR/1º GRAU	3.906.076	3.254.038	2.592.201	1.686.854	1.166.291
MÉDIO/2º GRAU	1.401.104	1.230.734	604.948	252.518	141.140
SUPERIOR	319.391	707.759	478.800	174.436	72.319

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 1991, Tabulação Especial.

TABELA 100: ESTADO CONJUGAL DA POPULAÇÃO SEGUNDO GRUPOS DE IDADE -1991.

REGIÃO NORDESTE - Total					
ESTADO CONJUGAL	GRUPO DE IDADE				
	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64
SOLTEIRO	6.466.435	1.400.665	382.427	196.749	134.665
CASADO	1.883.555	4.088.451	3.422.022	2.321.653	1.445.014
DIVORCIADO	161.218	311.157	263.948	199.509	136.742
VIÚVO	8.177	39.292	94.291	177.373	265.258

REGIÃO NORDESTE - SEXO MASCULINO					
ESTADO CONJUGAL	GRUPO DE IDADE				
	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64
SOLTEIRO	3.537.871	748.963	162.895	68.481	41.434
CASADO	634.355	1.964.736	1.745.481	1.238.419	808.687
DIVORCIADO	35.507	88.482	64.146	46.210	35.170
VIÚVO	998	4.101	10.461	21.241	33.205

REGIÃO NORDESTE - SEXO FEMININO					
ESTADO CONJUGAL	GRUPO DE IDADE				
	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64
SOLTEIRA	2.928.564	651.702	219.533	128.268	93.231
CASADA	1.249.200	2.123.714	1.676.541	1.083.234	636.327
DIVORCIADA	125.711	222.675	199.801	153.299	101.572
VIÚVA	7.179	35.191	83.830	156.131	232.053

REGIÃO SUDESTE - Total					
ESTADO CONJUGAL	GRUPO DE IDADE				
	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64
SOLTEIRO	9.066.072	2.855.386	869.667	408.527	267.818
CASADO	2.516.788	7.429.658	6.583.684	4.108.398	2.683.802
DIVORCIADO	161.162	500.749	525.778	371.449	239.535
VIÚVO	12.017	63.958	170.889	335.407	572.777

REGIÃO SUDESTE - SEXO MASCULINO					
ESTADO CONJUGAL	GRUPO DE IDADE				
	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64
SOLTEIRO	5.018.453	1.636.424	421.038	177.598	104.021
CASADO	813.480	3.500.096	3.387.361	2.219.200	1.508.307
DIVORCIADO	43.806	172.601	161.184	106.845	72.652
VIÚVO	1.555	8.786	19.660	40.533	77.190

REGIÃO SUDESTE - SEXO FEMININO					
ESTADO CONJUGAL	GRUPO DE IDADE				
	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64
SOLTEIRA	4.047.619	1.218.962	448.629	230.929	163.797
CASADA	1.703.308	3.929.562	3.196.322	1.889.197	1.175.494
DIVORCIADA	117.356	328.149	364.594	264.604	166.883
VIÚVA	10.462	55.172	151.228	294.873	495.587

Fonte: Fundação IBGE, *Censo Demográfico de 1991*, Tabulação Especial.

TABELA 101: NÚMERO DE FILHOS VIVOS DA POPULAÇÃO FEMININA(1) POR ESTADO CONJUGAL SEGUNDO GRUPOS DE IDADE - 1991.

REGIÃO NORDESTE		GRUPO DE IDADE				
ESTADO CONJUGAL		15-24	25-34	35-44	45-54	55-64
SOLTEIRA	FILHOS VIVOS	159.854	216.889	146.585	100.246	76.669
	MULHERES	2.666.839	604.631	203.698	118.106	84.721
CASADA(2)	FILHOS VIVOS	1.617.856	5.741.518	6.970.460	5.481.843	3.249.365
	MULHERES	1.204.573	2.037.859	1.587.259	1.009.668	584.776
DIVORCIADA	FILHOS VIVOS	157.880	493.087	650.545	617.176	421.657
	MULHERES	119.940	211.040	188.718	141.905	92.424
VIUVA	FILHOS VIVOS	11.312	98.835	325.837	694.295	1.025.921
	MULHERES	6.729	33.202	78.748	144.409	210.350
IGNORADA	FILHOS VIVOS	41.388	91.020	104.634	99.943	88.989
	MULHERES	36.366	40.092	28.423	21.086	18.227
TOTAL	FILHOS VIVOS	1.988.290	6.641.349	8.198.061	6.993.503	4.862.601
	MULHERES	4.034.447	2.926.824	2.086.846	1.435.174	990.498

REGIÃO SUDESTE		GRUPO DE IDADE				
ESTADO CONJUGAL		15-24	25-34	35-44	45-54	55-64
SOLTEIRA	FILHOS VIVOS	215.977	297.490	190.457	116.326	92.088
	MULHERES	3.730.136	1.136.248	416.422	214.501	149.221
CASADA(2)	FILHOS VIVOS	1.784.898	7.759.977	9.057.835	6.661.635	4.511.718
	MULHERES	1.648.557	3.790.222	3.059.978	1.785.340	1.096.768
DIVORCIADA	FILHOS VIVOS	135.454	599.773	910.240	829.394	585.685
	MULHERES	111.690	313.414	346.549	248.618	154.576
VIUVA	FILHOS VIVOS	13.139	123.333	460.139	1.084.076	1.931.994
	MULHERES	9.681	52.431	142.794	275.691	458.143
IGNORADA	FILHOS VIVOS	16.878	48.489	73.448	83.596	94.943
	MULHERES	15.852	25.869	25.660	22.443	21.523
TOTAL	FILHOS VIVOS	2.166.346	8.829.062	10.692.119	8.775.027	7.216.428
	MULHERES	5.515.916	5.318.184	3.991.403	2.546.593	1.880.231

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 1991. Tabulação Especial.

(1) Exclui as mulheres que deixaram de declarar ou não souberam responder a pelo menos um quesito de fecundidade

(2) Inclusive as mulheres casadas sem declaração do tipo de união

TABELA 102: NÚMERO DE MULHERES COM FILHOS TIDOS DA POPULAÇÃO FEMININA(1) POR ESTADO CONJUGAL SEGUNDO GRUPOS DE IDADE - 1991.

REGIÃO NORDESTE		GRUPO DE IDADE				
ESTADO CONJUGAL		15-24	25-34	35-44	45-54	55-64
SOLTEIRA	SEM FILHO	2.543.049	484.944	144.409	85.148	62.112
	COM FILHOS	123.790	119.687	59.289	32.958	22.610
	MULHERES	2.666.839	604.631	203.698	118.106	84.721
CASADA(2)	SEM FILHO	289.884	140.093	55.299	42.180	31.854
	COM FILHOS	914.689	1.897.767	1.531.959	967.488	552.922
	MULHERES	1.204.573	2.037.859	1.587.258	1.009.668	584.776
DIVORCIADA	SEM FILHO	20.803	13.980	8.208	6.109	4.280
	COM FILHOS	99.137	197.060	180.510	135.796	88.144
	MULHERES	119.940	211.040	188.718	141.905	92.424
VIUVA	SEM FILHO	1.059	1.615	2.717	5.471	10.939
	COM FILHOS	5.669	31.587	76.031	138.938	199.411
	MULHERES	6.729	33.202	78.748	144.409	210.350
IGNORADA	SEM FILHO	9.337	3.615	1.158	894	781
	COM FILHOS	27.030	36.477	27.265	20.191	17.446
	MULHERES	36.366	40.092	28.423	21.086	18.227
TOTAL	SEM FILHO	2.864.132	644.247	211.791	139.802	109.966
	COM FILHOS	1.170.315	2.282.578	1.875.054	1.295.371	880.533
	MULHERES	4.034.447	2.926.824	2.086.845	1.435.174	990.498

REGIÃO SUDESTE		GRUPO DE IDADE				
ESTADO CONJUGAL		15-24	25-34	35-44	45-54	55-64
SOLTEIRA	SEM FILHO	3.547.832	938.524	312.233	164.620	116.466
	COM FILHOS	182.304	197.724	104.189	49.881	32.755
	MULHERES	3.730.136	1.136.248	416.422	214.501	149.221
CASADA(2)	SEM FILHO	452.039	387.862	132.027	80.745	63.194
	COM FILHOS	1.196.519	3.402.360	2.927.951	1.704.595	1.033.575
	MULHERES	1.648.558	3.790.222	3.059.979	1.785.340	1.096.769
DIVORCIADA	SEM FILHO	19.559	29.314	21.059	12.308	8.476
	COM FILHOS	92.131	284.100	325.490	236.310	146.100
	MULHERES	111.690	313.414	346.549	248.618	154.576
VIUVA	SEM FILHO	1.659	3.448	5.433	10.042	20.558
	COM FILHOS	8.021	48.982	137.361	265.649	437.585
	MULHERES	9.681	52.431	142.794	275.691	458.143
IGNORADA	SEM FILHO	4.554	3.691	1.725	1.081	1.016
	COM FILHOS	11.297	22.179	23.935	21.363	20.507
	MULHERES	15.852	25.869	25.660	22.443	21.523
TOTAL	SEM FILHO	4.025.643	1.362.839	472.477	268.796	209.710
	COM FILHOS	1.490.272	3.955.345	3.518.926	2.277.798	1.670.522
	MULHERES	5.515.917	5.318.184	3.991.404	2.546.593	1.880.232

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1991, Tabulação Especial.

(1) Exclui as mulheres que deixaram de declarar ou não souberam responder a pelo menos um quesito de fecundidade

(2) Inclusive as mulheres casadas sem declaração do tipo de união

TABELA 103: RELIGIÃO SEGUNDO GRUPOS DE IDADE - 1991**REGIÃO NORDESTE**

RELIGIÃO	GRUPO DE IDADE				
	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64
CATÓLICO	7.688.910	5.248.661	3.750.153	2.608.272	1.787.653
PROTESTANTE(1)	393.817	281.937	225.261	180.978	136.595
ESPÍRITA	27.992	36.234	30.333	19.221	12.719
OUTRAS	12.881	12.580	11.108	7.922	5.542
SEM RELIGIÃO	387.887	278.420	159.699	93.923	55.633

REGIÃO NORDESTE - SEXO MASCULINO

RELIGIÃO	GRUPO DE IDADE				
	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64
CATÓLICO	3.793.757	2.510.335	1.788.741	1.243.079	829.960
PROTESTANTE(1)	163.311	108.999	78.610	62.117	47.069
ESPÍRITA	10.931	13.675	11.168	7.348	5.063
OUTRAS	6.137	5.801	4.157	3.011	2.098
SEM RELIGIÃO	219.969	167.504	100.477	61.232	37.358

REGIÃO NORDESTE - SEXO FEMININO

RELIGIÃO	GRUPO DE IDADE				
	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64
CATÓLICO	3.895.153	2.738.326	1.961.412	1.365.193	957.693
PROTESTANTE(1)	230.505	172.938	146.652	118.861	89.526
ESPÍRITA	17.061	22.560	19.165	11.874	7.656
OUTRAS	6.744	6.778	6.950	4.910	3.444
SEM RELIGIÃO	167.918	110.916	59.222	32.691	18.275

REGIÃO SUDESTE

RELIGIÃO	GRUPO DE IDADE				
	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64
CATÓLICO	9.421.293	8.659.095	6.506.316	4.162.506	3.007.768
PROTESTANTE(1)	1.060.679	995.469	781.741	549.362	422.520
ESPÍRITA	148.898	201.643	181.310	123.010	92.516
OUTRAS	126.521	155.938	145.517	102.936	79.209
SEM RELIGIÃO	863.036	734.767	469.945	253.422	148.296

REGIÃO SUDESTE - SEXO MASCULINO

RELIGIÃO	GRUPO DE IDADE				
	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64
CATÓLICO	4.716.793	4.262.253	3.223.648	2.056.913	1.422.596
PROTESTANTE(1)	463.293	415.000	305.254	208.482	158.621
ESPÍRITA	66.269	81.404	71.883	47.931	37.726
OUTRAS	56.951	67.103	57.731	41.030	31.689
SEM RELIGIÃO	509.350	448.852	302.173	172.905	101.810

REGIÃO SUDESTE - SEXO FEMININO

RELIGIÃO	GRUPO DE IDADE				
	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64
CATÓLICO	4.704.501	4.396.842	3.282.668	2.105.593	1.585.172
PROTESTANTE(1)	597.386	580.469	476.488	340.880	263.899
ESPÍRITA	82.629	120.239	109.428	75.079	54.790
OUTRAS	69.570	88.835	87.786	61.906	47.521
SEM RELIGIÃO	353.686	285.914	167.771	80.517	46.486

Fonte: Fundação IBGE, *Censo Demográfico de 1991*, Tabulação Especial.

(1) Inclusive religião cristã reformada não determinada (código 86)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, H. W. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: ANPOCS/Scritta. 1994.
- _____. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n.5/6, p.25-36, 1997.
- _____. Jovem e cidadania: a tematização da juventude na ação social e no debate político contemporâneo. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA – ALAS, 21, agosto de 1998, São Paulo.
- ALMEIDA, R. R. M., CHAVES, M. F. G. Juventude e filiação religiosa no Brasil. In: CNPD/MEC *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília, 1998, v.2, p.671-686.
- ALMOND, G., VERBA, S. *The civil culture: political attitudes and democracy in live Nations*. Princeton: University Press, 1963.
- ATTIAS-DONFUT, C. *Génération et âges de la vie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1991.
- BAENINGER, R. Juventude e movimento migratório no Brasil. In: CNPD/MEC *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília, 1998, v.1, p.21-70.
- BAENINGER, R. et alii. Evolução das características da população jovem no Brasil. In: CNPD/MEC *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília, 1998, v.1, p.7-20.
- BARBOSA, M. C. O. Riscos e recursos individuais num mercado socialmente (des?) regulado. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 22, 27 a 31 de outubro de 1998, Caxambu (MG). Grupo 20: Trabalho e Sociedade.
- BERQUÓ, E. Quando e com quem se casam os jovens brasileiros. In: CNPD/MEC *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília, 1998.
- BERQUÓ, E., OLIVEIRA, M. C. F. Casamento em tempos de crise. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.9. n.2, p.155-167 1992.
- BILAC, E. D. Mãe certa, pai incerto: da construção social à normatização jurídica da paternidade e da filiação. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20, 1996, Caxambu (MG). GT. Família Sociedade. (Disquete: 96 GTO 821.DOC).
- BOURDON, R. BOURRICAUD, F. *Dicionário crítico de sociologia*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.
- BRANDÃO, A. C. DUARTE, M. F. *Movimentos culturais de juventude*. 14. ed. São Paulo: Moderna, 1995.
- BRAUNGART, R. G. & BRAUNGART, M. Conceptual and methodological approaches to studying life course and general politics, In RESEARCH in political sociology, Greenwich: JAI Press. 1985 v.1.
- BRAUNGART, R. G. BRAUNGART, M. Les générations politiques. In FAVRE, P. (Org) *Génération et politique*. Paris: Economie, 1989. Cap. 1: p.7-51.

- _____. M. Life-course and Generational Politics, *Journal of Political and Military Sociology*, v.12 p.1-212, 1984.
- BRUSCHINI, C. Crescimento e crise: trabalho das brasileiras, paulistas e nordestinas, de 1970 a 1985. *Ciência e Cultura*; Revista da SBPC, v.42, n.3/4 p.226-247, mar./abr. 1990.
- BRUCHINI, C. Reflexão sobre o uso de estatísticas sensíveis à questão de gênero. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPOCS, 20, 1996, Caxambu (MG).
- BURRIS, V. La síntesis neomarxista de Marx y Weber sobre las clases. *Zona Abierta*, n.59/60, p.127-156, 1992.
- CAILLAUX, E. C. Estrutura ocupacional no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 21, 21 a 25 de outubro de 1997, Caxambu (MG). (Disquete: 97 STO 433).
- CAMARANO, A. M. Fecundidade e anticoncepção da população jovem. In: CNPD/MEC *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília, 1998, v.1, p.109-134.
- CAMARANO A. M., ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 21, 21 a 25 de outubro de 1997, Caxambu (MG) (Disquete: 97 STO 113).
- CARVALHO, M. C. B. (Org) *A família contemporânea em debate*. 2 ed. São Paulo: Editora da PUC, 1997
- CASAL, J. et al. Elementos para un análisis sociológico de la transición a la vida adulta, *Política & Sociedad*; Revista de la Universidad Complutense, Madrid, n.1, p.97-104, 1998.
- CNPD / MEC. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília, 1998. v.1 e 2.
- COELHO, C. N. P. A cultura juvenil de consumo e as identidades sociais alternativas. In: CONGRESSO DE ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA - ALAS, 21, agosto de 1998, São Paulo.
- COLEMAN, S. J. HUSÉN, T. *Inserción de los jóvenes en una sociedad en cambio*. Madrid: Narcea Ediciones, 1989.
- CROSBY, T. L. Gladstone's Decade of crisis: biography and the life-course approach. *Journal of Political and Military Sociology*, v.12, p.9-22 1984.
- DEL CAMPO, S., NAVARRO, MANUEL. *Análisis sociológico de la familia española*. Madrid: Ed. Ariel, 1985.
- DEMARTINI, Z. B. F. Nova leitura de velhas questões educacionais. *Revista Portuguesa de Educação*, Lisboa, v.8 n.1, p.5-20, 1997.
- DEMARTINI, Z. B. F., ANTUNES, F. F. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. *Cadernos de pesquisa*, Rio de Janeiro, p.15-19, ago. 1991.
- DESEMPREGADO espalha outdoors. *Folha de São Paulo*, 13 jan.1999, cad. 4, p.1 (Folha Ilustrada).
- DÍAZ-SALAZAR, R. Política y religión en la España contemporánea. *REIS*; Revista Española de Investigaciones Sociológicas. n.52, p.65-83, oct./dic. 1990.

- EISENSTADT, S. N. **Modernização: protesto e mudança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- ELIAS, NORBERT. **El proceso de la civilizacion**. Madrid: FCE, 1987.
- ERIKSON, E. H. **Identidade juventude e crise**, 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- ESLER, A. **The youth revolution**, Lexington: D. C. Heath, 1974.
- FAZENDA, I. C. A. **Educação no Brasil anos 60**. São Paulo: Loyola, 1985.
- FERNANDES, F. **Mudanças sociais no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.
- FERNÁNDEZ ENGUITA M. **A face oculta da escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- FERNÁNDEZ ENGUITA M. El rechazo escolar: alternativa o trampa social? **Política y Sociedad**; Revista de la Universidad Complutense, n.1, p.23-36, 1988.
- FERNÁNDEZ ENGUITA, M. **Explotacion y privilegio**, Madrid, 1993. Xerocop.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- FORACCHI, M.M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Nacional, 1965.
- FORTES, M. Age, Generation, and social structure. In: KERTZER, D., e KEITH, J. **Age Antropological Theory**. London: Oxford University Press, 1984
- FREITAG, B. **Escola, Estado & Sociedade**. 7. ed. São Paulo: Moraes 1988.
- FREUD, S. Toteni y Tabi. In: _____. **Obras completas Trad. L. Lopez Balestero de Torres**. Madrid: Ed Biblioteca Nueva, 1968, v.2.
- FRIGOTTO, G. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento; teoria e conflito. In: _____. **Educação e crise do trabalho; perspectivas de fim de século**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998. p.25-54
- GAOS, J. **El ser el tiempo**. 3. ed. México: FCE, 1980
- GARCIA DE LEÓN, M. A. La escuela, un espacio social para la igualdad. In: _____. (Org.) **La flotante indentidad sexual**. Madrid: Imprenta de la Comunidad de Madrid, 1993. p.89-93.
- GARRIDO MEDINA, L. J. Prospectiva de las ocupaciones y la formacion de la España de los noventa In: **INFORMES del instituto de estudios y analisis economicos**. Madrid: Ministerio de Economía y Hacienda. 1991. p.1-301.
- GARRIDO MEDINA, L., GIL CALVO, E. El concepto de estratégias familiares. In: _____. **Estratégias familiares**. Madrid: Alianza Editorial, 1993, p.13-36.
- GENOFRE, R. M. Família: uma leitura jurídica, In: CARVALHO, M. C. (Org.) **A Família Contemporânea em debate**, 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997. p.97-104.
- GERAÇÃO rebelde enfrenta crise dos 50 anos. Folha de São Paulo, 17 jan. 1999, cad. 3, p.1.
- GIL CALVO, E. **La mujer cuarteada**. 1. ed. Barcelona: Anagrama. 1991.
- GIL CALVO, E. Participación laboral de la mujer, natalidad y tamaño de cohortes. **Revista de Investigaciones Sociológicas**, Madrid, n.47, p.137-175, 1989.

- GIL CALVO, E. Políticas de Igualdad. In *POLÍTICA, Social y Estado del bienestar*. Madrid: Ministerio de Asuntos sociales 1992, p.205-227 (Serie Estudios, 9).
- GINER, S. Religion Civil *REIS*; Revista Española de Investigaciones Sociológicas. n.61, p.23-53, 1993.
- GONZÁLEZ GARCÍA, J. M. Norbert Elias: literatura y sociología en el proceso de la civilización. *REIS Revista de Investigaciones sociológicas*, Madrid, n.65, p.55-77, 1994.
- HARRIS, M. *El materialismo cultural*. Madrid: Alianza Ed., 1994.
- HERBERG, W. *Protestantes, católicos e judeus* 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia. 1962.
- HUDSON, R. B. BINSTOCK, R. H. Political Systems and aging In: *HANDBOOK on Aging in the Social Sciences*. New York: Van Nostrand Reinhold. 1976.
- IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico – Brasil – 1950*. Rio de Janeiro, 1950.
- _____. *Censo demográfico – Brasil –1960* Rio de Janeiro, 1960.
- _____. *Censo demográfico – Brasil –1970* Rio de Janeiro, 1970.
- _____. *Censo demográfico – Brasil –1980* Rio de Janeiro, 1980.
- _____. *Censo demográfico – Brasil –1991* Rio de Janeiro, 1991.
- INGLEHART, R. *El cambio cultural en las sociedades industriales avanzadas*. Madrid: Siglo XXI, 1991.
- JOHNSON, A. G. *Dicionário de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997
- KENISTON, K. An American Ishmael In: *READINGS in Adult Psychology*. New York: Harper and Row, 1977.
- KOHLBERG, L. *The philosophy of moral development*, Nova York: Harper & Row, 1981.
- LAMO DE ESPINOSA, E., GONZALEZ, J. M., TORRES ALBERO, C. *La sociología del conocimiento y de la ciencia*. Madrid: Alianza Ed., 1994.
- LAZO, A. C. G. V. *Nupcialidade em São Paulo: Um estudo por corte e coorte*, Campinas, 1991. 232 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da UNICAMP.
- LENSKI, G. E. *El factor religioso*. Madrid: Alianza Ed. 1986.
- LENSKI, G. E. *Poder y privilegio*. Barcelona: Ed. Raidós, 1993.
- LIPSET, S. M. *Students in revolt*. Boston: Houghton Mifflin. 1969.
- MACHADO, M. D. C. Competição religiosa e seus efeitos no pentecostalismo. In: *ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 22, 27 a 31 de outubro de 1998, Caxambu (MG). GT – Religião e Sociedade.
- MACIEL, E. N. *Mulheres trabalhadoras autônomas na construção de espaços femininos da periferia de Passo Fundo – RS*. Campinas, (SP), 1998. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais aplicadas à Educação) – Faculdade de Educação da UNICAMP.
- MADEIRA, F. R. A trajetória das meninas dos setores populares: escola, trabalho ou reclusão. In: _____. (Org.) *Quem mandou nascer mulher?* Estudos sobre

- crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos. 1997. p.45-134.
- MADEIRA, F.R., RODRIGUES, E. Recado dos jovens: mais qualificação. In: CNPD/MEC **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília, 1998, v.2, p.427-496.
- MADEIRA, F.R. WONG, L. L. R. A ruptura precoce da vivência juvenil In: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. (SP) **O jovem na grande São Paulo**. São Paulo:SEADE,1988, p.179-186 (Coleção Realidade Paulista).
- MAFRA, C. Construção de gênero e estilo eclesial entre os evangélicos. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPOCS, 20, 1996, Caxambu (MG). GT – Relações de Gênero.
- MAGALHÃES, L. D. R. **O ensino profissionalizante de 2o. grau: estudo de caso no município de Vitória da Conquista (BA)**, São Carlos, 1991. 207 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos.
- MANNHEIM, K. El problema de las generaciones.trad. Ignacio Sanchez de la Yncera. **REIS**; Revista Española de Investigaciones Sociológicas, Madrid, n.62, p.193-224, abr./jun. 1993. Coordinación de Emilio Lamo de Espinosa.
- MARX, K. **Contribuição à critica da economia política**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1977.
- _____. **El Capital**. México: Ed. Fondo de Cultura, 1977..
- MARÍAS, J. **El método histórico de las generaciones**. 2. ed. Madrid: Ed Occidente, 1970.
- MARTÍN SERRANO, M. **La mediación social**. 2. ed. Madrid: Akal. 1978.
- MENDONÇA, S. R. FONTES, V. M. **História do Brasil recente**. 3. ed. São Paulo: Ática. 1994.
- MONTEIRO, R. J. **Analyse de la Nupcialité Brésiliennne entre 1940 et 1970**, La-Neuve, 1979. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Departemant de Demographie, Université Catholique de Louvain.
- MORISON, E. E. Innovación: estudio de un caso. In: NISBET, R. et al. **Cambio social**. Madrid: Alianza Ed., 1993. p.123-143.
- MORTARA, G. Determinação da nupcialidade feminina, segundo a idade, no Brasil, com base na apuração censitária do estado conjugal, e aplicações ao cálculo da taxa de nupcialidade geral e à construção de uma tábua de nupcialidade. **Revista Brasileira de Estatística**, n.33. 1948.
- NERI, A. L. **Envelhecer num país de jovens**. Campinas (SP): UNICAMP, 1991.
- NISBET, R. El problema del cambio social. In: NISBET, R. Et al **Cambio social**. Madrid: Alianza Ed., 1993. p.12-51
- OGBURN, W. F. Inmovilidad y persistencia en la sociedad. In: NISBET, R. et al **Cambio social**. Madrid: Alianza Ed., 1993. p.52-74.
- OLIVEIRA, M. C. F. A. **Família e reprodução**, São Paulo, 1972. 71 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

- ORIZO, F. A. *Sistemas de valores em la España de los 90*. Madrid: CIS, 1996.
- ORTEGA y GASSET, J. *El tema de nuestro tiempo*. 3. ed. Madrid: Alianza Ed., 1987.
- ORTEGA y GASSET, J. *En torno a Galileo*. 1. ed. Madrid: Alianza Ed., 1994.
- ORTIZ, R. *A moderna tradição brasileira, cultura brasileira e indústria cultural*, São Paulo: Brasiliense, 1988.
- PAIS, J. M. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, s.d. (Internet).
- PARSONS, T. *The social system*. New York: Free Press. 1951.
- PATARRA, N. L. *O Estudo sobre reprodução humana no distrito de São Paulo*, São Paulo, 1972. 159 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- PEIXOTO, C.E. Histórias de mulheres, de envelhecimento e sexualidade. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 21, 21 a 25 de outubro de 1997, Caxambu (MG). (Disquete: 97ST 1313).
- PEREIRA, C. *Estudos sobre o Brasil contemporâneo*. São Paulo: Pioneira, 1978.
- PIAGET, J. *La epistemologia genética*. Madrid: Debates Ed., 1986.
- _____. *Psicologia y pedagogia*. Barcelona: Ariel Ed., 1969.
- PIAGET, J. INHELDER, B. *The Psychology of the child*. New York: Basic Books, 1969.
- POLANI, K. *La gran transformacion*. Madrid: Fondo de Cultura, 1980.
- PRESSAT, R. *Los métodos en demografía*. Barcelona: Oikos-tau, 1983.
- REVISTA DA ANPED, Porto Alegre, n.516, 1997.
- RIBEIRO, A. C. T. *Matéria e espírito: o poder (des)organizador dos meios de comunicação* In: PIQUET R e RIBEIRO A.C.T. *Brasil território da desigualdade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991. p.44-55.
- RILEY, M. et alii (Eds.) *Aging and society; a sociology of age stratification*. New York: Russel Sage, 1972. v.3
- RODRIGUEZ MARTINEZ, J. *Presentación Weber cómo educador*. REIS; Revista de Investigaciones sociológicas, Madrid, n.58, p.165-181, 1992.
- ROMANELLI, O. O. *História da educação no Brasil*. 10. ed. Petrópolis: Vozes. 1988.
- ROSEMBERG, F. et al. *Mulher e educação formal no Brasil; estado da arte e bibliografia*. São Paulo Reduc/INEP, 1990.
- RYDER, N. B. *The cohort in the study of social change* In: *American Sociological Review* n.6, p.843-861. 1965.
- SABOIA, A. B. *Situação educacional dos jovens* In: CNPD/MEC *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília, 1998, v.2, p.499-518.
- SÁNCHEZ DE LA YNCERA, I. *Apuntes sobre el pensamiento de Karl Mannheim*. REIS Revista de Investigaciones Sociológicas, Madrid, n.62, p.17-43, 1993.
- SANTOS, M. *A urbanização brasileira*, 3. ed. São Paulo: Hucitec. 1996.

- SARRIBLE, G. Fecundidad y actividad feminina **REIS** Revista de Investigaciones Sociológicas, Madrid, n.52, p. 85-99, 1990.
- SPOSITO, M. P. Estudos sobre juventude e educação. **Revista Brasileira de Educação** n.5/6. p.37-52. 1997.
- SZMRECSÁNYI, M. I. **Educação e Fecundidade**; ideologia, teoria e método na sociologia da reprodução humana. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- TORREGROSA PERIS, J. R. **La juventude española**; conciencia generacional y política. Baelona: Ed. Ariel, 1972.
- WANDERLEY, M. N. B. O lugar dos rurais; o meio rural no Brasil moderno. In: **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 21, 21 a 25 de outubro de 1997, Caxambu (MG). (Disquete: 97STO 111).
- WEBER, M. **La ética protestante y el espíritu del capitalismo**. 14. ed. Barcelona: Ed. Península, 1995.
- WONG, L. R. Padrões de idade ao casar no Estado de São Paulo, 1940/1976. **Informe Demográfico São Paulo**, n.5, 1982.